

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ,
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON,
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – NÍVEL MESTRADO
LINHA DE PESQUISA: ESTADO E PODER**

SUZANE CONCEIÇÃO PANTOLFI TOSTES

**REVISTA VEJA E A LUTA DE CLASSES DOS ANOS 1980: FIESP E CNI
CONTRA CUT E O PT PELO OLHAR DE VEJA DURANTE OS ANOS 1985-
1989**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ,
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON,
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – NÍVEL MESTRADO
LINHA DE PESQUISA: ESTADO E PODER**

SUZANE CONCEIÇÃO PANTOLFI TOSTES

**REVISTA VEJA E A LUTA DE CLASSES DOS ANOS 1980: FIESP E CNI
CONTRA CUT E O PT PELO OLHAR DE VEJA DURANTE OS ANOS 1985-
1989**

Dissertação apresentada como exigência à obtenção do título de Mestre em História, na linha de pesquisa Estado e Poder, do curso de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon. Orientação: Prof.^a Dr.^a Carla Luciana Souza da Silva

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

Tostes, Suzane Conceição Pantolfi

T716r Revista Veja e a luta de classes dos anos 1980:
FIESP e CNI contra CUT e o PT pelo olhar de Veja
durante os anos 1985-1989 / Suzane Conceição Pantolfi
Tostes. - Marechal Cândido Rondon, 2012.

201 p.

Orientadora: Prof^a. Dr^a **Carla Luciana Souza da Silva**

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade
Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido
Rondon, 2012.

1. Revista Veja - Aparelho privado de hegemonia.
2. Revista Veja - Luta de classes. 3. CUT. 4. PT. 5.
FIESP. 6. CNI. I. Universidade Estadual do Oeste do
Paraná. II. Título.

CDD 22.ed. 305.5

324.172

321.9

CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

AGRADECIMENTOS

Com especial carinho, agradeço aos meus pais Mauro e Soraia e aos meus irmãos Ralf, Mateus e Lara, pelo apoio, carinho que dedicaram à minha caminhada de estudos, compreendendo a distância e a ausência do convívio familiar. Sou muito grata a cada um deles pelo amor incondicional. Também agradeço à minha sobrinha e afilhada Maria Eduarda, pelos momentos de descontração e pela alegria que é contagiante e que renova minhas forças.

À minha orientadora Carla, por esses dois anos em que estive ao meu lado mais uma vez, ajudando-me, alertando-me e acompanhando o meu processo de amadurecimento e da minha pesquisa. Sou eternamente grata pelas conversas, cobranças, exigências e ajudas, pois tudo isso foi de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa. Agradeço pelas horas que disponibilizou para me orientar, aprendi muito.

Ao meu namorado, companheiro e amigo Fagner, com o qual há três anos compartilho angústias, alegrias, conquistas e um projeto de vida. Sou muito grata pelo carinho, amor, ajuda e compreensão incondicional que tem dedicado a mim.

Aos meus amigos de adolescência Lígia, Leilane, Juarez e Tiago que, mesmo com a distância e o pouco convívio nesses últimos anos, sempre estiveram demonstrando carinho, apoio e preocupação comigo. Serei eternamente grata pela amizade de vocês. Não poderia deixar de agradecer pela amizade que construí na Universidade com a Kharol, amiga que sempre se fez muito presente em minha vida, sou muito grata.

Aos professores, tanto da graduação quanto do Programa de Mestrado em História da Unioeste, em especial o meu agradecimento à: Cida, Antônio e Gilberto, meu aprendizado foi grandioso com vocês.

Aos companheiros de luta do movimento estudantil da Unioeste, tanto da Associação dos Pós-Graduandos da Unioeste – APG, quanto do Centro Acadêmico de História e da gestão 2012 do DCE. Foi importantíssimo para minha formação, a inserção nas discussões e as mobilizações que realizamos nesses espaços em defesa de uma universidade pública gratuita e de qualidade, entre outros pontos. Obrigada pelos bons momentos que passei ao lado de vocês.

À Iraci Urnau, Secretária da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História, pela ajuda disponibilizada nos assuntos burocráticos e pelos momentos de conversa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - CAPES, pela bolsa de pesquisa que recebi durante 18 meses, os quais foram de extrema importância devido às oportunidades de participação em eventos nos quais pude obter conhecimentos indispensáveis para o desenvolvimento e o amadurecimento da minha pesquisa, bem como expô-la, recebendo sugestões e críticas construtivas.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é investigar e analisar de que forma a revista Veja fez a cobertura sobre a atuação das organizações de classe (CUT, PT, FIESP e CNI) entre os anos de 1985-1989. Partimos do pressuposto que a revista Veja age enquanto um aparelho privado de hegemonia, já que propõe encaminhamentos, organiza, cria consenso e compartilha sua visão de mundo com uma determinada fração da classe burguesa, nesse período estudado concluímos que Veja se aproxima das frações da classe burguesa empresarial industrial do Brasil. O recorte temporal da pesquisa compreendeu os anos de 1985-1989, pois foi um período marcante na história brasileira, devido ao “fim da ditadura militar” (mas não o fim do entulho autoritário da ditadura militar, uma vez que, permaneceu vigente a Constituição do período da ditadura até agosto de 1988, a repressão aos movimentos sociais e formas de mobilização e organização da classe trabalhadora, ilegalidade da greve, permanência do Ministério das Forças Armadas e da Segurança Nacional todas coordenadas por militares), a promulgação da Nova Constituição e com ela a legalidade da greve para algumas categorias e a intensificação da luta de classes. Devido a esses elementos a pesquisa procurou discutir, analisar, investigar a partir das matérias da revista Veja, como a mesma fez a cobertura dos planos econômicos implantados durante os anos de 1985-1989 e as conseqüências para a classe trabalhadora, bem como investigar a cobertura que a revista Veja fez sobre a atuação das organizações de classe (CUT, PT, FIESP e CNI) no período de 1985-1989 e os embates entre essas organizações.

Palavras – Chaves: Revista Veja, Luta de classes, CUT, PT, FIESP e CNI.

Abstract

The objective of this research is to investigate and analyze how *Veja* magazine made the cover over the role of class organizations (CUT, PT, FIESP e CNI) between the years 1985-1989. We assume that *Veja* magazine acts as a private apparatus of hegemony, since it proposes referrals, organize, create consensus and shares its world view with a certain fraction of the bourgeois class, in this period studied we concluded that *Veja* get closer of the fractions of the bourgeois class industrial business of the Brazil. The time frame of the research included the years 1985-1989, it was a remarkable period in Brazilian history, due to "end the military dictatorship" (but not the end of the rubble of authoritarian military dictatorship, once that, Constitution remained in force for the period of dictatorship until August 1988, the repression to the social movements and forms of mobilization and organization of the working class, the illegality of the strike, the permanence of the Ministry of Armed Forces and National Security all coordinated by the military), the promulgation of the New Constitution and with it the legality of the strike for some categories and the intensification of class struggle. Due to these factors the dissertation sought to discuss, analyze, investigate from the materials of the *Veja* magazine how it made the cover of the economic plans implemented during the years 1985-1989 and the consequences for the working class. So as well as investigate the coverage that the magazine *Veja* made about the acting of the class organizations (CUT, PT, FIESP e CNI) in the period 1985-1989 and the clashes between these organizations.

Key-Words: *Veja* Magazine, Class Struggle, CUT, PT, FIESP e CNI.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	Pág.9
1º CAPÍTULO: “NOVA REPÚBLICA”: REFORMAS INSTITUCIONAIS, CONCILIAÇÕES E EMBATES	Pág.16
1.1 O contexto de transição: da ditadura à “Nova República”.....	Pág.18
1.1.2 O processo de transição do regime ditatorial militar para “nova república” com base nas reformas institucionais.....	Pág.22
1.2 Consolidação do processo de transição: Sarney presidente do Brasil.....	Pág.44
1.2.1 Análise da revista Veja sobre os cinco anos do governo Sarney.....	Pág.50
2º CAPÍTULO: COBERTURA DA REVISTA VEJA SOBRE AS ORGANIZAÇÕES COMBATIVAS (CUT E PT) DA CLASSE TRABALHADORA NOS ANOS DE 1985-1989	Pág.103
2.1 Embates e conflitos entre as organizações das classes sociais antagônicas no Brasil nos anos 1985-1989.....	Pág.103
2.1.2 Breve exposição sobre a criação e o surgimento da CUT e do PT.....	Pág.104
2.2 Análise das matérias da revista Veja.....	Pág. 106
2.3 Relação do Governo com as entidades que representavam os trabalhadores a partir das matérias da revista Veja.....	Pág. 124
2.3.2 Análise das matérias da revista Veja.....	Pág. 124
3º CAPÍTULO: CLASSE EMPRESARIAL INDUSTRIAL NO BRASIL DURANTE OS ANOS 1985-1989	Pág. 141
3.1 Exposição sobre a criação, surgimento e função da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Confederação Nacional das Indústrias (CNI).....	Pág. 141

3.2 Classe Empresarial Industrial a partir da análise das matérias da revista Veja entre os anos de 1985-1989.....	Pág. 143
3.2.1 Cobertura da revista Veja sobre a atuação da classe burguesa empresarial industrial entre os anos de 1985-1989.....	Pág. 144
3.2.2 Relação entre as organizações empresariais industriais e o governo.....	Pág. 152
3.2.3 Cobertura da revista veja sobre as propostas de práticas neoliberais durante o período de 1985-1989.....	Pág. 164
3.2.4 Cobertura da revista Veja sobre os embates, conflitos entre os patrões e os trabalhadores durante os anos de 1985-1989.....	Pág. 171
CONCLUSÃO.....	Pág. 180
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	Pág. 184
FONTES.....	Pág. 188
ANEXOS.....	Pág. 189

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca contribuir com os estudos que vêm sendo realizados pela Linha de Pesquisa “Estado e Poder” do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. O objetivo é compreender a atuação da grande imprensa brasileira como parte indissolúvel na sociedade civil. Uma vez que, a grande imprensa atua na “cobertura”, “informação de notícias” sobre as decisões, caminhos, rumos econômicos e políticos que o país deva assumir. A historiadora Carla Luciana Silva (2005), em sua tese, ressaltou e explicou a importância dos historiadores estudarem a atuação da grande imprensa afirmando que:

Entender as formas de dominação hoje exige explicar como se constrói e se amplia o poder dos meios de comunicação. Mais que isso, é preciso compreendê-los para poder elaborar meios de denunciá-los, combatê-los e a eles se contrapor. Os historiadores têm que se sentir convocados a esta tarefa, que será eficiente apenas se realizada em conjunto com os profissionais da comunicação. A grande imprensa tem imposto uma visão de que ela faz “o rascunho da história”, como se não estivesse com isso selecionando previamente o que deve constar em nossa memória, e como se isso não fosse em si um ato político com conseqüências concretas (SILVA, p. 15, 2005).

De acordo com as colocações da autora, é preciso que os historiadores vejam e entendam os veículos da grande imprensa enquanto formadores de opinião e criação de consenso em torno de ideias que ajudam a expandir os ideais do sistema capitalista. Como forma de inserção dos historiadores nessa luta para combater e contrapor a visão que é passada pela grande mídia sobre os fatos, na UNIOESTE, mais precisamente no Curso de História, existe um projeto de extensão chamado Observatório do Mundo Contemporâneo – OMC, que é um espaço de prática social e contra-hegemônico. O objetivo desse projeto é trabalhar com os alunos da graduação em História, temas que estão em voga na grande mídia, problematizá-los e contrapor a visão que é repassada pelos veículos de comunicação de massa. Os alunos auxiliados pelos professores debatem sobre o tema, fazem leituras para contextualizar o assunto e poderem produzir textos, depois, vão aos colégios da rede pública expor e debater os textos produzidos para contrapor a visão que é repassada pela grande imprensa, sobre o tema escolhido. Tive o prazer de fazer parte deste projeto enquanto aluna, no período da Graduação (2007-2008) e, novamente, como aluna do Programa de Mestrado (2011). Essa experiência é muito gratificante, pois ajuda a mostrar e a reforçar o que a historiadora Silva já havia colocado anteriormente sobre a importância de os historiadores

assumirem o compromisso de combater, denunciar a ação da grande mídia e outros sujeitos históricos. É muito intrigante e fascinante estudar e pesquisar a atuação da grande imprensa brasileira, e isso originou meu interesse mais amplo na temática do papel histórico da imprensa. Na sequência do texto, iremos abordar o foco da pesquisa.

Esta pesquisa busca investigar e analisar de que forma a revista *Veja* fez a cobertura sobre a atuação das organizações de classe (CUT, PT, FIESP e CNI) entre os anos de 1985 e 1989. Partimos do pressuposto de que o período da década de 1980 no Brasil foi marcado pela complexificação da sociedade civil, com a criação de várias organizações, instituições e partido de classe. Ou seja, houve uma ampliação da inserção das classes sociais nos espaços de tomada de decisões, disputas entre projetos políticos a serem adotados na tomada de decisões e do rumo do país. Na historiografia brasileira, existem alguns estudiosos que dedicaram esforço de estudo e pesquisa acerca da complexificação da sociedade civil¹. Apoiamo-nos, sobretudo, nas discussões e reflexões produzidas por Virginia Fontes.

Escolhemos trabalhar com o papel histórico da grande imprensa na história do Brasil recente, devido à influência que os meios de comunicação exerceram na criação de consensos sobre vários assuntos do período da década de 1980, assim como, pelo fato de se colocarem enquanto portadores da “construção da memória histórica” da população (SILVA, 2005). O período da década de 1980 continua sendo a chave para entendermos e compreendermos os desdobramentos da política, da atuação dos movimentos sociais, das relações de produção e do papel e função da grande imprensa brasileira nos rumos do país na década de 1990 e até os dias de hoje, pois a história é um processo dinâmico.

Trabalharemos com a revista *Veja* enquanto fonte e objeto de pesquisa, mas compreendendo-a enquanto um órgão da grande imprensa brasileira, que tem uma determinada visão de mundo e age para disseminar essa visão. Neste sentido, sua cobertura nunca é neutra, sempre estabelece uma mediação entre distintos sujeitos sociais em luta.

Veja: um aparelho privado de hegemonia

¹ Para maiores informações sobre o assunto ler o livro: FONTES, Virginia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

A revista *Veja* é um semanário da Editora Abril. A Editora Abril foi fundada por Victor Civita na década de 1950, no Brasil. Nos anos de 1950, a editora já possuía a produção da revista em quadrinhos do Tio Patinhas e da revista *Capricho*. Durante o período da década de 1960, realizou projetos de elaboração de mais algumas revistas como: *Manequim* e *Cláudia* - revistas destinadas ao público feminino de uma determinada fração da classe burguesa brasileira – e, a revista para atender ao público masculino, intitulada “*Quatro Rodas*” (IMPrensa, setembro de 1988). É possível perceber que o objetivo de Victor Civita, dono da Editora Abril, foi ampliar a inserção de sua Editora a todas as faixas etárias da população brasileira, além de grupos específicos.

A *Veja* foi fundada em setembro de 1968, por Roberto Civita e Mino Carta, para ser uma revista brasileira aos moldes de *Times*, que trouxesse “informações” aos leitores. A revista *Veja* teve seu projeto denominado de “Projeto Falcão”, elaborado por Raymundo Cohen e depois enviado a Roberto Civita (filho de Victor Civita) para mostrar à direção da Editora Abril. O projeto elaborado por Raymundo Cohen sobre a revista *Veja* estipulava uma previsão de que 300 mil exemplares seriam publicados e vendidos, porém, na pior das hipóteses, 150 mil, fazendo uma média. Previa também, quantas páginas seriam necessárias para anúncios de publicações e quantas destinadas às informações (IMPrensa, setembro de 1988).

A revista *Veja*², no seu primeiro ano, passou por problemas como a rejeição do público leitor e dos anunciantes, sendo cogitada até a suspensão da publicação pelos altos gastos que gerava para a editora. Após os primeiros anos de publicação da revista, a mesma passou a crescer no cenário da imprensa brasileira, principalmente a partir da metade da década de 1970 (IMPrensa, setembro de 1988).

Após essa breve exposição sobre a trajetória de constituição da revista *Veja*, até sua consolidação enquanto revista de peso e renome na imprensa brasileira, vamos discutir e analisar sobre o papel, a ação e a função que a mesma desempenhou na sociedade brasileira na década de 1980.

Os meios de comunicação da grande imprensa brasileira desempenham a função de disseminação de uma determinada visão de mundo através de suas matérias e

² Um trabalho que mostra a história da revista *Veja* durante o Regime Militar brasileiro é: RAUTENBERG, Edina. **A revista *Veja* e as empresas da construção civil (1968-1978)**. Dissertação de Mestrado em História pela UNIOESTE/MCR. Mar. Cândido Rondon-PR, 2011.

reportagens, sendo esta baseada nos princípios, valores e concepções dos donos das editoras, repassados para as linhas e projetos editoriais (ABRAMO, 2003).

Por exemplo, a revista *Veja* como já foi mencionado anteriormente, pertence à Editora Abril e foi criada para ser uma revista de “informação”. As “informações”³ publicadas pela revista *Veja*, são matérias escritas e noticiadas de acordo com a linha editorial dos donos da revista e da editora (ABRAMO, 2003). Os jornalistas nesses casos gozam de pouquíssima autonomia para escreverem da maneira que querem e escolher as matérias que irão ser publicadas, uma vez que, eles são funcionários subordinados aos interesses e à visão de mundo dos donos da revista.

O jornalista e também sociólogo Perseu Abramo nos apresenta que:

Uma das características do jornalismo no Brasil, hoje, praticado pela maioria da grande imprensa, é a manipulação da informação. O principal efeito dessa manipulação é que os órgãos de imprensa não refletem a realidade. A maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade. Mas essa realidade é indireta (ABRAMO, 2003, p. 23).

A afirmação colocada por Perseu Abramo é importante, pois, ao trabalharmos com a imprensa enquanto fonte, temos que estar cercados de informações de como é construído o discurso da grande imprensa, seu posicionamento e seus projetos. Como já reforçado por Abramo, a grande imprensa manipula as informações transmitidas aos seus leitores. Para melhor entendermos como procede a manipulação das informações pela grande imprensa, Abramo afirma que

A ocultação do real está intimamente ligada àquilo que freqüentemente se chama de *fato jornalístico*. A concepção predominante – mesmo quando não explícita – entre empresários e empregados de órgãos de comunicação sobre o tema é a de que existem *fatos jornalísticos* e *fatos não-jornalísticos* e que, portanto, à imprensa cabe cobrir e expor os fatos jornalísticos e deixar de lado os não-jornalísticos. (...) O “jornalístico” não é uma característica intrínseca do real em si, mas da relação que o jornalista, ou melhor, o órgão do jornalismo, a imprensa decide estabelecer com a realidade. Nesse sentido, todos os fatos, toda a realidade pode ser jornalística, e o que vai tornar jornalístico um fato depende das suas características reais intrínsecas, mas depende, sim, das características do órgão de imprensa, da sua visão de mundo, da sua linha editorial, do seu “projeto” (ABRAMO, 2003, p. 26).

Essa visão de mundo, como foi colocado por Perseu Abramo, é a dos proprietários dos meios de comunicação, os quais usam como parâmetros para

³ Um trabalho que ajuda a problematizarmos sobre a atuação da revista *Veja* e sua caracterização de imprensa de “informação” é a tese de: SILVA, Carla Luciana. **Veja: O indispensável partido neoliberal 1989 – 2002**. Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 2005.

decidirem o que pode ou não ser noticiado em seus órgãos de imprensa, por meio da seleção das “informações”, sem que os leitores saibam disso.

Porém, é importante ressaltar que a visão de mundo dos donos dos meios de comunicação é compartilhada com uma determinada classe social. No caso da grande imprensa brasileira, a visão de mundo dos donos dos órgãos de comunicação é compatível com a das frações da classe burguesa brasileira, sendo a revista *Veja*, partícipe de tal prática, principalmente com os interesses e concepções dos empresários.

Esta constatação foi adquirida por conta de outra pesquisa⁴ também realizada dentro do recorte temporal desta pesquisa (1985-1989). Através dela, foi possível concluir que a revista *Veja*, entre os anos de 1987 e 1988, esteve ao lado dos empresários brasileiros e, por isso, age favorável a um projeto social que atenta à organização das frações da classe burguesa, na sociedade civil. Devido a isso, compreendemos a revista enquanto aparelho privado de hegemonia.

Com o intuito de ratificar o conceito de aparelho privado de hegemonia, utilizamos a definição da historiadora Virgínia Fontes que diz:

Os aparelhos privados de hegemonia são a vertebração da sociedade civil, e se constituem das instâncias associativas que, formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntária sob inúmeros formatos. Clubes, partidos, jornais, igrejas, entidades as mais diversas se implantam ou se reconfiguram a partir da própria complexificação da vida urbana capitalista e dos múltiplos sofrimentos, possibilidades e embates que dela derivam. Não são homogêneos em sua composição e se apresentam muitas vezes como totalmente descolados da organização econômico-política da vida social (FONTES, 2010, p. 133-134).

De acordo com a definição de Virgínia Fontes sobre os aparelhos privados de hegemonia, podemos classificar a revista *Veja* como sendo também um deles, pois dissemina e tenta criar consenso sobre uma determinada visão de mundo em outras frações de classe.

Para ratificar ainda mais essa colocação sobre aparelho privado de hegemonia e sua função na sociedade civil, Alvaro Bianchi diz:

A lista de tais aparelhos hegemônicos é grande, mas conhecida: igrejas, escolas, associações privadas, sindicatos, partidos e imprensa são alguns deles. A função desses organismos é articular o consenso das grandes massas e sua adesão à orientação social impressa pelos

⁴ A pesquisa: TOSTES, Suzane Conceição Pantolfi. “A luta da classe trabalhadora no processo da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) na revista *Veja*”. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, Trabalho de Conclusão de Curso, 2009.

grupos dominantes. Esse conjunto de organismos, entretanto, não é socialmente indiferenciado. Os cortes classistas e as lutas entre os diferentes grupos sociais atravessam os aparelhos hegemônicos e contrapõem uns a outros (BIANCHI, 2008, p. 179).

Os aparelhos privados de hegemonia, no caso a grande imprensa, têm função essencial para a manutenção da hegemonia da classe dominante na sociedade civil, na tentativa de criar consenso na classe trabalhadora sobre a visão de mundo das frações da classe burguesa.

Por meio da análise das matérias da revista *Veja*, investigamos como procedeu na cobertura da atuação das organizações de classe (CUT, PT, FIESP e CNI) durante os anos de 1985 e 1989.

Divisão dos Capítulos:

A pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro, aborda-se alguns aspectos do processo de transição da Ditadura Militar para a chamada “Nova República”, com o intuito de perceber as permanências do período da Ditadura Militar que podem ter interferido nas relações sociais entre os anos de 1985 e 1989. Num segundo momento, trabalhou-se para investigar de que forma a revista *Veja* noticiou a implantação dos planos econômicos e suas consequências para a classe trabalhadora. Foi averiguado se a revista *Veja*, ao fazer essa cobertura, colocou-se a favor das decisões do governo, demonstrando apoio ou não.

No segundo capítulo, foi investigado de que forma a revista *Veja* fez a cobertura sobre a atuação das organizações combativas da classe trabalhadora, no caso, a CUT e o PT entre os anos de 1985 e 1989. Observou-se como os intelectuais das organizações da classe trabalhadora apareceram na abordagem da revista *Veja*. Num segundo momento da discussão do segundo capítulo, investigou-se, a partir do discurso da revista *Veja*, quais foram os posicionamentos do governo frente às manifestações dos trabalhadores que se colocaram contra as medidas econômicas implantadas.

No terceiro capítulo, verificou-se como procedeu a cobertura feita pela revista *Veja* sobre a atuação das organizações da fração da classe burguesa empresarial industrial, no caso a FIESP e a CNI, entre os anos de 1985 e 1989, buscando perceber se a revista apenas “noticiou” ou se colocou numa postura de diálogo e de tentar apontar caminhos para as políticas nacionais. Num segundo momento do terceiro capítulo, houve a averiguação de com qual ou com quais interesses a revista *Veja* realizou a

cobertura sobre os embates, conflitos entre os trabalhadores e os empresários industriais, buscando-se identificar em seus textos os conflitos, bem como as implicações do posicionamento de Veja frente à luta de classes na segunda metade da década de 1980.

CAPÍTULO 1º: “NOVA REPÚBLICA”: REFORMAS INSTITUCIONAIS, CONCILIAÇÕES E EMBATES

Neste capítulo, foram abordados alguns aspectos históricos do Brasil a partir de 1978, como o decreto das reformas institucionais e a intensificação das mobilizações e organizações dos trabalhadores em protesto ao regime ditatorial. Com base em alguns aspectos do período mencionado, averiguou-se quais foram as permanências da ditadura militar para o período chamado de “Nova República”, pois foi a partir dessas permanências que muitos embates entre as classes sociais antagônicas aconteceram. Fez-se importante essa recuperação breve dos últimos anos da ditadura civil militar, para que ocorresse a compreensão do período de 1985 a 1989, momento de intensa disputa, conflitos entre a classe trabalhadora e as frações da classe burguesa.

O período de análise começa a partir de 1978, com as reformas institucionais implantadas durante o governo Geisel. Naquele momento, algumas frações da classe burguesa, principalmente os empresários industriais e banqueiros, sentiam-se prejudicados pelas novas medidas adotadas pelo governo Geisel, com a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento. O governo militar, na tentativa de conter os prejuízos gerados pela crise do milagre econômico (diminuição do ritmo de crescimento econômico no país, falta de recursos para manter o financiamento das empresas industriais de produtos de bens duráveis, empréstimos externos a altos juros), passou a investir na produção de bens de produção, tendo o Estado como base de financiamento. As medidas desenvolvidas com o II PND tinham o objetivo de diminuir os gastos com os produtos importados e substituir pelos produtos produzidos no Brasil. O descontentamento de algumas frações da classe burguesa (empresários industriais e banqueiros) por conta do II PND acelerou as discussões sobre a “necessidade da abertura política”, para que o país pudesse sair da crise econômica pela qual passava.

A classe trabalhadora, durante principalmente o final da década de 70, contestou mais ativamente as medidas adotadas pelo governo militar como: o arrocho salarial, o regime ditatorial, a violência exercida pelos policiais, dentre outras. Os trabalhadores conquistaram mais espaços para lutarem por melhorias no trabalho e de sobrevivência. Os espaços conquistados pela classe trabalhadora foram as ruas, as praças, alguns meios de comunicação (no caso os informativos das fábricas e as rádios comunitárias nos bairros) e alguns espaços dentro das Igrejas Cristãs (especialmente a Igreja Católica).

O processo de transição não trouxe consigo as mudanças almejadas, reivindicadas pela classe trabalhadora e pelos movimentos sociais. Esses sujeitos históricos lutavam para que houvesse uma República realmente democrática e popular, que atendesse e desse voz aos anseios da classe trabalhadora. Porém, as mudanças que ocorreram não afetaram o sistema capitalista vigente, nem as frações da classe burguesa que compunham o “bloco no poder”. Parafraseando Florestan Fernandes (1986), quando afirma que o período da transição foi uma “conciliação pelo alto”, podemos afirmar que algumas frações da classe burguesa mobilizaram suas forças políticas na tentativa de “neutralizar” a classe trabalhadora. As eleições presidenciais de 1985, que ocorreram no Colégio Eleitoral, de forma indireta elegendo Tancredo Neves, por meio da Aliança Democrática, foram parte do processo de transição. Somente os membros do Congresso puderam votar nas eleições indiretas.

O novo governo, conforme acordos realizados antes das eleições, garantiu a permanência de muitos políticos que já haviam ocupado cargos e lugares no governo durante a ditadura. Com isso, houve somente uma expansão das frações da classe burguesa nos espaços e lugares do Estado, com a intenção de garantir medidas que favorecessem seus interesses.

O Objetivo central desta pesquisa foi analisar e investigar a partir das matérias da revista *Veja* como a mesma fez a cobertura dos planos econômicos implantados entre os anos 1985 e 1989 e as consequências desses planos para a classe trabalhadora. . A partir deste objetivo maior, realizou-se também a investigação da cobertura que a revista *Veja* fez sobre a atuação das organizações de classe a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) durante os anos 1985 a 1989. Para isso, a análise se restringiu em estudar os embates, conflitos e lutas travadas pela CUT e pelo PT contra as políticas econômicas decretadas pela equipe econômica, entre os anos 1985 e 1989. Assim como, os conflitos e lutas gerados entre as organizações dos trabalhadores (CUT e PT) e as organizações da fração de classe burguesa empresarial industrial (FIESP e CNI). A justificativa pela escolha destas organizações se fez pelo fato de que a CUT, o PT, a FIESP e a CNI estiveram mais presentes nas matérias que envolviam os embates e a luta de classes no período de 1985-1989.

No primeiro capítulo da dissertação, o foco recaiu sobre o período de transição da Ditadura para a “Nova República”, para perceber as mudanças e continuidades de

políticas, medidas autoritárias. Este estudo sobre o processo de transição também serve para saber quais os embates entre as classes sociais antagônicas naquele momento, pois muitos dos embates tiveram continuidade no período da “Nova República”. O recorte temporal realizado para a construção da dissertação foi os cinco anos que compreenderam a Gestão de Sarney (1985-1989) a frente do comando do país, porém, é importante reforçar que o foco não foi o governo Sarney.

Num segundo momento do primeiro capítulo, analisou-se de que forma a revista *Veja* fez a cobertura sobre os planos econômicos implantados pelo governo durante os anos de 1985 e 1989. Ou seja, de que maneira a revista *Veja* se posicionou ao noticiar algumas matérias a respeito das decisões políticas econômicas do governo Sarney. O interesse sobre essa relação entre a revista *Veja* e as políticas do governo Sarney se devem pelo fato de que algumas medidas adotadas pelo governo afetaram e muito os embates na sociedade civil, pois o que a revista *Veja* escrevia na época tinha repercussão no cenário político e na formação política de uma classe média.

1.1 O CONTEXTO DE TRANSIÇÃO: DA DITADURA À “NOVA REPÚBLICA”

O período da década de 1980 foi marcado pelo acirramento da luta de classes no país. Ocorreu a intensificação dos conflitos durante os anos 1980 no Brasil entre a classe trabalhadora e as frações da classe burguesa, foram consequências das configurações das relações econômicas, políticas e sociais daquele momento. É preciso compreender como estavam pautadas as relações econômicas, políticas e sociais durante o período da ditadura civil militar (1964 -1985), para entender como se chegou à intensificação constatada na década de 1980.

O regime chamado de Ditadura Civil Militar no Brasil foi instaurado em 1964, através de um golpe militar que obteve o apoio de setores de frações da classe burguesa como: empresários industriais e banqueiros. Reforçando essa colocação das circunstâncias em que ocorreu o golpe de 64, Sonia Regina de Mendonça afirma:

O golpe de 1964 correspondeu, portanto, à redefinição do pacto do poder no país. Sua articulação originou-se numa primorosa composição entre dois segmentos básicos – os militares e o empresariado industrial – manifestada institucionalmente no “complexo” Escola Superior de Guerra (ESG) – Instituto de Pesquisa Econômico–Social (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática

(IBAD). Aliando os princípios da doutrina da segurança nacional à sólida campanha de mobilização da opinião pública contra o “comunismo”, a ação destes organismos logrou produzir o clima propício aos 31 de março, bem como capitalizar o apoio e a legitimidade de outros setores sociais alheios ao pacto (como as classes médias, por exemplo) (MENDONÇA,1986, p.88-89).

O momento da tomada de “poder” no período da Ditadura pelos militares com o apoio fortemente dos empresários, comerciantes e banqueiros, através de suas organizações, configurou a conquista do Estado na tentativa de consolidar o “poder hegemônico” e/ou de criar outra forma de governo, que conseguisse neutralizar as manifestações e organizações da classe trabalhadora.

O período que antecedeu o golpe de 1964 foi marcado pela intensa manifestação e contestação da classe trabalhadora aos governos que, por conta dessa organização, conseguiu algumas vitórias que de fato foram consideradas avanços a partir das lutas travadas.

Os empresários industriais brasileiros apoiaram o golpe militar, porque acreditavam que somente os militares conseguiriam conter as organizações da classe trabalhadora. O resultado do controle da classe trabalhadora para as frações da burguesia seria a estabilidade política que geraria a estabilidade financeira, através da volta dos capitais estrangeiros em forma de investimentos nas empresas, segundo Sonia Mendonça (1995). De acordo com a autora, a principal contribuição da ditadura militar no Brasil foi: “(...) o papel da ditadura militar foi o de consolidar o modelo econômico implantado nos anos 50, aperfeiçoando-o” (MENDONÇA, 1995, p. 67). O governo militar, durante os primeiros 10 anos de vigência, recorreu aos empréstimos estrangeiros para investir no aprimoramento da industrialização, além disso, criou novos impostos para os produtos fabricados e para as indústrias. A indústria brasileira, nesse período, vivenciou o fechamento e a quebra de muitas indústrias de pequeno e médio porte, que não resistiram aos impostos criados pelo governo. O objetivo do governo com a criação dos impostos sobre as indústrias e os produtos produzidos era gerar recursos para financiar as indústrias e empresas grandes no país (MENDONÇA, 1995, p. 70-71).

Porém, é imprescindível lembrar que as medidas de intensificação e exploração da classe trabalhadora, durante os anos da ditadura, foram de grande importância para que o Estado investisse recursos para a expansão da economia brasileira. Para reforçar esta ideia Sônia Regina de Mendonça atentou para:

A “pedra de toque” da recessão dos anos 60 - isto é, a “fórmula mágica” do *funcionamento interno* da acumulação – foi, uma vez

mais, o velho remédio do arrocho salarial. Afinal, as vias típicas de superação das crises capitalistas são a intensificação da exploração do trabalho e a própria concentração de empresas e capital. No caso brasileiro, a classe trabalhadora - desestruturada enquanto força política e sem lideranças combativas - sofreria uma perda expressiva de seu salário real entre 1964 e 1967. Devido à lentidão com que se elevavam os níveis do salário mínimo, relativamente aos preços e à produtividade, a concentração salarial funcionou como uma técnica de confisco. Com isso, o governo favorecia a concentração da renda, ou seja, a reprodução do capital (MENDONÇA, 1986, p.92).

A autora afirmou que foram os trabalhadores que sofreram com a crise econômica e com a consolidação do modelo econômico instalado na década de 1950 (período do “nacionalismo”) e aperfeiçoado durante o período da ditadura. O governo militar priorizou, nos seus primeiros anos de gestão, os cortes com os gastos públicos e a arrecadação de receita para investir na economia. Uma das formas desenvolvidas pelo governo militar foi o não reajuste constante dos salários dos trabalhadores.

O período do auge da economia brasileira durante o regime militar ocorreu entre os anos de 1968 e 1973, com o chamado “milagre econômico”. Este período foi de crescimento muito grande da economia brasileira, devido ao crescimento do PIB. O momento vivenciado pela ditadura militar chamado de “milagre econômico” foi interrompido e/ou prejudicado por causa da crise do petróleo em meados da década de 1970 que afetou a economia mundial, gerando consequências no Brasil. A economia brasileira passou a ficar ainda mais refém das oscilações do mercado internacional. Com a crise do petróleo, os bancos externos, principalmente os localizados nos Estados Unidos da América, passaram a emprestar dinheiro a juros altíssimos. A elevação dos juros pelos bancos internacionais gerou uma diminuição do crescimento da economia brasileira. Em decorrência dessa prática de dependência, o Brasil, com a crise do petróleo, teve afetada principalmente a economia interna, pois necessitava gastar mais recursos para manter o funcionamento das suas indústrias e de todos os seus setores econômicos.

O governo militar, juntamente com seu corpo de Ministros da área econômica, elaborou um projeto político-econômico para garantir a permanência dos altos índices de crescimento econômico pelo qual o país vinha passando. O governo militar objetivava amenizar os efeitos da “crise do milagre econômico” no país, com a elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento. A historiadora Sonia Regina de Mendonça atentou para os principais objetivos do II PND:

(...) o II PND estabelecia como meta para a economia a substituição daquele que tinha sido, até então o “carro – chefe” da indústria brasileira: o setor de bens de consumo duráveis. Ele deveria ser “desbancado” pelo setor de bens de produção, a cargo do Estado, já que a idéia era que este produzisse, no próprio país, todos os bens e matérias-primas da indústria pesada, tradicionalmente importados do estrangeiro. Com suas novas empresas, o Estado pretendia diminuir seus gastos com importações o que, a médio prazo, significaria sobrar recursos para o pagamento da dívida externa. (...) como seu objetivo era *fortalecer o setor das indústrias pesadas estatais*, relegando a segundo plano as indústrias estrangeiras produtoras de bens de consumo duráveis, estas reagiriam com grande insatisfação (MENDONÇA, 1995, p.80).

As medidas tomadas pelo governo militar com o II PND, passaram a privilegiar, como mostrou Mendonça, as indústrias de base brasileiras, sob controle estatal. Gerando um crescimento nos setores de siderurgia, energia e as construtoras. As áreas do setor econômico que ficaram sob responsabilidade do Estado dentro da elaboração do II PND, foram: Energia, Transporte e Comunicação. De acordo com o historiador Gervásio Cesar Junior, o Estado ficou com as áreas de Energia, Transporte e Comunicação sob sua responsabilidade porque:

O Estado sente a necessidade de garantir a continuidade e o desenvolvimento do sistema capitalista e ditatorial ao qual o Brasil se encontrava naquele momento, ou seja, as áreas de segurança e justiça, consideradas como funções públicas propriamente ditas. E em setores onde a classe burguesa não manifestaria interesse em assumir as rédeas, uma vez que são setores que não oferecem uma quantidade de lucros esperada, isto porque são áreas de extrema importância para o desenvolvimento e manutenção do sistema capitalista, e o Estado acaba assumindo o papel de produtor destes campos para repassar a custos muito baixo às empresas. (CESAR JUNIOR, 2011, p. 88)

De acordo com a citação acima, o Estado assumiu a responsabilidade de criar as condições necessárias para o direcionamento do novo foco, no caso, a expansão do desenvolvimento das indústrias de base. Na sequência, com o Estado cuidando da produção de Energia e ampliando as formas de transporte para escoamento da produção dos produtos, as empresas industriais privadas teriam condições de continuar o seu desenvolvimento e crescimento.

O governo militar, ao elaborar e por em prática o II PND, não conseguiu ter apoio e adesão de alguns empresários. Os empresários do setor de bens de consumo não se sentiram contemplados com as medidas desenvolvidas e propagadas pelo Governo com o II PND. Outro elemento no qual os empresários se agarraram para contestar contra o II PND, foi a intenção do Estado na economia. Segundo os empresários, o

Estado teria que diminuir sua presença na economia. Este desconforto, criado pelas medidas econômicas do governo militar nos empresários, gerou o aumento da pressão interna. O historiador Cesar Junior⁵, em sua dissertação, mostrou a pressão do setor industrial ao governo militar, no período da década de 1970, representado pela revista Visão e por Henri Maksoud. O trabalho de Cesar Junior, no aspecto apresentado, permitiu fazer um paralelo com o foco deste trabalho, pois no recorte 1985-1989, a fração da classe burguesa empresarial industrial representada pela revista Veja também fez pressão ao governo.

É importante ressaltar que a crise do milagre econômico e a implantação do II PND ocorreram durante a gestão do presidente Geisel no regime militar.

No próximo tópico serão discutidos alguns elementos do período de Geisel a frente do governo brasileiro nesse processo de transição, através das reformas institucionais. As reformas institucionais foram os primeiros passos do governo militar para o processo de transição e abertura política e econômica.

1.1.2 O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DO REGIME DITATORIAL MILITAR PARA “NOVA REPÚBLICA” COM BASE NAS REFORMAS INSTITUCIONAIS

Esta análise compreende o processo de transição, mais precisamente no ano de 1978, por causa das reformas institucionais sancionadas ainda durante o mandato do presidente Geisel. Tais reformas marcaram, entre outras coisas, a “reabertura política”, que ocorreria de forma lenta, gradual e segura como afirmavam os militares do Alto Comando.

É importante compreender as reformas institucionais e outras medidas aprovadas pelo governo militar nesse período denominado de transição, como resultado de pressões entre a classe trabalhadora e a oposição burguesa que faziam oposição ao regime. Os conflitos entre a classe trabalhadora e a oposição burguesa ao regime ditatorial serviram para prorrogar um pouco mais a permanência dos militares à frente no governo brasileiro. Neste contexto, o governo militar estava pressionado pelas reivindicações pautadas pela classe trabalhadora, bem como, por reivindicações específicas das frações da classe burguesa.

⁵ CESAR JUNIOR, Gervásio. **REVISTA VISÃO: CONSTRUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E DIFUSÃO DO PROJETO NEOLIBERAL NO BRASIL NA DÉCADA DE 1970**. Dissertação de Mestrado em História pela UNIOESTE/ MCR. Marechal Cândido Rondon – PR, 2011.

As reformas institucionais decretadas em 1978, extinguiram alguns Atos Institucionais (AI) implantados no período da Ditadura. Os Atos Institucionais foram implantados durante o período da ditadura com o objetivo, segundo as Forças Armadas, de manutenção da ordem no país. Segundo David Maciel, as reformas institucionais se pautaram em:

O projeto de reformas institucionais do governo foi aprovado na íntegra em setembro de 1978 pelo Congresso Nacional e incorporado à Constituição pela Emenda Constitucional nº 11. As principais mudanças foram o fim do AI-5 e de todas as atribuições que este garantia ao presidente da República, como o direito de colocar o Congresso Nacional em recesso, de cassar mandatos parlamentares e os direitos políticos dos indivíduos, de definir as atribuições dos tribunais e violar as garantias do exercício da magistratura com a remoção de juízes. Além disso, o *habeas corpus* para prisões por motivos políticos foi restaurado, a censura prévia aos meios de comunicação foi suspensa, as penas de morte, prisão perpétua e banimento foram abolidas (na verdade, só a última foi aplicada desde o AI-5). (MACIEL, 2004, p. 190-191).

Porém, é interessante ressaltar que nem todos os Atos Institucionais foram extintos em seu texto original no ano de 1978. O AI - 4, por exemplo, que garante todos os poderes ao presidente para baixar decretos financeiros, entre outros decretos, permaneceu em vigência como afirma Kucinski:

(...) Não concedeu a anistia política; Não revogou e nem modificou substancialmente a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa, o Decreto 477 que proíbe atividades em Universidades, a Lei de Greve, a Lei das Inelegibilidades que proíbe, por exemplo, candidaturas a cargos eletivos de líderes sindicais punidos pelo governo, ou de qualquer pessoa denunciada na Lei de Segurança Nacional (mesmo antes de ser julgada); Não revogou o “pacote de abril” que criou os senadores “biônicos” e nem a “Lei Falcão” que bloqueou o uso da televisão em campanhas eleitorais. (KUCINSKI, 1982, p.90).

O discurso já realizado por Geisel era de realizar reformas para conduzir o processo de transição. Porém, vale lembrar que, o discurso sobre a implantação das reformas institucionais, como parte do processo de reabertura política e econômica realizado pelo governo militar, servia mais para acalmar os setores descontentes (empresários industriais) com as medidas políticas tomadas pelo governo. Estas medidas eram referentes à implantação do II PND, para conter a crise econômica, substituir as importações de matérias-primas e diminuir gastos para poder pagar a dívida externa. Ou seja, realizou algumas reformas institucionais para barrar os vários movimentos que estavam acontecendo naquele período em contestação ao regime.

Uma parte dos movimentos de contestação partiu das frações da classe burguesa, principalmente os empresários industriais privados e banqueiros que se sentiram prejudicados pelas metas do II PND, que não os contemplavam. E, através desses elementos, começaram a pressionar o governo militar a iniciar o processo de abertura política. As frações da classe burguesa, principalmente os empresários industriais brasileiros, acreditavam que, com a abertura política, eles próprios poderiam sair da crise econômica.

A classe trabalhadora, no final da década de 1970, também intensificou a contestação ao regime político, o arrocho salarial, o fim da repressão e das violências contra trabalhadores que tentavam se organizar para protestar.

É evidente que a tomada de decisão sobre as reformas foi pensada e construída para que não se abrisse muito espaço político para a oposição, tampouco lhe garantisse liberdade que ameaçasse o projeto político dos militares. Segundo Eliezer Oliveira o projeto político dos militares consistia em: “O primeiro ponto de importância nos fundamentos ideológicos acerca do capital é a defesa intransigente da sociedade capitalista. De outro lado, os objetivos claramente enunciados da DSN a vinculam ao preparo e articulação política das elites (OLIVEIRA, 1978, p. 41).” O autor deixa claro que as funções e objetivos das organizações militares eram a defesa da sociedade capitalista, além da articulação política das elites.

Dando continuidade na exposição sobre as reformas institucionais implantadas pelos militares, houve a elaboração de uma reforma para compensar o fim do AI-5, como apresenta Kucinski:

A reforma compensa a perda desse formidável instrumento de repressão política que é o AI- 5, criando o Estado de Emergência que confere ao presidente poderes para fazer praticamente tudo o que antes lhe era permitido pelo AI-5, bastando que proclame antes o Estado de Emergência. Feito isso, o governo pode: Suspender todas as garantias individuais; Suspender todas as liberdades públicas; Intervir em sindicatos; Suspender imunidades parlamentares e, portanto, prender parlamentares nesse caso, desde que obtenha aprovação do legislativo; Atribuir às Forças Armadas todos os poderes de polícia e entregar ao Julgamento de tribunais militares todos os que forem presos durante o Estado de Emergência. (KUCINSKI, 2001, pág.70)

O que se percebe com a reforma implantada pelos militares é que o objetivo deles era dar a impressão de que estavam favorecendo, a partir destas medidas e reformas, a garantia do retorno à democracia. A razão que motivou o governo militar a realizar as reformas institucionais e logo após elaborar uma reforma para compensar o

AI-5, foi manter a centralidade do governo militar. Ou seja, era preservar o governo de sua autoridade e seus poderes de comando e decisões sobre as questões políticas.

Outro impasse, enfrentado pelo governo militar, foi vivenciado mais profundamente a partir dos últimos anos da década de 1970. A mobilização do movimento pela Anistia. O movimento pela Anistia era composto pelos familiares das pessoas exiladas e presas pelos militares, militantes de esquerda e por adesão de milhares de pessoas que eram a favor do movimento. A anistia política era uma mobilização em prol da liberdade política e de expressão. Este movimento pela Anistia garantia o retorno das atividades políticas, negadas pelo regime militar. O movimento pelo restabelecimento dos direitos civis garantiu maior mobilização política, muito importante para os movimentos sociais, frente à resistência contra o Regime Civil Militar.

David Maciel assinala sobre a campanha pela Anistia, dizendo:

(...) Entretanto, a partir de 1978 o movimento pela anistia adquiriu caráter amplo e massivo, com a criação de comitês brasileiros pela anistia (CBAs) em todo o país, unificando as mais diferentes posições no campo oposicionista. (...) os CBAs reuniam todo o espectro político oposicionista em torno da proposta de anistia ampla, geral e irrestrita. Essa proposta significava o restabelecimento dos direitos civis e políticos de todos os cassados e acusados de crime contra a segurança nacional, e restituição de cargos e funções de todos os que foram exonerados, aposentados compulsoriamente e destituídos do serviço público, de sindicatos, de universidades, etc. (MACIEL, 2004, p.203)

A campanha pela anistia proposta por setores da classe trabalhadora e pela oposição burguesa conquistou um espaço político que até então que não havia sido ocupado, pois a repressão aos movimentos sociais continuou a existir, mas de formas diferentes. Isto permitiu a ampliação das formas e espaços de luta e mobilização durante o período da Ditadura, adquiridos pela classe trabalhadora que era oposição ao regime ditatorial. Lembrando que, a oposição ao regime ditatorial era feita pela classe trabalhadora e pela oposição burguesa.

Porém, os militares se mantiveram resistentes com relação à aprovação da campanha e do projeto proposto pela classe trabalhadora e pela oposição burguesa em 1978 que reivindicavam a anistia. Algumas medidas para conter os membros e até mesmo o processo desse projeto, foram sistematicamente utilizadas pelos militares. O poder de repressão dos militares continuou, mas de formas diferentes. O alvo dos militares era, dentre outras, pessoas que compunham o efetivo de órgãos públicos, ou

seja, os funcionários públicos. A intenção dos militares era impedir a participação dessas pessoas no projeto oposicionista. Essa medida contra a campanha pela anistia foi prorrogada até o ano de 1979 já sob o governo de Figueiredo.

Em 1979, Figueiredo assumiu o comando do regime militar. Neste momento, o presidente militar cedeu, em partes, ao projeto de anistia. Esta concessão foi ao encontro do projeto político que visava a “reabertura política” proposta pelas frações da classe burguesa. O projeto de anistia aprovado pelo governo militar não era o elaborado pela oposição e sim, pelo próprio governo militar com restrições, Bernardo Kucinski afirma que:

(...) O projeto de anistia é finalmente decretado em 28 de agosto de 1979, estabelecendo que:

- ficam anistiados os que praticaram crimes políticos, mas não os condenados por crimes de seqüestro, assalto e atentado pessoal, mesmo quando essas ações tinham finalidade estritamente política;
- ficam anistiados os servidores públicos e militares punidos com atos institucionais e complementares, mas seu retorno aos cargos que possuíam depende de aprovação das autoridades de cada setor e da existência de vagas.(KUCINSKI, 2001, p 105-106)

Os militares, utilizando-se de sua condição e posição de autoridade, durante o regime militar, concederam a anistia, mas com algumas restrições. As restrições feitas pelos militares foram ao projeto elaborado e enviado ao Congresso pelo movimento que reivindicava a anistia. O movimento pela anistia era composto por sujeitos pertencentes à classe trabalhadora e pela oposição burguesa ao regime. O resultado do projeto aprovado pelos militares para conceder a anistia tinha por objetivo atender às reivindicações do movimento pela anistia, desde que essa nova lei não desestruturasse e ameaçasse a condição do governo por eles administrados. E, para completar, o governo sancionou dois itens no projeto de anistia que, segundo Kucinski:

- Ficam anistiados, ampla e totalmente, os acusados de crimes “conexos aos crimes políticos”, (eufemismo para as torturas e outras violações dos direitos humanos praticadas sob o pretexto de combater as guerrilhas urbanas);
- É criado um procedimento sumário pelo qual parentes de “desaparecidos” podem obter rapidamente uma “declaração de ausência” – tentativa do governo de sepultar juridicamente os cadáveres insepultos dos “desaparecidos”. (KUCINSKI, 1982, pág.135)

Os dois itens apresentados no projeto de anistia aprovado pelo governo militar como é apresentado por Kucinski, remete a refletir quais as intenções desse projeto. O

projeto de anistia aprovado tinha por objetivo isentar os militares que cometeram atos de violência (tortura, morte) contra sujeitos pertencentes a movimentos sociais em oposição ao regime ditatorial durante os primeiros anos da ditadura. Com a Lei de Anistia os casos de tortura e morte praticados pelos militares foram “abafados”/ “silenciados”.

Esses elementos ajudam a confirmar ainda mais o significado da democracia proclamado pelos militares, como é identificado no trecho do Ato Institucional nº 2:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ouvindo o Conselho de Segurança Nacional, e CONSIDERANDO que a revolução brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo as exigências de um sistema jurídico e político, **assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil**, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa prática. (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, grifo meu)

Democracia para os militares vinha no sentido de manutenção da **ordem, das tradições do povo, luta contra a corrupção**, tudo isso contribuindo no caminho da manutenção da ordem necessária para a expansão do capitalismo. Esta concepção e sentido de democracia, defendido pelos militares, diferenciava-se do significado construído por setores da classe trabalhadora, principalmente pelos movimentos sociais.

No final da década de 1970, mais precisamente entre os anos de 1978-79 intensificaram-se as greves e reivindicações dos metalúrgicos do ABC paulista. Lembrando que nesse período estava ocorrendo como foi abordado acima o processo de aprovação da Lei de Anistia.

A classe trabalhadora como um todo vivenciou profundamente a crise do chamado “milagre econômico”, através da intensificação da exploração nas linhas de produção, juntamente com o arrocho salarial e a reestruturação produtiva.

A crise econômica vivenciada pelo Brasil na década de 1970 trouxe algumas mudanças nas formas de investimentos no setor da economia. Como apresenta Sônia Regina de Mendonça:

A crise do “milagre” foi marcada por duas peculiaridades: tratou-se de uma crise de endividamento e de uma crise de esgotamento do fôlego do Estado na manutenção do ritmo do crescimento. A existência de empresas estrangeiras ocupando lugar de relevo na economia do país criara um nexo com o exterior de grande peso na formação desta crise. As multinacionais importavam muitos insumos básicos e bens de capital gerando um déficit na Balança Comercial. Ao mesmo tempo, como remetiam os lucros aqui realizados, geravam uma evasão de divisas onerosa para o Balanço de Pagamentos. O mediador nesta transação triangular entre exterior - multinacionais - exterior era o Estado, o grande tomador das divisas que alimentavam o circuito. (MENDONÇA, 1986, p. 100).

Essa situação intensificou o aumento da inflação que ocasionou a desvalorização do valor real dos salários dos trabalhadores, por causa da falta de correção dos valores reais dos salários. Porém, a crise econômica vivenciada no mundo, assim como no Brasil, em meados da década de 1970 e intensificada em 1979, dava-se pela necessidade de manter um ritmo acelerado de crescimento econômico e de manutenção da acumulação de capital. Precisava-se garantir a permanência dos investimentos de capital externo no país e, para isso, o Brasil precisava ter recursos para manter a acumulação de capital (valorização dos investimentos realizados pelo capital monopolista) além de apresentar estabilidade financeira para o capital monopolista investir nos ramos da economia do país. Por conta desta situação, o país voltou a recorrer ao capital externo para emprestar dinheiro na tentativa de manutenção do crescimento econômico e manutenção da acumulação de capital. Sobre essas colocações Paul Singer disse:

A crise econômica resultou do estrangulamento externo, provocado pelo avolumamento da dívida externa e pelo aumento do seu serviço, resultante da rápida elevação da taxa internacional de juros, a partir de 1979, tudo isso combinado com a deterioração dos termos de intercâmbio, ocasionada pelo segundo choque do petróleo e pela recessão internacional. Desde 1979, o Brasil estava praticamente insolvente, mantido à tona mediante crescente tomada de empréstimos em dinheiro no euromercado, que serviam quase só para saldar o déficit em conta corrente. (SINGER, 1986, p.89)

O país, durante os cinco últimos anos da década de 1970, vivenciou uma crise econômica, resultante do fim do milagre econômico que gerou a mudança de investimentos e recursos. O Brasil passou a priorizar as empresas de bases estatais para investir recursos e assim economizar com as importações de produtos e com as importações de matérias-primas e insumos. Como o governo militar passou a investir mais recursos nas indústrias de base, os empresários da produção de bens duráveis se sentiram prejudicados. Os empresários industriais também alegavam a forma pela qual o

Estado estava intervindo na economia, pois, da forma como estava acontecendo a intervenção, os empresários industriais não estavam sendo contemplados em seus interesses. Era por isso que os empresários industriais fizeram críticas ao governo. As consequências dessa crise econômica brasileira instaurada mais intensamente no final da década de 1970 provocaram uma intensificação do descontentamento da classe trabalhadora que foi às ruas se manifestar e reivindicar melhorias.

As organizações dos movimentos sociais na década de 1970 surgiram em contrapartida à grande força política que detinham as Forças Armadas durante o regime civil ditatorial. Um autor que trabalhou sistematicamente sobre o surgimento dos movimentos sociais no Brasil na década de 1970 foi Eder Sader (1989) e o mesmo afirma que:

Ao observarmos as práticas desses movimentos, nós nos damos conta de que eles efetuaram uma espécie de alargamento do espaço da política. Rechaçando a política tradicionalmente instituída e politizando questões do cotidiano dos lugares de trabalho e de moradia, eles “inventaram” novas formas de política (SADER, 1989, p. 20).

Os movimentos sociais surgidos no período da década de 1970 passaram a transformar seus espaços e momentos do cotidiano em espaços de debates sobre os problemas enfrentados em seus empregos e a falta de assistência em seus bairros. A partir desses momentos de troca de experiência, de análise e questionamento sobre os problemas enfrentados, passaram a se organizar e reivindicar melhorias em suas condições de vida.

Dentre os movimentos sociais que surgiram na década de 1970, os que mais tiveram expressão no cenário nacional, por conta das mobilizações e lutas travadas em favor de melhorias para a vida cotidiana e nos locais de trabalho para a classe trabalhadora, foram: as CEB's (Comunidades Eclesiais de Base); o Movimento de Custo de Vida, o movimento de oposição dos metalúrgicos de São Paulo (novo sindicalismo) e a Luta pela Terra. Eder Sader discorre exaustivamente sobre a importância e sobre o processo de organização desses movimentos sociais elencados acima.

As Comunidades Eclesiais de Base tiveram o apoio da Igreja Católica e Luterana, mas eram autônomas, tinham por objetivo observar as necessidades dos moradores do bairro e debater em seus encontros o que poderia fazer enquanto membros

das CEB's, para realizarem as modificações de amenização da situação ou até mesmo para a mudança de pequenas coisas em seus bairros e suas relações cotidianas.

O Movimento de Custo de Vida era encabeçado pelos clubes de mães dos bairros que reivindicavam a não elevação do custo de vida dos trabalhadores. Essa elevação do custo de vida vivenciado pela classe trabalhadora causava condições precárias de alimentação e sobrevivência por conta da inflação alta que desvalorizava o poder aquisitivo dos salários. Muito trabalhadores eram obrigados a fazerem horas extras para conseguirem ter dinheiro para comprarem comida e pagarem as contas. A elevação do custo de vida e o arrocho salarial eram, entre outros, os principais fatores que afligiam a vida dos trabalhadores dos bairros.

O agravamento da situação de um conjunto de pessoas subordinadas ao Governo Militar, somado aos percalços vivenciados por trabalhadores em seus locais de trabalho, repercutiram em revolta e descontentamento. No ano de 1978, alguns trabalhadores metalúrgicos conseguiram tomar a direção de sindicatos, que estavam nas mãos de sindicalistas “pelegos”. Eram denominados de sindicalistas “pelegos”, os trabalhadores que mantinham laços “institucionais” dentro do sindicato entre os patrões através de práticas clientelistas, assistencialistas. A “renovação” do sindicato estava submetida ao contexto de seu presente, ou seja, repressão às formas de organização, bem como a dependência de uma condição de “legalidade” concedida pelo Estado.

O novo sindicalismo se caracterizou pela tentativa de organização dos trabalhadores que entendiam o sindicato como um espaço para debater, analisar a situação em que estavam sujeitos ao trabalho. Neste espaço, discutiam questões que afetavam diretamente o conjunto da classe operária. Vislumbravam no sindicato a representatividade necessária para lutarem e se organizarem para reivindicar as necessidades e imporem essas reivindicações aos patrões (SADER, 1989).

A organização da classe trabalhadora por meio dos “sindicatos autênticos” (sindicatos não atrelados ao Estado nem às formas assistencialistas entre os patrões e empregados) foi uma das maneiras encontradas pelos trabalhadores para manifestarem seus descontentamentos e suas reivindicações contra os patrões e os grupos aos quais estavam submetidos e empregados. As reivindicações mais contundentes entre os trabalhadores, naquele momento, eram: melhorias nas condições de trabalho, melhores refeições nos locais de serviço, aumento de salários, luta pela desburocratização dos sindicatos e seu vínculo ao Estado, que se dava pela indicação da direção pelo governo, pessoas que deveriam ocupar os cargos dos sindicatos.

Foi através desta organização dos trabalhadores e deste contexto de disputa de projetos políticos que no ABC paulista nos anos de 1978-1979 que ocorreram as maiores greves com adesão de muitos metalúrgicos e a conquista de aumento de salários, melhores comidas nos refeitórios das indústrias, o pagamento dos dias de greve e a não demissão dos líderes sindicais, por exemplo. Para mostrar através de dados o número de trabalhadores que estiveram participando de greves no Brasil no ano de 1978, David Maciel afirmou:

(...) O caráter massivo das greves de 1978 desdobrou-se numa onda grevista muito mais abrangente em termos de categorias, regiões e trabalhadores envolvidos. Segundo Alves (1989), em 1979 mais de 3 milhões e 200 mil trabalhadores entraram em greve em todo país, ocorrendo movimentos em 12 estados mais o Distrito Federal e abrangendo as mais diversas categorias, desde metalúrgicos, trabalhadores da construção civil, trabalhadores das indústrias têxteis e alimentícias, trabalhadores rurais e mineiros, até trabalhadores de transporte urbano, motoristas de táxi, comerciários, bancários, professores, servidores públicos, médicos, engenheiros e jornalistas. (MACIEL, 2004, p. 218)

É perceptível, através dos dados apresentados por David Maciel, que as greves se expandiram por todo país e várias categorias de trabalhadores, desde profissionais privados até funcionários públicos. Outro dado interessante de ressaltar é que as greves não ficaram somente no recinto urbano, expandindo-se para as áreas rurais, onde existiam condições de trabalho muito precárias como nas cidades.

Na tentativa do governo de conter essa situação, houve uma proposta de reajuste salarial, implantada pelo governo militar em 1979 através de uma lei para compensar a alta inflação, assim como a tentativa de frear o aumento do número de greves (MACIEL, 2004). Essa medida não foi bem sucedida, pois os setores da classe trabalhadora que possuíam uma organização mais consistente continuaram realizando greves.

Outra tentativa do governo para desarticular a classe trabalhadora e a oposição burguesa, foi através da aprovação do projeto de anistia, que teria como possibilidade o retorno ao país de líderes políticos de esquerda. Com o intuito de rachar o MDB, que no caso representava a oposição burguesa, e assim conseguir desmobilizar o foco de luta do partido, o governo militar desarticulou o partido com uma proposta pluripartidarista, esta proposta podia ser entendida como um avanço por parte do governo militar na reabertura política com vias democráticas. No entanto, a reabertura política conciliava com o interesse do projeto militar, e a fragmentação da oposição, por exemplo. Nesta

perspectiva, o governo incentivou que ocorresse a formação de outros novos partidos, o que já era garantido pelas reformas institucionais decretadas em 1978.

Porém, por conta dos movimentos de descontentamento da classe trabalhadora e da oposição burguesa ao regime que se agravava no país, os militares sentiram a necessidade de reavivar a formação de novos partidos, como forma de manter seu comando a frente do governo e incitar as divergências entre a oposição. Contribuindo com essa perspectiva, David Maciel atentou para:

(...) a necessidade de desarticular o “sistema oposicionista”, de modo a dividi-lo para ampliar a margem de manobra do governo, o que seria possível com o pluripartidarismo. A divisão da frente única oposicionista cumpriria a função de enfraquecer a oposição em seu conjunto, e também a de desativar a bipolaridade citada, estabelecendo alianças do governo com alguns setores oposicionistas, além de esvaziar a ação política de entidades não-partidárias e de movimentos corporativos que assumiam uma postura cada vez mais “contestatória”. (MACIEL, 2004, p. 231)

Pode-se apreender que o governo apoiou decididamente o pluripartidarismo, que se daria através da fragmentação do MDB, visava também à possibilidade de se aliar a alguns partidos para ter mais sustentação, credibilidade e apoio nas suas decisões. O grupo do partido MDB que os militares queriam desarticular, diminuir a força de pressão a eles, eram compostos pelos movimentos populares de origem católica e os trabalhadores que defendiam as ideias do “novo sindicalismo”, já que eram esses os setores mais inoportunos e oposicionistas aos militares e às medidas por eles tomadas.

Contudo, foi importante ressaltar que os militares, ao decretarem o pluripartidarismo, tomaram as devidas providências para poderem ainda ter o controle sobre a esfera política do governo. Isto aconteceu através da caracterização dos partidos que iriam se constituindo a partir de 1978, todos os partidos teriam que preservar a institucionalidade autoritária do regime ditatorial. Segundo David Maciel:

(...) A perspectiva autocrática dos partidos burgueses com que estamos lidando define-se justamente por sua funcionalidade como instrumentos de imunização da sociedade política e da arena da disputa política em relação às demandas e aos movimentos das classes subalternas. Essa funcionalidade é devida não só às suas características organizativas e ao seu conteúdo de classe, mas também ao monopólio exercido pelos mesmos e garantido pela institucionalidade autoritária como canais exclusivos de representação política diante do Estado. Esse monopólio requer, por consequência, o esvaziamento de qualquer outro instrumento que postule a função de mediação entre representação política e os interesses sociais concretos. (MACIEL, 2004, p. 233)

O objetivo dos militares com a reforma partidária era impedir que a classe trabalhadora conquistasse espaço representativo na política. Essa inserção poderia causar transtornos e dificuldades ao encaminhamento da reabertura política na perspectiva dos militares, haja vista que as organizações dos trabalhadores acelerariam o processo e tirariam o controle dos militares.

Os militares realmente conseguiram a fragmentação do MDB, já que foi o partido que mais se dividiu e constituiu novos partidos. A fragmentação do MDB foi ocasionada devido às divergências políticas que existiam dentro do partido. Estas divergências eram consequências e/ou resultados das medidas originadas no início da ditadura civil militar que havia extinguido todos os partidos de esquerda (para os militares esses partidos eram considerados partidos perigosos, pois compartilhavam as ideias socialistas), assim como, também haviam sido extintos os partidos de direita. Então, foi criado, durante o regime civil militar, o partido Movimento Democrático Brasileiro – MDB como único partido de oposição considerado legal, que passou a aglutinar várias tendências da oposição burguesa e alguns setores da classe trabalhadora. Também foi criado o partido que apoiava os militares, no caso a Aliança Renovadora Nacional - ARENA. Houve a reconstituição de antigos partidos de oposição que já existiam antes da ditadura. Como também, a constituição de quatro partidos de oposição, sendo eles: o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro); o PDT (Partido Democrático Trabalhista); o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e o PT (Partido dos Trabalhadores). Já, a ARENA foi dividida em apenas dois partidos, sendo eles: o PDS (Partido Democrático Socialista) e o PP (Partido Popular).

Paralelamente a esse processo de construção de novos partidos que ocorreu entre os anos de 1979 e 1981, houve um acirramento da crise econômica no país. No mesmo sentido da colocação acima levantada, o autor Paul Singer afirmou que:

(...) entre 1979 e 1982, as somas que se adicionavam à dívida externa não entravam no país, servindo para pagar os juros de empréstimos anteriores e para “rolar” o principal vencido a cada ano. A acentuada dependência financeira fez com que, a partir do fim de 1980, o governo brasileiro passasse a atender as exigências dos banqueiros internacionais no sentido de pôr em prática medidas de políticas econômicas de “ajuste” recessivo. (...) (SINGER, 1986, p.89)

Com a crise econômica acentuada entre os anos de 1979 e 1981, os credores externos passaram a exigir um maior controle dos gastos brasileiros. O governo teve que cortar recursos a algumas empresas, priorizando a produção de alguns produtos para diminuir a importação de produtos e realizou cortes nos setores públicos.

Algumas medidas repercutiram principalmente para a classe trabalhadora que sentiu um aumento do desemprego e arrocho salarial devido aos altos índices da inflação. Por conta desta situação, as greves no país continuavam, mesmo que entre os primeiros anos da década de 1980 houvesse tido uma queda no número de greves no país em comparação com as greves do ano de 1979 (MACIEL, 2004, p.223). De acordo com o autor David Maciel, os dados referentes ao número de greve são: “No ano de 1980, o número de trabalhadores paralisados pelas greves caiu significativamente em relação a 1979. Segundo Alves (1989), o número de trabalhadores paralisados caiu para 664 mil, aproximadamente, apesar de o número de estados onde ocorreram greves ter aumentado para 15. (MACIEL, 2004, p.223)”

Em 1982, ocorreram as primeiras eleições diretas para deputados, senadores e governadores de Estado (nem todos os Estados tiveram eleições diretas), mas com alguns empecilhos impostos pelos militares para proporcionar maior vantagem e chance do PDS ganhar na maioria dos Estados. As determinações eram que cada partido, para concorrer às eleições, teria que ter candidatos para todos os cargos em cada Estado.

Os empecilhos postos pelo governo militar para dificultar à participação dos partidos de oposição às eleições foram muitos, mas isso não afetou o bom empenho dos partidos de oposição nas eleições. O resultado foi positivo aos partidos da oposição, já que tiveram grandes conquistas nas eleições e assim, conseguiram aumentar o número de representantes dos partidos oposicionistas no Congresso. Sobre esse assunto David Maciel disse:

(...) o aumento da bancada oposicionista no Congresso Nacional permitiu que este ampliasse sua autonomia diante do Executivo federal, mesmo sob as limitações impostas pela institucionalidade autoritária reformada, configurando o fortalecimento da esfera de representação política. O fato de o PDS não poder mais aprovar sozinho os decretos governamentais ou emendar a constituição possibilitou ao Congresso exercer um papel mais ativo, como até rejeitar medidas do governo. (...) (MACIEL, 2004, pág.290)

Como historiador, David Maciel afirmou que, com o aumento dos representantes políticos de partidos de oposição ao governo militar no Congresso, cresceu a chance destes políticos conseguirem vetar emendas, projetos encaminhados pelos políticos filiados ao PDS (partido de apoio ao governo militar).

Após esse processo de eleições em 1982, outro fato que teve grande repercussão durante o processo de transição da Ditadura para a “Nova República” foi a campanha pelas Diretas Já, encabeçada por alguns partidos de oposição burguesa ao governo e

pela classe trabalhadora. O movimento das Diretas Já tinha como objetivo central conseguir que ocorressem as eleições diretas para presidente no ano de 1985.

A campanha das Diretas Já começou com o envio de uma emenda ao Congresso para passar por votação. A emenda tinha o nome de Emenda Dante de Oliveira identificada pelo nome do parlamentar proponente ao Congresso no ano de 1983. É bom ressaltar que havia várias mobilizações e atos políticos nesse período. As manifestações em torno das “Diretas Já” tiveram repercussão nacional no ano de 1984, realizando várias manifestações pelo país. David Maciel refere-se à importância atribuída para os setores de esquerda a realização das eleições diretas em 1985, afirmando que:

(...) Para os setores políticos e sociais vinculados à oposição antiautocrática, a realização das eleições diretas para presidente carregava a perspectiva de viabilização de um governo democraticamente eleito, porém comprometido com a reversão do modelo econômico e com a eliminação da institucionalidade autoritária reformada em todos os seus aspectos, articulando organicamente as dimensões política e econômica da luta antiautocrática. (...) (MACIEL, 2004, p. 300)

Porém, o Congresso Nacional conteve a campanha das “Diretas Já”, através da reprovação da Emenda Dante Oliveira e a aprovação da Emenda Figueiredo que foi enviada pelo governo ao Congresso. Essa emenda prorrogava as eleições diretas para presidente para o ano de 1988. David Maciel afirma sobre esse episódio que:

No dia 25 de abril de 1984, a principal tentativa de ruptura com a institucionalidade autoritária reformada era derrotada, e o governo militar exercia pela última vez sua capacidade de direção da arena da disputa política. O caráter popular e de massas da campanha das Diretas Já não impediu que a institucionalidade autoritária reformada a derrotasse, canalizando a perspectiva antiinstitucional que aquela carregava para a arena de disputa definida institucionalmente. (...) (MACIEL, 2004, p. 305)

David Maciel fez uma análise sobre o processo das “Diretas Já”, afirmando que os militares conseguiram mais uma vez derrotar a manifestação da oposição, que tinha como objetivo pôr fim na institucionalidade autoritária reformada do período da Ditadura. Os militares bloquearam as iniciativas de democracia requerida por setores da classe trabalhadora e pela oposição burguesa que compunham a campanha pelas “Diretas Já”.

Com a derrota da campanha das “Diretas Já”, começou a organização da composição dos partidos para lançarem seus representantes na disputa das eleições indiretas para presidente que iriam ocorrer em janeiro de 1985 pelo Colégio Eleitoral.

Entre os anos de 1984 e o mês das eleições em 1985, os partidos, juntamente com seus correligionários, travaram muitos momentos de conversa, debates para entrarem em acordo sobre os rumos a serem tomados nas eleições previstas para presidente. Os partidos de oposição burguesa PMDB e PTB discutiam sobre a importância de encontrarem um candidato que pudesse representar a oposição e assim, terem a possibilidade de vencer as eleições.

A Aliança Democrática, tendo PMDB e a Frente Liberal, lançaram o nome do político Tancredo Neves e, a partir desse momento, começou a negociar com outros partidos a possibilidade de apoio ao candidato escolhido. Por meio dessa Aliança Democrática, o discurso que faziam era de que, com a vitória de Tancredo Neves, o país sairia do período da Ditadura e passaria às vias democráticas.

O movimento da Aliança Democrática ganhou força ao logo da campanha, como afirma David Maciel: “Em setembro, mês em que Geisel definiu-se por Tancredo Neves, apoio a este chegava à metade dos membros do Alto Comando do Exército.” (MACIEL, 2004, p. 315). Além dos apoios que a Aliança Democrática conseguiu obter através de conversas e até mesmo por adesão à proposta do movimento, houveram também acordos realizados e negociações como David Maciel afirmou que:

Já o ministro Walter Pires encontrou-se com Tancredo Neves diversas vezes entre agosto e dezembro de 1984, para negociar a indicação de diversos cargos militares no futuro governo, dando apoio à nomeação de Leônidas Pires Gonçalves para o ministério do Exército e, secretamente, sua nomeação para a embaixada brasileira em Lisboa, segundo depoimento do general Octávio Costa (MACIEL, 2004, p. 317).

A “certeza” de ganhar as eleições para presidente em janeiro de 1985 foi tamanha que até negociações sobre futuros cargos estavam em jogo para conseguir apoio. Essa forma de fechar acordos, realizados pelos membros da Aliança Democrática nos apresenta as suas reais intenções: tecer vários acordos e alianças para assegurar a vitória e o apoio de governo.

Os acordos e alianças confirmadas em processo de campanha renderam ótimos frutos para Tancredo Neves, seu candidato a vice-presidente José Sarney e seus aliados, pois, nas eleições indiretas do dia 15 de janeiro de 1985, saíram vencedores sobre o

candidato do PSD, Paulo Maluf. Cumpria-se assim, o processo de transição tão prometido pelos militares, porém os mesmos não abandonaram a presença dentro dos aparelhos do Estado, e a Constituição de 1967 foi a que ficou vigorando até 1988, quando foi promulgada a nova Constituição brasileira. Esse ponto sobre as leis que continuaram regendo o país é importante de ser debatido, haja vista que, mesmo tendo um civil a frente do governo do país, e com isso ter se voltado às “vias democráticas”, as leis que orientariam e proporcionaria poderes ao presidente, era da Constituição do período ditatorial. Será que realmente podemos chamar o governo de José Sarney (1985-1989), intitulado de “Nova República” como uma volta à democracia?

O que podemos concluir ao analisar esse processo de transição do período da Ditadura para a “Nova República”, pelo qual passou o país, é que ocorreu, na verdade, um acordo entre algumas frações da classe burguesa e os militares, o processo tramitava através das eleições indiretas para presidente.

De acordo com a reflexão de Florestan Fernandes, esse período de transição vivenciado pelo país foi caracterizado como “conciliação pelo alto”, entre as frações da classe burguesa que já ocupavam o bloco do poder, Florestan Fernandes, afirmou:

(...) a conciliação pressupõe a resistência à mudança e algo ainda mais complexo, que é a esterilização da mudança. Ela só endossa a mudança “neutral”, a mudança destituída de conteúdo reformista e revolucionário (mesmo que ela se origine da modernização imposta e controlada a partir de fora, pelo império central e pelas multinacionais) (FERNANDES, 1986, p. 71).

As frações da classe burguesa que compunham o bloco no poder não queriam uma mudança que se desdobrasse em uma transformação da ordem e uma possível ameaça para as práticas capitalistas, tanto é que, quando as frações da classe burguesa caracterizam certos períodos como momentos de pânico ou como momentos de risco contra o poder que possuem, apelam à conciliação unificada para centralizarem o poder. Através da centralização do poder, a classe burguesa tenta afastar o perigo de ameaça ao poder das mesmas. As frações da classe burguesa afastam a classe trabalhadora de tentar conseguir espaços nesse processo de centralização e conciliação, pois tinham receio do que poderia acontecer caso a classe trabalhadora ganhasse espaço político institucional (FERNANDES, 1986, p. 69).

A classe trabalhadora e os movimentos sociais organizados pela mesma no processo de transição foram, em alguma medida, cooptados pelo projeto de condução da transição implantado pelos militares com apoio das frações da classe burguesa. Os

movimentos sociais que se organizavam e protestavam contra a Ditadura Militar e contra a situação que muitos trabalhadores viviam e trabalhavam, foram, ao longo da década de 1980, sendo cooptados da seguinte forma: a oposição burguesa ao regime militar, após a movimentação das Diretas Já, passou a captar e centralizar a condução da transição. Esse processo de cooptação e centralização dos movimentos sociais pela oposição burguesa tinha como finalidade a desmobilização dos movimentos sociais organizados da classe trabalhadora e não permitir o avanço desses movimentos a frente do processo de transição (MACIEL, 2004, p. 320).

Setores da classe trabalhadora, por meio de diversos movimentos sociais e organizações sociais, reivindicavam a mudança da sociedade onde tivessem mais liberdade tanto de expressão quanto política e, pudessem e se sentissem representados, garantindo melhorias nas condições de vida e de trabalho. Os sujeitos sociais que sofreram com a implantação do Regime Civil Ditatorial foram a classe trabalhadora, pois tiveram seus espaços públicos reservados para lazer, fechados, acirramento do controle policial nos locais públicos e privados. Os trabalhadores tiveram seus sindicatos destituídos de liberdade, e autonomia reduzida, sofrendo intervenção militar, não podendo mais expressar seus descontentamentos com relação ao serviço. Muitos bairros, onde morava grande parte da classe trabalhadora, não dispunham do mínimo de infra-estrutura, faltando também creches e postos de saúde. Resumindo, a situação da classe trabalhadora, no período da ditadura, foi cada vez mais piorada, intensificando os níveis de miséria.

Muitos líderes de movimentos foram presos pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOP's) e torturados, e alguns nunca mais apareceram (mas a polícia não afirma ter matado os sujeitos presos no DOP's). Os motivos alegados para prisões de sujeitos ligados a movimentos de esquerda eram de serem comunistas e assim, estarem ameaçando a "ordem" do país. Houve muitos casos de trabalhadores e sujeitos ligados aos movimentos de esquerda que foram presos sem os militares terem uma acusação formulada, simplesmente eram presos e torturados. Alguns políticos, músicos e até mesmo representantes de movimento estudantil e de outros movimentos foram exilados do país por tempo indeterminado, voltando ao país somente após a Lei da Anistia.

A classe trabalhadora brasileira vivenciou mais intensamente, nos últimos anos da década de 1970, uma situação de miséria. Eles vinham convivendo há alguns anos com as altas taxas de inflação que ajudavam a arrochar os seus salários. Por conta da

situação calamitosa em que os trabalhadores se encontravam, muitos acabavam se sujeitando a trabalhar mais horas para conseguirem um pouco mais de dinheiro.

Por conta da crise econômica que o país estava passando neste período que a fração da classe trabalhadora vivia, muitos problemas foram surgindo, como o desemprego, a falta de moradia, o aumento da violência, o aumento do número de mulheres tentando vender sua mão de obra para complementar a renda familiar.

Podemos observar que os motivos para descontentamento e revoltas da classe trabalhadora eram variados e muito contundentes ainda no processo de transição, tanto é que os militares continham os focos de manifestação dos trabalhadores através da repressão policial, através da violência física e verbal.

Mesmo por meio da vitória de um civil nas eleições indiretas para presidente em 1985, a situação precária da classe trabalhadora, a violência no tratamento das manifestações organizadas pela mesma, como as leis de organização da sociedade civil, permaneceram ainda do período da Ditadura.

Os militares permaneceram com cargos dentro do novo governo, como recompensa pelo apoio conferido a Tancredo Neves, acordos feitos durante o processo que antecipava as eleições indiretas de 1985. A função dos militares na “Nova República” era de tutela, ou seja, vigiar, serem os “guardas noturnos”. Essa função foi criada e imposta por eles como forma de terem algum controle da sociedade civil.

As frações da burguesia (como os banqueiros), que já compunham o bloco no poder, ampliaram seus espaços de atuação e ficaram a frente da direção do bloco no poder, que antes estava sendo exercido pelos militares. As frações da classe burguesa que ampliaram seus espaços no bloco do poder foram os empresários industriais, pois conquistaram mais cargos e influências no Legislativo e no Executivo, além de cargos em ministérios. Todos esses espaços representaram uma grande arma de poder, pressão dos empresários industriais para com o governo, na hora de conquistar benefícios, subsídios para os negócios dessa fração de classe. De acordo com Dreifuss, a tomada de decisões nesse período era feita por:

A formulação e seleção de diretrizes devem ser observadas levando-se em conta quem tem capacidade e acesso para lidar com elas. Além dos palpites do núcleo do Planalto, são incorporados à formulação e seleção de diretrizes as demandas e exigências, vetos e apoios dos atores privilegiados – empresários e organizações sindicais e políticas do empresariado e dos órgãos da Sociedade Política Armada. A formulação e a seleção são ajustadas, ainda, às pressões de profissionais da política (governadores, deputados, senadores e chefes de autarquias) e de certos órgãos da mídia. Na atual conjuntura, o

maior conjunto de opções e bloqueios nos Ministérios da Fazenda e Planejamento é imposto pelo FMI e pela Comunidade Financeira Internacional (que torna os ministros destas áreas meros repassadores de diretrizes). Sem falar no constrangimento que os pagamentos da dívida externa causa ao país. (DREIFUSS, 1989, p. 40-41)

De acordo com Dreifuss, no período da chamada “Nova República”, as organizações e sindicatos do empresariado conseguiram se firmar nos espaços de decisões do Estado para opinar e elaborar diretrizes de políticas a serem colocadas em prática. Dreifuss ressalta a atuação de pressão realizada por alguns órgãos da grande mídia às políticas do governo. A revista *Veja*, no período de recorte da pesquisa, no caso 1985-1989, exerceu pressão sobre o governo Sarney em defesa dos interesses dos empresariado.

David Maciel diz que, com o processo de transição, o cesarismo militar foi destituído, porém transformado em tutela militar. Eliézer R. de Oliveira (1994) apud David Maciel, tutela militar significava:

(...) basear-se-ia numa relação de apoio político e, ao mesmo tempo, de indicação de diversos limites às políticas do governo. Segundo ele, os compromissos estabelecidos entre a Aliança Democrática e as lideranças militares eram a “preservação da definição constitucional que garante ao aparelho militar o direito de intervir na ordem interna; a indústria de armamentos seria igualmente preservada sob a orientação das Forças Armadas; preservação do programa nuclear paralelo; preservação da autonomia das Forças Armadas quanto à doutrina militar, à segurança nacional, à concepção estratégica e ao desenvolvimento tecnológico. Enfim, o preparo autárquico das Forças Armadas não seria alterado; não julgamento das Forças Armadas por seu envolvimento e suas responsabilidades na repressão política. (MACIEL, 2004, p. 318).

Através da tutela, os militares garantiram liberdade política e de manutenção de suas atividades e programas de armamentos e seguiam controlando-as. Mais uma vez, esses elementos dão respaldo para afirmar que não houve a constituição de uma “Nova República” democrática no país com as eleições de 1985, pois os militares continuaram intervindo em qualquer instante, além de terem assegurados muitos de seus privilégios. Houve também a manutenção da Constituição do período do regime militar, represália policial às manifestações dos setores da classe trabalhadora, sendo consideradas ilegais as greves que realizavam.

Nesse sentido, os trabalhadores não conseguiram conquistar seus anseios, suas bandeiras reivindicadas através dos vários movimentos sociais daquele período de

transição do fim da ditadura para a “Nova República”. Os anseios da classe trabalhadora eram a liberdade de se expressarem sem serem reprimidos, poderem eleger seus representantes políticos e votarem em seus representantes de sindicatos. Mas, com o decorrer dos acontecimentos e da intensificação da luta de classes, as reivindicações da classe trabalhadora foram assumindo um caráter mais classista. As reivindicações eram: a construção de creches para seus filhos, para assim as mulheres poderem trabalhar; a instalação de postos de saúde nos bairros; além do fornecimento, pelo Estado, da infraestrutura necessária nos bairros onde moravam. Os trabalhadores queriam ter um emprego assegurado (estabilidade), com condições dignas de realizá-lo, com remuneração justa. As reivindicações da classe trabalhadora eram de âmbito político, econômico e social.

Outro elemento que se destacou nesse processo de transição foi a disputa pelas frações da classe burguesa em permanecerem dentro do comando dos aparelhos do Estado e assim, conseguirem implantar seus projetos sociais para a permanência do país nos moldes do sistema capitalista. A sociedade política era algo muito importante para as frações da classe burguesa, no caso para os empresários industriais, comerciais e os agropecuaristas, já que os mesmos precisavam adquirir mais espaços e controle dos aparelhos de Estado para ampliarem e fortalecerem suas relações frente à economia do país. As frações da classe burguesa, no caso os empresários industriais, bem como os comerciantes, possuíam interesses econômicos diferentes, por conta das especificidades, mas, mesmo com essas diferenças, as frações da classe burguesa sempre tiveram algo maior que os uniam, no caso um projeto social. Porém, no período da “Nova República” no Brasil, as frações da classe burguesa não tinham algo maior, como um projeto social homogêneo que as unissem, por isso esse período foi compreendido por alguns historiadores, como momento de crise de direção das frações da classe burguesa. Essa situação era consequência da crise mundial vivenciada pelo capitalismo desde a década de 1970 que se arrastava na década seguinte por causa do colapso gerado pelo “Estado de Bem Estar Social” (termo construído, para caracterizar um período de expansão da industrialização mundial e com ele a expansão de um modo de vida, do consumo). Para recompor o crescimento e os altos índices de produtividade dos anos anteriores, foi implantado mundialmente o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, tendo sua consolidação na década de 1990, a nível mundial (DIAS, 2006). Porém, no Brasil, havia divergências quanto à forma de se processar a implantação do neoliberalismo pelos empresários industriais, comerciais e agropecuaristas.

Há falta de unidade das frações da burguesia, tanto entre os empresários industriais como entre os comerciantes, os agropecuaristas e latifundiários, na constituição de um projeto social para a “Nova República”. Isto se justifica em alguma medida, pelas divergências nos termos de como deveria ser implantado o neoliberalismo no Brasil e de como tentar tirar o país da crise econômica. Lembrando, é claro, que nem todas as frações da classe burguesa defendiam a implantação do neoliberalismo no país durante a década de 1980.

Apesar da falta de unidade entre as frações da classe burguesa em torno de um projeto social hegemônico no período da década de 1980, as mesmas asseguraram e ampliaram seus espaços dentro dos aparelhos do Estado. Uma vez que, a detenção do controle dos aparelhos do Estado era de extrema importância para as frações da burguesia permanecerem com seus interesses assegurados. Com relação à importância e função do Estado, Gramsci o concebeu como:

(...) organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto. (...) (GRAMSCI, Vol.3, 2002, p. 41-42)

A definição de Estado problematizada por Gramsci permite refletir sobre o processo de transição do período da ditadura civil militar para a chamada “Nova República”, pois, segundo a caracterização de Florestan Fernandes (1986), o Brasil passou por uma “conciliação pelo alto”. O momento de transição serviu como espaço para que os empresários industriais construíssem e conquistassem condições para conseguirem “direito” perante o bloco no poder, “de obterem certa igualdade política e jurídica” (GRAMSCI, vol. 3, 2002, p. 41). Outra medida importante trabalhada e colocada para obtenção da hegemonia pelas frações da classe burguesa foi a de ampliarem os mecanismos políticos, inclusive para cooptar a classe trabalhadora, juntamente com suas organizações, movimentos sociais. Essa cooptação da classe trabalhadora, pelas frações da classe burguesa, no caso os empresários industriais e comerciais, justificava-se pelo fato dos trabalhadores estarem muito organizados e

poderem, de alguma forma, interferir no andamento da “Nova República” (NEVES, 2005, p.110).

O projeto social que estava sendo pautado pelas frações da classe burguesa na década de 1980, mais precisamente pelos empresários industriais organizados na Fiesp, era, segundo Alvaro Bianchi:

Ao longo dos anos 1980, no Brasil, a defesa do liberalismo gradativamente abandonou o campo estritamente doutrinário e passou a se apresentar como programa político. Nos últimos anos da década, na medida em que a crise orgânica assumiu contornos mais agudos, essa transformação se completou. Para o empresariado, a alternativa neoliberal era um programa capaz de alterar a relação de forças entre as classes por meio de reorganização econômica e da recomposição social, mas o impacto desse projeto sobre as diferentes frações da burguesia foi diferenciado. (BIANCHI, 2010, p. 235)

As frações da classe burguesa no Brasil, mais precisamente os empresários industriais e comerciais, estavam tentando reconstruir a hegemonia e reformar o projeto social para ser implantado no país. O projeto social que estava em voga durante a primeira metade da “Nova República” era a tentativa de recuperar a economia brasileira, cortando os gastos públicos, privatizando as estatais que, segundo o discurso dos empresários industriais, não rendiam lucros aos cofres públicos, expansão de créditos para as indústrias.

Outro autor que ajuda a pensar sobre a não implantação e consolidação de um projeto neoliberal no Brasil, na década de 1980, é o Luiz Filgueiras que afirma:

O Brasil foi o último país da América Latina a implementar um projeto neoliberal. Tal fato deveu-se, de um lado, à dificuldade de soldar os distintos interesses das diversas frações do capital até então presentes no moribundo Modelo de Substituição de Importações (MSI) e, de outro, à intensa atividade política desenvolvida pelas classes trabalhadoras na década de 1980 – que se expressou, entre outros eventos, na constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) e na realização de cinco greves gerais entre 1983-1989 (FILGUEIRAS, 2006, p. 180-181).

O autor traz outro elemento que é de fundamental importância, a classe trabalhadora, pois os trabalhadores, por meio dos seus embates com o governo e com as frações da classe burguesa (empresários industriais, banqueiros), dificultaram também a implantação e a construção do projeto neoliberal no Brasil, na década de 1980. A década de 1980 foi extremamente importante para entender como se processou a ampliação das

organizações das classes sociais possibilitando a compreensão da ampliação do Estado brasileiro nesse período.

É importante ressaltar que o projeto social defendido por uma parte dos empresários industriais brasileiros, no caso o neoliberalismo, não era compartilhado pelo restante dos empresários industriais. Tanto é que, esse período da “Nova República” foi visto e analisado por René Dreifuss em sua obra “*O Jogo da Direita*” como sendo um momento de desorientação das direitas, pois não havia um projeto social comum entre as direitas brasileiras (DREIFUSS, 1989, p.265-267).

Para compreender um pouco melhor como se procedeu as práticas políticas e econômicas desenvolvidas no primeiro governo com um presidente civil no comando do país, no próximo tópico ocorre a análise de que forma e com qual intenção a revista Veja fez a cobertura sobre as medidas econômicas decretadas pelo Governo Sarney durante os anos de 1985-1989. É importante ressaltar que o objetivo central dessa pesquisa não foi o Governo Sarney e sim, perceber como a revista Veja fez a cobertura dos planos econômicos implantados entre os anos de 1985-1989 e as consequências desses planos para classe trabalhadora.

1.2 CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO: SARNEY PRESIDENTE DO BRASIL

O processo de transição se efetivou num primeiro momento, com as eleições indiretas para presidente que ocorreram no Colégio Eleitoral em janeiro de 1985, com a vitória de Tancredo Neves, representante da Aliança Democrática, sobre o candidato do PDS, Paulo Maluf.

O novo presidente da república Tancredo Neves, após sua vitória nas eleições indiretas começou a organizar a agenda de prioridades dentro de seu governo. Tancredo Neves, juntamente com seus aliados que compunham a Aliança Democrática, começou as negociações e conversas para debaterem as prioridades que seriam pautadas no governo e quais políticos iriam integrar o novo governo. Uma das prioridades do presidente Tancredo Neves era desenvolver mecanismos que conduzissem o país para amenização da crise econômica em que se encontrava e aumentar o crescimento econômico, baixando os índices da inflação.

Na composição do governo civil, eleito em 1985, verifica-se que grande parte dos políticos já havia ocupado cargos no período do governo da ditadura civil militar. Muitos dos políticos que foram escolhidos para compor os cargos no governo já tinham grande experiência anterior. Para ratificar essa afirmação, David Maciel se utiliza da reportagem publicada no Jornal do País, do dia 21/03/1985, que atentou para:

(...) Além do vice-presidente José Sarney, ex-presidente do PSD e político cuja carreira se devia em grande parte ao apoio irrestrito que prestou aos sucessivos governos militares, integraram este campo os ministros do PFL Aurelino Chaves (Minas e Energia), vice – presidente de Figueiredo; Marco Maciel (Educação); Olavo Setúbal (Relações Exteriores) e Paulo Lustosa (Desburocratização e Descentralização). Do PSD integrou o ministério Antonio Carlos Magalhães (Comunicação). Do PMDB, Afonso Camargo (Transporte), ex-senador biônico pelo PSD, e Carlos Santana (Saúde), também um ex-membro do PSD. Nos ministérios militares, Tancredo indicou oficiais que contavam com o apoio do ex-presidente Ernesto Geisel, com Leônidas Pires Gonçalves (Exército), Ivan de Souza Mendes (SNI), oficiais que foram negociados com os ministros militares que saíram, como Henrique Sabóia (Marinha), Moreira Lima (Aeronáutica) e José Maria do Amaral (Estado Maior das Forças Armadas), ou que tinham vínculos pessoais com ele, como Rubens Denis (Casa Militar). Apesar de não possuir vinculação partidária, Francisco Dornelles (Fazenda) também compôs o núcleo conservador por ter trabalhado na Secretaria da Receita Federal no governo Figueiredo e por possuir ligações com os ex-ministros Delfim Neto e Mário Henrique Simonsen. (MACIEL, 2008, p. 52)

Através deste trecho de jornal, David Maciel apresenta dados interessantes para reflexão, pois todos os nomes dos políticos mencionados acima ocuparam cargos importantes no governo da Ditadura Civil Militar. Tancredo Neves, juntamente com sua equipe, procurou assegurar que políticos com certa experiência compusessem os ministérios de seu governo. Esses políticos com experiência tiveram cargos importantes ou com relevância durante o período do Civil Militar, ou seja, não era qualquer político que estava sendo convidado para ocupar os cargos no governo.

Tancredo pouco pôde fazer sob a frente do governo do país, já que foi hospitalizado e passou seu primeiro mês de mandato internado, até seu falecimento no mês de abril.

Durante todo esse período que antecedeu a morte de Tancredo, José Sarney respondeu pelo comando do país, até que, em abril, após a morte de Tancredo, Sarney, vice-presidente, assumiu a presidência do Brasil. Porém, esse tornar-se presidente do país, não ocorreu de forma tão tranquila assim, houveram embates, principalmente travados pela oposição, ou seja, por setores da classe trabalhadora, que reivindicava

eleições diretas para presidente, já que o presidente eleito de forma indireta havia morrido.

Porém, o resultado desse impasse foi a permanência de José Sarney à frente do comando do governo brasileiro. Sarney manteve o compromisso perante as frações da classe burguesa de que iria dar continuidade aos planos elaborados por Tancredo Neves e que os Ministérios iriam permanecer com os mesmos políticos indicados por meio da Aliança Democrática.

Os Ministérios negociados por Tancredo, com base na Aliança Democrática, eram compostos por políticos que representavam os interesses das frações da classe burguesa, desde empresários industriais, comerciais, agropecuaristas, latifundiários e banqueiros. Com o intuito de exemplificar melhor esta afirmação, o autor René Dreifuss afirma através de uma reportagem do Jornal do Comércio, do dia 19/20.10.1986, que:

(...) É interessante notar que uma boa parcela dos ministros do governo Sarney, embora aparecendo como políticos e figuras de partido, é de empresários de origem ou “convertidos”, após rápida estadia nos escaninhos governamentais. Entre eles, podemos lembrar o falecido Dilson Funaro (Trol S.A. Indústrias de Brinquedos), que foi ministro-pai do Plano Cruzado I, Antonio Carlos Magalhães (vínculos importantes com a Oas Construtora, TV Bahia e jornal ‘Correio da Bahia’); Almir Pazzianotto (produtor de cana no município de Tietê e pecuarista no Rafard, além de proprietário de terras para a internada de gado); Paulo Brossard (pecuarista em Bagé, RS); Íris Rezende (pecuarista em Britânia, Goiás); Aurelino Chaves (cafeicultor e pecuarista, Fazenda da Serra); Roberto de Abreu Sodré (cafeicultor em Avaré, São Paulo e em Paraná, ex-membro do Conselho de Administração do Banco Mercantil de São Paulo e da Cia. City de Desenvolvimento); Roberto Santos (cafeicultor e produtor de cacau na Bahia); Aloísio Alves (jornal ‘Tribuna do Norte’ e vínculos com Rádios Cabuci e Difusora de Natal); Jorge Bornhausen (ex-proprietário da empresa Raimann, do setor eletromecânico e ex-proprietário do Banco Áurea e do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina); Deni Schwartz (fazendeiro em Londrina, Paraná e sócio de outros empreendimentos agrícolas); Olavo Sebútal (Banco Itaú); Roberto Cardoso Alves (agropecuarista); Elmo Camões (ex-presidente do Banco Central e dono da Distribuidora Capitânea) (DREIFUSS, 1989, p.38-39).

Através do trecho apresentado por René Dreifuss, foi possível constatar que o processo de transição culminou em uma acomodação de frações da classe burguesa dentro do novo governo, possibilitando uma expansão maior dessas frações no espaço político institucionalizado e burocratizado. Esses espaços eram vistos como possibilidade de disputa para implantação dos diversos projetos sociais pelas frações da classe burguesa, assim como, da classe trabalhadora.

Um aspecto interessante de ser abordado a partir da citação de René Dreifuss foi perceber que alguns nomes dos políticos citados pelo autor apareceram nas páginas da revista *Veja* durante a gestão do Governo Sarney (1985-1989). A afirmação sobre esse fato foi constatada a partir das análises das matérias da revista *Veja* no processo de elaboração do texto desta dissertação. Os políticos que apareceram com mais frequência nas páginas da revista *Veja* foram: Dilson Funaro, Antônio Carlos Magalhães, Almir Pazzianotto, Aureliano Chaves e Roberto Gusmão. Estes políticos mencionados acima, foram muitas vezes consultados pela revista *Veja*, tiveram suas ideias e opiniões sobre o governo Sarney publicadas como sendo verdades incontestáveis, tudo isso para dar mais ênfase, pela revista, à abordagem dos fatos que envolviam o Governo.

Foi com base nessas constatações sobre o cenário político que, durante o governo do presidente Sarney, David Maciel caracterizou a gestão da “Nova República” (que se iniciou com Tancredo, que depois foi substituído por Sarney), da seguinte forma:

(...) No entanto, se considerarmos o conteúdo político do governo, para além das formalidades partidárias, concluiremos tratar-se de um governo francamente autocrático, comprometido com um processo de mudanças extremamente limitado e em cujo núcleo destacava-se um campo conservador comprometido em preservar, o máximo possível, a antiga institucionalidade política (...). (MACIEL, 2008, p.53).

Além da presença de membros das frações da classe burguesa no governo, outra presença já citada é a dos militares, principalmente da alta patente das Forças Armadas, que permaneceram na gestão de Sarney com seus Ministérios, que se enquadravam na Lei de Segurança Nacional.

A partir desse panorama sobre como procedeu o governo de Sarney, serão discutidos e problematizados mais precisamente as políticas desenvolvidas ao longo dos anos de 1985-1989. O recorte temporal sobre os anos a ser analisado do governo se justifica pelo fato de servir como forma de perceber, através das matérias e dos editoriais da revista *Veja*, qual a relação da revista com o governo Sarney.

As medidas adotadas pelo novo governo tinham por objetivo amenizar a crise econômica, em que o país estava, aumentar o PIB brasileiro, diminuir as taxas de inflação e conter as greves organizadas pelos trabalhadores. As medidas e propostas planejadas pelo novo governo, também tinham como foco garantir o apoio dos empresários industriais, comerciais, assim como os agropecuaristas e latifundiários, à

nova gestão. Os políticos que incorporaram o novo governo eram representantes das várias frações da classe burguesa, como já mencionados anteriormente.

Uma das medidas planejadas por Tancredo Neves era de fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O acordo com o FMI tinha o intuito de realizar cortes nos gastos públicos, prazos mais longos para o pagamento do montante da dívida externa e, assim, adquirir credibilidade com os credores externos. Esse acordo com o FMI iria ajudar o novo governo a organizar e tentar estabilizar a economia brasileira. O governo iria utilizar das exigências do FMI para alegar as políticas recessivas e os cortes do orçamento do país. O acordo planejado por Tancredo Neves não foi colocado em prática logo no primeiro ano de governo, por desentendimento de prazos entre o FMI e o governo. O novo governo adiou a tentativa de acordo com o FMI (SINGER, 1986, p. 97).

Dentre as metas planejadas e apresentadas por Tancredo Neves para contenção da crise econômica se destacou num primeiro momento, como atenta David Maciel:

Em primeiro lugar, a questão da crise econômica foi tratada numa perspectiva ortodoxa, combinando o gradualismo monetarista no combate à inflação, e não um “choque” de conteúdo heterodoxo, o corte de gastos públicos visando ao saneamento do déficit público e a negociação da dívida externa. Esta teria como pré-requisito o fortalecimento das reservas cambiais—particularmente por meio das exportações, com vistas a condições melhores para fazer frente à pressão do FMI e negociar o desconto de parte da dívida, a incorporação de metade dos juros no principal da dívida e carência de quatro a cinco anos para a retomada do pagamento, descartando peremptoriamente a moratória. Esta orientação se baseava no diagnóstico de que a crise econômica era fruto, principalmente, de problemas políticos derivados do caráter autoritário do regime, com a má administração e o patrimonialismo, passíveis de solução por um governo com legitimidade “democrática”, capaz de “moralizar” a administração pública. (MACIEL, 2008, p. 54-55)

A orientação sobre as medidas a serem colocadas em prática para uma possível contenção da crise econômica foi organizada por economistas ligados ao PMDB, como no caso João Manuel Cardoso de Melo e Luiz Gonzaga Belluzzo que faziam parte da ala dos economistas conhecidos na época como economistas “críticos” (MACIEL, 2008 p. 55).

O novo corpo de políticos do governo colocava a culpa da crise econômica no antigo regime, como forma de eximir-se da culpa sobre a crise, já que muitos dos políticos da nova gestão também fizeram parte do antigo regime.

Outro ponto interessante de ser abordado antes de entrarmos na análise das matérias e dos editoriais da revista *Veja* é analisar a criação de entidades e organizações na tentativa de unirem as frações da classe burguesa, desde os empresários industriais aos comerciais, assim como os agropecuaristas, latifundiários e banqueiros, na elaboração de medidas para implantação de projetos sociais. Os projetos sociais que estavam sendo discutidos eram voltados para implantação de medidas que incorporassem as medidas neoliberais. Esses projetos visavam uma maior autonomia das frações da classe burguesa nas questões econômicas, mas com a assistência de verbas e incentivos do Estado.

René Dreifuss aborda esse assunto sobre as organizações e entidades das frações da classe burguesa:

Mas estes esforços, limitados em escopo e sentido de atuação, e a própria pobreza dos partidos conservadores, obrigariam o empresariado a criar novas organizações políticas, que, de certa forma, substituiriam ou complementariam os partidos inoperantes ou frágeis e a fraqueza das suas associações e federações 'sindicais'. Um precursor importante, na tentativa de reorganizar as classes empresarias e dotá-las de organizações mais adequadas aos novos desafios foi a *Ação Empresarial*, de Rui Barreto, o presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e a da Confederação das Associações Comerciais do Brasil. A *Ação Empresarial* foi, talvez, o primeiro sinal importante de que as associações tradicionais eram insuficientes para a ação política dos novos tempos (...). (DREIFUSS, 1989, p.49)

Como é possível perceber, através da argumentação de René Dreifuss, as diferentes frações da classe burguesa passaram a reorganizar entidades/organizações com objetivo de discutir maneiras de aumentarem suas receitas, assim como conseguir que seus representantes dentro do governo conquistassem mais vantagens e subsídios para as mesmas. Resumindo, as entidades e organizações da direita tinham como objetivo central apontar direção e conseguir criar um projeto social que pudesse unir as frações da classe burguesa naquele momento.

É importante atentar para estas considerações apresentadas acima sobre as formas de organização e as entidades criadas pelas frações da classe burguesa, pois com a análise das matérias, principalmente no 3º capítulo desta dissertação, serão investigadas essas organizações patronais, para poder perceber qual relação elas tiveram com as medidas tomadas pelo governo durante a gestão Sarney.

Mas, por enquanto, será analisado de que forma e com quais intenções a revista *Veja* fez a cobertura das medidas econômicas e encaminhamentos tomados pelo governo entre os anos de 1985-1989 e perceber as consequências para a classe trabalhadora.

1.2.1 ANÁLISE DA REVISTA VEJA SOBRE OS CINCO ANOS DO GOVERNO SARNEY

Primeiramente, é importante explicar que a análise construída neste tópico foi um demonstrativo da relação que a revista Veja foi construindo ao longo do governo Sarney. Como o foco desta dissertação não é essa relação que a revista Veja construiu com o Governo Sarney, a análise foi realizada através da seleção de algumas matérias e editoriais entre os anos de 1985-1989 (quadro das matérias em anexo 1) e, que contemplavam mais especificamente os Planos Econômicos elaborados e implantados durante os cinco anos de Gestão do Governo de José Sarney. Esses planos econômicos tinham por objetivo, segundo os economistas do Governo, diminuir os índices de inflação e manter o ritmo de crescimento econômico no país. A escolha pelos planos econômicos também se justificou pela quantidade de planos econômicos que foram implantados no período de cinco anos. A tentativa, através das análises das matérias, é de perceber de que maneira procedeu a relação da revista Veja com o Governo Sarney.

O governo, nos seus primeiros meses de gestão, promoveu algumas reformas institucionais que tinham como objetivo expandir e diversificar as esferas de representação política em relação às representações burocráticas. Essas medidas tinham o intuito de transferir uma maior responsabilidade para a esfera de representação política sobre os assuntos de conflitos políticos não isentando o governo de intervir quando necessário (MACIEL, 2008, p. 79-80). As principais reformas sancionadas foram: Extinção do Colégio Eleitoral e aprovação de eleições diretas para presidente; Lei Ulysses que tinha como objetivo determinar quanto tempo cada partido político teria para realizar a propaganda eleitoral em momentos de eleição, sendo só permitida aos candidatos a propaganda. A campanha e propaganda só poderiam acontecer 90 dias antes do dia da realização das eleições (MACIEL, 2008, p.80- 81). Outras reformas realizadas foram em relação aos partidos políticos que passaram a ter liberdade de organização, sem restrições aos partidos que possuíam uma ligação ideológica às teorias comunistas; assim, bem como na questão sindical, houve a anistia para os dirigentes sindicais punidos pelo governo anterior, a revogação da portaria que proibia a formação de entidades intersindicais e, em 1986, houve o cumprimento político de não intervenção do governo nos sindicatos e também, a criação da Comissão Constituinte (MACIEL, 2008, p.81-83).

Outra empreitada do governo, no ano de 1985, foi a tentativa de conter a inflação e baixar o déficit público. O governo, para tentar conter o déficit público, promoveu a política de contenção dos gastos públicos, aumento das exportações em relação às importações, congelamento de preços, mas só em setores públicos (MACIEL, 2008, p. 92). Por causa dos altos índices da inflação presentes no país, a classe social que mais sofreu e sentiu as consequências dessa situação, foi a classe trabalhadora brasileira. Tanto é que, para tentar amenizar as consequências da inflação, a classe trabalhadora, ligada e filiada aos sindicatos, organizou manifestações, paralisações e greves para exigir correção dos salários aos patrões, devido à deterioração causada pela inflação.

A classe trabalhadora, no ano de 1985, organizou e realizou muitas greves reivindicando melhorias nas condições de trabalho e aumento salarial. As greves organizadas pelos trabalhadores intensificaram no início do mês de maio, provocando um mal estar no governo. A revista *Veja* acompanhou as greves do mês de maio e suas consequências para o governo. A revista publicou uma matéria na seção Brasil, no dia 22/05/1985, com o seguinte título: **“Fraturas expostas: As greves provocaram o primeiro racha no ministério (grifos meus).”** *Veja*, no título da matéria comparou as greves a um acidente que ocasionou quebra e lesões graves, pois afirmou que existiam fraturas abertas que teriam sido geradas pelas greves. A revista, no título, culpou as greves pelo racha que ocorreu no ministério. No início da matéria, *Veja* tentou explicar entre quais ministérios ocorreu o racha por causa da greve, dizendo que:

Na semana passada, defrontado com a onda de greves que percorre o país, o ministério herdado pelo presidente José Sarney exibiu ostensivamente as fraturas que o assolam. Na terça-feira, os ministros do Trabalho, Almir Pazzianotto, e da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, colocaram-se em campos opostos quanto à melhor maneira de tratar movimentos grevistas. (...) As rachaduras na equipe emergiram na manhã de terça-feira, quando **Roberto Gusmão** concedeu uma entrevista ao programa *Bom Dia Brasil*, da TV Globo, e, convidado a opinar sobre as greves, **criticou abertamente o desempenho de Pazzianotto. “O movimento grevista exorbitou seu caráter reivindicatório e ingressou no campo das reivindicações políticas instigadas por radicais”,** começou Gusmão. **“As negociações devem ser feitas exclusivamente entre patrões e empregados,** cabendo à Justiça decidir sobre os pontos em que as partes não entrem em acordo”, emendou, para em seguida colocar o dedo na ferida. “Quando a Justiça diz que uma greve é ilegal tem de ser respeitada. No nosso caso, **o ministro do Trabalho vai e se antecipa em atender aos grevistas. Está errado.** (Veja 22/05/1985 p. 20) (grifos meus)

A revista, no trecho acima, mostrou que existia na verdade, divergências e posicionamentos diferentes entre os ministérios, quanto ao assunto greve. Essas divergências só foram “*expostas*”, utilizando a palavra da revista, por causa da entrevista concedida por Roberto Gusmão (ver no anexo 2 um pouco sobre a trajetória desse político) ao programa da TV Globo. Na entrevista concedida pelo ministro da Indústria e Comércio, ele criticou primeiramente a conduta dos grevistas, reprovando em sua fala as reivindicações dos trabalhadores, isso porque não admite que “**os movimentos grevistas ingressem no campo de reivindicações políticas**”, segundo a fala do ministro. De acordo com a fala de Roberto Gusmão, ele não admitia que os trabalhadores fizessem greve reivindicando questões do âmbito político. Roberto Gusmão ainda adverte que as negociações com relação aos grevistas não deveriam ter a interferência do governo (isso só em último caso, para diminuir divergências). Dessa forma, pode-se refletir que Roberto Gusmão estava querendo favorecer aos patrões nas negociações com seus empregados. Mesmo porque, a função de Roberto Gusmão, dentro do Governo, era criar condições de expansão, políticas que favorecessem os empresários industriais e aos comerciantes para que pudessem crescer em seus negócios, uma vez que, deve pensar em favor dos patrões e não dos trabalhadores, porém essas colocações não eram publicadas pela revista Veja em suas matérias. Outro elemento que foi perceptível através da matéria era que Gusmão estava tentando impedir uma política “populista” por parte do governo. Porém, desta forma, a parte que estaria sendo prejudicada seria os trabalhadores, pois seus patrões viam as suas reivindicações como aumento das despesas e, muitas vezes, não negociavam devido a este motivo. O ministro, na sua última fala, criticou a forma como o Ministro do Trabalho realizou as negociações com os trabalhadores, pois achava que dessa forma Almir Pazzianotto (ver anexo 3 sobre a trajetória deste político) estava favorecendo os trabalhadores, quando os atendeu. E, o trabalho do Ministro do Trabalho, de acordo com o Roberto Gusmão, seria de intermediador, em últimos casos, deixando que os trabalhadores e patrões entrassem em um acordo.

A revista não afirmou na reportagem os motivos que levam os trabalhadores muitas vezes, a realizarem suas greves. Os trabalhadores não conseguem dialogar com seus patrões para exporem as melhorias e reivindicações que necessitam. Os trabalhadores realizaram greves para diminuir em alguma medida a intensificação da exploração que sofrem pelos seus patrões. A intenção da revista, nesse trecho, além de apresentar a existência das divergências no governo com relação às greves organizadas

pelos trabalhadores, era se utilizar da fala “oficial” de um político que expressava em sua fala a prática que deveriam ter com os grevistas e mostrava que as greves causavam fraturas no governo, que era a prática pontual que a revista Veja compartilhava.

Na sequência da matéria, a revista trouxe trechos que mostravam que o presidente José Sarney chamou o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, e o Ministro da Indústria e do Comércio para conversarem e resolverem o mal estar que foi gerado pela entrevista de Roberto Gusmão. Ainda na mesma matéria, a revista, na tentativa de mostrar que o governo não era a favor das greves e que estava tomando providência para conter as manifestações realizadas pelos trabalhadores, afirmou que:

(...) o ministro das Comunicações endureceu. Quarenta carteiros do Rio de Janeiro, cuja greve se encerrara na véspera, foram **demitidos**. Antônio Carlos, também determinou a publicação de anúncios nos jornais de São Paulo oferecendo vagas para carteiros e decidiu que, ao contrário do que houve no Rio, os grevistas paulistas terão **descontados dos seus salários** os dias em que faltaram ao trabalho. O ministro tem a **colaboração da Polícia Federal**, encarregada de **identificar a presença nos piquetes de quem não seja carteiro**. (Veja, 22/05/1985, Grifos meus)

A revista ao publicar, em uma parte da mesma matéria, as atividades desempenhadas pelo governo para conter as greves, teve objetivo de valorizar o desempenho do governo para reprimir as manifestações. Os embates entre os grevistas e o governo se davam através de demissões e da repressão pela Polícia Federal. A revista tinha acordo com as maneiras pelas quais o governo estava tentando conter os trabalhadores, mencionadas acima no trecho da revista. Uma das formas “encontradas” pelo governo para conter os trabalhadores como está destacado no trecho é **DEMITIDOS**, o governo queria intimidar/amedrontar/alertar os trabalhadores para não realizarem e nem pensarem em organizar greves ou mobilizações, pois seriam demitidos caso isso acontecesse.

Outra forma usada pela revista para conter e punir os trabalhadores que estavam em greve foi noticiar os descontos nos salários dos trabalhadores que faltaram no serviço. E, para finalizar as medidas adotadas pelo governo como forma de conter as greves, Veja noticiou que o ministro tinha a “colaboração da Polícia Federal”. O governo estava utilizando as formas e medidas possíveis para barrar as greves organizadas pelos trabalhadores e, para isso, contava com a presença da Polícia Federal.

A revista Veja, além de “analisar” os conflitos, as condutas e medidas adotadas pelo governo de Sarney, esteve também se preocupando em apresentar as funções que seriam de responsabilidade do governo.

A carta ao leitor da revista Veja do dia 29/05/1985 é uma análise sobre a intenção do Governo de rever a legislação sobre as greves. Essa intenção expressada pelo Governo era, em alguma medida, resposta aos acontecimentos noticiados e comentados na revista do dia 22 de maio de 1985, com relação à divergência de opinião sobre as greves entre os ministros do Trabalho, Almir Pazzianotto e o ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão.

Veja possui uma seção, em sua revista, chamada de Carta ao Leitor que, segundo a historiadora Carla Luciana Silva, seria:

(...) o seu editorial. O fato de não chamar de editorial tem a ver com a tentativa permanente de descaracterizar esse texto como um posicionamento político, buscando defini-lo como simples “verdade”, mesmo que o seu sentido original fosse ser uma “carta” ao “leitor”. (SILVA, 2009, p. 90)

No decorrer da análise dos trechos extraídos dos editoriais da revista Veja, pôde-se constatar que os elementos afirmados pela autora acima se procede. Foi, nas Carta ao Leitor, encontrado o posicionamento explícito da revista Veja sobre questões políticas e econômicas. A revista não utilizou, em nenhum momento, na Carta ao Leitor, recursos jornalísticos, como no caso, as vozes autorizadas e nem “dados” retirados de instituições.

Veja, em sua carta ao leitor do dia 29/05/1985, fez uma “análise” da atitude do governo de rever a legislação sobre as greves. A revista se colocou a favor de que as negociações dos conflitos trabalhistas fossem realizadas entre empregados e patrões, afirmando que:

(...) é sem dúvida animador registrar o desejo do governo de incentivar a solução de tais conflitos através da negociação entre as partes, e não por intermédio da intervenção do Estado e seu Ministério do Trabalho. Com efeito, **vem cada vez mais à luz a evidência de que, num conflito entre os trabalhadores e as empresas destes ou daquele ramo de atividade, o Ministério do Trabalho simplesmente não é parte.** Partes legítimas são os empregados e quem os emprega; interesses legítimos são aqueles que uma ou outra destas partes define. Quem não tem nada a ver com isso é justamente o governo. (Veja, 29/05/1985, grifos meus)

A revista, neste trecho, deixou claro seu posicionamento: era a favor da negociação entre trabalhadores e patrões, sem a intervenção do Ministro do Trabalho. A

opinião e posição compartilhada pela Veja era a mesma opinião expressada na semana anterior pelo ministro da Indústria e Comércio, Roberto Gusmão, que era contra a intervenção do Ministério do Trabalho nas negociações das greves. Os conflitos teriam que ser resolvidos entre os trabalhadores e patrões, ou seja, a revista incentivou/apoiou o desmantelamento de proteção dos trabalhadores assegurados nos aparelhos do Estado, como no caso, a interferência do Ministro do Trabalho nas negociações de greve. Pode-se concluir que a função do Ministro do Trabalho, segundo a visão da revista Veja, deveria ser sempre em defesa dos patrões e da expansão do capital e deixar a mercê os trabalhadores e nem os representá-los.

A revista, ainda em seu texto, mencionou qual deveria, então, ser a função exercida pelo governo perante às questões trabalhistas. De acordo com Veja: “as únicas funções cabíveis dos órgãos do governo nos conflitos trabalhistas são, no lado do Executivo, a manutenção da ordem legal e, no lado do Judiciário, a arbitragem entre um lado e outro (Veja, 29/05/1985)”. Para a revista, o governo não deveria se intrometer tanto nas questões de conflito trabalhista. O governo só deveria ser acionado, nas questões trabalhistas, quando se tratasse de questões mais burocráticas e para garantir a manutenção da ordem, como alegou a revista. Pode-se concluir, com isso, que Veja queria conduzir o governo a deixar, nas mãos dos trabalhadores e patrões, as negociações e conflitos de greves.

Na sequência do texto da carta ao leitor do dia 29/05/1985, a revista Veja sugeriu um encaminhamento de liberalização das organizações sindicais por parte do governo, dizendo:

O afastamento do **Estado** da mediação dos embates trabalhistas, entretanto, não é suficiente. **Ele deveria ser completado pela concessão de genuína liberdade à organização sindical, hoje emperrada por um cipoal de exigências legais que só interessa a quem quer mandar nos trabalhadores.** Essa liberalização, obrigatoriamente, teria de **começar pela destruição da atual estrutura de sindicatos, federações e confederações, pelo fim do imposto sindical e pela possibilidade de os trabalhadores organizarem quantos sindicatos quiserem,** sem ter de pedir licença a ninguém nem se submeter a regulamentos administrados pelo governo. Só aí se poderá começar a falar em liberdade sindical – um elemento indispensável a negociações efetivamente livres entre empregados e empregadores. (Veja, 29/05/1985, grifos meus)

A revista Veja, além de entender que era importante o Estado não interferir nos conflitos entre os trabalhadores e patrões, também apresentou sua posição e a proposta de encaminhamento sobre a concessão da liberdade à organização sindical. A revista

afirmou que o Estado deveria conceder a liberdade de organização sindical, porém ela só reforçou essa ideia para poder acabar com a principal organização da central sindical brasileira, a Central Única dos Trabalhadores - CUT (central recém criada e de luta). Veja não descreveu em seu texto, que era a CUT a responsável pelas principais organizações e manifestações de descontentamento dos trabalhadores no país, mas ficou subentendido, entre linhas, que era da CUT que a revista Veja estava falando.

Veja continuou, nos meses seguintes, fazendo cobranças sobre o governo. A revista, ao mesmo tempo em que apoiou quando conveniente as atitudes tomadas pelo governo, também fez críticas e sugeriu direcionamentos.

O texto da seção Carta ao Leitor do dia 05/06/1985 cobrava certo posicionamento do presidente José Sarney, dizendo:

Existe dentro do governo do presidente José Sarney, e entre as forças políticas que o apóiam, um conflito que tem deixado os brasileiros confusos. De um lado, agrupam-se os que enxergam o Brasil como um gigantesco problema de caixa, tão grande que a ele se subordinam direta ou indiretamente todos os males do país. De outro lado, colocam-se os que vêm no pavoroso quadro social do Brasil, com seus recordes de miséria e injustiça, a questão número 1, a ser atacada antes de qualquer outra consideração. (...) **É dever urgente do governo Sarney definir, com clareza, qual destes dois caminhos ele pretende privilegiar – definição que exige a tomada de uma genuína opção política, na qual haverá beneficiados e prejudicados.** (Veja, 05/06/1985, Grifos meus)

Veja cobrou com certa urgência um posicionamento do governo Sarney sobre qual grupo que o governo pretendia atender, mas não mencionou de quais grupos estava falando. Para isso, a revista se utilizava das seguintes palavras: **dever, urgente, definir, pretende, privilegiar, definição, exige e opção.** Essas palavras se referiam a uma exigência da revista frente à posição do governo. Além, é claro, de mostrar que o posicionamento do governo gerou **beneficiados e prejudicados.** A revista trabalhou com a questão de juízo de valores, quando se referiu que haveria beneficiados e prejudicados.

A revista, quando cobrou um determinado posicionamento e/ou atitude do governo, tinha o intuito de pressionar os representantes do governo para apresentarem suas propostas e projetos para conduzir o país, pois o governo tinha que criar projetos para atender, tanto as questões que envolvessem as frações da classe burguesa, no caso empresários industriais e comerciais, entre outros, quanto as que contemplassem as necessidades da classe trabalhadora.

As matérias publicadas por *Veja* no ano de 1985 tinham a intenção de cobrar uma postura do governo com relação às medidas que seriam adotadas e implementadas pela equipe do presidente Sarney. Com a intenção de pressionar o governo para que diminuísse os índices de inflação, controlasse as manifestações dos trabalhadores e gerasse condições aos empresariados industriais e comerciais expandirem seus negócios.

A troca do Ministro da Fazenda, em agosto de 1985, trouxe algumas mudanças nas prioridades voltadas para a questão econômica. O novo Ministro da Fazenda era o empresário industrial do ramo de brinquedos Dílson Funaro (ver Anexo 4 sobre a trajetória desse político), sua política estava mais concentrada em combater a inflação. O Ministro da Fazenda desenvolveu a política de rompimento com o FMI, para esclarecer melhor quais foram os motivos e as consequências geradas por essa medida, Paul Singer argumentou que:

A primeira mudança efetiva, resultante da ascensão da dupla Funaro – Bracher, foi tornar definitivo o rompimento com o FMI. O governo brasileiro resolveu dispensar os serviços de monitoramento do FMI, o que, se não teve consequências práticas imediatas, representou um passo político de grande importância. De um lado, privou os monetaristas brasileiros de um precioso apoio externo, o que significa, no fundo, um enfraquecimento da ação conjunta dos credores externos e internos (SINGER, 1986, p. 98)

Com base no trecho acima apresentado sobre as consequências do rompimento do governo brasileiro com o FMI, no ano de 1985, pode-se perceber que essa medida foi pensada para atender aos interesses dos empresários industriais. Essas frações da classe burguesa, citadas acima, com as medidas adotadas anteriormente com o antigo ministro da Fazenda Dornelles, não estavam sendo tão beneficiadas, já que os credores externos e internos sondavam as políticas econômicas brasileiras e eram os beneficiados com as medidas políticas. Porém, o Brasil favoreceu concessões aos banqueiros internacionais, uma delas foi: “a de submeter “informalmente” ao FMI seus programas de política econômica, de modo que este possa dar aos banqueiros “sinal verde” para o reescalonamento da dívida externa vencida e, eventualmente, a vencer nos próximos anos (SINGER, 1986, p. 99).”

A revista *Veja* fez uma cobertura expressiva no começo do ano de 1986 ressaltando as atitudes dos membros do governo Sarney por terem conseguido negociar com os banqueiros externos a dívida externa sem a intervenção do FMI. A edição de *Veja* do dia 22/01/1986, atentou para:

(...) Apesar da dureza dos credores, das pressões do governo americano e do ceticismo da imprensa, o ministro da Fazenda conseguiu o que queria desde que assumiu seu cargo, após horas de negociações levadas a cabo em Nova York pelo presidente do Banco Central, Fernão Bracher: renegociar a dívida externa, ao menos por um período considerável de tempo, sem ter de submeter o desempenho da política econômica à fiscalização do Fundo Monetário Internacional, como exigiam os banqueiros para continuar fazendo acordos com o Brasil. (Veja, 22/01/1986)

A revista, neste trecho, ressaltou a atitude e conquista do ministro da Fazenda, Funaro, e do presidente do Banco Central, Fernão Bracher, por terem ido aos Estados Unidos para negociar o pagamento da dívida externa e terem se saído bem, sem a fiscalização política do FMI. Porém, a revista, em sua reportagem, não mencionou que essa conquista da negociação do pagamento da dívida externa só foi possível devido ao rompimento que o governo havia feito com o FMI, o que a mesma havia criticado anteriormente.

Outro ponto importante para a análise, com base no trecho citado, era o enfoque que a revista *Veja* atribuiu à conquista do ministro, no sentido de “*renegociar a dívida, sem ter de submeter o desempenho da política econômica à fiscalização do Fundo Monetário Internacional*”. *Veja* mostrou que essa conquista do governo foi um grande feito, mas que, na verdade, era parte de um acordo que o país havia feito com o FMI, pois foram os bancos que passaram a fazer o monitoramento das políticas econômicas no país.

Na continuidade da matéria, *Veja* lembrou que o governo brasileiro conseguiu, dentro do acordo da renegociação da dívida, alguns prazos de carência para o pagamento da dívida externa, bem como que os representantes do governo também pediram pela redução dos juros da dívida externa. E, para legitimar o pedido e a importância que teria essa redução dos juros da dívida, a revista mencionou que:

Tudo somado, haveria uma redução de 950 milhões de dólares nas remessas a título de juros neste ano – mais de 60% do que o governo estima gastar com as importações de alimentos para cobrir os estragos provocados pela seca nos campos (...) (Veja, 22/01/1986)

Veja aumentou o prestígio do governo ao discorrer sobre quanto o governo economizaria se os banqueiros cedessem na redução dos juros do pagamento da dívida. *Veja* tinha a intenção de ressaltar a importância das atitudes do governo frente ao restabelecimento da economia para os cofres públicos se a proposta feita por Funaro fosse aceita pelos banqueiros.

A revista *Veja*, com a proposta de reafirmar a importância que teve a ida de representantes do governo brasileiro aos EUA para negociarem o pagamento da dívida externa brasileira, em sua edição da semana seguinte, fez comentários sobre as medidas que foram acordadas com os banqueiros e credores internacionais.

A matéria começou problematizando um pouco sobre a desconfiança que perpassa muitos brasileiros sobre as promessas feitas pelos políticos. Neste sentido, *Veja* afirmou que:

Os brasileiros se acostumaram, ao longo dos anos e das décadas, a não acreditar no que as autoridades do governo lhes dizem. Não chega a ser, propriamente, um fenômeno de falta de credibilidade. A população simplesmente não presta mais atenção no que ouve, certa de que lhe estão mentindo, enganando ou dizendo coisas que depois não acontecem, ou acontecem de maneira diferente. (...) **Os brasileiros** não acreditam que a inflação vai baixar no próximo mês, que será distribuído leite para as crianças pobres, que os autores de falcatruas milionárias irão para a cadeia. Não acreditam que os burocratas do governo deixarão de voar em jatinhos, que os parlamentares só receberão jetons quando comparecerem ao trabalho, que o déficit público será cortado. **Os brasileiros** fazem muito bem em pensar assim, pois, apesar da firme crença em contrário dos governos e políticos, não são idiotas. No Brasil de hoje, é preciso ver para crer – e tanto mais respeito obterá junto à opinião pública quem apresentar-lhe fatos concretos e realizações acabadas. (...) (*Veja*, 29/01/1986)

Veja, primeiramente, passou por cima dos conflitos de classe e das lutas de classes, caracterizando os sujeitos que viviam no país como sendo “**os brasileiros**”, tentando, dessa forma, homogeneizá-los. Mas, a intenção de *Veja*, ao se utilizar da palavra “os brasileiros” era para dar sentido de unidade às pessoas que compunham o país e, para isso, passou mesmo por cima das diferenças entre as classes sociais (que eram geradas pelo próprio sistema Capitalista e pelas relações de produção estabelecidas pela lógica do sistema). A revista alegou que os brasileiros não acreditavam nas palavras ditas pelos políticos no país, mas a revista silenciou que isso fosse consequência do período da ditadura civil militar pela qual o país havia passado. Pois, durante a ditadura, vários políticos prometeram muitas coisas e não cumpriram.

Na citação anterior, a revista apontou qual deveria ser a atitude dos governantes se quisessem ser respeitados pela opinião pública que deveriam: *apresentar-lhe fatos concretos e realizações acabadas*. Dessa forma, *Veja* se colocou na função de alertar como deveria agir o governo para ter credibilidade entre a opinião pública.

Veja, com a intenção de mostrar que o governo de Sarney já havia demonstrado atitudes que mereceriam o respeito da opinião pública, disse que:

É o caso do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e sua atuação nas últimas negociações a respeito da dívida externa. Em vez de embulhar o público com falsas promessas e conversa fiada, o ministro convenceu a si próprio da justeza de um propósito, transformou esse propósito num objetivo concreto de trabalho e passou a perseguir até o fim. Por saber o que queria, e por estar interessado apenas na obtenção real do objetivo que se fixara, (...), Funaro conseguiu vencer. Conseguiu, também, mostrar que homens do governo podem estar falando a verdade quando se propõem a alguma coisa. (Veja, 29/01/1986)

A revista elogiou Dilson Funaro, enquanto político e as medidas por ele tomadas à frente do ministério da Fazenda, ao negociar com os banqueiros e credores o pagamento da dívida externa. Veja também demonstrou seu apoio à atitude do governo por ter conseguido a negociação com os banqueiros internacionais e com os credores. A revista, ao afirmar que os homens do governo também “falam a verdade”, queria passar uma imagem positiva e que os brasileiros deveriam ter confiança no governo Sarney, pois sua equipe estaria tentando realizar medidas que favorecessem o país. Veja, nessa carta ao leitor, deixou explícito seu apoio à medida tomada pelo governo com relação à negociação da prorrogação do pagamento da dívida externa com os banqueiros e credores externos.

Veja, mais uma vez, na seção da Carta ao Leitor, deu ênfase a mais uma medida do Governo Sarney que mostrou a disposição do governo em “trabalhar pelo país”. Nesse sentido, a revista expôs:

O presidente José Sarney tomou na semana passada a mais corajosa decisão de toda a sua vida política. Graças a ela, inicia-se agora a batalha pela conquista da estabilidade econômica nacional. Sob todos os aspectos, olhando-se o problema de uma maneira geral, a reforma econômica de Sarney representa uma audaciosa e competente tentativa de saneamento de uma desordem já velha de quase dez anos. Tecnicamente, parece claro que a reforma está concebida de tal forma que pode dar certo. Politicamente, percebe-se, tanto na apresentação das medidas quanto na preocupação social nelas embutidas que há agora uma reforma na qual se pode engajar a sociedade. (Veja, 05/03/1986)

A revista, com essas argumentações, valorizou a tomada de decisão do presidente Sarney, juntamente com sua equipe, de criar uma reforma econômica para tentar restabelecer o equilíbrio econômico no país. De acordo com David Maciel, as principais medidas do plano foram: “(...) a reforma monetária, o congelamento dos preços, o “gatilho salarial” e o seguro desemprego (MACIEL, 2008, p. 127).” Veja mostrou que acreditava nessa reforma econômica e que ela poderia dar certo. Assim como a revista Veja, vários meios de comunicação da grande imprensa se colocaram em

defesa do Plano Cruzado, como ficou conhecida a reforma econômica implantada pelo Governo no final do mês de fevereiro do ano de 1986. Essa disposição apresentada pelos meios de comunicação em valorizar e ressaltar o Plano Cruzado fez parte da estratégia do próprio governo para a criação de um consenso e adesão, como ressaltou Carlos Alberto Sardenberg:

Sarney de fato dedicou atenção especial às redes de televisão. E atenção especialíssima à Rede Globo. Na quinta-feira, 27, em meio às confusões da véspera, o presidente Sarney encontrou tempo para jantar com o presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, no Palácio da Alvorada. Os dois haviam conversado várias vezes naqueles dias, de modo que Sarney pôde comunicar sem medo aos ministros Funaro e Sayad, que insistiam na necessidade de se buscar apoio da mídia: “A Globo vai apoiar”, garantia Sarney, antes mesmo do jantar com Marinho. Depois do encontro, a confiança do presidente aumentou: Ele (Roberto Marinho) ficou entusiasmado. Está totalmente com a gente – o presidente comunicou a seus colaboradores que davam as últimas mexidas no decreto do Cruzado. (SARDENBERG, 1987, p. 281)

Como foi possível perceber, o presidente José Sarney foi atrás de proprietários de meios de comunicação para garantir apoio ao Plano Cruzado, antes mesmo de ser decretado para as classes sociais no país. O que ficou evidente, através do trecho acima, foi que os políticos do governo traçaram e asseguraram-se de todos os lados, para que a reforma econômica fosse aceita pelos brasileiros.

Em um dos trechos da carta ao leitor, Veja esteve atenta para orientar a conduta do governo, enunciando que:

(...) a reforma posta em prática na semana passada requer dos cidadãos muito mais que um voto de confiança. Não se trata de dar voto e confiar em que de certo. **Trata-se de combater politicamente na defesa do que, em última análise, é o patrimônio de cada um.** Esse combate, que nada tem a ver com manifestações de selvageria contra comerciantes, poderá ser praticado inicialmente pela compreensão diante de eventuais desacertos e, ao mesmo tempo, pela fiscalização, sobretudo na conduta do governo, para prevenir que se legisle sobre a vida alheia numa direção e se refresque a vida pública noutra. (Veja, 05/03/1986, grifos meus)

Veja fez um “apelo” à população brasileira, afirmando que a economia seria, segundo a revista, “patrimônio de cada um”, ao aspecto de união das classes sociais, ou seja, fez um discurso “para todos”. Através destes apontamentos, é interessante ressaltar que Veja, quando necessário, fazia apelos para homogeneização das classes sociais. Esse recurso era uma forma de manipulação, servia para que fosse criado um consenso sobre a defesa da reforma econômica. A revista, neste trecho da carta ao leitor, não

propôs nada em específico para a classe trabalhadora, mas deixou subentendido, em seu trecho acima citado, que a classe trabalhadora teria que aderir à reforma econômica proposta pelo presidente Sarney e sua equipe, já que era através do apoio de “todos os brasileiros” que a reforma poderia ter sucesso. A revista Veja estava incentivando “todos os brasileiros” a darem um voto de confiança ao Plano Econômico – Plano Cruzado, e que ajudassem com as medidas de fiscalização na boa implantação do plano do Governo. Através do trecho apresentado acima, ficou perceptível uma das funções da grande mídia no país e, para o Governo, a criação de consenso e de sentimento de nacionalismo, para que “todos” pudessem dar sua parcela de contribuição à reforma econômica e assim, o país conseguiria diminuir os índices altos de inflação e o déficit público.

A revista, ao se remeter na carta ao leitor ao fato das “manifestações de selvageria contra comerciantes”, estava fazendo menção a uma manifestação que houve no Rio de Janeiro contra a rede de lanchonete do Bob’s, por eles terem remarcado os preços dos seus produtos, mesmo sabendo que não poderiam remarcar preços sem a autorização do Governo (Veja mostra essa notícia na seção Brasil, nas páginas 20 e 21).

Veja encerra o texto da carta ao leitor do dia 05 de março de 1986 dizendo que:

(...) O caos econômico nacional foi o produto de uma concepção política aventureira, rapace e insensível do Estado. Agora deu-se o primeiro passo, legiferante. Nele houve audácia e papéis. A partir desta semana serão necessárias a mesma audácia e muita ação. Nada agrada mais ao cidadão que sustentar um governo que age na direção do bem comum. (Veja, 05/03/1986)

A revista fez uma reflexão sobre os motivos do caos econômico, segundo a visão da revista. Com isso, a revista se colocou mais uma vez na função de vigiar a conduta do governo e de denunciar o que estava “errado”. Ao mesmo tempo em que Veja disse ter a função de vigiar as atitudes do governo e “denunciar” os erros do mesmo, também se colocou na função de alertar para uma boa conduta e isso ficou explícito quando a revista afirmou que: “A partir desta semana serão necessárias a mesma audácia e muita ação. Nada agrada mais **ao cidadão** que sustentar um governo que age na direção do bem comum (grifo meu).” Veja, neste trecho da carta ao leitor, fez uma intermediação entre as atitudes do governo e a sociedade. No trecho acima citado, quando a revista se utilizou do termo (grifado por mim) cidadão, ela, mais uma vez, homogeneizou as classes sociais que são antagônicas. Naturalizou as reivindicações e necessidades de

cada classe social, que tinha como bandeiras de luta, transformando-as em reivindicações comuns às classes antagônicas.

Antes de continuar a análise da revista Veja, com relação ao Plano Cruzado, como ficou conhecida a reforma econômica desenvolvida pelo governo no início do ano de 1986, foi feita a abordagem de algumas características desse plano econômico. Segundo Álvaro Bianchi, o plano econômico foi implantado pelo governo:

Em 28 de fevereiro de 1986, o governo anunciou o pacote econômico conhecido como Plano Cruzado, com o objetivo de combater a inflação sem reduzir a taxa de crescimento. Suas principais medidas eram a criação de uma nova moeda, o cruzado, equivalente a mil cruzeiros; substituição da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) por um novo título, a Obrigação do Tesouro Nacional, redução da correção monetária; congelamento de preços; congelamento de salários utilizando a média salarial dos últimos seis meses como base de conversão, fixação do salário mínimo mensal em Cz\$ 800 (U\$ 58); criação do seguro desemprego; e reajuste automático dos salários cada vez que a inflação chegasse ao patamar de 20% (decreto lei nº 2. 283, de 28 de fevereiro de 1986) (BIANCHI, 2010, p.177)

As medidas do Plano Cruzado tinham por objetivo reduzir a inflação e dar continuidade ao crescimento econômico do país. Outras alterações ocorreram com a substituição da moeda pelo Cruzado e os salários foram congelados. Os empresários das federações de São Paulo e do Rio de Janeiro apoiaram o Plano Cruzado desde o início (BIANCHI, 2010, p. 177). Com base em alguns trechos das matérias da revista Veja, apresentados acima, sobre o Plano Cruzado e a colocação do autor Bianchi sobre os objetivos que permeavam o plano econômico implantado em 1986, pode-se entender o eixo que norteava o apoio de Veja ao Governo neste momento, ou seja, a revista demonstrou apoio, pois o Plano Cruzado iria reduzir a inflação e aumentar o crescimento econômico. E, esses objetivos atendiam às demandas das frações da classe burguesa.

A seção Carta ao leitor da revista Veja, do dia 12/03/1986, fez uma comunicação através do dono da Editora Abril, Victor Civita, para declarar apoio à reforma econômica do governo Sarney, afirmando que: “Tanto VEJA como a Editora Abril manifestaram seu claro apoio à reforma econômica desde o primeiro momento – **não apenas do ponto de vista editorial, mas também em nossa conduta como empresa** (Veja, 12/03/1986).”

O que chamou a atenção foi perceber, através da fala do dono da Editora Abril, Victor Civita, que o mesmo declarou apoio irrestrito à reforma econômica do governo,

porque seria algo necessário. Outro elemento interessante grifado no trecho citado da matéria foi a parte em que Victor Civita declarou apoio não somente **do ponto de vista editorial, mas também em nossa conduta como empresa**. Pois assim, era perceptível que o apoio à reforma econômica só foi declarada, porque atendia os interesses do empresário Victor Civita, porém, estes interesses, ele silenciou, na carta ao leitor.

Veja, na continuidade da carta ao leitor, sinalizou como deveria agir e ser a conduta da reforma econômica para que o governo pudesse acabar com a inflação: “o que temos de pensar, seriamente é no crescimento ordenado e sustentável da economia brasileira, no aumento da produtividade e eficiência, nos investimentos **a longo prazo, na criação de emprego** e empreendimentos permanentes.(Veja, 12/03/1986)”

A conduta sugerida pela revista vinha ao encontro de uma forma diferente para conduzir a economia gerando assim crescimento, aumento da produtividade, eficiência e investimentos. Veja deixou claro que seu apoio à reforma econômica significava na verdade, apoio ao equilíbrio econômico do país, gerando assim um aumento da lucratividade e da produção aos empresários. Veja, no trecho grifado quando Victor Civita alegou que, a longo prazo, a criação de empregos estava jogando para frente medidas que atendessem os trabalhadores e priorizando, num primeiro momento, os interesses dos empresários industriais e comerciais, que estavam relacionados ao crescimento e produtividade, ou seja, os interesses que estavam em jogo naquele momento era o crescimento e aumento da produtividade das indústrias e do comércio.

Além de indicar o caminho a ser seguido pelo governo e o que os empresários esperavam com a reforma econômica, Veja reforçava aos seus leitores que o governo estava forte, atentando para: “o governo está mais forte e unido, a ameaça de greves ruinosas perdeu muito de sua força. (Veja, 12/03/1986)”. A revista não perdeu a oportunidade de descaracterizar as greves dos trabalhadores. Garantiu aos seus leitores que as manifestações dos trabalhadores estavam enfraquecidas, que o governo tomou conta das possíveis greves que ocorressem. Essa colocação da revista serviu para mostrar a unidade e legitimar o governo.

Veja finalizou seu texto da carta ao leitor elogiando a medida de reforma econômica do governo, dizendo que: “A reforma econômica empreendida pelo presidente José Sarney e pelo ministro Dilson Funaro é precisamente a demonstração de competência que não apenas nós, mas todo o país, estávamos esperando há tempo. (Veja, 12/03/1986)”. A revista não só elogiou a conduta sobre a reforma econômica do

presidente Sarney e o Ministro da Fazenda Funaro, como também aproveitou para demonstrar apoio à reforma econômica.

O Plano Cruzado, no seu início, trouxe muitas expectativas para a economia do país, pois mostrou resultados concretos de que a inflação estava caindo, através do aumento de empregos, crescimento da economia, aumento do consumo de vários produtos pela classe trabalhadora e a diminuição dos preços dos produtos básicos de alimentação essencial para a classe trabalhadora. É interessante ressaltar que o Plano Cruzado conseguiu uma boa inserção no país devido à colaboração da mídia como discutido anteriormente, mas também devido a fatores econômicos internacionais favoráveis, Gelsom Rozentino de Almeida disse que:

Circunstâncias externas teriam favorecido inicialmente o Plano Cruzado: as taxas de juros internacionais caíram, reduzindo o serviço da dívida externa, a queda do preço do petróleo; e a redução da taxa de câmbio, com a valorização do cruzado frente ao dólar, diminuiu o custo de dívida em dólar e facilitou as importações. (ALMEIDA, 2011, p. 73)

As informações apresentadas por Gelsom Rozentino de Almeida sobre o cenário externo que contribuiu favorecendo a queda da inflação nos primeiros meses no país, não eram, em nenhum momento, mencionados pela revista Veja. Veja remeteu todos os índices positivos gerados pelo Plano Cruzado à equipe do Ministro da Fazenda Funaro e ao presidente José Sarney.

O Plano Cruzado, ao proporcionar algumas melhorias econômicas para grande parte da classe trabalhadora, causou uma situação de superaquecimento da economia. A economia no país ficou muito aquecida, devido ao congelamento dos preços e também por causa da queda da inflação que facilitou o aumento do poder de consumo da classe trabalhadora. Porém, o aumento do consumo ocasionou a escassez de produtos indispensáveis para a alimentação da classe trabalhadora, tais como: a carne e o leite. Os produtores rurais passaram a exigir correções nos valores pagos pelos produtos fornecidos, alegando aumento no custo da produção. A questão dos reajustes dos preços foi uma briga longa que teve comerciantes, produtores, empresários, com o governo, esses alegavam que o custo com a produção havia aumentado e era preciso repassar os preços para os consumidores, no entanto, o governo, para tentar manter os índices da inflação e do crescimento da economia, não reajustou os preços. Alguns comerciantes, produtores que não sofriam tanta fiscalização por parte do governo, passaram a cobrar ágio. A cobrança de ágio, o aumento das despesas do governo com as empresas estatais

e com o funcionalismo público, entre outros fatores ajudaram a impulsionar a inflação para alguns aumentos (MACIEL, 2009, p. 147).

Na tentativa de conter as fissuras ocasionadas pelo Plano Cruzado na economia do país, o governo desenvolveu algumas medidas paliativas. A primeira medida foi chamada de “Cruzadinho”, implantada em julho de 1986 (SARDENBERG, 1987, p. 313). O objetivo do “Cruzadinho” era desaquecer o consumo, através do financiamento de empréstimos compulsórios sobre a gasolina e o álcool, automóveis e para as passagens aéreas internacionais. O governo também vislumbrava, através dessa medida, a arrecadação de 40 milhões de cruzados anuais aos cofres públicos (SARDENBERG, 1987, p.314).

Nesse momento em que o governo tentava remendar o Plano Cruzado, algumas categorias profissionais voltaram a organizar greves, paralisações com a seguinte pauta: reajustes dos salários. Os trabalhadores começaram a perceber que o Plano Cruzado não estava mais garantindo tantas “vantagens”.

O governo passou esse período segurando as pontas do Plano Cruzado como dava, pois não queria fazer nenhuma alteração brusca na economia, com o objetivo de não aumentar a inflação e de não criar certo descontentamento com a população brasileira. Após as eleições de novembro de 1986, para a Constituinte, o governo decretou o “Cruzado II”, no qual liberou o reajuste para alguns produtos e, com isso, pensou que amenizaria a pressão que estava sofrendo dos comerciantes e dos empresários industriais e também dos produtores rurais. No entanto, a medida econômica chamada de “Cruzado II” não teve os objetivos e nem o apoio esperado pelo governo, da classe trabalhadora e da classe burguesa como um todo. Os preços foram todos reajustados, ninguém seguia as recomendações propostas pelo governo quanto ao reajuste de preços. Por conta da situação, a inflação passou a aumentar e os salários foram sendo corroídos cada vez mais. O governo foi perdendo apoio e credibilidade (SARDENBERG, 1987, p. 348-353).

O ano de 1987 iniciou com a inflação alta e com o número de greves crescendo cada vez mais e com a crise do Plano Cruzado. A revista Veja, no ano de 1987, passou a noticiar matérias referentes aos problemas do Plano Cruzado e, em alguma medida, mostrando seu posicionamento frente ao Plano e à economia do país.

Veja, na edição do dia 07 de janeiro de 1987, nas páginas amarelas, entrevistou Mário Henrique Simonsen (ex-ministro da Fazenda na gestão Geisel e ex-secretário de Planejamento na gestão João Figueiredo), para lhe perguntar sobre o Plano Cruzado. O

título da entrevista era: “O Governo matou o Cruzado”, essa frase foi dita pelo entrevistado, ou seja, por Mário Henrique Simonsen. O economista Mário Henrique Simonsen, de acordo com a historiadora Carla Luciana Silva, “foi uma figura muito importante para revista e para Editora Abril, sendo um dos seus principais formuladores” (SILVA, 2005, p. 142).

De acordo com o posicionamento de Mário Henrique Simonsen, a causa do fracasso/fim do Plano Cruzado deveu-se: ao descontrole dos gastos públicos, a responsabilidade maior pelo naufrágio do Plano Cruzado. “Ele foi recebido como um extraordinário pacto social por trabalhadores e empresários”, afirmou. Apenas o governo não cumpriu a sua parte” (VEJA, 07/01/1987, p. 3). Em outro trecho da entrevista, quando interrogado sobre como acabar com a inflação, Simonsen respondeu:

O governo precisa adotar uma postura de clara austeridade no que diz respeito ao orçamento federal. Os sinais até agora foram contrários. O Cruzado II apontou na direção da austeridade através de aumentos de alguns impostos – ou seja, aquele tipo de austeridade cômoda em que o governo morde o contribuinte fazendo cortes no orçamento alheio. O que não se vê é a prática de austeridade pelo governo em sua própria casa. Exemplo disso foi o aumento do funcionalismo público e a concessão inesperada do 13º salário ao setor, um claro sinal de ojeriza à austeridade. (VEJA, 07/01/1987, p. 4-6)

O que se pode perceber, desde o título da entrevista, foi que Mário Henrique Simonsen concebeu o fracasso do Plano Cruzado como algo que partiu do próprio governo que o elaborou. Na visão do economista, o governo gastava muito com o funcionalismo público e esse gasto ocasionou consequências para o andamento da economia do país. Mário Henrique Simonsen, no trecho acima, apontou um encaminhamento a ser seguido pelo governo, que seria a austeridade em relação ao orçamento federal, pois o governo deveria conter seus gastos para tentar amenizar os altos índices de inflação. Em nenhum momento, o economista atribui a consequência do fracasso do Plano Cruzado à elevação dos preços das mercadorias, cobrança de ágio. Este posicionamento mostrou que, tanto Mário Henrique Simonsen, quanto a revista Veja compartilhavam da mesma ideia de que o Governo era o maior responsável pelo fracasso do Plano Cruzado e a ele deveria se fazer as críticas. E, a partir desse momento, começaram a desfiar o rosário neoliberal, como os cortes de gastos do governo, diminuição do tamanho do estado, entre outros elementos.

A revista Veja, na Carta ao Leitor do dia 14 de janeiro de 1987, dá continuidade em sua posição frente ao Governo e ao Plano Cruzado dizendo que:

As dificuldades que levam a reforma econômica do Cruzado ao descrédito são produtos de uma debilidade do Governo na execução da parte que cabe: a redução do papel do Estado na economia. O ministro da fazenda, diante de questões desse tipo, jamais poderá transformar-se numa superentidade capaz de resolver o que os outros mortais não conseguem. Quem tem que comandar reformas dessa amplitude é o funcionário responsável pelo comando do governo: o presidente República. (VEJA, 14/01/1987, p. 19)

Veja declarou culpado pelo fracasso do Plano Cruzado, o Governo, e explica o porquê desta afirmativa, pois o governo deveria reduzir seu papel na economia. Essa colocação expressa pela revista, na verdade, mostra que Veja, nesse momento, estava defendendo os interesses não somente dos empresários industriais, mas sim, da fração burguesa como um todo. Pois, as medidas propostas pela revista, de cunho neoliberal, eram algo já discutido e apontado pelas frações da burguesia bancária e que ainda dividia os empresários industriais. Importante ressaltar que, essa discussão levantada pelas frações da burguesia, na verdade, ficava somente nas palavras, pois muitas frações da classe burguesa continuavam precisando dos subsídios do Governo para o andamento de seus negócios.

Veja inferiu que, se não fosse o Estado estar tão forte na economia, as coisas poderiam ser negociadas e pensadas de forma diferente.

A revista Veja, na Carta ao Leitor do dia 11 de fevereiro de 1987, mais uma vez fez colocações sobre a questão da estruturação do Estado brasileiro, ressaltando que:

É uma pena que a “revolução econômica”, da qual o presidente José Sarney tanto se orgulhou e que tanto entusiasmo levantou entre a população do país tenha acabado nisso – no costumeiro abismo de mediocridade, com a inflação desmoralizante e inépcia generalizada, que infalivelmente é criado pela ação de governos sempre prontos a mexer na economia e sempre incapazes de mexer nas estruturas do Estado brasileiro. (VEJA, 11/02/1987, p. 19)

Veja não perdeu a oportunidade de alfinetar mais uma vez o governo na questão referente à estrutura do estado brasileiro, isso aconteceu, em alguma medida, pelo fato da revista não estar vendo atitudes do governo que atendessem aos interesses das frações burguesas brasileiras. Este motivo foi um dos fatores que fez com que a revista continuasse criticando o governo com relação ao seu tamanho e a seus gastos que, segundo a revista, eram enormes. Mais uma vez, a revista foi apontando como solução as reformas neoliberais. Isso se deve também pelo fato da revista Veja, nesse momento, já estar compartilhando e, de acordo com o posicionamento defendido pelos bancários

de que as medidas para a “solução da economia brasileira” seriam a diminuição do tamanho da máquina estatal, a privatização das empresas estatais.

Na Carta ao Leitor do dia 25 de fevereiro de 1987, a revista Veja ainda não concordava e nem achava satisfatório o posicionamento do governo para equilibrar a crise econômica pela qual o país vinha passando desde 1986 por conta do “fracasso do Plano Cruzado”. No texto da Carta ao Leitor, Veja criticou a decisão do Governo em decretar a Moratória, como uma possível alternativa para conter/amenizar os altos índices de inflação. Veja não concordava com esta atitude do governo e alertou que: “A moratória em si, não é solução para nada. Os problemas econômicos do país não vão desaparecer porque o governo decidiu suspender o pagamento do que está devendo, e incentivar ilusões deste porte seria um monumental exercício de irresponsabilidade e demagogia.” (VEJA, 25/02/1987, p. 19)

Com relação ao trecho acima citado da revista Veja, antes de analisar o seu conteúdo é preciso fazer um parêntese a respeito do assunto Moratória. Com base no autor Gelsom Rozentino de Almeida, a questão da moratória decretada pelo presidente José Sarney no mês de fevereiro, foi uma atitude de socorro do Governo, pois não havia recursos para pagar a dívida externa brasileira. Outra questão relevante de destacar sobre a moratória era que o governo se utilizou de uma pauta dos movimentos sociais de esquerda, no caso PT e a CUT, na tentativa de ganhar apoio e credibilidade da classe trabalhadora que, nesse momento, colocava-se contra o governo e realizava várias greves.

A revista Veja, na Carta ao Leitor, como ficou nítido, colocou-se contra a moratória porque defendia e compartilhava de um posicionamento liberal com as frações da classe burguesa e porque não via com bons olhos essa moratória, já que as frações da classe burguesa brasileira poderiam sofrer algum tipo de retaliação pelo mercado externo. Conclui-se que esse foi um dos motivos que fez com que a revista Veja se colocasse contra a moratória, mas a revista, em nenhum momento, deixou claro os motivos pelos quais era contra a moratória.

Veja continuou sua labuta de ser contrária às propostas do Governo para conter a crise econômica, haja vista que, as medidas até o momento apresentadas pelo governo em nada beneficiavam a classe burguesa empresarial industrial e nem as demais frações da classe burguesa brasileira, da qual a revista fazia parte e defendia. Na Carta ao Leitor do dia 10 de junho de 1987, Veja alerta para a proposta anunciada pelo governo dizendo que:

Os brasileiros foram surpreendidos, na semana passada, **pela informação de que pagam pouco imposto** – a carga fiscal está muito baixa no Brasil, revelou o ministro da fazenda Luis Carlos Bresser Pereira, e , logicamente, **será necessário aumentá-la de alguma maneira**, pois o Tesouro precisa de recursos para fazer face às despesas do Estado e enfrentar a crise que aí está. (VEJA, 10/06/1987, p. 29 – Grifos meus)

A revista apresentou a proposta do governo de forma sarcástica, principalmente quando disse: **Os brasileiros foram surpreendidos (...) pela informação de que pagam pouco imposto (...) será necessário aumentá-la de alguma maneira**. Veja inferiu que os brasileiros iriam pagar de qualquer maneira mais impostos, além, é claro, de homogeneizar as classes sociais através da palavra **brasileiros**. Em outra parte da matéria, Veja fez apontamentos ferozes à proposta de aumento dos impostos alegando que:

Hipocritamente, o PMDB tenta esconder essa fraude embrulhando-a em outra-a de que quer mais impostos, sim, mas não a custa dos pobres e oprimidos, pelos quais, junto com o presidente da República, fez sua opção preferencial. Segundo o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, o novo assalto fiscal deverá atingir “as classes privilegiadas”. O deputado se utiliza do termo “privilegiado” **com a mesma arrogância e má-fé com que a ditadura militar se utilizava do termo “subversivos”**, sempre muito conveniente quando aparecia a necessidade de se fazer alguém pagar o pato pelo problemas do governo. Quem estudou vinte anos de sua vida, aplicou-se, desenvolveu talentos e hoje recebe um bom salário ou quem luta legitimamente para ter lucros em sua empresa não é, absolutamente, um privilegiado – **ao contrário é alguém que merece, e merece muito, o que está ganhando**. Privilegiado, mesmo é o deputado Ulysses Guimarães, que mora, come e se locomove integralmente à custa do Erário Público, de onde sai o dinheiro que lhe paga a casa, a alimentação e o transporte. (VEJA, 10/06/1987, p. 29 – Grifos meus)

A revista, no trecho acima, pontuou muito elementos interessantes para serem analisados, dar-se-á início pela discussão do conceito de pobres e classe privilegiada. No trecho anterior, a revista homogeneizou as classes sociais chamando-as de brasileiros, mas ficou evidente que Veja só utilizou-se da homogeneização quando conveniente. Já que, no trecho acima, a revista mostrou que há divergências entre classes no país e colocou-se contra os pobres nesse momento, pois não era deles que o governo pretendia aumentar os impostos e sim, da “Classe privilegiada”. A revista tomou as dores da fração de classe burguesa, por conta da proposta anunciada pelo governo de aumentos dos impostos, pois a mesma também fazia, como até hoje faz, parte dessa classe e por isso também iria sofrer esse aumento no orçamento.

No trecho grifado da matéria da revista, no qual a mesma afirmou que: “o deputado se utiliza do termo “privilegiado” com a mesma arrogância e má-fé com que a ditadura militar se utilizava do termo “subversivos”. Nesse trecho, Veja silenciou totalmente seu apoio ao governo ditatorial e a construção pejorativa que fez dos guerrilheiros⁶ em suas matérias com objetivo de criar um consenso entre a “população” de que os guerrilheiros eram “subversivos” por serem contra a ditadura militar.

Outro elemento interessante de ser ressaltado foi a defesa ferrenha da revista às pessoas que faziam parte das frações da classe burguesa, pois, de acordo com a revista, elas mereciam receber os bons salários que tinham, porque estudaram muito para isso. Nesta colocação, Veja demonstrou um posicionamento abertamente liberal e individual, como se dependesse de cada um o futuro profissional, não abordou em nenhum momento que as condições concretas dentro do sistema capitalista que não possibilitam à classe trabalhadora possuir as mesmas condições materiais que as frações da classe burguesa. Isso implica em dizer que não depende de cada um o sucesso profissional e sim, das condições objetivas e da divisão das classes sociais.

Veja, para terminar sua colocação contra o aumento dos impostos, criticou a vida do deputado Ulysses Guimarães, dizendo que ele era custeado pelo dinheiro público. A revista, nessa colocação, só queria ressaltar e destacar a condição dos políticos por ter se sentido atacada pelas palavras do deputado ao chamarem de “privilegiados as frações da classe burguesa brasileira”. Com base na análise desse trecho, pode-se perceber claramente o posicionamento de classe da revista, que era a defesa das frações da classe burguesa brasileira.

Após a reportagem na qual Veja escancarou seu posicionamento político e se ofendeu com a proposta do Governo de cobrar impostos mais elevados para as frações da classe burguesa, Veja tentou mostrar que havia feito pesadas críticas ao governo e, na reportagem da semana seguinte, no dia 17 de junho de 1987, na Carta ao Leitor, mudou um pouco sua postura frente às críticas ao Governo, tornando-se mais cautelosa nas palavras. Mesmo assim, Veja fez considerações/ponderações ao Plano Cruzado lembrando um pouco a trajetória de apoio, colocando que:

Depois do desastre nacional em que se transformou o Plano Cruzado e do sepultamento das esperanças de todos os que, durante alguns meses

⁶ Maiores informações sobre a atuação da revista Veja no período da ditadura militar com relação aos guerrilheiros, ler o artigo de RAUTENBERG, Edina. A revista Veja e os grupos guerrilheiros no Brasil (1968/1972). IN: Revista História e Luta de Classes: Militares e Luta de Classes. Ano 6 – Edição nº 10, Novembro de 2010. ORG. DEMIER, Felipe (UFF); MAESTRI FILHO, Mário José (UPE) e LEMOS, Renato (UFRJ).

do ano passado, tentaram acreditar na seriedade do governo José Sarney em administrar uma reforma verdadeira na economia do país, é perfeitamente compreensível o ceticismo de brasileiras e brasileiros em relação a novos e grandiosos projetos oficiais de mudança econômica. (...) quem confiou e viu sua confiança ser traída pela máquina do Estado certamente pensará muito bem antes de se entusiasmar outra vez. (VEJA, 17/06/1987, p. 27)

Veja, mais uma vez, homogeneizou as classes sociais antagônicas, quando se referiu ao ceticismo dos brasileiros e das brasileiras com relação aos projetos do governo para conter a crise econômica. A revista também criticou o Governo apelando para um discurso sentimentalista, quando falou do *sepultamento das esperanças de todos* sobre o Plano Cruzado, ou seja, a revista inferiu que a população foi “traída” por ter confiado e ter depositado as esperanças no plano econômico, com o objetivo de melhorar a situação econômica do país. Veja encerrou essa matéria mostrando que: “Entre louvar o novo pacote como se fosse a descoberta da pólvora e condená-lo em princípio, a atitude mais correta é as medidas com serenidade – e julgá-las exclusivamente por seus resultados” (VEJA, 17/06/1987, p. 27). A revista terminou a matéria tentando se colocar numa posição de “neutralidade” sobre a questão de apoiar o Governo e, utilizou-se de um dos seus argumentos para caracterizar sua função, a de observação/vigilância sobre as atitudes do governo, após colocadas em prática as atitudes do governo, a revista fez os julgamentos. Com esta atitude, a revista assumiu um posicionamento mais cauteloso do que o da semana passada, porém, ficou a pergunta do porquê dessa mudança tão brusca de posicionamento.

Veja, após notificar que o governo estava elaborando um novo pacote, para tentar controlar e diminuir a inflação, na revista do dia 29 de julho de 1987, em suas páginas amarelas, entrevistou um dos economistas que elaboraram o Plano Bresser, Francisco Lopes. No título da entrevista, já se colocou a pedra de toque da economia que era: “Para o principal teórico do Plano Bresser, a economia continuará em crise se governo e políticos não aceitarem a redução do déficit público” (VEJA, 29/07/1987, p. 5). Em outro trecho da entrevista, Francisco Lopes expõe/argumenta ainda mais sobre a importância de diminuir o déficit público, afirmando que:

Não se pode imaginar o sucesso desse programa sem o controle gradual, mas efetivo, do déficit público. O tamanho do déficit tem de ser compatível com a expectativa de inflação que se espera para a economia. Se esse programa consolidar um nível de inflação de 80% a 100% no ano que vem, o que considero bastante razoável, nós temos de ter a convicção de que não será possível trabalhar com um déficit maior do que 2,5% do PIB. Se quisermos uma inflação menor, teremos também de ter um déficit menor. Seria muito irrealismo supor

que o Novo Plano vá produzir uma inflação anual de 20% já a partir do ano que vem. (VEJA, 29/07/1987, p.8)

Veja apresentou e expôs a fala de Francisco Lopes com um claro objetivo, mostrar que o grande responsável pela alta da inflação era o governo que não sabia controlar seus gastos/déficits públicos e era preciso diminuí-lo para que o país pudesse equilibrar sua economia.

A revista Veja, na seção Economia e Negócios, do dia 02 de setembro de 1987, publicou uma matéria para mostrar que o presidente vivia de promessas com relação aos cortes do governo e que nunca as cumpria. A revista atacou dizendo que:

Em vez de mandar picotar pelo menos parte da colossal massa de gastos do governo, indo direto ao problema que está novamente fomentando a inflação. Sarney convocou mais uma reunião ministerial – a sétima de uma série iniciada já no dia de sua posse quando, (...) fez a célebre exortação: “É proibido gastar”. Foi a sua primeira promessa – seguida de outras que também marcaram época, como a de que o “governo só gastará o que arrecadar” ou a de que “o governo passará a pão e água”. Continuou-se gastando como sempre gastou, o déficit público que a atual gestão herdou do governo de João Figueiredo mais do que dobrou (...), na última quinta-feira, o presidente voltou a traçar um diagnóstico sombrio do que pode vir pela frente. “Chegamos a um ponto crítico”, dramatizou Sarney a seus ministros. “Nós temos um compromisso com a nação, que é o de evitar que a economia se descontrole. (VEJA, 02/09/1987, p. 100)

Veja aproveitou para desmoralizar e criticar o Governo, pois apresentou um histórico de promessas do presidente que nunca foram cumpridas. A revista tentou mostrar que tinha credibilidade para apresentar as críticas contra a conduta do presidente, porque, dentro do próprio governo, havia pessoas apontando a diminuição do déficit público como solução para a crise econômica. No entanto, a revista não mencionou os políticos que compartilhavam da mesma visão que ela sobre a diminuição do déficit público, como “tábua de salvação” para a crise econômica do país.

A revista Veja encerrou o ano de 1987 tecendo mais críticas ao Governo e às suas ideias de tentar sair da crise econômica, como a questão do aumento dos impostos. Veja, na Carta ao Leitor do dia 02 de dezembro de 1987, alertou para:

As medidas em estudo no Ministério da Fazenda sobre um novo pacote fiscal, inserido dentro de um suposto “plano de emergências” que está sendo cozinhado as pressas diante da crescente deterioração da economia, prenunciam mais um avanço do governo nos bolsos dos contribuintes. Já um hábito, dentro do Governo. (VEJA, 02/12/1987, p. 33)

A revista fez questão de enfatizar as consequências que o pacote fiscal que estava sendo planejado pelo Governo ocasionaria, no caso, um aumento provável dos impostos para os contribuintes. Em outro trecho da matéria, Veja colocou que:

A idéia da taxa progressiva de todo rendimento ou ganho de capital e a criação de um “pequeno” imposto sobre o patrimônio das pessoas são contribuições inéditas do Ministro Bresser Pereira à história de desordem fiscal do governo- desestimulam quem poupou, matam qualquer vontade de investir e afugentam os poucos capitais que ainda estavam dispostos a procurar aplicações produtivas no país. (VEJA, 02/12/1987, p. 33)

Veja criticou a proposta do Governo de cobrar impostos e reforçou sua colocação ao mencionar que essa atitude do governo espantava os capitais que poderiam investir no país, ou seja, a revista culpou somente o governo pela situação econômica e pela “falta” de investidores no país. E, colocou-se como se soubesse que efetivamente haveria capitais a investir. A revista terminou a matéria criticando a forma como iria ser implantando o novo pacote fiscal dizendo que:

Para completar, o novo pacote será enfiado goela abaixo das brasileiras e brasileiros através de decretos-leis, ou seja, sem a discussão e a aprovação da sociedade ou de seus representantes. Poucas heranças da ditadura são tão genuinamente autoritárias quanto o poder do executivo de aumentar impostos na hora que bem entender, e em nenhum momento a Nova República teve qualquer vergonha de utilizar este instrumento que tanto criticava na Velha. Valer-se do decreto-lei agora, quando a Constituição em vias de ser elaborada o elimina da vida nacional é, além de tudo, um desrespeito a Constituição. (VEJA, 02/12/1987, p. 33)

Veja, quando conveniente, fez, ou melhor, utilizou-se da caracterização e denúncia do regime anterior. Ao fazer isso, a revista silenciou o apoio que fez/concedeu ao governo no período da ditadura. Veja criticou a utilização do decreto-lei neste momento da implantação do novo pacote fiscal, mas acabou caindo em contradição nesta crítica, pois o Plano Cruzado também foi implantado através de um decreto-lei e nenhum meio de comunicação ou mesmo a revista Veja questionou, naquele momento, o uso desse recurso do período da ditadura.

O ano de 1987, no Brasil, como foi possível perceber, foi marcado essencialmente pela crise econômica que intensificou/agravou durante todo esse período. As consequências geradas por essa situação abalaram todas as classes sociais. O governo de José Sarney percorreu o ano de 1987 na tentativa de conseguir, através de planos/decretos, a redução da inflação e um controle da economia brasileira e tentar estabelecer um equilíbrio para o crescimento da economia nacional. Uma das

consequências da crise política/econômica vivenciada pelo país no ano de 1987, foi a demissão de mais um Ministro da Fazenda, no caso Luis Carlos Bresser Pereira e do fracasso de seu plano econômico. Esta situação, vivenciada pelo governo frente à crise econômica, gerou um aumento do grau de desconfiança e falta de credibilidade perante as classes sociais, tanto a classe trabalhadora quanto as frações da classe burguesa.

No começo do ano de 1988, e ao longo do mesmo governo guiado por uma nova reorientação macroeconômica acontecida no cenário mundial, passou a modificar suas políticas econômicas de investimentos e prioridades. De acordo com Sebastião Velasco e Cruz, o governo passou a importar tecnologia para a indústria:

“(…) com o discurso da Nova Política Industrial, os termos da questão passam a se colocar de forma inteiramente diversa. O crescimento, a modernização indispensável do sistema produtivo para se manter em dia com as transformações em curso na economia mundial continuam aparecendo, tal como antes, como objetivos básicos. A via para chegar a eles, contudo, não será mais buscada na mobilização do estoque de recursos e de energias próprios, mas, sobretudo, na internalização de vetores externos de inovação, através da importação de bens e tecnologia, e do estímulo ao investimento direto. Subentendida nessa nova postura estava uma avaliação pessimista da força e das possibilidades da economia nacional. (...) Uma das implicações mais importantes desse reposicionamento era o abandono e mesmo a denúncia do princípio até então consagrado, segundo o qual a estabilização do capitalismo no país era uma função do fortalecimento da empresa privada nacional. (CRUZ, 1997, p. 80-81)

Como se pode perceber o autor mostrou que o governo brasileiro, a partir das orientações da Nova Política Industrial, passou, no ano de 1988, a investir na aquisição de tecnologia e de bens e no investimento direto na economia, deixando assim um pouco de lado a política de proteção e fortalecimento das empresas privadas nacionais, abrindo as portas para as empresas privadas internacionais. É importante focar nesta questão, pois a revista Veja em alguma medida foi noticiando essa implantação da Nova Política Industrial pelo governo. Outro elemento interessante de observar através da colocação de Sebastião Velasco e Cruz é que a mudança de postura do governo frente aos investimentos e prioridades econômicas se justificou pela tentativa do governo e da equipe econômica de uma aproximação do FMI. Esta reaproximação ao FMI implicou na volta do pagamento da dívida externa.

Paralelo a essa nova postura do Governo frente à política econômica no ano de 1988, ocorreu no mês de maio a implantação da Nova Política Industrial através de um decreto-lei. Ou seja, o que se pode perceber foi que o governo brasileiro, durante os

primeiros meses do ano de 1988, tentou elaborar/construir políticas e mudar de posicionamento para conter as altas taxas de inflação.

A revista Veja, na edição do dia 25 de maio de 1988, na seção Carta ao Leitor, fez uma “análise” e se posicionou frente ao comunicado do governo de alguns decretos para conter a crise econômica do país, dizendo que:

O conjunto de declarações e de decisões que o governo apresentou na semana passada, na área econômica, coloca o Brasil certamente, no **caminho da luz**. Pelo que foi dito e escrito, e pelos primeiros decretos que foram assinados logo após a exposição do presidente José Sarney e do Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, sobre as diretrizes que pretendem **dar à ação do governo na economia daqui para frente, há a intenção de eliminar entraves, simplificar regras e diminuir a presença do Estado no processo econômico** do país. (VEJA, 25/05/1988 p. 3 – Grifos meus)

A revista demonstrou simpatia às declarações feitas pelo governo no dia 18 de maio de 1988, pois, segundo a revista, as declarações demonstravam que o governo estava disposto a diminuir a “sua presença nos assuntos econômicos” do país. Veja, disse que por conta das declarações do governo para área econômica, o país foi colocado no “caminho da luz”, ou seja, a revista utilizou-se de uma expressão religiosa que era usada para dizer quando encontrou-se o caminho correto, assim é possível entender que Veja deixou dito nas entre linhas que o país estava perdido até antes das declarações do dia 18 de maio de 1988. Outro elemento interessante de observar no trecho acima foi que a revista valorizou a intenção do governo de diminuir a presença do Estado na economia, haja vista que, essa proposta apresentada pelo governo era algo também compartilhado pela revista e que a mesma vinha aprovando como uma solução para a situação econômica do país há algum tempo.

Em outro trecho da Carta ao Leitor do dia 25 de maio de 1988, Veja fez algumas colocações e acusações sobre a responsabilidade pela situação crítica vivenciada pelo país na área econômica. Segundo Veja:

O país como o próprio governo admitiu com grande franqueza ao anunciar essa nova orientação, está com sua economia mergulhada **numa crise sem precedentes – e a responsabilidade central por ela não pode de forma alguma ser atribuída aos cidadãos, nem as empresas, nem aos sindicatos, nem aos credores internacionais e nem ao FMI**. Se a economia brasileira está à beira do colapso, como tem dito o Ministro da Fazenda, **o único responsável por isso é o poder público**. É indispensável, portanto, que ele mude radicalmente sua conduta, sob pena de acabar conduzindo o país à maior catástrofe administrativa da história republicana. (VEJA, 25/05/1988, p. 3 – Grifos meus)

No trecho apresentado acima, pode-se averiguar que a revista Veja isentou da “culpa” pela crise econômica em que o país se encontrava, os sindicatos, as empresas, os credores internacionais e o FMI, mas, em contra-partida, a revista responsabilizou unicamente o poder público pela crise econômica. Pode-se perceber que a revista isentou as instituições privadas da sociedade civil e penalizou somente o poder público, com isso, Veja deixou explícito seu posicionamento frente a diminuição do poder e do controle da economia pelo Estado. Este posicionamento expressado pela revista já foi várias vezes mostrado nas análises dos anos anteriores, porém foi reforçado durante o ano de 1988.

Ainda na edição do dia 25 de maio de 1988, Veja, na seção Economia e Negócios, procurou apresentar as propostas comunicadas pelo governo para conter a crise, de acordo com a revista:

Ao lado da proposta de cortar os gastos públicos, sempre presente em qualquer plano econômico do governo, **o novo programa**, para começar, **propõe estímulos ao processo de privatização**. Outro ponto-chave é a eliminação de controles burocráticos para a exportação de 3.000 produtos. Um terceiro trata da revisão da política de concessão de incentivos fiscais e subsídios. Tudo desemboca na nova política industrial que Sarney anunciou na quinta-feira passada e que tem o figurino mais nacional de todos os documentos econômicos que o atual governo já apresentou. (VEJA, 25/05/1988, p. 97 – Grifos meus)

A revista comunicou alguns pontos do programa econômico anunciado pelo governo, mas ressaltou a questão da privatização. Veja defendeu fortemente a privatização de empresas públicas, que, segundo ela, só davam despesas aos cofres públicos. A revista queria ver a diminuição dos gastos públicos e do funcionalismo público. A revista Veja, nesse momento, já mostrava um posicionamento declarado ao receituário Neoliberal, dando indícios de que a revista não estaria somente defendendo e apoiando os empresários industriais, mas sim, defendendo e também apoiando, através dessa posição, os bancários que já vinham fazendo uma defesa ferrenha sobre a privatização e diminuição do poder público, para conter a crise econômica. Esse discurso e apoio propagandeado pela grande mídia de incentivar a privatização das estatais ganhou mais força na década de 1990, período no qual ocorreram, massivamente, as privatizações no país. A respeito deste assunto, o autor Aloysio Biondi fez um trabalho no qual ressaltou que:

Houve uma intensa campanha contra as estatais nos meios de comunicação, verdadeira “lavagem cerebral” da população para facilitar as privatizações. Entre os principais argumentos, apareceu

sempre a promessa de que elas trariam preços baixos para o consumidor, “graças à maior eficiência das empresas privadas”. A promessa era pura enganação. (BIONDI, 2003, p. 10)

De acordo com o autor, compreende-se que a atitude da grande mídia, naquele momento, era criar consenso e conseguir apoio da população com relação a privatização. A atitude da revista Veja, no final da década de 1980, em criticar as empresas estatais, incentivando a privatização era uma defesa ao receituário neoliberal que, no período da década de 1990, foi colocado em prática pelo governo.

Veja foi noticiando as mudanças de postura do governo frente às políticas – econômicas no país. E, nessa linha, a revista no dia 29 de junho de 1988, na Carta ao Leitor, fez colocações sobre o acordo realizado entre o governo e o FMI sobre o pagamento da dívida externa. Ou seja, o governo assumiu novamente o compromisso de pagar suas dívidas (fim da moratória). Segundo Veja:

O acordo para o pagamento da dívida externa brasileira, enfim anunciado oficialmente na semana passada, é a melhor notícia que poderia vir neste momento da frente econômica. É claro que sempre cabe lembrar, **quando se festeja o conserto de alguma coisa, que não teria sido preciso consertar nada se, em primeiro lugar, não tivesse sido feito o estrago. Desfazer uma besteira, em todo caso, é infinitamente melhor do que insistir nela por soberba,** e o que importa, no momento, é **computar as possibilidades de ação que o Brasil recupera com a volta da normalidade em suas relações financeiras internacionais.** Antes de mais nada, **o país readquire a capacidade de ser levado a sério pelo mundo do progresso** ao abandonar a fantasia de só voltar a pagar seus compromissos quando fossem alteradas as estruturas econômicas do planeta. (VEJA, 29/06/1988, p. 31 – Grifos meus)

Veja, através do trecho apresentado acima, demonstrou mais uma vez que era totalmente contra a moratória decretada pelo governo no ano de 1987, chamando-a de **estrago/besteira** feita pelo governo. A revista afirmou que o país voltou à **normalidade** a partir do momento em que pôs fim na moratória, porém Veja ao discursar desta maneira, silenciou todo o processo de crise pelo qual o país estava passando e que só com o fim da moratória não iria mudar o cenário brasileiro. Na verdade, o que Veja festejava com o fim da moratória era que o país havia voltado a dialogar com o FMI e considerou que, agora, o país iria elaborar e construir planos para sair da crise econômica. A revista, no último trecho grifado, apresentou, nas entre linhas, que o Brasil para **ser levado a sério pelo mundo do progresso**, teria que sacrificar todo o orçamento do país em prol do pagamento da dívida externa e ficar em dia com os

credores externos, assim teria adquirido sua credibilidade perante o “mundo do progresso” em defesa exacerbada do capitalismo em todos os sentidos.

Na continuidade da matéria do dia 29 de junho de 1988, a revista procurou ressaltar ainda mais a atitude do governo de estarem ligados às economias e países externos, dizendo que:

“Nada pode haver de mais atrasado, no momento que a História hoje oferece, do que imaginar um Brasil isolado das grandes correntes que movimentam as economias centrais, querendo levar uma vida autônoma ou, numa variante pior ainda, achando que a melhor companhia é o mundo que não deu certo, o Terceiro” (VEJA, 29/06/1988, p. 31 – Grifos meus).

Interessante observar que Veja fez julgamentos como, por exemplo, chamando de **atrasado** o país que não estava ligado às economias centrais, que seriam os países ditos “desenvolvidos” A revista, nas últimas frases grifadas, fez alusão ao Terceiro-Mundismo, ou seja, a ideia de que seria possível o desenvolvimento próprio dos países pobres sem estarem atrelados, necessariamente, ao capitalismo ou ao comunismo.

Para finalizar a matéria do dia 29 de junho de 1988, a revista sugeriu encaminhamentos para o governo seguir. Veja afirmou que:

As economias prósperas e promotoras do progresso, que hoje foram uma massa cada vez mais transnacional, podem perfeitamente viver sem o Brasil: estão abertas ao mesmo tempo, para qualquer país que queira engatar-se nelas. É claro, desta forma, o rumo a seguir. Toda vez que **o Brasil agir para integrar-se mais ao Sistema econômico internacional, os brasileiros estarão ganhando. Toda vez que se afasta da corrente central, querendo transformar-se numa sociedade autárquica, estará cortejando o desastre.** (VEJA, 29/06/1988, p. 31 – Grifos meus)

Veja, no primeiro trecho grifado da matéria, de forma alarmista, tentou mostrar que as economias ditas “prósperas” não precisavam do Brasil para viver, ou seja, fez um alerta ao país e aos governantes para se darem conta de como funciona a dinâmica da economia mundial, o que era uma falsidade na economia global. Já, no segundo trecho grifado, a revista adotou julgamento de valores, ressaltando que o país sairia perdendo toda vez que se afastasse das economias centrais e que o país e os brasileiros ganhavam toda vez que se aproximavam das economias centrais. A revista mostrou claramente qual deveria ser o encaminhamento e atitude do Brasil para que pudesse “prosperar” na área econômica.

A revista Veja, como estava sendo apresentado através de alguns trechos de matérias, ano de 1988, passou a noticiar as tentativas do governo de sair da crise

econômica e conter os índices de inflação, mas esta conduta da revista não significou que Veja passou a apoiar o governo. Tanto é que, na Carta ao Leitor do dia 17 de agosto de 1988, a revista criticou o governo e defendeu o Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, com relação a situação econômica do país, dizendo que:

Pode-se afirmar, com certeza, que o ministro Mailson da Nóbrega não tem nada a ver com a essência do desastre no qual está metida atualmente a economia brasileira. (...) Na frente externa, onde trata com pessoas e instituições capazes de assumir compromissos e cumpri-los, o ministro obteve notáveis progressos no equacionamento da dívida brasileira. **Na frente interna, onde deveria ter toda a solidariedade do governo, sua planilha de trabalho é uma sucessão contínua de tentativas de conter a queima de dinheiro público e domar a máquina do Estado**, conduta elementar para quem quer que tenha a responsabilidade de lidar com uma inflação com o ritmo da atual. (VEJA, 17/08/1988, p. 22 – Grifos meus)

A revista, neste trecho apresentado acima, tomou partido em defesa do ministro da fazenda Mailson da Nóbrega. Esta atitude da revista Veja em relação ao ministro esteve vinculada à postura que Mailson da Nóbrega demonstrou para tentar conter os índices de inflação, como por exemplo, a proposta de diminuição dos gastos públicos, privatização. O posicionamento defendido pelo ministro da fazenda com relação à diminuição dos gastos públicos e à privatização das empresas estatais era uma discussão que estava em voga em encontros dos empresários industriais. Veja valorizou o trabalho desempenhado por Mailson da Nóbrega e por sua equipe econômica, como o fim da Moratória e os projetos com objetivos de diminuição do déficit público, porém, os projetos de diminuição do déficit público não foram bem aceitos pelos outros ministros e assim, não foi levada para frente a discussão. O governo não era homogêneo, Veja criticou o governo e o responsabilizou pelos altos índices de inflação.

Na edição do dia 24 de agosto de 1988, na seção Carta ao Leitor, a revista fez ressalvas sobre as medidas anunciadas pelo governo. O interessante de observar foi que no trecho da matéria da semana passada (dia 17/08/1988), Veja criticou muito o governo e, nesta edição do dia 24 de agosto de 1988, passada uma semana da outra edição, a revista deu créditos às medidas do governo, dizendo que:

O governo do presidente José Sarney, mais uma vez, está diante de uma excelente oportunidade de acertar. É preciso, para tanto, que leve adiante na prática sua decisão de **desmontar um pedaço considerável da máquina federal**, em consequência da redistribuição fiscal determinada pela Assembléia Nacional Constituinte. (VEJA, 24/08/1988, p. 33 – Grifos meus)

Foi interessante observar que este trecho da matéria, publicado pela revista *Veja*, vem ao encontro e como resposta às críticas levantadas na edição passada de *Veja* sobre o tamanho do governo e sobre seus gastos. Como se pode perceber, a revista *Veja* ressaltou/enfatizou sobre a atitude do governo de realizar um desmonte da máquina federal. A proposta de desmonte da máquina federal comunicada pelo governo era também um posicionamento político liderado pelos empresários industriais, que defendiam publicamente a diminuição do Estado e sua diminuição na interferência da economia, mas essa colocação não é publicada pela revista.

Em outro trecho da Carta ao Leitor do dia 24 de agosto de 1988, *Veja* explorou ainda mais a questão do desmonte da máquina federal e tentou afirmar que esta medida, mostrava que o país estaria no caminho da modernização. *Veja* ressaltou que:

Essa nova postura, muito mais produtiva do que a primeira linha de conduta, é fruto da necessidade concreta – mas, também, uma visão muito mais correta daquilo que deve ser o Estado brasileiro. Ele será tanto mais eficiente e sujeito a controles quanto menores forem o tamanho, o poder e a responsabilidade da máquina gerida pelo governo federal. Na verdade, a Operação Desmonte, arquitetada pelos Ministros da Fazenda Mailson da Nóbrega, e o Planejamento, João Batista de Abreu, não deve ser executada apenas porque a Constituinte fez a reforma fiscal, mas principalmente porque o talho no peso da União, estrategicamente, é um passo essencial na caminhada para a modernização do país. (VEJA, 24/08/1988, p. 33)

Os elementos que merecem mais destaque, com base no trecho acima eram: a revista mostrou/apresentou como deveria ser o tamanho do Estado para com isso ser mais eficiente, ou seja, *Veja* inferiu que, para o Estado ter um desempenho melhor era preciso que ele tivesse menos responsabilidade e fosse menor em extensão. A revista também se preocupou em mostrar que a reforma fiscal aprovada na Constituinte era essencial para o país entrar no caminho da modernização, ou seja, de acordo com *Veja*, para o Brasil entrar no caminho da modernização, era preciso o país privatizar e diminuir o tamanho do Estado. A historiadora Carla Luciana Silva⁷, em sua tese, percebeu, através do discurso da revista *Veja*, que, na década de 1990, a questão da modernização passaria a ser uma panacéia.

A revista *Veja* dedicou “alguma” atenção para a questão do desmonte da máquina federal, pois, para a linha editorial da revista, esta questão era de grande importância, por atender e ir ao encontro do discurso divulgado pelos empresários industriais nos meios de comunicação. Esta questão do desmonte da máquina federal

⁷ SILVA, Carla Luciana. Op. Cit. P. 262

também fez parte da pauta das políticas neoliberais, que nesse momento estava sendo debatido entre algumas instituições das frações da classe burguesa.

Veja, na Carta ao Leitor do dia 31 de agosto de 1988, apresentou as medidas aprovadas na Assembléia Nacional Constituinte para conter os gastos do governo, dizendo que:

A Assembléia Nacional Constituinte, já em sua trajetória final, aprovou na semana passada um lote de disposições que certamente ajudam a elevar os padrões de moralidade no trato com o bem público e, entre elas, duas merecem atenção especial. A primeira é a que disciplina os gastos de propaganda feitos pelas diversas instâncias do governo com o dinheiro Erário. A segunda é a que **restringe as possibilidades, hoje incontáveis, de funcionários públicos irem acumulando salários abusivos através da manipulação esperta de dispositivos legais e, com isso, se tornarem marajás á custa de dinheiro do contribuinte.** (VEJA, 31/08/1988, p. 23 – Grifos meus)

A revista Veja inferiu que era preciso ter moral para lidar com o bem público, entra, dessa forma, em uma discussão superficial pautada na questão de juízo de valores, e a discussão deveria se dar em outro nível e pautada em outros fatores e elementos. A revista tentou passar a ideia de que era preocupada com o bem público, mas isso era só no discurso, na verdade, a revista estava preocupada com o orçamento do governo que não deveria ser empregado com as empresas estatais e sim, em negócios que elevassem o crescimento econômico do país. Finalizando a matéria, Veja aproveitou para ressaltar que os funcionários públicos não poderiam mais acumular salários, só que a revista, novamente, apegou-se a um elemento final da questão dos marajás. A revista não mencionou como muitos políticos acabaram forjando concursos para tornarem parentes e colegas em funcionários públicos. O jornalista Palmério Dória se utilizou de uma reportagem publicada na Folha Online do dia 25 de março de 2005, com o seguinte título: “Sarney, ACM e Renan criaram 4.000 vagas no Senado”, para mostrar como muitos políticos se tornaram funcionários públicos. Segundo a reportagem:

Trem da alegria – Entre os servidores efetivos, nem todos são concursados. Estes somam cerca de 1.200. Entre 1971 e 1984, os senadores aproveitaram para efetivar servidores por meio de atos administrativos, embora isso fosse vedado pela Constituição. A atual líder do governo no Senado, Roseana Sarney (PMDB-MA), é servidora do Senado graças a um trem da alegria de 1982, assinado pelo então senador Jarbas Passarinho. (DÓRIA, 2009, p. 29)

Ou seja, alguns políticos que fazem parte dos aparelhos do Estado, tornaram-se funcionários públicos através de nomeações.

Em outro trecho da Carta ao Leitor do dia 31 de agosto de 1988, Veja encerrou a matéria reconhecendo o artigo antimarajás, afirmando que:

O artigo antimarajás, ajudará a desestimular o crescente desvirtuamento do sistema de remuneração da função pública no Brasil. Os servidores do Estado, sem dúvida nenhuma, devem ter direito a salários compatíveis com as qualificações e as responsabilidades exigidas pelos cargos que exercem. A presente situação do marajanato, porém, não tem nada a ver com a necessidade de pagar bem a quem merece. Tem a ver, somente, com a vontade de saquear o que for possível da folha de pagamento dos três poderes, através de **artimanhas legais** e contábeis que beiram a **vigarice**. (VEJA, 31/08/1988, p. 23 – Grifos meus)

As questões de maior relevância no trecho apresentado acima se remetem a: Veja fez a crítica aos chamados funcionários públicos denominados marajás, no sentido de criticar o tamanho do Estado e dos gastos públicos. Novamente, a revista não apontou o surgimento de grande parte dos marajás nos serviços públicos, que derivaram de apadrinhamento de políticos. A revista entrou em uma discussão, que se pautava na “Meritocracia” que seria pagar bem a quem merecia, como se Veja, ao afirmar isso, soubesse quem deveria ganhar bem porque merecia. Porém, a revista, em nenhum momento, apontou quais seriam as pessoas privilegiadas para receberem bem porque mereciam.

Pude-se perceber que na Carta ao Leitor do dia 31 de agosto de 1988, a revista Veja fez ressalvas às aprovações de dispositivos na Assembléia Nacional Constituinte. É importante lembrar que o foco desta pesquisa e análise é a relação da revista Veja com os planos econômicos elaborados pelo governo no período do governo Sarney. Por isso, não se abordou durante os anos de 1987-1988 matérias relacionadas aos trabalhos e as disputas entre os representantes das classes sociais no Congresso, durante o período de realização da Assembléia Nacional Constituinte.

Porém, a única matéria que problematizada e analisada sobre a Nova Constituição foi a da edição do dia 07 de setembro de 1988, que saiu na seção Brasil da revista, na qual, Veja fez uma apresentação e balanço geral dos artigos garantidos na Nova Carta da Constituição. Veja fez alguns apontamentos sobre a Nova Carta, dizendo que:

A nova Carta descentralizou os poderes do Estado, desmontou o Leviatã mendigo legado pelo regime de 64 e produziu a mais avançada plataforma de benefícios sociais desde a legislação trabalhista outorgada pela ditadura de Getúlio Vargas, em 1943. A Constituinte também construiu um capítulo desastrado na ordem econômica, que já produziu estragos – e irá provocar, sem dúvida,

danos ainda maiores. O fato é que a Constituinte tem a autoridade dos 69 milhões de eleitores que foram às urnas em 1986, e a nova Carta é o retrato de sua soberania. (VEJA, 07/09/1988, p. 32)

O primeiro elemento que chamou a atenção neste trecho foi que a revista *Veja*, escolheu, não por acaso, começar fazendo o balanço sobre a Nova Carta da Constituição e sobre a descentralização dos poderes do Estado. Para a revista, assim como para as frações da classe burguesa empresarial industrial, a descentralização dos poderes do Estado era vista como algo positivo, pois os políticos trabalharam e muito, através dos *lobbies*, para conseguir assegurar artigos que os beneficiassem. Porém, a revista não ressaltou em nenhum momento da matéria a existência de *lobbies* dentro dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, simplesmente apresentou os trabalhos e fez, quando achou pertinente, algumas críticas e colocações.

Outro elemento presente no trecho citado é que a revista chamou de benefícios, os direitos trabalhistas, ou seja, descaracterizou os artigos que garantiam direitos aos trabalhadores. Criticou a parte da Constituição que tratava da economia do país, alegando que era algo desastrado e, por fim, ressaltou que a Constituição tinha autoridade dos 69 milhões de brasileiros que elegeram os deputados que trabalharam na Assembléia Nacional Constituinte – ANC. O que *Veja* silenciou, ao valorizar a questão do número de brasileiros que votavam no país, foi pelo fato da mídia ter interferido, e muito, na escolha dos políticos que fossem votados para os trabalhos na ANC, além, é claro, de mais uma vez não ser tocado na palavra *lobby*, que tanto fez parte na ANC. A respeito dos trabalhos realizados durante o período de funcionamento da ANC, o historiador David Maciel fez uma crítica importantíssima, dizendo que:

Entre janeiro e outubro de 1988, desenvolveram-se os trabalhos finais do Congresso, que iriam formalizar a substituição da institucionalidade autocrática pela institucionalidade democrática por meio da promulgação da nova Constituição. Nesta fase, o campo conservador liderado pelo governo, pelo “Centrão” e pelas entidades empresariais conseguiu assumir a direção política dos trabalhos constituintes, anulando ou mutilando diversas propostas mais avançadas de democratização, de estabelecimento de direitos sociais e de reforma nas estruturas do país, promovendo uma reedição do pacto conservador que viabilizou a Aliança Democrática em 1984. De outro lado, as forças de oposição foram levadas a adotar uma estratégia de “acomodação á direita” para salvar algumas conquistas, o que reforçou o conteúdo autocrático da Constituição de 1988. Apesar da combatividade do movimento sindical e do movimento popular, a nova Constituição pouco absorveu das perspectivas transformadoras alimentadas pela sociedade brasileira desde a crise da Ditadura Militar. (MACIEL, 2009, p. 269)

O autor apresentou um panorama diferente do que a revista Veja ressaltou em sua matéria sobre os trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte, pois a fração de classe que possuiu espaço e força de articulação foi a burguesia como um todo, tendo seus interesses na maioria adquiridos. Enquanto a revista mostrava os transtornos que os direitos conquistados pelos trabalhadores iriam causar aos patrões, o autor David Maciel apresentou que os direitos conquistados pelos trabalhadores foram pequenos em vista das reivindicações e lutas travadas em todo o processo de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

A revista Veja, em outro momento da matéria, destacou a Nova Carta da Constituição dentre as outras Constituições, referindo que:

A Constituição de 1988 é diferente de todas as outras pelo seu final. Produzidas em gabinetes ou mesmo em parlamentos, as Constituições brasileiras têm, no geral, uma tradição perversa: a cada nova Carta de Leis, as liberdades públicas diminuem de tamanho. A nova Constituição aboliu a censura, puniu a tortura e garante que todos os governantes precisam ser eleitos pelo voto direto. **A Carta de 1988 tem a força da liberdade** – é a primeira que termina seus trabalhos sem diminuir nenhum dos direitos do povo. (VEJA, 07/09/1988, p. 32 - Grifos meus)

O interesse neste trecho foi que mais uma vez a revista silenciou e não contextualizou suas colocações, pois, se a nova Constituição de 1988 não diminuiu de tamanho nas questões relacionadas às liberdades públicas foi porque houve muitos movimentos sociais e mesmo trabalhadores não ligados a movimento nenhum que foram às ruas, para Brasília, para participarem de manifestações em defesa dos direitos trabalhistas e garantia de direitos que assegurassem Educação pública, gratuita; assistência à saúde garantida pelo governo SUS, entre outros direitos. Nada que está na Constituição de 1988 que visa assegurar direitos aos trabalhadores, foi algo ganhado e sim, conquistado com muita luta, mas essa luta não foi noticiada pelos meios de comunicação da grande imprensa brasileira. Na verdade, a carta da Constituição de 1988 não deveria ser lembrada como a **força da liberdade**, mas sim, como *o espaço mais nítido da luta de classes*, pois os trabalhadores tiveram que lutar contra todos os empecilhos que foram postos pelo governo. A tática do governo com respaldo das frações da classe burguesa era fazer com que os trabalhadores não conseguissem se organizar e fazer pressão na ANC. Mas, é claro que essas colocações sobre o lado silenciado pela grande imprensa, a Veja somente valorizou a nova Carta da Constituição pelo seu resultado final, que tem mais artigos favoráveis às frações da classe burguesa do que aos trabalhadores. E, após aprovação e promulgação da nova Constituição, a

revista Veja, juntamente com as frações da classe burguesa empresarial industrial, passou a falar de diferentes maneiras que era preciso rever a Constituição e modificar alguns artigos.

Após este breve parênteses com a intenção de mostrar alguns elementos sobre a forma como a revista abordou a formulação da Nova Constituição, volta-se a análise das matérias da revista Veja do ano de 1988, a qual se preocupava em mostrar a situação econômica do país e as tentativas do governo em elaborar planos econômicos para amenizar a crise econômica.

Veja, na edição do dia 26 de outubro de 1988, na seção Brasil, fez um comentário sobre o cenário econômico do país e alertou sobre uma possível hiperinflação, dizendo que:

Numa sucessão de sobressaltos que apenas evidenciou o descontrole do governo sobre a situação, outros estouros passaram a indicar a perigosa proximidade de uma hiperinflação – em quatro dias, de segunda a quinta-feira, o dólar no mercado paralelo subiu 15,4% e a cotação do ouro teve uma alta de 11%, ao mesmo tempo que se evidenciava no país um desconforto maior do que o habitual a respeito da capacidade que teria o governo de controlar essa montanha-russa sem freio aparente. A economia vai mal há muito tempo. Agora, quando já parece claro que o governo Sarney perdeu todas as oportunidades que lhe foram oferecidas para domar a situação, e que não deverá ter outras pela frente nos meses que lhe restam de vida, instala-se no país a idéia de que a crise – a crise de verdade – finalmente explodiu. (VEJA, 26/10/1988, p. 44)

A revista, através do trecho citado acima, tinha a intenção de mostrar através dos dados de cotações do ouro e do dólar que o país estava vivendo uma situação alarmante na economia. Outro elemento interessante neste trecho foi que havia contido um fetiche da economia: “vai mal”, mas, quem era a economia?

A revista não explicou quem era a economia, mas alegou que ela iria mal, como se fosse alguém. Veja também tinha o objetivo de apresentar o cenário da economia para mostrar a “ineficiência” do governo de José Sarney frente à crise econômica, já que o governo nada conseguiu resolver até o momento para amenizar a situação, mais uma vez a revista aproveitou para criticar o governo.

Em outro trecho da mesma matéria do dia 26 de outubro de 1988, a revista Veja caracterizou a visão que o presidente José Sarney tinha sobre a crise econômica, afirmando que:

O problema é que o país, visto pelos olhos do presidente, é uma terra com todos os sinais de fertilidade, emperrada em seu funcionamento perfeito por uma febre passageira que pode ser derrubada com um pouco

de esforço. Na verdade, o país, como alguns enfermos, caminha aparentemente bem sobre as pernas, mas já dá sinais preocupantes de uma falência em seus órgãos vitais. (VEJA, 26/10/1988, p. 45-46)

Neste trecho, a revista apresentou a visão do presidente sobre o cenário econômico, com a intenção de desmoralizar a visão e mostrar que José Sarney não tinha a mesma dimensão da crise econômica apresentada pela revista. Veja, após apresentar a visão do presidente sobre a economia do Brasil, mostrou de forma metafórica que o país corria perigo na economia, como se fosse um paciente enfermo. Pode-se perceber, através deste trecho, que a revista continuou sua empreitada em desqualificar o governo Sarney, pelo fato de não ter mostrado soluções que agradassem a revista e fossem no mesmo sentido e encaminhamento que a revista concebia como “correta”.

Veja encerrou essa matéria, mostrando uma alternativa para a situação de crise vivenciada pelo país que estava sendo já discutida há alguns meses pelo governo. A revista, através da fala de uma funcionária do governo, apresentou qual seria a alternativa de amenização para o aumento da inflação, colocando que:

“A tarefa é enorme e delicadíssima”, afirmou Dorothea Werneck, secretária de planejamento econômico e social da Seplan designada para participar da reunião. Em sua opinião, o pacto pode ser “a tábua da salvação” para afastar o espectro da hiperinflação. “O pacto é um mecanismo crucial para viabilizar uma política de renda sob consenso que poderia baixar a inflação”, diz o ministro da Fazenda. (VEJA, 26/10/1988)

A revista Veja como já havia sido apresentado antes, utilizou-se da fala de Dorothea Werneck, para mostrar que o pacto social poderia ser uma das únicas formas de tirar o país da hiperinflação. A revista, para reforçar ainda mais a ideia de que o pacto social poderia ser realmente a saída para amenizar a crise econômica, utilizou-se da fala do Ministro da Fazenda, que também via o pacto como algo essencial para baixar a inflação.

Veja foi dando continuidade, em suas outras edições, sobre os encaminhamentos que o governo teria como possibilidade de implantação para conter a crise econômica. Na Carta ao Leitor do dia 02 de novembro de 1988, a revista fez ponderações sobre as soluções propostas pelo governo, afirmando que:

Nas crises, os países se parecem. Precisam de lideranças e, se possível, de uma grande idéia que os ajude a encontrar o caminho da solução. No Brasil, sob a gerência de um governo esgotado, pode-se medir a insistência com que a crise ataca pelo número de idéias salvadoras que têm circulado pela praça. A grande idéia do momento chama-se pacto social e ela ocupa o vácuo deixado por duas antecessoras tão ruidosas no lançamento quanto na aterrissagem

desastrada, o Plano Cruzado e a moratória da dívida externa. (VEJA, 02/11/1988, p. 31)

No trecho apresentado, pode-se verificar que a revista expõe, de forma breve, a situação do governo, aproveitando para criticar os políticos, mais precisamente o presidente da república José Sarney, que estava sob a gerência do país, caracterizando o governo como esgotado, pelas várias tentativas de tentar tirar o Brasil da crise: Veja justificou sua advertência ao governo, fazendo um balanço sobre o Plano Cruzado e sobre a decretação da Moratória. A revista se colocou na defensiva quando expõe a intenção do governo de implantação do pacto social, não apoiando diretamente essa ideia.

Em outra parte da matéria do dia 02 de novembro de 1988, Veja ressaltou a falta de credibilidade que o governo possuía quando apresentava soluções para tentar conter a crise econômica. Segundo Veja:

A verdade é que para empresários e trabalhadores fica cada dia mais difícil acreditar nas promessas de sacrifícios feitas pelo governo – e a ideia do sacrifício compartilhado é que sustenta a negociação de um pacto social. Pois, justamente no momento em que se fala do acordo geral para tirar o país da crise econômica e política em que se debate, recebe-se a notícia de que pode vir por aí um arrocho nos impostos, sem que nenhuma palavra seja dita sobre os cortes na máquina estatal, no que ela tem de ocioso, inútil ou incompreensível. (VEJA, 02/11/1988, p. 31)

A revista, neste trecho da matéria, tentou alertar os trabalhadores e empresários que desconfiassem das promessas que o governo vinha fazendo nas discussões sobre o pacto social, pois para a realização do pacto seria necessário que todos os lados cedessem um pouco. Mas, Veja criticou justamente a possibilidade do governo de não ceder e nem fazer os “sacrifícios” necessários para a concretização do pacto, mas estar pressionando os trabalhadores e os empresários a cederem. Ou seja, mais uma vez, a revista criticou a atitude do governo e bateu na mesma tecla do ano inteiro, sobre a diminuição dos gastos públicos – dizendo que isso é necessário para a contenção da crise econômica.

Na seção Brasil do dia 09 de novembro de 1988, a revista Veja dedicou muitas páginas para “explicar” o Pacto Social, a revista disse que:

Brasília, capital também de surpresas desde que o governo perdeu o rumo e passou a atuar por espasmos, assistiu a um certo curioso na semana passada. Na madrugada de sexta-feira, instalados no 8º andar do Ministério do Trabalho, representantes de empresários, governo e trabalhadores, três categorias de difícil combinação química, deram-se as mãos e assinaram um documento que, pomposamente, levou o

título de Pacto Social e que estabeleceu uma base simples para o combate à inflação. (VEJA, 09/11/1988, p. 44)

No trecho da matéria acima, pode-se perceber que a revista considerou como um acerto o acordo que o governo fechou entre empresários, trabalhadores, denominado de Pacto Social. A primeira ressalva que deve ser pontuada é que o acordo fechado pelo governo, não era um plano novo e sim, um plano já discutido por Tancredo Neves, logo após sua vitória, nas eleições indiretas para presidente da república, em 1985. Tancredo via no pacto social uma forma de conter as grandes manifestações dos trabalhadores e também conter os índices de inflação no país, mas esse pacto social não conseguiu vingar no ano de 1985. Já no contexto do ano de 1988, o pacto social vinha cumprir em alguma medida alguns dos objetivos pensados por Tancredo Neves, porém, a revista Veja não fez essa contextualização sobre o pacto social. Outro elemento que deve ser pontuado era a questão da classe trabalhadora nesse acordo, Veja homogeneiza a classe do acordo, mas somente os trabalhadores filiados à CGT fecharam o acordo do pacto social. A CUT, maior central sindical de representação dos trabalhadores, não fechou com o pacto por entender que o pacto social era algo prejudicial aos trabalhadores, que não traria benefícios nenhum e que iria, na verdade, colocar empecilhos para as manifestações em prol de reajustes salariais entre outros elementos. Por conta da não participação da CUT no acordo, o pacto social não teve legitimidade entre a grande maioria da classe trabalhadora (ALMEIDA, 2011, P. 81).

Com relação ao Pacto Social, a revista, ainda na mesma matéria, fez ponderações sobre a parte do acordo que caberia ao governo, dizendo que: “O governo, que ainda não entrou com nada no Pacto, comprometeu-se a apresentar um plano de saneamento das finanças públicas num prazo de trinta dias” (VEJA, 09/11/1988, p. 45). Ou seja, a revista pegou no “calcanhar de Aquiles” do governo que é o orçamento público, pois o governo só ficou na promessa de redução dos gastos e nunca concretizou essa promessa.

Na mesma matéria do dia 09 de novembro de 1988, a revista fez um pequeno parêntese sobre a contribuição das Organizações Globo na divulgação do Pacto Social, colocando que:

Na semana passada, depois de comemorar o **entendimento entre empresários, lideranças de trabalhadores e a representação do governo**, o presidente José Sarney enviou uma carta de agradecimento a um dos maiores defensores do Pacto Social no país, o jornalista Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo, cuja televisão cobriu as negociações com entusiasmo fora do comum. É salutar que a

TV Globo tenha se interessado dessa forma por uma questão como a do acordo antiinflacionário, mas seria lamentável se essa participação tivesse influenciado empresários ou trabalhadores a assinar sua carta de indicações, já que a adesão por simples reverência às câmaras de TV poderá murchar quando os holofotes estiverem apagados. (VEJA, 09/11/1988, p. 49 – Grifos meus)

A revista Veja, mais uma vez, ao lembrar do pacto social, tentou construir uma imagem positiva desse acordo, reforçando que, houve sim, um **entendimento entre empresários, lideranças de trabalhadores e a representação do governo**, mas não ocorreu uma adesão integral das lideranças dos trabalhadores ao pacto, essa informação já foi colocada anteriormente. O mais interessante, nesse trecho da matéria da revista, foi observar que Veja se colocou contrária à possível atitude da TV Globo, pois não concordou com a possibilidade da emissora ter ajudado na criação de um consenso em torno do pacto social e assim, ter conseguido as assinaturas que eram necessárias. Essa atitude demonstrada pela revista Veja foi estranha, pois ela estava tendo uma atitude semelhante com relação ao pacto social. A revista Veja só se colocou mais discreta quanto a sua adesão ao pacto social, mas em todas as matérias que fez menção ao pacto, sempre se colocou a favor. Pode-se inferir que a revista sentiu inveja, porque o presidente José Sarney mandou uma carta de agradecimento ao Roberto Marinho – presidente das Organizações Globo e não para Victor Civita – dono da Editora Abril.

A revista Veja deu continuidade com relação ao assunto Pacto Social em suas publicações posteriores. Na seção Economia e Negócios, do dia 16 de novembro de 1988, Veja fez apontamentos sobre alguns problemas que estava apresentando o Pacto Social, alertando que:

“Cadê o Pacto?”, reagiu Ângela Nerice Leite, de 35 anos, diante de uma latinha de leite condensado na prateleira do supermercado Bom Preço, no Recife, na última quarta-feira. “No sábado, o preço do leite condensado era 490 cruzados e agora pulou para 539. Não dá para acreditar em nada mesmo”, lamentou Ângela. Como a dona de casa pernambucana, milhões de consumidores em todo país defrontaram na semana passada, nas gôndolas dos supermercados, com a realidade da inflação e das remarcações incessantes de preços, em substituição às promessas de que os produtos incluídos numa lista básica do Pacto Social não subiriam além de 26,5% no espaço de trinta dias. Sob os mais variados pretextos, alguns subiram bem além do limite, deixando, na primeira semana de vigência do Pacto, a impressão de que o acerto feito no último dia 4 em Brasília, entre empresários e trabalhadores com o aval do governo, corre o risco de se transformar rapidamente no Pacto do Gerson. Todos querem levar vantagem em tudo e ninguém quer ser o primeiro a correr o risco de ver seus ganhos soterrados pela avalanche da inflação. (VEJA, 16/11/1988, p. 102)

Neste trecho da matéria, a intenção da revista foi mostrar que um dos pontos acordados no Pacto Social não estava sendo colocado em prática. A revista se utilizou da queixa de uma consumidora, para legitimar sua colocação de que os donos de supermercados não estavam respeitando o acordo de reajuste dos preços, que estava previsto no pacto social. Veja, em outro momento da mesma matéria, utilizou-se da fala de empresários para poder criticar o governo, referente ao Pacto Social, dizendo que:

Para outros empresários, o governo dá a impressão de apenas estar ganhando tempo, aderindo ao Pacto como forma de aliviar a pressão que a explosão inflacionária provocou nas últimas semanas. “Em janeiro, o governo reconhece que o Pacto deu em nada e, em fevereiro, acaba aplicando alguma medida de choque como única alternativa”, prevê Nelson Barrizzelli, diretor-geral do grupo Susa, das lojas Dillard’s e Sears. (VEJA, 16/11/1988, p. 104)

Este trecho trouxe elementos muito ricos de análise, pois a revista, no trecho anterior, mostrou uma consumidora reclamando das remarcações de preços abusivas e a revista apresentou a reclamação e colocou a culpa nos donos dos supermercados e pronto. Não escancarou a crítica no setor empresarial comercial, do qual faziam parte os donos de supermercados. Mas, no trecho apresentado, Veja deu voz aos empresários que criticaram a atitude do governo, por não ter se posicionado com nenhuma proposta para contribuir com o Pacto Social. Os empresários, assim como a própria revista, estavam esperando do governo um anúncio no sentido de que haveria um corte no orçamento ou uma redução no déficit público, mas, como isso não veio, a revista, em suas páginas, aproveitou para criticar, e muito, o governo e suas ações, pois o interesse dos empresários, assim como da revista no Pacto, era ter assegurada a redução do orçamento do Estado para assim poder disputar mais verbas/subsídios do governo, para financiar os investimentos privados, só que essa real intenção a revista nem se quer colocou em suas páginas da matéria. O pacto também serviu para congelar os salários dos trabalhadores e, nesse processo, houve uma desvalorização dos salários.

A revista finalizou esta matéria do dia 16 de novembro de 1988, explicitando, de acordo com seu posicionamento, quais eram os motivos causadores dos índices altos de inflação, colocando que:

A questão da redução dos gastos do governo, que alimentam incansavelmente a inflação, ficou resumida a uma vaga declaração sobre saneamento das finanças públicas e distribuição do ônus fiscal sobre todos os setores da economia – mera repetição de uma retórica ouvida desde o primeiro dia em que o presidente Sarney reuniu seu ministério e decretou o esquecido “é proibido gastar”. (VEJA, 16/11/1988, p. 104)

Para Veja, como colocado anteriormente, o causador dos índices de inflação era o governo, que não sabia cuidar de suas finanças e que não havia colocado em prática a redução de gastos prometida em sua posse. A revista aproveitou para desqualificar a imagem e o governo de Sarney.

O ano de 1988, também foi marcado pelos altos índices de inflação e pela tentativa do Governo de elaborar propostas que amenizassem esse cenário de crise no país. O interessante de perceber é que a revista Veja, em vários momentos, pressionou o governo, para que o mesmo apresentasse soluções no sentido de diminuir o déficit público, diminuição da máquina estatal, porém, as respostas apresentadas pelo governo não vieram nesse sentido. O governo do presidente José Sarney comunicou, em alguns momentos, que iria cortar gastos no orçamento do Estado, mas esses comunicados não foram concretizados, ficaram somente nas palavras ditas. Por causa desse não cumprimento do governo, frente à pressão feita pela revista Veja, a mesma fez questão de criticar como pôde as atitudes do governo e criar um consenso de que o responsável pelos índices altos de inflação era o Governo e nenhum outro setor da sociedade.

O ano de 1989 foi marcado pelas eleições presidenciais de forma direta, através do voto direto da população. Sobre as eleições presidenciais no ano de 1989, a historiadora Carla Luciana Silva⁸ fez, em sua tese, uma análise a partir das matérias da revista Veja e observou que Veja apoiou a candidatura de Collor para presidência, por compreender que o candidato também pautava, enquanto proposta de campanha, a defesa das práticas neoliberais. Para exemplificar essas constatações, de acordo com a historiadora Silva:

Parte-se da constatação inicial de que a revista, a exemplo da grande imprensa como um todo, apoiou a candidatura de Fernando Collor de Mello, buscando atrelá-lo ao projeto neoliberal. (...) A revista já tinha um programa e apoiaria os que se dispusessem a mantê-lo. (...) as propostas do candidato Collor que falava também em “progresso” e privatização. (SILVA, 2009, p. 29 e 205)

Com base nesta reflexão feita pela autora, pode-se perceber que a revista Veja, no ano de 1989, procurou apoiar um candidato para presidência que se colocasse em defesa das práticas neoliberais e o candidato projetado pelas frações da classe burguesa, no caso, foi Fernando Collor de Mello, que em sua campanha defendeu as propostas que vinham ao encontro das práticas neoliberais.

⁸ Para maiores informações sobre as eleições presidenciais do ano de 1989, ver: SILVA, Carla Luciana. **Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)** – Cascavel: Edunioeste, 2009. Coleção Tempos Históricos, vol.7.

Por causa do período de campanha eleitoral, entre os meses de julho a dezembro do ano de 1989, não foram encontradas muitas matérias que priorizassem o cenário econômico do país, as atenções da revista estiveram mais voltadas para os candidatos à presidência da república. A revista, no ano de 1989, noticiou as tentativas do governo de elaborar soluções para conter a crise econômica no Brasil.

A revista *Veja* começou o ano de 1989, trazendo novamente como pauta de discussão a questão de como amenizar/conter a crise econômica no Brasil. *Veja*, nas páginas amarelas do dia 04 de janeiro de 1989, entrevistou Octávio Gouvêa de Bulhões (Membro do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Presidente do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas e foi ex-ministro da Fazenda do governo Castelo Branco, de 1964-1967. Durante a entrevista feita com Bulhões (ver anexo 5 sobre a trajetória deste economista), a revista *Veja* perguntou se existia receita pronta para eliminar a inflação. Segundo Bulhões: “A receita existe e é muito simples, o governo tem que reduzir suas despesas até o ponto em que sejam equivalentes à receita que obtém com a arrecadação tributária. Essa é a receita (VEJA, 04/01/1989, p. 5). Ou seja, a revista escolheu uma pessoa que compartilhasse da mesma visão que ela sobre a questão da inflação, este ponto é muito importante tanto é que Bulhões explicou que a “receita” para diminuir a inflação tinha que partir do governo em conter seus gastos. Mais uma vez ficou claro, para *Veja*, que o único culpado e responsabilizado pela inflação era o governo, as outras frações de classes não tinham nada a ver com essa inflação. Em outra parte da entrevista, *Veja* perguntou se Bulhões era favorável que o Estado passasse parte de suas atividades para a iniciativa privada, Bulhões respondeu que:

Esta seria uma boa para a falta de recursos. Não convém ao governo estar aumentando muito os impostos, por exemplo, retirando recursos dos particulares, sejam empregados ou empresários, em favor de despesas pouco explicáveis. **Retirar recursos da área em que eles podem ser transformados em investimentos para transferi-los para área governamental é um desperdício.** Esse desperdício acontece porque os recursos transferidos para o setor público são destinados a cobrir a correção monetária da dívida pública interna. **O fato é que já há uma pesada sobre o setor privado.** Mas, como as despesas do governo são um dispêndio inútil, contraproducentes, a arrecadação é sempre insuficiente. (VEJA, 04/01/1989, p. 8 – Grifos meus)

Bulhões, em sua resposta, deixou claro mais uma vez que era a favor da diminuição das competências do Estado e passar esses serviços para setores privados. Tanto é que, ele, em suas colocações, caracterizou como sendo um **desperdício** passar

recursos e investimentos ao governo. Em outra colocação, Bulhões defendeu o setor privado, quando alegou que esse setor já pagava muitos tributos. O que ficou nítido na entrevista feita pela revista foi que ela se apropriou da fala de uma **pessoa autorizada** para declarar seu apoio ao setor privado, do qual pertence, e para criticar a forma de condução dos recursos pelo governo.

Na edição publicada no dia 04 de janeiro de 1989, a revista Veja, na seção Economia e Negócios, através da argumentação feita por um empresário, reforçou ainda mais a perspectiva de desqualificação do governo, dizendo que: “A economia informal é a recusa de se ter como sócio o governo, que é incompetente e só aparece no final do mês para cobrar sua parte em impostos”, diz Pedro Cascaes, presidente da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas (VEJA, 04/01/1989, p. 67). A revista, através da fala do empresário, chamou o governo de incompetente, desqualificando, e muito, o papel exercido pelo governo na economia. Veja mostrou através desses trechos de matéria que, em diferentes seções e através de variados elementos, a revista tentou mostrar e convencer de que era preciso privatizar e diminuir a máquina do Estado. E, estava fazendo isso, dando voz a organizações da sociedade civil organizada pela fração da classe burguesa empresarial.

Na seção Carta ao Leitor do dia 18 de janeiro de 1989, Veja descreveu sobre o plano econômico que o governo pretendia lançar para conseguir alguma solução para a crise econômica. Segundo Veja: “Depois do pacote programado para esse fim de semana, não haverá tempo para mais uma tentativa. Ou se quebra a perspectiva da hiperinflação que vem envenenando o país ou o Brasil será arremessado numa situação inédita de desorganização em sua economia” (VEJA, 18/01/1989, p. 23). A revista fez um alarme catastrófico sobre a situação do país em termos econômicos, como forma de pressionar o governo e mostrar o que poderia acontecer caso o governo não fizesse algo correto para acabar com a crise econômica. Veja encerrou a matéria do dia 18 de janeiro de 1989, alertando o governo sobre o posicionamento da população, mas, detalhe, a revista se colocou enquanto porta voz da população sem consultar a mesma e mandou um recado para o governo, no seguinte sentido:

O povo não é bobo. Na essência ele sabe que dificuldades não somem com passes de mágica, e está sempre pronto a pagar sua parte da nota – como, aliás, pagou em todas as tentativas anteriores de reforma da economia. Sabe, também, que não adianta reivindicar o paraíso e por isso mesmo quer apenas as mesmas coisas básicas de sempre, que se resumem num mínimo de ordem para trabalhar e tentar melhorar de vida. (VEJA, 18/01/1989, p. 23)

A revista tentou mostrar ao governo que o “povo” não era bobo e que não iria acreditar em tudo que o governo estava prometendo por causa das experiências anteriores que surtiram efeitos positivos. O interessante de observar a partir desse trecho era que Veja tentou colocar o “povo”, como representando as classes sociais antagônicas, contra o governo e assim, pressionar para terem uma postura mais séria perante a população.

Na seção Brasil do dia 18 de janeiro de 1989, a revista descreveu os pontos que achou mais relevantes sobre o Plano Verão, como foi denominado o plano econômico. Resumindo, a ideia que a revista tentou passar a respeito do plano foi a seguinte: um plano pautado na proposta de diminuição do Estado, congelamento de preços e de salários por tempo determinado pelo governo. Porém, a revista, nesta matéria, ficou mais preocupada em mostrar a proposta e possibilidade de diminuição do Estado, fim de ministérios. Mas, fazendo um contraponto nessa discussão, serão abordados os objetivos do Plano Verão a partir da discussão feita pelo historiador Gelsom Rozentino de Almeida. Segundo Almeida, o Plano Verão foi:

O Plano Verão de 14 de janeiro de 1989 promoveu uma nova reforma monetária, instituindo o cruzado novo (NCz\$). (...) Do lado ortodoxo, o Plano pretendia promover um contenção da demanda agregada a curto prazo, ao anunciar a prática de taxas de juros reais elevadas para inibir a especulação com o estoque e moeda estrangeira e cortes nas despesas públicas para sustentar a queda da inflação a médio prazo. Do lado heterodoxo, constituiu-se num choque de desindexação ainda mais ambicioso que o Plano Cruzado de fevereiro de 1986 ao suspender ou extinguir todos os mecanismos de realinhamento da inflação, promovendo inclusive o fim da URP salarial, uma poderosa fonte de inércia inflacionária. (ALMEIDA, 2011, p. 82)

Como se pode verificar através da argumentação de Almeida, o Plano Verão era uma combinação entre medidas ortodoxas e heterodoxas, para acabar com a inflação e sair da crise econômica na qual o país estava há muito tempo. Houve até a criação de uma nova moeda, o cruzado novo. Pode-se observar que, as medidas elaboradas pela equipe econômica do governo atendiam, em alguma medida, as expectativas das frações da classe burguesa empresarial industrial brasileira, como o caso do corte das despesas públicas.

A revista Veja seguiu, nas próximas edições, apontando de diferentes formas, quais as implicações do Plano Verão para o andamento da economia brasileira; assim como, sinalizando o que o governo de José Sarney precisava fazer para melhorar a situação econômica do país. Veja responsabilizou somente o governo pela crise

econômica. Para ratificar estas colocações levantadas, nas páginas amarelas do dia 25 de janeiro de 1989, a revista entrevistou Affonso Celso Pastore. Quando perguntado por Veja sobre o porquê do governo não conseguir conter os gastos públicos, Pastore respondeu:

Porque considera que demitir funcionários, por exemplo, é uma medida de custo político muito elevado. **A maior parte desses 60.000 funcionários que se falou em demitir são apadrinhados políticos.** Cortá-los ofende o interesse de ministros, partidos, e assim por diante. Isso não tem cabimento numa democracia, em que o governo precisa entender que sua popularidade baseia-se menos em apoio político desse tipo que no sucesso de sua administração, cujo, resultado se vê no voto. (VEJA, 25/01/1989, p. 6 – Grifos meus)

Pastore, em sua resposta, colocou algo que já havia sido apresentado que era o caso dos apadrinhados políticos que faziam parte do corpo de funcionários públicos no país, mas, ao contrário do tom e sentido explicado no decorrer deste texto, o entrevistado não culpou os políticos por essa atitude e sim, o governo. Pois, para Pastore, era o governo que tinha que se impor perante esta situação e cortar os funcionários sem levar em conta esse tipo de político e pensar no sucesso de sua administração. Ficou claro qual era o objetivo da revista com essa pergunta: mais uma vez mostrar que era somente o governo o culpado pela crise econômica brasileira, e que dependia mais dele do que da “população brasileira” o esforço para a saída do Brasil da crise. Mas, foi importante ressaltar que a revista Veja, em alguma medida, apresentou de forma amedrontadora a situação econômica do país, para poder investir na solução do receituário neoliberal, que enfatizava a privatização das empresas públicas e diminuição do orçamento público com as estatais.

Em outra parte da revista, na Carta ao Leitor do dia 25 de janeiro de 1989, Veja, com outras palavras, responsabilizou o governo pela inflação alta, afirmando que:

A inflação brasileira, e todo o seu séquito de conseqüências perversas, não irá embora porque o governo baixou uma proibição de se aumentar preços ou tirou zeros da moeda – seis ao todo, em menos de três anos. Ela só deixará de fazer parte da vida do país quando quem quiser ganhar a vida aumentando preços e preferindo repassar custos a aumentar sua eficiência for **punido pelo mercado**, na forma de prejuízos – algo impossível de se verificar enquanto o governo continuar aviltando diariamente o valor do dinheiro com emissões, gastando o que não tem e concentrando a maioria dos recursos nacionais na manutenção de sua máquina falida. (VEJA, 25/01/1989, p. 17)

No trecho acima, como já havia sido colocado, a revista chegou a ser irônica e sarcástica ao dizer que a inflação não iria sumir só por causa de medidas baixadas pelo

governo, na leitura da revista sobre a situação econômica brasileira, a inflação só iria minimizar com os cortes no orçamento público feito pelo governo. Veja acreditou que o único responsável pela inflação era o governo e, por isso, ele tinha a incumbência de acabar com a inflação.

Na seção Economia e Negócios do dia 22 de fevereiro de 1989, a revista Veja expõe vários aspectos negativos sobre o andamento do Plano Verão no país, dizendo que:

Por todo o país, as esburacadas dos supermercados funcionam como uma senha negativa e sugerem uma situação de certo desabastecimento. Nos pátios das fábricas de automóveis, há 3.500 veículos incompletos à espera de peças para serem distribuídos às revendedoras. O crédito ao consumidor desabou 20% de janeiro para fevereiro em todo país, e as empreiteiras já estão parando suas obras porque o governo não paga o que combinou com elas. As escolas aumentam suas mensalidades dentro do período de congelamento, e a Sunab trata de ir caçar novos bois gordos entre os donos dos estabelecimentos de ensino. Há dezenas de empresas silenciosas no país porque deram férias antecipadas a seus funcionários e, só em São Paulo, a Delegacia Regional do Trabalho registrou a homologação de 1.000 demissões diárias nos últimos quinze dias – o dobro do índice habitual. Apalpa-se por todos os setores produtivos uma estagnação, um compasso de espera que não seria tão problemático se as pessoas acreditassem realmente que a inflação será domada. (VEJA, 22/02/1989, p. 85)

A intenção da revista ao apresentar um cenário de “calamidade” nos setores da economia era para mostrar que o Plano Verão não conseguiu amenizar a crise econômica do país. Veja, na última frase, chegou a mencionar um dos motivos, que fez com que o Plano Verão não desse certo, a falta de credibilidade e confiança que o plano pudesse conter a inflação. A respeito disso, Gelsom Rozentino de Almeida colocou que:

O Plano Verão representou a confirmação de um retorno à visão ortodoxa de ajuste, embora, paradoxalmente, através de mais um “choque heterodoxo”, que se tentaria implementar através da regularização dos pagamentos dos credores externos e de uma política econômica interna contencionista, num contexto de crescente fragilidade política do governo Sarney. A falta de credibilidade política do governo agravaria as dificuldades de implementação dessa política de ajuste, bem como o financiamento adequado do setor público. (ALMEIDA, 2011, p. 83)

O autor afirmou que a fragilidade política pela qual o governo Sarney estava passando no ano de 1989, ajudou no fracasso do Plano Verão. Porém, a fragilidade política do governo Sarney também era devido às várias tentativas de elaboração de projetos que visassem conter a inflação, mas todas elas não deram certo. Com isso, o governo foi desgastando sua imagem e a “confiança” que tinha com as frações da classe

burguesa do país, como por exemplo, com os empresários industriais. A grande imprensa brasileira, como no caso a revista Veja ajudou no trabalho de desgastar ainda mais a imagem do governo frente às promessas de projetos que pudessem ajudar na amenização da situação econômica pela qual o país estava passando.

Num outro momento da mesma matéria, do dia 22 de fevereiro de 1989, Veja escancara sua crítica e decepção ao Congresso e aos parlamentares, por não terem aprovado o projeto que previa a diminuição do tamanho da máquina estatal e da demissão de funcionários públicos. Segundo Veja:

(...) o Congresso entrou em cena na semana passada, para jogar contra o Plano Verão, ao rejeitar duas tentativas de corte de despesas propostas pelo Executivo, em forma de medidas provisórias. O Executivo, por mau costume, já não gosta de fazer cortes na sua própria máquina, mesmo quando ela se torna obesa, como ocorre hoje em dia. Na semana passada, essa tendência sofreu um reforço espetacular com a negativa do Congresso em aprovar as medidas provisórias que previam cortes de despesas” (VEJA, 22/02/1989, p. 86)

Neste trecho, a revista Veja ressaltou a não aceitação do próprio pessoal do governo em reduzir os gastos com as despesas do governo. A revista fez questão de publicar esta notícia, para poder mostrar que o governo não iria reduzir seus gastos e não iria contribuir com o Plano Verão. No fundo, o descontentamento da revista estava na questão de que o governo não aprovou as medidas de privatização de empresas estatais, reformas neoliberais.

A matéria na seção Brasil do dia 24 de maio de 1989, mostrava algumas atitudes do governo que poderiam, segundo a revista, colocar fim ao Plano Verão. De acordo com as colocações da revista:

Na última quinta-feira, enquanto os líderes dos partidos com representação na Câmara dos Deputados consumiam o dia com negociações em torno de uma nova política salarial, havia poucos sinais na rotina da economia a lembrar que ainda estão em vigor, oficialmente, as medidas do chamado Plano Verão. O câmbio já voltou a sofrer correções periódicas, as negociações com os credores externos não chegaram a parte alguma, o déficit público aumentou e a inflação de maio já ameaça bater na marca de 10%. Na quinta-feira, quando a Câmara finalmente aprovou, por uma votação simbólica dos líderes partidários, o valor do salário mínimo e a nova lei que vai reajustar os vencimentos dos assalariados, o Plano Verão virou inverno. “Esse aumento salarial será o sepultamento definitivo do Plano”, diz o professor Mário Henrique Simonsen. “É o atestado de óbito que faltava.” (VEJA, 24/05/1989, p. 42)

No trecho acima, a revista Veja inferiu que a atitude mais cara, que colocou fim ao Plano Verão tenha sido o aumento do salário mínimo e, para garantir a autenticidade desta colocação, utilizou da fala autorizada do professor (seu intelectual orgânico) Mário Henrique Simonsen. Através das colocações apontadas por Veja, pode-se averiguar que a revista defendeu uma atitude de austeridade com os trabalhadores, pois eram eles que iriam ter seus salários corrigidos. A revista, na matéria, não explicou o porquê dos aumentos salariais decretados pelo governo, mas esse aumento foi uma forma de diminuir o número de greves que se espalharam pelo país devido à desvalorização dos salários com o Plano Verão. Ou seja, a revista fez um posicionamento em defesa das frações da classe burguesa. Veja começou o trecho anunciando outros fatores que já saíram do controle e das medidas do Plano Verão, mas, esses fatores, ainda na visão da revista, não teriam colocado fim, nem mesmo prejudicado tanto, o Plano Verão quanto o aumento do salário mínimo.

Na matéria do dia 05 de julho de 1989, na seção Economia e Negócios, a revista alertou sobre o cenário da economia no país, dizendo que:

Na espantosa economia instalada no Brasil de hoje, o problema central e dramático é a inflação, mas ela produz vários outros demônios. Com o mercado enlouquecido pela febre inflacionária, aumentaram as remessas de dólares para o exterior, diminuíram as probabilidades de se obterem empréstimos salvadores a curto prazo junto a credores internacionais e há, para piorar o cenário, o risco de uma moratória em setembro próximo por falta de divisas em caixa. (VEJA, 05/07/1989, p. 128)

A revista, na construção do trecho acima, tinha por objetivo claro alarmar sobre o perigo que o país corria em decretar uma moratória, uma vez que, a revista era totalmente contrária a esta atitude, pois assim, as frações da classe burguesa perderiam a confiança dos mercados internacionais. Outro elemento interessante de analisar na colocação da revista, foi que a mesma disse que o problema central, hoje no Brasil era a inflação, com isso, ela silenciou que o problema da inflação afetava o país há pelo menos 15 anos mais intensamente. O intuito da revista era desqualificar o governo Sarney por ele não estar respondendo a contento às frações da classe burguesa com relação à inflação.

Em outro momento da mesma matéria do dia 05 de julho de 1989, a revista aproveitou para apontar as falhas do governo e a tentativa elaborada pelo mesmo com o intuito de melhorar a situação econômica do país afirmando que:

Vive-se hoje no país um tal clima de cruz-credo e deus-me-livre que é muito difícil acreditar na eficácia de um minipacote econômico para

reinstalar a confiança nos rumos da economia. A oito meses do final de seu mandato, o presidente José Sarney enfrenta uma fase tão carregada de problemas que começa a acontecer aquilo que parecia impossível para quem assistiu ao crepúsculo melancólico do governo Figueiredo. (...) Assim, vai se instalando pouco a pouco aquela sensação desalentadora de que o futuro será pior do que hoje – e o **passado já foi mais gratificante do que é o presente**. “O problema é que a Nova República, com seus pacotes, desorganizou o mercado”, crítica o deputado **Antônio Delfim Neto**, que respondeu pelo setor econômico no governo Figueiredo. (VEJA, 05/97/1989, p. 128 – Grifos meus)

Com base no trecho acima, é possível averiguar que a revista Veja caracterizou o governo de forma pejorativa e negativa, passando a sensação de que as tentativas da equipe econômica do governo, no momento, não poderiam fazer mais nada para tentar conter a inflação, pois não existia mais confiança no governo. A revista fez comparações com o último governo da ditadura militar, para rebaixar a gestão de Sarney e inferir que, até o período da ditadura, a economia era “melhor” e, para essa comparação, utilizou-se da fala autorizada do deputado Delfim Neto. Com a fala de Delfim Neto, a revista também tinha a intenção de mostrar que, até mesmo alguns políticos de dentro do governo não acreditavam mais nas políticas econômicas para conter a inflação.

A revista Veja, nas páginas amarelas do dia 20 de dezembro de 1989, entrevistou Mailson da Nóbrega (Ministro da Fazenda). Quando perguntado por Veja, em que aspecto teria fracassado, Mailson respondeu:

Acho que fiz o melhor que podia dentro das circunstâncias em que se encontra a economia brasileira. É claro que o índice alto de inflação me incomoda. Ocorre que isso não dependia apenas de mim, mas de um conjunto de reformas que tentamos fazer, sem sucesso. Este é o grande fracasso – o de não ter conseguido mobilizar politicamente o Congresso Nacional e segmentos importantes da sociedade para apoiar essas reformas de que o Brasil precisa para retomar seu desenvolvimento. (VEJA, 20/12/1989, p. 5)

Mailson respondeu à revista o que a mesma já muito tinha batido durante o ano inteiro: que faltou o apoio às reformas que o governo havia elaborado. A revista se aproveitou desta fala do ministro da fazenda para reforçar ainda mais a ideia de que, nem dentro do governo, os políticos confiavam nas reformas econômicas elaboradas pela equipe econômica. Em outro trecho da entrevista feita pela revista Veja, Mailson falou sobre a reforma do Estado, alegando que:

O Estado precisa ter seu papel redefinido no Brasil para que sejamos um país moderno. Em vez de interferir na economia, em vez de criar e proteger cartórios formados por empresas, o Estado deve cumprir sua

verdadeira função. Ele tem de atuar em áreas em que é insubstituível, como saúde, educação, transporte, diplomacia. É para essa direção que estão caminhando os países modernos. (VEJA, 20/12/1989, p. 6)

No trecho acima, Veja mostrou que Mailson era a favor da redução da interferência do Estado na economia, redefinindo seu papel. Diminuindo as empresas e indústrias estatais. Tanto para Veja quanto para Mailson, um país para ser “moderno”, teria que investir em setores indispensáveis para que a classe trabalhadora possa ter condições mínimas de se manter e, poder assim, trabalhar. Ou seja, a revista, neste momento, estava defendendo um Estado que não disputasse com o setor privado nos ramos mais lucrativos da economia, que eram as indústrias e que passasse a investir em setores no qual o retorno era mais demorado. Ou seja, a revista estava sugerindo uma opção do governo pelo capital financeiro em detrimento do industrial.

Foi desta forma que a revista encerrou o ano de 1989, entrevistando o último Ministro da Fazenda da gestão Sarney e mostrando que a inflação continua, e alta, para a próxima gestão.

Pode-se concluir, após esta análise, com relação às matérias que demonstraram como procedeu a relação da revista Veja com o governo Sarney, durante os cinco anos de mandato, que houve mudanças de posicionamento da revista em relação ao governo. Estas mudanças de posicionamentos estiveram relacionadas ao desempenho da equipe econômica em desenvolver medidas econômicas que correspondessem aos interesses das frações da classe burguesa empresarial industrial tais como: medidas que tirassem o país dos altos índices de inflação e que diminuíssem o tamanho do aparelho do Estado.

Veja procurou noticiar fatos que mostrassem a atuação do governo Sarney e sua equipe. A revista esteve sempre se colocando na função de vigiar, conduzir, denunciar e criticar. Veja pressionou quando necessário o governo para tomar posição e atitude.

Dentre os cinco anos analisados, foi possível perceber que, a revista Veja oscilou entre apoio e críticas ao governo. Nos dois primeiros anos de gestão de Sarney, demonstrou apoio às decisões tomadas pelo governo e tentou, em suas matérias, ir construindo adesão e confiança na gestão. Tanto é que, quando decretado o Plano Cruzado, no início de 1986, a revista teve um papel fundamental, como o restante da imprensa brasileira, de ajudar na criação de um consenso entre a classe trabalhadora e as frações da classe burguesa de que o Plano Econômico era bom e iria fazer o país melhorar.

No início de 1987, quando o Plano Cruzado já não estava mais se sustentando, não demonstrava mais resultados e não tinha mais apoio das classes sociais, mais especificamente das frações da classe burguesa, a revista Veja também passou a criticar o Plano Cruzado. Mas, a gota d'água para a revista e que, de alguma maneira, pôs fim na relação amistosa entre a revista e o Governo Sarney, foi o anúncio do decreto da moratória no início de 1987, a partir desse momento, a revista silenciou todo o apoio que havia emprestado ao governo e passou a criticá-lo.

Entre os anos de 1987 e 1989, a revista Veja se colocou em uma posição contrária ao governo, volta e meia a revista cobrava atitudes do governo frente aos índices elevados da inflação, apresentava propostas de como deveria ser reduzida a economia no país. Quando a revista não percebia uma resposta do governo ao seu favor e das frações da classe burguesa, colocava-se ainda mais na batalha de ir criando uma imagem negativa, pejorativa do governo. Veja foi construindo a ideia de que o único culpado pelos altos índices de inflação era o governo, por causa das suas despesas com o funcionalismo público e por causa do tamanho da máquina estatal. Tanto é que a revista, em toda matéria, aproveitou para criticar e culpar o governo pela inflação.

No próximo capítulo, será analisado através do discurso da revista Veja, como a mesma narrou e mostrou os embates e lutas da classe trabalhadora contra as políticas implantadas pelo governo. Também será averiguado de que forma a revista Veja caracterizou e mostrou as diferentes formas de mobilização, luta dos trabalhadores e suas organizações.

2º CAPÍTULO: COBERTURA DA REVISTA VEJA SOBRE AS ORGANIZAÇÕES COMBATIVAS (CUT E PT) DA CLASSE TRABALHADORA NOS ANOS DE 1985 -1989.

Neste capítulo será abordado de que forma a revista Veja fez a cobertura sobre a atuação das organizações combativas da classe trabalhadora, no caso a CUT e o PT, durante os anos de 1985-1989. A análise e a averiguação foi focada nos embates e conflitos gerados entre as organizações da classe trabalhadora (CUT e PT) no embate com o governo Sarney. O recorte temporal desta análise compreende o período entre os anos de 1985-1989, durante a gestão do presidente José Sarney.

A discussão apresentada esteve restrita à análise do discurso da revista Veja sobre como a mesma caracterizou e denominou as manifestações das organizações da classe trabalhadora (CUT e PT). Outro elemento de análise foi a relação do governo com as organizações da classe trabalhadora (CUT e PT), pois, no decorrer da gestão do presidente José Sarney, foram decretadas várias medidas econômicas que tinham por objetivo, segundo o próprio governo, diminuir a inflação e permitir que o país crescesse economicamente. No entanto, foram os trabalhadores que saíram prejudicados com a implantação dessas medidas econômicas.

Os trabalhadores, durante o período de 1985-1989, organizaram várias manifestações: greves, paralisações e piquetes para protestarem contra as medidas econômicas do governo e contra a precariedade de seus serviços e os salários baixíssimos. A classe trabalhadora, na década de 1980, passou por um processo de intensa organização política, que permitiu a ela criar organizações sindicais extremamente combativas.

2.1 Embates e conflitos entre as organizações das classes sociais antagônicas no Brasil, nos anos 1985-1989

Os conflitos, lutas de classes existentes, acontecem pela contradição entre capital e trabalho, dentro do sistema capitalista. As frações da classe burguesa, que possuem os meios de produção e que determinam as condições de produção, têm por objetivo central, nesse processo, a extração de mais-valia e que essa possa sempre aumentar, sem que isso gere um aumento das despesas com a contratação e manutenção da força de trabalho. A classe trabalhadora é o sujeito que vende sua força de trabalho aos donos dos

meios de produção. Mas, esses sujeitos, mesmo precisando vender a sua força de trabalho para poderem sobreviver, não aceitam passivamente as condições impostas pelos donos dos meios de produção. É por conta deste impasse que as lutas, conflitos, entre as classes sociais antagônicas acontecem.

O período do recorte feito para análise na pesquisa compreendeu um momento de grande mobilização e organização dos movimentos sociais e outras formas de organização da classe trabalhadora no Brasil (1985-1989). As organizações que mais ganharam destaque no cenário nacional na década de 1980 foram: o PT (Partido dos Trabalhadores) e a CUT (Central Única dos Trabalhadores), por isso, a justificativa da escolha dessas organizações para analisar a atuação, os embates e conflitos enfrentados por eles.

Uma hipótese, que norteia este capítulo, é de que as organizações CUT e PT agiram enquanto aparelhos privados de hegemonia no período de 1985-1989, pois organizavam e disseminavam projetos políticos e sociais, através de suas visões de mundo. Também se pretendeu averiguar como os intelectuais das organizações citadas acima apareceram na revista *Veja*.

2.1.2 Breve exposição sobre a criação e o surgimento da CUT e do PT

Nas páginas seguintes, foram abordados sucintamente o surgimento e algumas características das organizações PT e CUT. Esta breve descrição teve como objetivo apresentar um pouco as organizações, já que, no decorrer do capítulo, serão mencionadas muitas vezes as siglas dos movimentos e seus embates durante o período de 1985-1989.

O PT (Partido dos Trabalhadores) foi criado na década de 1980 e tinha por objetivo, segundo David Maciel:

(...) A principal demanda presente na criação do PT era a autonomia política e organizativa dos trabalhadores diante do Estado dos “patrões” e dos “partidos dos patrões” através da constituição de um instrumento político específico dos trabalhadores, que superasse sua ação corporativa e os inserisse na arena da disputa política (MACIEL, 2004, p. 253).

O PT era a consolidação de um desejo dos trabalhadores de terem um partido político que realmente os representasse e lutasse para avançar nas reivindicações da

classe trabalhadora, pois os ditos “partidos dos patrões”, não os representavam e só procuravam os trabalhadores para pedirem votos e nada mais.

A constituição dos núcleos do PT, segundo David Maciel, realizavam-se:

Apesar de não serem reconhecidos pela legislação partidária, os núcleos eram considerados a base de toda a estrutura petista, podendo ser formados por local de moradia, local de trabalho, categoria profissional e por movimentos sociais, e devendo ser compostos por 21 militantes, no mínimo (MACIEL, 2004, p. 254).

A base do Partido dos Trabalhadores era a própria classe trabalhadora, pois poderiam formar núcleos de base todos os trabalhadores, a única exigência do partido era que cada núcleo tivesse no mínimo 21 membros. É importante ressaltar também que o PT não era somente um partido que representava os trabalhadores urbanos, também representava os trabalhadores do campo.

A última organização a ser apresentada foi a CUT (Central Única dos Trabalhadores), para realizar a contextualização sobre a central sindical foi utilizado um livro organizado pelos próprios membros da CUT publicado pela editora Vozes no ano de 1990. A Central Única dos Trabalhadores foi fundada em:

Em 28 de agosto de 1983, 5.247 delegados criaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT). O palco dos acontecimentos só podia ser São Bernardo, onde desde 1978 realizavam-se longas e repetidas greves de dezenas de milhares de metalúrgicos. Os atores desse grandioso espetáculo são os trabalhadores brasileiros, da cidade e do campo, vindos de todos os estados e territórios do país (GIANNOTTI, 1990, p. 9).

O autor ressalta que a CUT era composta de trabalhadores da cidade e do campo. Isto mostra que a central sindical tinha por compromisso lutar pelas melhorias nas condições de trabalho tanto no campo quanto na cidade. A central sindical nasceu das mobilizações da classe trabalhadora na década de 1970 por melhores condições de trabalho e de sobrevivência. Segundo Giannotti, as características principais da CUT eram:

O congresso de fundação da CUT criou uma central com uma característica bem clara: negação da dependência ideológica e organizativa do governo e da burguesia. Negação do pacto social. Afirmção de um sindicalismo de ampla mobilização de massas, um sindicalismo livre e classista. Um sindicalismo que não aceita acomodar-se à sociedade capitalista existente, e que aponte para um socialismo como superação da exploração do homem pelo homem (GIANNOTTI, 1990, p. 14).

A central sindical - CUT foi fundada para se contrapor às organizações sindicais ligadas e atreladas ao Governo e aos patrões. CUT tinha por objetivo maior a busca para superação do sistema capitalista e a busca pelo socialismo.

Após uma breve exposição das organizações que serão alvo desta pesquisa, pode-se perceber que todas as organizações apresentavam projetos sociais que as norteavam e também, com o intuito de dar um rumo à sua classe, como no caso da CUT. Portanto, nesse período as organizações da classe trabalhadora eram de luta e de combate.

2.2 Análise das matérias da revista Veja

Primeiramente, cabe esclarecer como foram sistematizadas as análises das matérias com as organizações selecionadas. Ao ter o primeiro contato com as matérias, foi-se catalogando de acordo com as relações percebidas em cada uma. O primeiro quadro (ver anexo 6 sobre a relação das matérias selecionadas) apresentou as matérias que demonstraram a relação da revista Veja com as entidades que representavam os trabalhadores.

É importante ressaltar que este tópico das análises das matérias da revista Veja, abordaram os cinco anos de recorte feito na pesquisa, de 1985-1989. Neste primeiro momento da análise, buscou-se perceber como se deu a cobertura feita pela revista Veja sobre a atuação das organizações dos trabalhadores, no caso o PT e a CUT.

As principais matérias referentes aos trabalhadores envolveram questões como das greves e o Pacto Social que o Governo Sarney tentou estabelecer desde seu primeiro ano de gestão até o último, para poder ter uma trégua nas mobilizações dos trabalhadores. Uma das justificativas para explicar as matérias da revista Veja selecionadas, que abordaram as questões referentes às greves e o Pacto Social quando relacionava com a classe trabalhadora, deu-se pelo fato de que o país estava passando ainda por uma crise econômica. As consequências vivenciadas pelos trabalhadores eram: índices elevados da inflação, arrocho salarial, entre outros fatores. Esta crise econômica pela qual o país estava passando, atingiu principalmente a classe trabalhadora, por não terem seus salários corrigidos com base nos índices de inflação. Devido ao descaso por parte do governo federal, estadual e dos empresários (patrões), os trabalhadores se organizaram e decretaram greve para assim poderem ter condições de assegurar alguns avanços. Outro aspecto presente nas matérias referentes às

organizações dos trabalhadores foi a divergência sindical existente entre a CUT e a CGT. Como forma de exemplificar quais eram as divergências existentes entre a CUT e a CGT, será utilizada a tabela construída pelo historiador Gelsom Rozentino de Almeida⁹ que mostrou essas distinções:

CUT	CGT
Revolucionária, luta contra a estrutura sindical oficial e a tutela do Estado	Reformista, aceitação da estrutura sindical oficial e da tutela do Estatal
Anticapitalista e socialista	Aceitação do capitalismo (“sindicalismo de negócios”, de “resultados” ou “pelego”)
Classista, independência de classe, contra o “pacto social”	Conciliação ou colaboração de classes, aceitação do “pacto social”
Sindicalismo de base e de massas	Sindicalismo de cúpula e desmobilizador

(ALMEIDA, 2011, p. 152)

A matéria do dia 17 de abril de 1985, tinha como título: “*Prova de Resistência: quase 250.000 metalúrgicos do grupo de São Bernardo fazem uma greve sem piquetes e sem violência.*” Apesar da matéria trazer em seu título o destaque para a mobilização dos trabalhadores em greve, a revista inverteu a notícia de destaque, pois a revista *Veja* priorizou muito mais, em sua reportagem, as consequências da greve para os empresários do que mostrar os motivos da greve. Houve uma inversão de importância na construção do texto da matéria. Além, é claro, de descaracterizar os grevistas. Os trechos em que a revista falou da mobilização dos trabalhadores foram:

Na manhã de quinta-feira passada, os galpões e pátios das grandes montadoras de automóveis e caminhões de São Bernardo, Santo André e São Caetano amanheceram desertos. A novidade, desta vez, era uma greve praticamente sem piquetes e sem ocupações de fábrica. Os trabalhadores ficaram em casa, naturalmente desfrutando o conforto de terem, em sua grande maioria, recebido seus salários na véspera, dia 10 (*Veja*, 17/04/1985, p. 34).

No trecho acima, pode-se perceber que a revista deu destaque ao fato da greve ter ocorrido sem piquetes e ocupações de fábrica, como já foi lembrado no subtítulo da matéria. *Veja* foi sarcástica, deu ênfase à atitude dos trabalhadores, alegando que eles teriam ficado em casa para poderem aproveitar seus salários que haviam recebido um dia antes da greve. A revista tentou inferir que os trabalhadores só se manifestavam em porta de fábricas quando não tinham dinheiro na mão. Com esta interpretação, a revista

⁹ Tabela encontra-se na obra de: ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p. 152.

descaracterizou a greve dos metalúrgicos, pois, em nenhum momento da matéria, ela entrevistou algum grevista para saber o porquê da tática de greve ter sido a de ficar em casa.

Nas partes seguintes da matéria, que se tornaram o assunto de destaque e importância na construção do texto da reportagem, a revista *Veja* mencionou a preocupação dos empresários com a paralisação das fábricas, afirmando que:

Os empresários, (...), calculavam os prejuízos. Segundo a Anfavea – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - , só a indústria automobilística estaria perdendo, por dia, perto de 100 milhões de cruzeiros, o correspondente a uma produção de pouco mais de 3.200 carros, ônibus e caminhões. “A paralisação é total”, reconheceu seu presidente, André Beer (*Veja*, 17/04/1985, p.35).

Veja, para afirmar que os prejuízos dos empresários por conta da greve era muito grande, utilizou-se da fala do presidente da Anfavea, para dar mais credibilidade aos dados que apresentou sobre os prejuízos gerados pela greve. Para a revista, os prejudicados com a greve organizada pelos metalúrgicos, foram os empresários. *Veja*, em nenhum momento, problematizou e nem questionou os trabalhadores sobre as perdas que sofriam diariamente com o aumento do índice da inflação.

Na última página da reportagem sobre a greve em São Bernardo, a revista exibiu um Box¹⁰ em que mencionou relatos de outras greves pelo país, numa atitude de alertar que havia “*um surto de greves*” (*Veja*, 17/04/1985, p. 36). No Box, ainda havia um trecho em que se colocou que o Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (PDT), disse que a CUT e o PT estavam envolvidos na organização das greves no estado. Com esta colocação, a revista inferiu que as organizações dos trabalhadores que estavam à frente das greves eram a CUT e o PT e que foi bom estar alertando para estas organizações. A revista, ao se utilizar da fala do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (PDT), para comentar sobre as greves, tinha o objetivo de mostrar que existiam divergências entre os partidos de esquerda sobre a questão greve. A revista também teve o intuito de mostrar que mesmo um governador que se dizia de esquerda condenou as greves que surgiram no estado em que governa, ou seja, quando se está no governo todo mundo vira “direita”.

¹⁰ De acordo com Nilton Hernandes o recurso de linguagem jornalística “Box” utilizado pelas revistas tem a função de: A idéia de prestação de “serviços” não está somente no corpo principal das matérias. Se a diagramação for observada, percebe-se que a revista investe em “boxes” para organizar as informações. (...) Essas informações mais condensadas, telegráficas, também servem de “isca” para leitura da matéria principal, cujo tom é menos enfático, menos individualizado. (HERNANDES, 2004, p. 151).

Na matéria do dia 8 de maio de 1985, a revista Veja dedicou a seção de maior destaque da revista para tratar do assunto greve. Foram destinadas oito páginas para abordar este assunto. Isso porque, as greves no Brasil, mesmo após o final da ditadura militar, não cessaram as manifestações dos trabalhadores para reivindicar melhores condições de trabalho, aumento no valor dos salários, diminuição das longas jornadas de trabalho, entre outras reivindicações. Outro motivo que parece relevante, no que diz respeito à opção da revista Veja em abordar as matérias referentes às greves no Brasil, foi o intuito de alertar aos governantes sobre a expansão e a dimensão que as greves estavam tomando no país.

As greves continuaram a ser realizadas e organizadas pelos trabalhadores, por que a inflação não diminuía e assim, quem sentia mais intensamente a crise econômica brasileira eram os trabalhadores. A classe trabalhadora se utilizou das greves para se colocar em protesto contra as condições de trabalho às quais era submetida, pois, não existe colaboração de classes, que seja a favor dos trabalhadores.

Com o título da matéria do dia 8 de maio de 1985, já começou a desqualificação que a Veja fez sobre as greves organizadas pelos trabalhadores em várias cidades do país, usando a expressão: “*A febre paralisante*”, a revista caracterizou a greve como uma doença muito grave, pois a denominou de febre paralisante. Pode-se inferir que a revista, muito mais que criticar a greve com essas palavras, estava, sim, alertando para as possíveis consequências que a greve poderia ocasionar como no caso a “paralisia” do país.

Veja, em sua longa matéria, descreveu como ficou o país em alguns lugares devido às greves organizadas por várias categorias profissionais, algumas greves de serviços chamados “essenciais” como os meios de transportes dos grandes centros, mas sempre com o intuito de reprovando a greve organizada pelos trabalhadores, como no seguinte trecho:

Na semana passada, a paisagem formada por empresas paralisadas, aviões impedidos de decolar, ônibus depredados, túneis do metrô desertos e guaritas de vigilantes abandonadas era a parte visível do vasto painel das greves pelo país – uma evidência de que **dezenas de sindicatos haviam preferido, em vez de subscrever o pacto** de contornos indefinidos sugerido por Tancredo, **sustentar suas reivindicações com o mais poderoso dos instrumentos de pressão disponíveis** (Veja, 08/05/1985- p. 36, grifos meus)

A revista, em nenhuma outra parte da matéria, voltou a tocar no assunto do Pacto Social, sugerido ainda por Tancredo Neves, antes de assumir o poder, no começo do ano

de 1985. Mas, o Pacto social do qual a revista só fez menção sem explicações foi uma tentativa de se chegar a um acordo entre empresários, trabalhadores e o governo. A intenção do pacto social era que ocorressem aumentos salariais aos trabalhadores sem acréscimos nos produtos e que as greves fossem cessadas. Porém, os trabalhadores não aceitaram este pacto, pois não iria beneficiá-los e quem sairia ganhando com este pacto social seria o governo e os empresários. Os trabalhadores tiveram toda esta desconfiança sobre o Pacto Social em 1985, pois o governo não deixou claras as propostas que iriam nortear esse pacto, era tudo muito vago. O que acabou deixando a classe trabalhadora desconfiada, ainda mais que os empresários industriais estavam apoiando e muito essa proposta de pacto. (MORAIS, 1986).

Veja ainda denominou a greve de “**o mais poderoso dos instrumentos de pressão disponíveis**”, ou seja, a revista reconheceu o poder da organização dos trabalhadores através das greves, mesmo não concordando com sua aplicação. Ao analisar a revista, pode-se constatar que a mesma caracterizou a greve com vários adjetivos para alarmar o perigo que era. Na tabela abaixo, é possível verificar os adjetivos usados por Veja para denominar as greves:

Os adjetivos atribuídos por Veja para caracterizar a palavra greve.	
ADJETIVOS	DATA
Surto	17 de abril de 1985
Febre paralisante	08 de maio de 1985
Anomalia	08 de abril de 1987
Selvageria	12 de abril de 1989

Outro elemento presente na matéria do dia 8 de maio de 1985, foi a tentativa da revista de desqualificar os movimentos sindicais que estavam atrelados às greves que ocorriam no país, dizendo que:

(...) na semana passada, era possível colher muitos outros indícios de que a visão de um Brasil imobilizado pelos sindicatos ainda pertence **ao mundo da fantasia**. Antes disso, por exemplo será necessário providenciar uma improvável trégua entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT), ligada ao Partido dos Trabalhadores, e a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), orientada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), linha soviética, e pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), linha albanesa. (...) As **profundas cisões** existentes no movimento sindical não favorecem ações conjuntas – ao contrário, obrigam cada sindicato a valer-se de

recursos próprios na tentativa de dobrar os empresários. Entregues a essa solidão, alguns deles sucumbem (Veja, 08/05/1985 – p. 36-37, grifos meus)

A revista Veja neste trecho da matéria, afirmou que a visão dos sindicalistas de verem o Brasil imobilizado pelas greves era uma ilusão. Ao afirmar isso, Veja se utilizou do seguinte termo para caracterizar essa visão dos sindicalistas como **“ao mundo da fantasia”**. Também foi possível analisar que, neste fragmento da matéria, a revista se utilizou das diferentes correntes sindicais trabalhistas existentes no país, para alegar que a fragmentação dos sindicatos não contribuía para realização de atividades em conjunto e isso gerava a fraqueza dos movimentos. Mais uma vez ficou perceptível que Veja não concordava com as greves e, mesmo quando noticiava as greves, arranjava um jeito de apresentar as organizações sindicais de modo negativo e desqualificado, como no caso de mostrar que existem fragmentações de movimentos sindicais. A revista, em sua matéria, mencionou que havia “profundas cisões no movimento sindical”, porém não fez menção a essas cisões e o porquê da existência dessas cisões. De acordo com o historiador Gelsom Rozentino de Almeida, as divergências entre a CUT e a Conclat, davam-se sobre os seguintes aspectos: unicidade, o imposto sindical, a função das federações e confederações, a questão da greve (ALMEIDA, 2011, p. 117). Ou seja, as divergências estavam e se davam com relação à prática das centrais na luta e reivindicação por melhorias para os trabalhadores, portanto, tratava-se de serem mais ou serem menos combativos.

Seguindo ainda, na mesma edição do dia 08 de maio de 1985, a revista Veja fez uma seção sobre as siglas das organizações que estiveram à frente das greves, com a intenção de apresentar as organizações sindicais (os sindicatos moderados “pelegos”) que apoiavam e mantinham diálogo com o governo e as organizações sindicais de difícil convivência e que eram mais radicais. Na tentativa de mostrar como algumas organizações passaram por um processo de transformação e estavam ao lado do governo, a revista apontou que:

(...) O MR-8, que apareceu na vida política brasileira assaltando bancos e seqüestrando embaixadores, chama agora o presidente José Sarney de “comandante”. O Partido Comunista do Brasil, que segue a orientação stalinista, radical e xenófoba da ortodoxia albanesa, agora sobe a rampa do Palácio do Planalto para posar numa fotografia ao lado do presidente da República. (...) Se as organizações tradicionais se tornaram mais moderadas, a agitação desta vez saiu de duas nascentes: uma, alimentada pelo aparecimento de novas siglas, sempre mais radicais e mais à esquerda; outra, do próprio meio operário, que

em algumas fábricas se mostra realmente disposto a radicalizar suas formas de negociação e suas reivindicações (Veja, 08/05/1985 p. 44).

Nestes trechos da matéria, ficou bem nítido que o objetivo da revista Veja foi fazer uma ressalva para as organizações que, no passado, já estiveram do outro lado, ou seja, contra o governo, mas que agora, na Nova República, estariam apoiando o governo e não tendo mais atitudes radicais. Nesta matéria, a revista quis ressaltar a força real da organização dos sindicatos, que ela mesma chamou de “radicais”, com o intuito de alertar os empresários. Detalhe, Veja chamou de radicais as organizações que se colocavam contra as medidas do governo que não beneficiavam os trabalhadores, a realização de manifestações reivindicando melhorias para classe trabalhadora.

Ainda nesta matéria, a revista fez vários boxes com as siglas de organizações que estiveram à frente das greves pelo país e também para mostrar as siglas mais antigas de organizações que se transformaram ao longo dos anos e que, no momento, colocam-se a apoiar as medidas do governo, as siglas das organizações são: PCB, PTB e PC do B. Ao fazer esses boxes, Veja mostrou e deixou bem claro quais siglas eram responsáveis pelas greves, no caso, seriam as seguintes: PT, o trotskismo.

Na reportagem do dia 13 de novembro de 1985, Veja insistiu no debate sobre a fragmentação dos movimentos organizacionais dos trabalhadores, como as centrais sindicais CUT e Conclat. Veja, mais uma vez, mencionou em suas matérias sobre a existência de divisões no movimento sindical, sem elencar os motivos desta divisão. E apresentou a questão da divergência como algo negativo. A revista, quando mencionou sobre essa fragmentação do movimento, tinha o intuito de afetar a expansão da CUT, pois a mesma estava conquistando espaço e adesão por todos os sindicatos brasileiros. A CUT também era a central que mais se utilizou do recurso de pressão, greve, para reivindicar melhorias para a classe trabalhadora. Já que a Conclat, com seus membros, tinham uma preferência pela “negociação” sem greve. As cisões entre as duas centrais sindicais mencionadas acima, davam-se no âmbito das formas de lutar por melhorias para os trabalhadores, era disso que se tratavam as divergências, algo que a revista Veja nunca dizia em suas matérias.

O conteúdo da reportagem do dia 13 de novembro de 1985, era mostrar que a greve organizada pelos metalúrgicos de São Paulo, não passou de dois dias. A greve não teve uma duração maior, porque os empresários da Fiesp já haviam feito uma proposta aos metalúrgicos de São Paulo para que os mesmos não entrassem em greve. A proposta da Fiesp se resumia a: “(...) aumento real de 12% acima do INPC, antecipação trimestral

de 80% do índice e redução escalonada da jornada de trabalho, começando com um encurtamento de 48 para 47 horas semanais (Veja, 13/11/1985, p.92).” Mas, em assembléia, a greve foi deliberada por Joaquinção para que os empresários pudessem ceder mais no item da redução da jornada de trabalho, como afirmou Veja:

(...) Joaquim foi à greve, formalmente, porque queria a trimestralidade e a redução imediata da jornada de trabalho de 48 para 45 horas semanais, em vez das 47 propostas pelos empresários. Conseguiu a redução – e saudou a decisão com os olhos postos nas bandeiras vermelhas da CUT (Veja, 13/11/1985, p. 93).

A revista, nesta reportagem, deu mais importância à figura de Joaquinção (Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo), como se tivesse sido ele o responsável pela conquista da redução da jornada de trabalho de 48 para 45 horas semanais acordado com os empresários. Veja não mencionou que a conquista da redução da jornada foi resultado da pressão dos trabalhadores e não de uma única pessoa, no caso Joaquim. Pode-se inferir que a revista, nesta reportagem, divulgou e/ou promoveu a imagem de Joaquinção, pois ele, além de ser filiado ao PMDB, também tinha divergências com a CUT. Joaquinção estava “de olho” no movimento e na organização dos trabalhadores da CUT, pois estava querendo disputar a base classista da CUT.

Veja abriu a reportagem fazendo menção novamente à fragmentação do movimento sindical dizendo que:

A queima de uma bandeira da CUT, a Central Única dos Trabalhadores, na noite da última quarta-feira, em frente à sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, simbolizou o fim de uma greve de dois dias, envolvendo várias categorias e quase 500.000 trabalhadores, que durante meses atemorizou o governo. Terminou sem a anunciada aliança da CUT, ligada ao PT, com a Conclat, Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras, influenciada pelo PMDB e pelos partidos comunistas – ao contrário, a queima da bandeira de uma organização pelos militantes de outra exibiu as fundas divergências que perseguem o movimento sindical. Terminou também com as conquistas reais dos assalariados, **obtidas na mesa de negociações e não como decorrência da paralisação** (Veja, 13/11/1985, p. 92, grifos meus).

A revista, neste trecho da matéria, como se pode inferir, atacou a CUT, mostrando que a mesma, em uma greve, não conseguiu fazer alianças com outras centrais sindicais e que a divergência dos movimentos ainda era muito grande. Isso, pois a organização queimou a bandeira da CUT em plena manifestação de greve dos trabalhadores. Outro elemento presente no trecho da reportagem foi que Veja, quando

mencionou a CUT, fez questão de relacioná-la com o PT. Veja, na última linha da citação anterior, disse: “obtidas na mesa de negociações e não como decorrência da paralisação”, ou seja, ela encerrou este trecho com sua posição, de ser a favor de negociações sem a paralisação dos trabalhadores. Ao contrário do posicionamento abordado pela revista, de simplesmente dizer que havia uma ligação entre a CUT e o PT, o historiador Gelsom Rozentino de Almeida fez uma reflexão muito interessante e importante sobre a relação da CUT e do PT, dizendo que:

Ambos, PT e CUT, derivam do “novo sindicalismo” e, juntamente com outros grupos, se reúnem em torno de um projeto de contra-hegemonia na sociedade brasileira. (...) A CUT foi criada como um desdobramento do novo sindicalismo, articulado ao PT. Quero deixar claro que entendo a CUT, inicialmente, como um projeto para a organização, representação e mobilização dos trabalhadores. Apesar da presença majoritária de petistas dentre os adeptos de sua formação, havia militantes ligados a outros partidos, como PCB, PC do B, PMDB e PDT, conferindo um caráter suprapartidário à central. Talvez se possa afirmar que, enquanto projeto petista, a CUT não deveria ser, especificamente, uma central sindical petista. A formação quase que exclusivamente por lideranças do novo sindicalismo decorreu sobretudo do “racha” com a Unidade Sindical em 1983. A relação estreita com o PT se constituiu, pois, através da presença de importantes líderes sindicais petistas na linha de frente da criação, organização e administração da CUT. E o PT, cabe destacar, foi o desdobramento especificamente político do novo sindicalismo. (ALMEIDA, 2011, P. 108).

Diferentemente da revista Veja, o historiador Gelsom Rozentino de Almeida, mostrou e explicou a relação da CUT e do PT, afirmando que ambas se constituíram do desdobramento do “novo sindicalismo” no final da década de 1970. Além, é claro, de apresentar a constituição da CUT, mostrando que não era formada somente por membros petistas e sim, por membros de outros partidos. Porém, a CUT tinha uma aproximação maior com o PT, pois a maioria das lideranças da central era composta por petistas.

Veja veio construindo, ao longo do ano de 1985, uma imagem perigosa e pejorativa da central sindical CUT, por causa da ligação da central às inúmeras greves desencadeadas em vários locais do país. Também alertava para o crescente número de sindicatos filiados à central. Para justificar esta afirmação, a revista, na matéria do dia 18 de dezembro de 1985, disse que:

(...) Adversária declarada do governo, que pretende encerrar no final do ano que vem, apoiada em 1000 sindicatos e porta-voz formal de 12 milhões de empregados, a Central Única dos Trabalhadores, CUT, é vista como uma pequena fortaleza cheia de diamantes (Veja, 18/12/1985, p. 38).

No trecho apresentado acima, Veja não economizou no adjetivo para caracterizar a central sindical, CUT, denominando-a de “**adversária declarada do governo**”. Para a revista, eram adversárias do governo, as organizações que se manifestavam contra medidas do governo e trabalhadores que decidiam realizar greves para poderem ter a chance de conseguirem melhorias salariais, que freassem a exploração causada pelo capital. Toda e qualquer organização que se coloque contra o andamento da consolidação do capital e das práticas capitalistas no país deve ser advertida. Veja fez uma descaracterização da ação de classe, no caso da classe trabalhadora. A revista mostrou as organizações sindicais somente contra o governo e não contra o capital.

A revista Veja, em sua penúltima publicação do ano de 1985, destinou a seção Brasil para dar continuidade na construção de um discurso de alerta, preocupação com relação à CUT e ao PT. A matéria do dia 25 de dezembro de 1985 fez algumas menções à Central Única dos Trabalhadores, dizendo que:

(...) Nascida à sombra do PT como uma dissidência minoritária do movimento sindical, a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, fundada com 500 sindicatos, dobrou de tamanho em apenas dois anos de existência. **Além de comandar 400 das 650 greves realizadas no país este ano**, conquistou 550 novos sindicatos (Veja, 25/12/1985, p. 16-17, grifos meus).

Veja, neste trecho da matéria, alertou para o crescimento da CUT em apenas dois anos de existência, e também fez ressalvas para o número de greves em que a CUT esteve na organização durante o ano de 1985, que foram 400, o que correspondia a 61% do total. Os dados utilizados pela revista serviram para que a mesma pudesse inferir sobre o perigo que a CUT representava, por estar conquistando adeptos de vários sindicatos do Brasil, de forma “radicalizada”, subentende-se.

Em outra parte da matéria do mesmo dia, a revista Veja também fez menção ao PT e a suas atitudes no ano de 1985, afirmando que: “Planejando greves, patrocinando ocupações de prédios e de terras ou erguendo foices a estrela vermelha do PT começa a inquietar o governo do presidente José Sarney (Veja, 25/12/1985, p.18).” Veja caracterizou as formas de luta do PT como se fossem perigosas, inferindo que essas práticas eram contra a ordem vigente no país. Foi por isso que a revista ainda alertou que o presidente da república estava inquieto com as formas de luta desempenhadas pelo PT.

No decorrer da matéria, Veja fez ainda menção à composição dos militantes do PT, dizendo que: “No interior do partido se amontoam desde grupos trotskistas ao lado de cristãos, que lá estão em nome das Comunidades Eclesiais de Base ou da Pastoral Operária, até sindicalistas independentes (Veja, 25/12/1985, p.20).” Primeiramente, a revista desqualificou a composição do PT, ao dizer que se “amontoam”, pois dá a entender que existia uma aglomeração de grupos dentro do PT. Em oposição à intenção da revista Veja que era somente de desqualificar o PT por sua pluralidade na origem de seus membros, o historiador Gelsom Rozentino de Almeida ressaltou de forma reflexiva a composição do PT colocando que:

Ao final dos anos 80, o PT se constituiu como principal partido de esquerda do Brasil. Não era um partido leninista, nem gramsciano, mas tampouco socialdemocrata. (...) O Partido dos Trabalhadores foi o que foi (ou é o que é) porque não teve um projeto político fechado e dogmático, mas em permanente elaboração, permitindo o pluralismo de idéias e posições, a diversidade de grupos e de tendências etc. Ao invés de algo negativo que o identificasse como “a estrela partido ao meio”, um “balaio de gatos” ou um mero agrupamento de tendências, o que deve se destacar, sem um juízo de valor, é que a sua pluralidade interna se constituiu na principal (mas não a única) diferença entre os demais partidos e o principal elemento constitutivo da sua “novidade” na política brasileira. E o PT destoa mesmo o panorama internacional, num momento de crise partidária e sindical na Europa e nos EUA, onde, na década de 80, o número de trabalhadores sindicalizados se reduziu, a filiação político-partidária declinou, a esquerda fracionava-se entre dúvidas e incertezas e ocorria o colapso do “socialismo real. (ALMEIDA, 2011, P. 194-195)

De acordo com a colocação do autor, pode-se perceber que o pluralismo de ideias e posições, foi algo que diferenciou o PT dos partidos que existiam na década de 1980, no Brasil. Essa diversidade de grupos dentro do partido não foi algo negativo para a expansão do mesmo e sim, algo positivo e elemento diferenciador dos demais partidos.

Nas matérias publicadas ao longo do ano de 1986, Veja, por duas vezes, reafirmou o posicionamento que vinha construindo, afirmando que a CUT e o PT eram inimigos e/ou adversários do governo, por organizarem várias greves e colocarem-se contra certas medidas pautadas pelo Governo. A revista Veja não fugiu de suas colocações já apresentadas anteriormente quando tentou construir uma imagem negativa da CUT e do PT ao escrever e comentar, em suas matérias, sobre essas organizações. Tanto é que, na matéria do dia 17 de dezembro de 1986, Veja ressaltou o desempenho “desastroso” da CUT na tentativa de greve geral na semana anterior, dizendo que:

Era um teste, e as centrais sindicais perderam. A greve geral convocada para a última sexta-feira pela CUT e pela CGT para marcar o protesto contra o pacote econômico de 21 de novembro foi um fracasso. (...) O movimento fracassou redondamente na cidade de São Paulo, onde a CUT e a CGT não conseguiram parar sequer os trabalhadores ligados aos seus mais fogosos sindicatos como o dos bancários ou o dos metalúrgicos (Veja, 17/12/1986, p. 36).

Veja, nesta reportagem, fez questão de apresentar de forma negativa, fracassada, a realização da greve organizada pelos trabalhadores. A revista reforçou a ideia de perda ao utilizar a expressão **fracassou** para denominar a ação das centrais sindicais, pois as mesmas não conseguiram atingir seu objetivo que era a realização da greve geral. Mas, a revista fez mais questão de noticiar de forma pejorativa o dito “fracasso” da greve, para atingir a imagem da CUT como uma central forte. Segundo Gelsom Rozentino de Almeida, na greve geral de dezembro do ano de 1986, houve a adesão parcial dos trabalhadores, ou seja, a greve geral aconteceu.

A revista Veja, em suas matérias seguintes, continuou desqualificando a atuação das centrais sindicais na organização de greves gerais, noticiou em uma pequena nota, no dia 19 de agosto de 1987, dizendo que:

Às vésperas de uma greve geral convocada para esta quinta-feira, quando gostariam de convencer os 37 milhões de empregados do país a cruzar os braços em protesto contra a política econômica do governo, **os líderes da CUT e da CGT exibiram uma nova forma de atuação – o teatro**. Em público, todos faziam questão de anunciar que a paralisação seria um sucesso. Nos bastidores, porém, a maioria dos dirigentes das duas centrais sindicais admitia, na semana passada, que só estava em busca de um atalho honroso para escapar do beco sem saída anunciado para a quinta-feira (VEJA, 19/08/1987, p. 28, grifos meus).

Ao noticiar sobre a realização da greve, Veja foi irônica dizendo que as centrais sindicais estariam representando sobre o bom desempenho da greve. Alegando que os **“líderes da CUT e da CGT exibiram uma nova forma de atuação – o teatro”**, Veja esteve muito mais preocupada em levantar suspeitas sobre os líderes sindicais, para assim poder deslegitimar as lideranças das organizações dos trabalhadores, pois o sarcasmo só vale para as lideranças “políticas” de direita. A revista Veja atacou as centrais, com o intuito de manchar a imagem passada e construída da CUT e da CGT, com o objetivo de que as mesmas perdessem força e apoio dos trabalhadores neste momento de crise econômica pelo qual o país estava passando. Veja tirou de foco o

assunto principal e o objetivo das centrais com a greve, que era organizar a greve geral para conseguir reposição salarial, devido aos altos índices da inflação.

Na mesma matéria do dia 19 de agosto, Veja mostrou que a ideia da greve partiu da CUT, afirmando que:

A idéia da greve geral nasceu há dois meses numa conversa improvisada **numa reunião da CUT**, na qual **estava presente pouco mais de uma dúzia de dirigentes sindicais** – e foi mudando de datas e de finalidades com o passar do tempo. Conforme o projeto inicial, a greve deveria ter ocorrido em 15 de julho, com o objetivo de repor aquela porção dos salários devorada pelo Plano Sarney–Bresser (Veja 19/08/1987, p. 28, grifos meus).”

Veja, ao afirmar que foi a CUT que teve a ideia da greve, responsabilizou somente esta central pela organização e movimentação para greve e livrou da responsabilidade a CGT. Outro elemento importante para ser ressaltado neste trecho apresentado acima, foi que a revista Veja acusou a CUT de ter deliberado ações sem consultar a base, quando alegou que: **“A idéia da greve geral nasceu há dois meses** numa conversa improvisada **numa reunião da CUT**, na qual **estava presente pouco mais de uma dúzia de dirigentes sindicais”**. Veja, de acordo com a frase destacada da matéria realizada pelo mesmo órgão de imprensa, tinha como intenção mostrar que a CUT não era uma central democrática, pois, dentro de suas reuniões, as pessoas que teriam voz seriam os dirigentes e a base só serviria para concretizar a deliberação dos dirigentes, no caso a greve. Com estas acusações feitas, a revista Veja tentou criar um clima “anti-CUT”.

A revista deu continuidade sobre o assunto da greve geral deliberada para o dia 20 de agosto de 1987, publicando em sua edição do dia 26 de agosto de 1987, uma reportagem na seção Brasil intitulada “Uma greve Lição”, em que a revista criticou a organização da CUT e da CGT com relação à greve, dizendo que:

Há nove meses, os líderes da CUT e da CGT subiram a um mesmo palanque para propor, pela primeira vez, uma greve geral – a mobilização foi mal sucedida, pois **envolveu menos da metade dos assalariados do país**, mas encerrou-se com uma vitória que obrigou o governo a fazer uma revisão nos cálculos de inflação que definiam os reajustes salariais, assegurando o espírito dos aumentos do gatilho. Na semana passada, Meneguelli e Joaquinção retornavam as portas das fábricas munidos do mesmo projeto, mas o saldo foi bem diferente. **A greve geral do dia 20 não tinha nenhuma reivindicação econômica precisa** – por isso, simplesmente, não houve (Veja, 26/08/1987, p. 30, grifos meus).

Veja, na tentativa de deslegitimar as organizações e manifestações da classe trabalhadora, culpou os líderes da CUT e da CGT de não terem conseguido realizar a greve por causa da falta de elaboração de pautas de reivindicações. Como se os trabalhadores só fizessem greve para reivindicar aumentos salariais. Veja, ao alegar isso, silenciou as manifestações dos trabalhadores, tendo como pauta reivindicações de aspecto político e não somente econômico. Como a revista Veja já vinha mostrando ao longo da discussão sobre greve, que seu objetivo central era desqualificar a mobilização de luta dos trabalhadores e suas centrais sindicais. A revista pouco apresentou os motivos que levavam os trabalhadores a organizarem e a participarem da greve geral. Veja estava tentando colocar os trabalhadores contra a central sindical, no caso a CUT. O historiador Gelsom Rozentino de Almeida explicou as causas e porquês da greve geral de 1987, afirmando que:

O “Plano Bresser”, divulgado em 12 de junho de 1987, representaria mais uma tentativa do governo Sarney de estabilizar os preços e controlar a inflação, com grandes perdas salariais para os trabalhadores, sobretudo o setor público (...). Como resposta ao Plano Bresser, CUT e CGT organizaram a greve geral de 20 de agosto de 1987, com o apoio dos partidos de esquerda – PCB, PC do B, PDT, PT e PSB – e de federações e associações de moradores e outras entidades do movimento popular (...). Entre as bandeiras do movimento, destacavam-se: Contra o roubo dos salários; Contra o arrocho; Exigimos 37,5% de reposição salarial; Gatilho mensal, com os índices do DIEESE; Diretas Já; Constituinte Popular; Não pagamento da dívida externa e Fora FMI. Os governos estaduais e federal agiram com violência. A truculência da ação policial contra piquetes, com ênfase no setor de transportes (rodoviários, ferroviários, etc), foi comprovada até pela grande imprensa. Pelo menos 311 prisões foram registradas, entre elas as de dirigentes da CUT de diversos estados e as de parlamentares do PT. (ALMEIDA, 2011, p. 153-154)

Diferentemente do que a revista Veja se propôs noticiar em sua matéria sobre a greve geral do dia 20 de agosto de 1987, o historiador Almeida fez uma exposição dos motivos que levaram trabalhadores a organizarem a greve geral. De acordo com o autor, a greve geral foi uma resposta ao plano econômico denominado de Plano Bresser, que causou perdas salariais aos trabalhadores. Isto, a revista nem mencionou, ou seja, mais uma vez é possível afirmar que Veja silenciou os fatos que não vêm ao encontro de seu posicionamento político. A revista nem se quer mencionou a pauta de reivindicação dos trabalhadores em greve e nem a ação repressiva da polícia para com os trabalhadores que participaram da greve. O intuito da revista, em fazer menção sobre a greve geral, era desqualificar as centrais e de silenciar a dimensão da greve e do poder de organização dos trabalhadores. Almeida mencionou em seu livro que a avaliação da

greve geral de 1987 feita pela CUT, foi de um saldo positivo de grande adesão dos trabalhadores (ALMEIDA, 2011, p. 155).

Na empreitada de construir uma imagem negativa da CUT, a revista se utilizou de uma fala de Jair Meneguelli para mostrar que a greve não tinha intenção de atender a interesses dos trabalhadores e sim, de atender interesses da própria CUT. Veja disse que: “(...) Jair Meneguelli assumiu a defesa da greve como uma tentativa de arrumar novos sindicatos para as fileiras da CUT – à custa dos trabalhadores (Veja, 26/08/1987, p. 32).” A revista afirmou que o objetivo central da greve organizada pela CUT era ampliar os sindicatos filiados à central e que a CUT não seria assim tão comprometida com os interesses dos trabalhadores, mas que também se utilizava das formas de organização de luta dos trabalhadores para benefício próprio. Além, é claro, de Veja ter ressaltado mais uma vez que a greve tinha sido ideia da CUT.

A revista Veja, em suas publicações, também foi construindo, de maneira não tão contundente, uma imagem de medo sobre o PT, na tentativa de alertar o perigo que poderia representar esse partido por estar ligado à CUT. Na edição do dia 23 de novembro de 1988, Veja publicou uma matéria com o seguinte título: “Do xadrez para o poder: Militantes do PT que iam para a cadeia e apanhavam da polícia agora são autoridades (Veja, 23/11/1988, p.40).” A revista não deixou de lembrar que o PT e seus militantes já foram parar até na cadeia (Veja não cita, mas estava se referindo ao período da ditadura quando militantes de sindicatos eram presos) e, mesmo assim, receberam votos para ocupar cargos importantes na política. Veja concluiu que era estranho um partido que teve casos de militantes na cadeia fosse confiável e tivesse obtido o voto de eleitores para assumir cargos públicos (legislativo e executivo). A revista Veja silenciou e/ou ocultou que foi a própria Ditadura que ajudou a politização dos movimentos sociais, no caso, mais precisamente, o sindicalismo e a formação do PT. Foi durante o período da Ditadura que os movimentos de esquerda e as oposições ao regime foram marginalizados e reprimidos, mas, mesmo com esses condicionantes, a classe trabalhadora passou a se organizar e contestar a Ditadura Militar no país. A classe trabalhadora passou por um processo de politização por meio de seus movimentos sociais e organizações, que possibilitou criar um projeto social e conseguir adesão social ao longo da década de 1980 no país.

Veja ainda seguiu a matéria alertando para a ligação existente entre o PT e a CUT, dizendo:

Que se esperar de uma legenda que surgiu para brigar por um pouco de dinheiro a mais no salário? Em essência, o PT tem sua espinha dorsal formada por sindicalistas que enfrentaram a polícia em greves e que, paralelamente, montaram a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, hoje, uma entidade poderosa, que controla 1 200 sindicatos no país (Veja, 23/11/1988, p.45).

A revista Veja, mais uma vez, fez comentários de alerta sobre o que se poderia esperar das atitudes dos políticos do PT, já que o partido nasceu do meio das ações sindicais, que organizavam greves para reivindicar aumentos salariais. Com esses argumentos, a revista estava querendo desqualificar o programa e silenciando o contexto histórico em que o PT surgiu, assim como seu projeto social que era contra-hegemônico. O PT surgiu da emergência do “Novo sindicalismo” no final da década de 1970, por trabalhadores de fábricas juntamente com intelectuais membros de universidades, entidades públicas e movimentos populares. Portanto, esse “que se esperar” dos políticos filiados ao PT, tinha duplo sentido, pois poderia significar também recrudescer, luta de classes. Na reportagem, Veja se limitou a mencionar que os sindicalistas reivindicavam só aumento salarial, porém não era só esta questão que afetava os trabalhadores, haviam questões relacionadas à garantia de melhores condições de trabalho, direito a refeições com mais qualidade nas fábricas e indústrias, diminuição da hora-extra de trabalho. A revista estava muito mais preocupada em mostrar que o PT tinha, sim, uma ligação estreita com a CUT, e por isso seria preciso ter cuidado, cautela, ficar alerta. Mais uma vez a revista tentou mostrar de forma pejorativa a relação entre a CUT e o PT.

Veja no ano de 1989, ao noticiar sobre o PT e seu futuro candidato à presidência, Luís Inácio Lula da Silva, fez questão de relacioná-lo com as greves que ocorreram ao longo do semestre com o intuito de desvalorizar a imagem do Lula e do PT, afirmando:

Desde que começou a escalada de greves no país, há pouco mais de um mês, o Partido dos Trabalhadores vem encontrando dificuldades cada vez maiores em fazer três coisas incongruentes ao mesmo tempo: apoiar incondicionalmente as greves, exorcizar a imagem de radicalismo que cerca a legenda e, ainda por cima, provar que tem cabedal suficiente para governar o país. Na semana passada esses três objetivos antagônicos se chocaram entre si. O PT apóia as greves por uma questão de princípios – o PT surgiu em meio à atividade sindical e ainda hoje é neste setor que desfruta a maior parte de seu apoio político. (...) O apoio às greves, porém, só rende ao PT popularidade entre os grevistas que conquistaram vantagens salariais (Veja, 17/05/1989, p. 43, grifos meus).”

Com as indicações feitas pela revista Veja, pode-se perceber que a mesma tinha a intenção de mostrar que o PT era um partido que defendia os interesses da classe trabalhadora e se constituiu, enquanto partido, para defender os interesses dos trabalhadores. A revista mencionou que um partido, para conseguir adeptos a sua legenda, tinha que se mostrar de forma não radical. A revista mostrava que o PT, para conseguir apoio à campanha do Lula, teria que deixar de ser radical, mostrar que possuía competência para governar o país. Veja não disse claramente, com todas as letras, mas deixou a entender que o PT não iria conseguir muitos votos além dos trabalhadores que estavam filiados à CUT, pois só atenderia a uma classe, os trabalhadores, os que fazem greve. O livro da historiadora Carla Luciana Silva¹¹, fez menção à cobertura feita pela revista Veja sobre as eleições de 1989 e o posicionamento do candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva, o Lula.

Veja, mesmo fazendo o máximo de esforço para construir uma imagem negativa e desqualificada da CUT, não conseguiu impedir a expansão da central. A revista publicou uma nota falando sobre uma pesquisa que mostrou o fortalecimento da CUT no cenário sindical brasileiro e alertando sobre sua expansão no meio estatal, dizendo:

O levantamento demonstra também que é no segmento estatal que a CUT mais tem avançado. Ali, a central tem oito vezes o tamanho da CGT, controlando 89% dos sindicatos representantes dos trabalhadores das empresas consultadas. **Como a CUT é especialmente resistente às propostas de privatização das empresas estatais,** a conclusão a que se chega é a de que qualquer programa de desestatização terá de chocar-se cada vez mais com esse obstáculo. **Fortalecidos pelos direitos trabalhistas consagrados na nova Constituição, os sindicatos terão um peso maior também nas negociações de futuros planos econômicos** que pretendem degolar a inflação – prioridade para qualquer governo que queira colocar a economia brasileira nos eixos. (VEJA, 08/11/1989, p. 108 – Grifos meus)

A revista Veja, mesmo tendo noticiado que a CUT tinha avançado, não deixou de alertar que a central só ganhou maior espaço nos sindicatos estatais por conta de sua política contra a privatização das empresas estatais. Veja ressalta o peso que as centrais sindicais teriam principalmente a CUT, para negociar com o governo. É importante ressaltar que no ano de 1989, não houve muitas matérias que mostrassem a cobertura feita pela revista Veja sobre as organizações dos trabalhadores, pois, nesse período, a revista se destinou mais ao processo eleitoral, para as eleições presidenciais. Uma vez

¹¹ SILVA, Carla Luciana. Op. Cit. P.203-211.

que o rumo do “Controle político” do país interessava, e muito, à revista naquele momento.

O que foi possível concluir, ao analisar a cobertura feita pela revista *Veja* sobre a caracterização das organizações sindicais e partidárias que representavam os trabalhadores, no caso, o PT e a CUT, foi que a revista, ao longo dos anos de 1985-1989, foi construindo uma imagem desqualificada, negativa, pejorativa das organizações. Sempre mostrou, em forma de alerta, as ações da CUT e do PT, definindo-os enquanto inimigos do governo. As formas de luta da classe trabalhadora, no caso a greve, foi descrita pela *Veja* como uma doença que paralisava o país. A revista não concordava com as greves, tanto é que, construiu um argumento de que as greves serviam para promoção da CUT e não para conseguir melhorias salariais.

De acordo com o posicionamento que a revista demonstrou ao longo das matérias analisadas, percebe-se que, para a revista, a única função que cabia aos trabalhadores era vender sua força de trabalho e não se colocar contra os patrões.

2.3 Relação do governo com as entidades que representavam os trabalhadores a partir das matérias da revista *Veja*

Neste tópico será analisado/averiguado, através das matérias da revista *Veja*, de que forma a mesma fez a cobertura sobre a relação do Governo com as organizações que representavam os trabalhadores, no caso, a CUT e o PT. O foco da análise concentrou em perceber, se possível, quais foram os posicionamentos do governo frente às manifestações dos trabalhadores que se colocavam contra as medidas políticas e econômicas implantadas pelo governo, por meio das matérias da revista *Veja*. A justificativa da utilização da revista *Veja* nesta análise foi pelo fato de que, naquele momento, a revista estava desempenhando um papel de indicar tendências aos movimentos sociais no Brasil. O quadro com as matérias deste tópico segue em anexo, no anexo 7.

As matérias da revista foram selecionadas com base na cobertura feita pela mesma sobre a relação do governo Sarney com as organizações que representavam os trabalhadores, no caso, CUT e PT. As matérias, em sua maioria, apresentavam os enfrentamentos e embates entre as organizações dos trabalhadores contra as medidas políticas e econômicas do governo. Ou seja, trata-se de verificar de que forma a cobertura de *Veja* apontou caminhos ao governo, cobrando ações específicas do mesmo, com relação às organizações da classe trabalhadora.

Outro elemento que merece destaque neste tópico é a hipótese de que o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, durante seu mandato (1985-1988) foi uma “voz autorizada” da revista Veja, pois sempre se mostrou favorável e compartilhava das mesmas posições que a revista. Das 16 matérias selecionadas para serem trabalhadas e analisadas sobre a relação do Governo Sarney com as organizações da classe trabalhadoras, CUT e o PT, Veja trouxe em 10 matérias a fala do Ministro do Trabalho Almir Pazzianotto, como fala e posicionamento do Governo frente às mobilizações dos trabalhadores.

Esclarecendo sobre a hipótese de “voz autorizada” utilizada pela revista Veja, parti-se do pressuposto de que a revista deu voz e utilizava-se da fala de determinados sujeitos com “importância” e “relevância social” que tinham a mesma visão de mundo que a revista. Assim sendo, a revista Veja, ao citar fragmentos da fala de políticos, especialistas, empresários, banqueiros e presidente, tinha a intenção de demonstrar mais credibilidade à ideia que pretendia repassar aos leitores. Veja também, ao se apropriar da falas desses sujeitos, tentou passar a impressão de que não era a revista quem estava afirmando determinadas posições, pois procurou se isentar aparentemente da posição defendida pelo sujeito na construção de suas matérias e ideias. Além disso, foi uma forma de desautorizar as vozes dissonantes pelo silenciamento.

2.3.2 Análise das matérias da revista Veja

As matérias da revista Veja que foram analisadas correspondem ao período de 1985–1989, na tentativa de apresentar como se procedeu a cobertura da revista sobre o posicionamento do Governo frente às mobilizações, greves, organizadas pelas classe trabalhadora através da CUT, com o apoio do PT.

A revista Veja, durante a gestão de Almir Pazzianotto frente ao Ministério do Trabalho, fez duas entrevistas com ele. Nas duas ocasiões, a revista o entrevistou para que o Ministro pudesse falar sobre as medidas que estavam sendo elaboradas pelo Governo. Na fala de Almir Pazzianotto, as medidas do Governo vinham com a intenção de “melhorar as condições de trabalho da classe trabalhadora”. Mas, analisando-se alguns trechos das entrevistas é possível notar que a intenção maior do Governo com essas medidas era conter o avanço das greves e outras manifestações da classe trabalhadora, na maioria das vezes, encabeçada pelos sindicatos atrelados à CUT.

Na edição do dia 13/03/1985, dois dias antes da posse do novo Presidente da República, Veja trouxe em suas páginas amarelas (espaço da revista destinado para

publicar as entrevistas feitas pela revista com sujeitos de relevância social na concepção de Veja) uma entrevista com novo ministro Almir Pazzianotto. As perguntas feitas pela revista eram no sentido de saber a posição do novo ministro com relação às organizações sindicais da classe trabalhadora, e às condutas do novo governo para amenizar as consequências da crise econômica para a classe trabalhadora no país.

A revista Veja indagou ao novo Ministro do Trabalho Almir Pazzianotto se as greves iriam acabar com a implantação do Pacto Social. A resposta de Almir foi:

Essa interpretação de que o **pacto é uma trégua não deve ser tributada a quem propôs a idéia, e sim às forças conservadoras. O capital, de fato, se defende** – e uma de suas defesas é, naturalmente, **evitar greves**, ou seja, evitar a manifestação mais aguda do desenvolvimento do trabalhador. Pelo lado dos **trabalhadores**, os setores mais combativos estão **traduzindo a idéia do pacto como um novo arrocho**. Também se trata de uma tradução equivocada (Veja, 13/03/1985, p. 6, grifos meus).

De acordo com a resposta de Almir Pazzianotto, pode-se concluir que o ministro era a favor do Pacto Social proposto pelo presidente, não via o Pacto enquanto algo negativo aos trabalhadores, pois afirmou que a organização dos trabalhadores que os viam como sendo um novo arrocho estava equivocada. O ministro ainda disse, com todas as palavras, que o capital se defendia, e a defesa realizada sempre era evitar as greves organizadas pelos trabalhadores. Pode-se inferir que Almir se refere ao Pacto Social proposto pelo governo como uma barreira para conter as greves e outras formas de manifestação organizada pela classe trabalhadora. Pois, as greves e as mobilizações prejudicavam, de alguma forma, o bom andamento do capital. O que foi possível inferir era que Pazzianotto se posicionava a favor das medidas propostas pelo Governo e não estava apoiando os trabalhadores. Isso pode ser uma breve exposição da posição que Almir Pazzianotto pretendia tomar à frente do Ministério do Trabalho.

A segunda entrevista publicada nas páginas amarelas da revista Veja da edição do dia 5 de março de 1986, fez menção à Reforma Econômica (ficou conhecida essa reforma econômica, como Plano Cruzado) decretada pelo presidente José Sarney naquele mês. Pazzianotto descreveu como funcionaria a Reforma Econômica para os assalariados dizendo: “Há um congelamento dos preços e os salários deixam de ser conseqüentemente reajustados. Todavia, eles serão protegidos por um sistema apelidado de “gatilho”, que será disparado sempre que a inflação avançar 20% (Veja, 05/03/1985, p.5).” Após esta exposição sobre em que consistia as medidas econômicas do governo,

Almir Pazzianotto afirmou que os trabalhadores não precisavam temer essas medidas pois:

(...) os salários não serão congelados. Hoje, nós podemos dizer que, à exceção dos sindicatos mais atuantes, todos os trabalhadores têm seus salários congelados por seis meses. A CUT e a Conclat reivindicam a trimestralidade ou a escala móvel. O sistema atende a essa reivindicação. Os salários serão corrigidos sempre que a inflação chegar a 20%, não importa se em dois, três ou seis meses ou até um ano (Veja, 05/03/1985, p. 5- 6).

A revista, através da fala do Ministro do Trabalho, passava a ideia positiva das medidas econômicas decretadas pelo Governo naquele mês e apontava para as vantagens que os trabalhadores teriam. Pode-se inferir que essa medida econômica não trouxe ganhos aos trabalhadores, pois não reajustava os salários para obterem ganhos reais e sim, agiam enquanto métodos de correção dos salários de acordo com a inflação, já que, os salários seriam corrigidos quando a inflação chegasse a 20%, ou seja, enquanto não atingisse esse valor os salários sofreriam a desvalorização real de seu poder aquisitivo.

Em outro trecho da entrevista, Pazzianotto falava da importância que teria o apoio dos sindicatos à implantação das medidas econômicas, afirmando:

Pretendo encontrar-me com as lideranças sindicais para expor o plano econômico do governo, a fim de que elas tenham amplas condições para uma avaliação bastante objetiva para que o governo tenha o apoio geral em relação às medidas adotadas. Nós sabemos que uma medida como essa, que raramente um país adota, não depende apenas do empenho governamental. É necessário o conhecimento e o engajamento da opinião pública (Veja, 05/03/1985, p. 6).

A partir do trecho acima, pode-se perceber que Almir Pazzianotto sabia da necessidade que o governo tinha de conseguir o apoio dos sindicatos para que a reforma econômica (Plano Cruzado) pudesse dar certo. Ou seja, ficou subentendido que um dos objetivos de fundo da medida econômica decretada pelo Governo era conter as manifestações, greves, paralisações organizadas pelos trabalhadores, reivindicando reposições reais em seus salários e diminuição da jornada de trabalho. O governo também pretendia, com essa medida econômica, desmobilizar as organizações sindicais em suas lutas e diminuir a inserção política da classe trabalhadora na sociedade civil.

As próximas análises das matérias referentes à cobertura de Veja sobre a relação do governo com as organizações que representavam os trabalhadores mostraram mais as

diferentes formas que o governo Sarney adotou para dialogar com os trabalhadores no intuito de convencê-los a desistir das greves, paralisações, mobilizações.

Na reportagem do dia 17 de abril de 1985, *Veja* noticiou a greve organizada pelos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, tendo como central sindical de apoio a CUT. A pessoa que falou em nome do Governo, naquele momento, foi o Ministro do Trabalho Almir Pazzianotto, que procurou negociar com os trabalhadores em greve pedindo: “Em nome da delicada saúde de Tancredo Neves – “assim como da amizade que me liga aos senhores” – Pazzianotto convocou uma trégua (*Veja* 17/04/1985, p.35).” Ou seja, quando se tornava conveniente, o Ministro do Trabalho se utilizava de sua posição no passado, no caso ex-advogado dos sindicatos dos trabalhadores, para pedir uma trégua na greve organizada pelos trabalhadores em respeito ao estado de saúde do presidente Tancredo Neves. Esta atitude de Almir Pazzianotto foi uma tentativa de encerrar a greve e desarticular os trabalhadores. Porém, os trabalhadores não levaram em conta o pedido de trégua proposto pelo ministro e permaneceram em greve.

A revista *Veja*, na matéria do dia 9 de abril de 1986, presente na seção Brasil, mostrou as greves que estavam surgindo no país por conta da implantação da reforma econômica, também chamada de Plano Cruzado, decretada pelo Presidente Sarney no início do mês de março. De acordo com o governo, o surgimento de greves era “normal, na medida em que estava sendo operada uma mudança na economia”, afirma o Ministro Marco Maciel, chefe do Gabinete Civil da Presidência (*Veja*, 09/04/1986, p.20). Nesse sentido, pode-se concluir que o “governo dava linha pró-greve”. Mas, no decorrer da matéria, não foi essa a impressão percebida, pois os bancários organizaram uma paralisação por causa das demissões que aumentaram com a implantação da reforma econômica no mês de março. A conversa entre o presidente do sindicato dos bancários e o Ministro do Trabalho foi tensa, como mostrou a revista:

O governo poderia baixar um decreto-lei garantindo a estabilidade no emprego, começou o presidente Luís Gushiken. “Não se pode fazer isso, porque um decreto-lei, não é democrático”, respondeu Pazzianotto. “Mas se o decreto-lei não é democrático, como o governo baixou o pacote?”, retrucou Gushiken. “O pacote era diferente”, respondeu o ministro. “Era um decreto importante. Temos que respeitar o Congresso, onde existem dois projetos de lei sobre estabilidade. (*Veja*, 09/04/1986, p.22).

O ministro Pazzianotto, em suas falas mencionadas acima, demonstrou defender todas as atitudes tomadas pelo governo, independente de serem democráticas ou não, e sua justificativa para as atitudes do governo foi de que era algo muito importante.

Pazzianotto acabou caindo em contradição e mostrando que o governo agiu de maneiras não “democráticas”, que a dita democracia só servia para alguns casos, pois baixar um decreto-lei para a estabilidade no emprego, era visto como algo não democrático, tanto é que, nesse caso, não se podia passar por cima da autoridade do Congresso e esperar a decisão dele sobre os projetos de estabilidade. Através deste trecho, pode-se perceber os resquícios do entulho autoritário do período da ditadura que continuava presente no governo dito como “democrático”.

Em outra reportagem da revista Veja do dia 07 de maio de 1986, a notícia de destaque foi sobre as paralisações dos trabalhadores reivindicando aumentos salariais e a intermediação do governo, como nos mostrou a revista Veja:

(...) Num braço-de-ferro que envolve de um lado a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o governo e seu pacote econômico do outro, ambas as partes exibem disposição para brigar. “O pacote nos tirou 42% do ordenado”, reclama Carlos Augusto Alves Santana, presidente do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil. “Não podemos abrir um precedente e dar mau exemplo”, afirma o ministro José Tavares, dos Transportes, a quem a Central do Brasil está subordinada. “A lei nos impede de atender reivindicações salariais (Veja, 07/05/1986, p.24).

O que pode-se analisar, com base no trecho acima, foi que as greves e paralisações dos trabalhadores continuaram a ocorrer no país, mesmo com as medidas econômicas decretadas pelo governo. Os trabalhadores ligados à CUT fizeram uma leitura negativa do Plano Cruzado, pois as medidas constatadas na reforma econômica não eram em benefício do trabalhador e sim, do próprio governo, por isso, a CUT se colocou contra o Plano Cruzado. Tanto é que, o próprio governo, por meio de seus ministros, veio até os presidentes e líderes sindicais para conversar e tentar negociar, com a intenção de proteger o pacote econômico decretado pelo Governo. Porém, é preciso ressaltar que não foram todos os sindicatos que fizeram uma leitura negativa a respeito do Plano Cruzado. Nos primeiros meses de vigência do Plano Cruzado em 1986, o número de greves diminuiu consideravelmente. O historiador Gelsom Rozentino de Almeida afirmou que:

Com o Plano Cruzado, em 1986, o governo Sarney logrou a diminuição do conflito sindical e a divisão dos trabalhadores. À intransigência dos empresários pressionados pelo congelamento de preços, somava-se a desmobilização de parte da classe trabalhadora pela intensa campanha na mídia. (ALMEIDA, 2011, p.151)

Pode-se perceber, de acordo com a colocação do historiador, que o governo teve a ajuda dos empresários e da mídia para conseguir adesão dos trabalhadores ao Plano Cruzado, com isso, houve realmente uma desmobilização das greves no país.

Ainda na mesma matéria, outro ministro do governo que tentou negociar com os ferroviários, foi Almir Pazzianotto, como mostrou a revista: “os sindicalistas pedem 15% de produtividade e até fechariam negócio se recebessem 10%, mas Pazzianotto e o governo não pretendem oferecer mais que 4%, sob o risco de fazer o pacote econômico descarrilhar dentro de casa (Veja, 07/05/1986).” Mais uma vez ficou claro que o governo, através de seus ministros, tentava proteger o pacote econômico e, com esta atitude, quem saía perdendo eram os trabalhadores que tinham que arcar com a desvalorização de seus salários e os confrontos com o governo.

É importante ressaltar que o ano de 1986 foi marcado por inúmeras greves e paralisações de várias categorias de trabalhadores com dois objetivos centrais, reivindicando aumentos reais de seus salários e colocando-se contra a reforma econômica do governo. Na matéria do dia 23 de julho de 1986, Veja noticiou a tragédia ocorrida no Leme, onde vários trabalhadores rurais estavam em greve e teve confronto com a polícia. Estas informações foram divulgadas pela revista Veja. A revista mostrou os ataques que o governo fez ao PT depois do “episódio no Leme”, dizendo:

(...) “Os conflitos de Leme obviamente foram provocados por setores que se opõem ao convívio democrático: organizações totalitárias e antidemocráticas”, afirma o ministro da Justiça, Paulo Brossard, afinado porta-voz político do governo. “Estão querendo nos levar à ilegalidade”, responde Luís Ignácio Lula da Silva, presidente do PT. “Não pregamos nem praticamos a luta armada. Em Leme, o que houve foi a polícia massacrando os trabalhadores, e agora querem esconder esse fato. (Veja, 23/07/1986)

O governo, conforme a fala dita pelo ministro da Justiça, estava chamando de antidemocráticas as organizações dos trabalhadores que contestavam as medidas do governo. Para o ministro da justiça, eram consideradas antidemocráticas as organizações que representavam os trabalhadores, que reivindicavam e lutavam por melhorias salariais e melhorias nas condições do trabalho nos canaviais. Porém, o governo não via como antidemocrático decretar uma reforma econômica sem passar por aprovação/votação do Congresso. Após essas análises e reflexões, conclui-se que antidemocrático para o governo eram as atitudes que feriam de alguma forma a “ordem burguesa”.

Em outro trecho da matéria, o ministro do Trabalho desqualificou os sindicatos, dizendo que: “Os sindicatos são filhos bastardos e agem como tal”, afirmou Pazzianotto, no início da reunião. “Criticom o governo mas afinam a voz na hora de pedir dinheiro público”(Veja, 23/07/1986). O ministro do Trabalho inferiu que os sindicatos esperneavam, revoltam contra o governo só por birra. Não se pode concordar com esta colocação de Pazzianotto, que ironizou os reais motivos que faziam os trabalhadores entrarem em greve.

Mesmo com a implantação do Plano Cruzado, as greves e manifestações organizadas pelos trabalhadores continuaram, só que com menor expressão. Mas, mesmo com o número reduzido de greves, o governo decidiu se precaver e restringir/dificultar a realização de greves no país. Para isso, o governo montou um Projeto de Lei de greve e levou para votação no Congresso. O Congresso aprovou o Projeto de Lei de Greve que passou a vigorar naquele ano. O ministro do Trabalho Almir Pazzianotto exibiu, entusiasmado, o projeto dizendo que: “É uma lei que privilegia a negociação e admite a greve (Veja, 30/07/1986, p.44).” Pela colocação do ministro, pode-se inferir que essa nova lei de greve, na verdade, trouxe mais vantagens aos patrões, pois privilegiava a negociação. Em qualquer tipo de greve, os trabalhadores entravam em confronto com seus patrões e lutavam por conquistas. As negociações, dentro das greves, fazem parte das formas dos trabalhadores conquistarem seus objetivos. Porém, é importante ressaltar que as negociações fora dos movimentos de greve não eram algo bom para a classe trabalhadora, pois, nesses casos, na negociação, quem acabava ganhando, no final das contas, eram os patrões já que poderiam barganhar, sem serem pressionados pelos grevistas e também por não estarem sendo prejudicados em seus negócios, uma vez que as indústrias continuavam funcionando.

O ministro do trabalho, Almir Pazzianotto, foi citado pela revista em outro trecho da matéria, em que ele comentou sobre a realização da greve dizendo: “A nova lei irá assegurar que a greve não seja decretada por minorias (Veja, 30/07/1986,p.44).” Nesta fala do ministro do trabalho, pode-se perceber bem claramente que a intenção do governo, longe de assegurar um avanço aos trabalhadores, aprovou uma lei que buscava controlar o maior número de greves possíveis e, ao mesmo tempo, restringir a atuação massiva e ofensiva da CUT nos sindicatos, pois, para que as greves pudessem ser realizadas, era necessário 50% mais um dos votos dos sindicalizados a favor da greve para que realmente ela acontecesse. Esta medida era contra a organicidade da CUT frente às greves.

Os trabalhadores sindicalizados à CUT manifestaram seu posicionamento referente à nova lei de greve afirmando que: “Essa nova proposta só tem como objetivo criar uma legislação mais ágil para reprimir as greves”, afirma o bancário Gilmar Carneiro, da diretoria nacional da Central Única de Trabalhadores (CUT) (Veja, 30/07/1986, p.44).” Mesmo o governo tendo aprovado uma lei de greve e tê-la apresentado como um avanço do governo em benefício do trabalhador. Os trabalhadores sindicalizados e ligados à CUT, que possuíam um acúmulo de discussão grande, conseguiram perceber as reais intenções do governo com esta lei de greve. No caso como já mencionado pelo bancário pertencente à CUT, a nova lei tinha o objetivo de ser mais ágil para coibir as greves.

A nova lei de greve aprovada pelo Congresso tinha um caráter ofensivo do governo em conter as manifestações organizadas pelos trabalhadores, pois havia, em um dos itens da nova lei, que os patrões poderiam demitir ou descontar dos salários dos funcionários, os dias parados se a greve não fosse considerada legal ou se acontecessem piquetes nas fábricas. Esta lei de greve era muito autoritária, tanto é que intimidou os trabalhadores de alguns estados a participarem da greve geral organizada pela CUT e a CGT para o final do ano (dezembro). A esse elemento se acrescentou outro, as várias tentativas de negociação do Ministro do Trabalho de tentar convencer os sindicatos a não aderirem à greve e as forças policiais desfilarem com seus tanques e com seu armamento nas avenidas para intimidar os trabalhadores que estavam aderindo à greve geral, todo este uso da repressão policial utilizado pelo presidente José Sarney, foi noticiado pela revista Veja, como se pode perceber com o trecho abaixo:

O governo jogou com duas equipes estanques que só se comunicavam através do próprio presidente e do chefe do Serviço Nacional de Informações, general Ivan de Souza Mendes. De um lado estava o que se denominou de “grupo da ordem” formado pelos ministros militares e pelo titular da Justiça, Paulo Brossard. Ao “grupo da ordem” coube a tarefa de pressionar emissoras de rádio e televisão nos dias que antecederam a greve, liofilizando o noticiário de sua preparação através de interpelações do Dentel, além de mobilizar o aparato militar. A volta da tropa à questão social colaborou, por exemplo, no desmonte da greve da Central do Brasil, quando soldados do Batalhão de Guardas do Exército impediram que os ferroviários realizassem uma assembléia no saguão da estação D. Pedro II (Veja, 17/12/1986, p. 38-39)

Como ficou perceptível no trecho acima, o governo do presidente José Sarney organizou um grupo, tendo como líderes os militares, para conterem as manifestações e movimentos de greve dos trabalhadores. Com esta atitude, pode-se perceber que o

governo se armou todo para que não acontecesse a greve geral pelo país. Pode-se inferir que o governo estava se sentindo pressionado pela força do movimento dos trabalhadores e por isso respondeu com o uso da intimidação/pressão das forças armadas.

Tanto é que, o presidente José Sarney falou sobre a não realização da greve afirmando que: “Não houve greve geral, o que houve foi uma batalha de Itararé, um movimento falso que não chegou a existir, porque o povo brasileiro sabe o que quer”. (Veja, 17/12/1986, p.36). Porém, Sarney não declarou que só não foi expressiva a greve geral por causa da lei de greve ser extremamente autoritária e por causa do trabalho de intimidação que o governo realizou antes da greve. O povo brasileiro, como se referiu o presidente aos trabalhadores, sabia bem o que queria, que não aceitava ter seus salários corroídos pela inflação. O presidente José Sarney foi extremamente irônico em sua fala, chegando ao ponto de dizer que não houve greve, movimento falso que não existiu. Então, os trabalhadores que aderiram à greve geral eram fantasmas ou o quê? Com base na fala do presidente José Sarney, foi criado um quadro para mostrar que o presidente opõe povo X grevista, utilizando-se de substantivos, adjetivos e verbos:

BOM	RUIM
POVO	GREVISTAS
SABE O QUE QUER	MOVIMENTO FALSO

Em outro trecho, da mesma matéria, o ministro Almir Pazzianotto fez um balanço sobre a greve geral, que não repercutiu no país inteiro devido aos empecilhos mencionados acima, o ministro afirmou que: “Não direi que o governo se sente vitorioso, mas tranqüilo”, dizia o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto” (Veja, 17/12/1986, p.37). De acordo com a fala do ministro do trabalho, pode-se perceber que as negociações feitas por ele tinham o objetivo de tranquilizar o governo, essa tranquilidade foi adquirida com a não concretização por inteiro da greve geral dos trabalhadores no país, já que as greves e outras formas de organização e manifestação dos trabalhadores era vista sempre como um perigo pelo governo.

De acordo com a análise do historiador Gelsom Rozentino de Almeida, o ano de 1987 representou:

O ano de 1987 seria o ano da desilusão com a “Nova República” e do seu “envelhecimento precoce” (ou de queda de sua máscara). Em janeiro, sucumbiu a mais séria tentativa de “pacto social”, promovida pelo Ministro do Trabalho Almir Pazzianotto. A espiral inflacionária retomou seu curso, agravando as perdas salariais. (...) Não obstante o desemprego crescente e os sinais de recessão, 1987 seria o ano de maior número de greves até então (2.188) e o de jornadas não trabalhadas (132 milhões), predominando as greves por empresa ou grupo de empresas. (ALMEIDA, 2011, p.153)

O ano de 1987, com base nas colocações do historiador, foi de imenso embate entre as classes sociais e a volta do grande número de greves organizadas pelos trabalhadores.

O governo, como sempre, tentando diminuir a expansão das greves pelo país, tentou negociar com os sindicatos para que ficassem três meses sem realizarem greves. Segundo o ministro Almir Pazzianotto, a tentativa de negociação do governo com os sindicatos significou: “No momento atual, deve prevalecer a lealdade aos interesses nacionais, afirma Pazzianotto. (Veja, 07/01/1987, p.26)” O governo, quando conviesse, apelava para o nacionalismo ao se referir aos interesses nacionais. Na tentativa de sensibilizar os trabalhadores a cederem à negociação do governo, porém o governo, quando chamado a lutar em benefício dos trabalhadores, sempre fugiu e reprimiu as manifestações dos trabalhadores de forma física ou verbal, pois as manifestações realizadas pelos trabalhadores foram fortemente reprimidas pelos policiais.

A revista Veja mostrou, em outra parte da matéria, mais uma fala do ministro do trabalho tentando mostrar que o governo conseguiria um acordo, afirmando que: “Acredito que chegaremos a um entendimento”, afirma o ministro Pazzianotto. “Mas os dirigentes sindicais devem lembrar-se de que mesmo sem acordo o governo continuará governando” (Veja, 07/01/1987, p. 26). Além do ministro, em sua primeira fala, mostrar entusiasmo de que o governo chegaria a um acordo com os sindicatos, não deixou de mandar um recado em tom de intimidação e/ou ameaça aos líderes sindicais afirmando que o governo, independente do acordo ou não, continuará governando. Ainda com base na última fala do ministro em que ele manda um recado aos líderes sindicais, pode-se concluir que Pazzianotto quer deixar bem claro que o governo não estava em crise e tinha condições de continuar governando mesmo sem o acordo, pois o governo tinha o “poder”.

O governo não conseguiu fechar acordo com os sindicatos filiados à CUT, na tentativa de negociar com os trabalhadores para que ficassem três meses sem realizarem

greves, em solidariedade à “situação do país”, pois, o país estava passando por uma imensa crise econômica, devido às altas da inflação, não controle dos gastos públicos e dos investimentos. Pode-se concluir que os interesses da classe trabalhadora não eram legítimos para o governo, só os interesses capitalistas seriam legítimos, mas a resposta dos trabalhadores foi a continuidade de greves pelo país.

Os sindicatos dos bancários, em todo país, convocaram uma greve geral da categoria por aumentos salariais de 100% e houve adesão em todos os estados do país à greve. O presidente José Sarney, percebendo a dimensão da greve dos bancários pelo país, falou em seu programa sobre o direito de greve, afirmando que:

“A greve, como sempre, eu repito, é um recurso legítimo, inalienável do trabalhador”, disse o presidente José Sarney na manhã de sexta-feira em seu programa *Conversando ao Pé do Rádio*. “Confio, porém, em que o momento de dificuldades que o país atravessa não seja esquecido e que as negociações sejam conduzidas com bom senso, compreensão e rapidez. (Veja, 01/04/1987, p.26).

O presidente José Sarney, sabendo da força da greve dos bancários pelo país, agiu de forma cautelosa e diplomática para se referir à greve. Admitiu a legalidade e legitimidade da greve realizada pelos trabalhadores, utilizou-se deste discurso quando convinha e para assim tentar conseguir convencer os grevistas a negociarem rápido por causa da situação do país. Porém, o presidente pediu para realizarem negociação, ou seja, pode-se inferir que José Sarney não estava preocupado se os bancários iriam conseguir suas reivindicações de forma integral, ele só queria que houvesse uma negociação que levasse ao término da greve.

O governo não conseguindo conter as greves geradas principalmente pelo aumento contínuo da inflação e, tendo seus salários desvalorizados (corroídos pela inflação), decide, mais uma vez, tentar negociar um Pacto Social. Segundo o ministro do trabalho, Ronaldo Costa Couto, a medida tomada pelo governo seria: “O governo não mandará nenhuma medida ao Congresso envolvendo ajuste fiscal. Qualquer medida alternativa dependerá do diálogo e estará inserida dentro do pacto social.” (Veja, 02/11/1988, p.100). O ministro do trabalho, com essa fala, tentou não deixar preocupados os sujeitos que iriam participar das negociações do pacto social, que eram os empresários, trabalhadores e o próprio governo.

Apesar disso, depois da fala do ministro do Trabalho, Ronaldo Costa Couto, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, declarou que: “Nenhum pacto funciona se o governo não fizer antes um ajuste fiscal.” (Veja, 02/11/1988, p.100). O que é possível

perceber foi que havia conflitos e certo desencontro de informações dentro do próprio governo, mas que, no fim das contas, mostrou que o pacto social seria algo para favorecer o governo e não, as outras partes envolvidas no acordo. Partindo da concepção de que só o governo ganhava com o ajuste fiscal, Valter Barelli,¹² diretor técnico do Dieese, afirmou: “No ajuste fiscal, só o governo ganha. Para todos os demais segmentos, o ajuste só trará novos ônus.” (Veja, 02/11/1988, p.100-101).

O Pacto Social tão especulado ao longo dos anos do governo José Sarney, foi acordado entre trabalhadores (ligados à CGT), empresários e governo. Mas, é bom ressaltar que, os sindicatos filiados à CUT não assinaram o Pacto Social por discordarem. O historiador Gelsom Rozentino de Almeida fez algumas colocações sobre o Pacto Social firmado em 1988, dizendo que:

Como tentativa de conter a hiperinflação e estabilizar a economia, o governo Sarney empreendeu uma retomada do já gasto projeto de “pacto social”. Em 4 de novembro de 1988, governo, empresários e CGT assinaram um acordo em torno da redução do reajuste de preços nos dois últimos meses dos anos. Sem a participação da CUT – a principal central sindical -, a representação dos trabalhadores carecia de legitimidade. Além disso, ainda em novembro, os empresários alegavam a existência de defasagem dos preços para justificar a manutenção de reajustes. O governo não conseguia ir além do controle sobre as tarifas públicas. Em dezembro, a inflação chegou a 28,8% e a estimativa para janeiro de 1989 era de que ultrapassasse 30%. (ALMEIDA, 2011, p.81-82)

¹² De acordo com as informações fornecidas pelo CPDOC, Valter Barelli, diretor técnico do DIEESE no período do Governo Sarney (1985-1989), formou-se em 1963, em economia pela Universidade de São Paulo (USP). Na Faculdade de Filosofia e Letras da mesma universidade, concluiu curso de pós-graduação em sociologia do desenvolvimento em 1967. Atuou como docente por dois anos, professor de análise microeconômica da Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administração de Osasco. Em julho de 1967, assumiu também a direção técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), em São Paulo, no qual permaneceria por mais de 20 anos. Nessa atividade, denunciou as constantes perdas salariais sofridas pelos trabalhadores brasileiros durante o regime militar vigente no país desde abril de 1964, especialmente as impostas pelos planos econômicos elaborados pelo governo. Em 1969 e 1970, lecionou análise macroeconômica nas Faculdades Metropolitanas Unidas, em São Paulo. Em 1972, retornou a essa instituição como professor de economia brasileira. No ano seguinte, como professor da mesma disciplina, voltou à Faculdade Municipal de Osasco, lecionando até 1975. Em 1976, ainda na faculdade de Osasco, obteve o título de doutor em economia com a defesa da tese *Distribuição funcional de renda nos bancos comerciais*. Em 1977, como diretor do DIEESE, denunciou que os índices da inflação do ano de 1973 apresentados pelo então ministro da Fazenda Delfim Neto haviam sido manipulados de modo a serem reduzidos. Em 1978, retomou a atividade docente, ministrando curso de economia do trabalho na Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo por dois anos consecutivos. Em 1981, tornou-se professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ensinando sucessivamente teoria do desenvolvimento econômico; economia do trabalho; economia do trabalho e da tecnologia; planejamento, estratégia e análise econômica. Integrou o conselho diretor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) nos anos de 1983 e 1984. Suas atividades na diretoria do DIEESE e sua identificação com a defesa de maiores salários e maior nível de emprego levaram-no a estabelecer estreitas relações com o movimento sindical e aproximaram-no do Partido dos Trabalhadores (PT), embora não se tenha filiado à legenda.

O Pacto Social assinado no final do ano de 1988 tinha um objetivo claro: proporcionar uma folga ao governo e empresários nos embates organizados pelos trabalhadores através das greves.

As críticas ao pacto foram levantadas por pessoas que estavam participando das reuniões de acordo para o pacto, como mostrou a revista Veja:

“Faltam substância e credibilidade a esse Pacto”, denuncia um que não acredita, Lourenço Ferreira, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, que participou do encontro na semana passada e, no fim, não assinou o documento. “O Pacto deveria aprofundar questões cruciais da crise econômica e não abordou nenhum tópico importante, como os juros ou a dívida externa”, denunciou Ferreira (Veja, 09/11/1988).

O pacto não agradou aos trabalhadores como ficou nítido no trecho acima, e também, como já havia sido colocado, serviria só para beneficiar o governo, através do aumento do ajuste fiscal.

Na luta para encontrar uma forma de conter a inflação, amenizar o descontentamento da classe trabalhadora, diminuir o número de greves, equilibrar o orçamento do governo, a revista Veja fez comentários positivos sobre o novo plano implantado, o chamado Plano Verão. Segundo o historiador Gelsom Rozentino de Almeida, o Plano Verão representou:

a confirmação de um retorno à visão ortodoxa de ajuste, embora, paradoxalmente, através de mais um “choque heterodoxo”, que se tentaria implementar através da regularização dos pagamentos dos credores externos e de uma política econômica interna contencionista, num contexto de crescente fragilidade política do governo Sarney. A falta de credibilidade política do governo agravaria as dificuldades de implementação dessa política de ajuste, bem como o financiamento adequado do setor público. (ALMEIDA, 2011, p. 83)

Pode-se concluir, de acordo com a colocação do historiador, que o Plano Verão foi uma tentativa de colocar em prática o receituário do FMI, com política de contenção dos gastos e pagamento dos credores.

De acordo com a matéria publicada pela revista Veja sobre o Plano Verão, com base na fala do presidente José Sarney, o Plano Verão: “Não há nenhum sinal de intranqüilidade, o plano vai bem” (Veja, 22/02/1989, p.84). O presidente demonstrou muita confiança, segundo a publicação da revista Veja.

Porém, os trabalhadores não se enganavam com as reformas econômicas implantadas pelo governo, pois perceberam que seus salários eram congelados e corroídos pela inflação e não havia um reajuste real dos salários dentro dos planos

econômicos do governo, tanto é que, o presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos manifestou sua insatisfação afirmando que:

“(...) Tudo foi para o espaço nesse Plano Verão e agora temos de entrar de cabeça na greve”, afirmava na semana passada Luiz Antônio de Medeiros, presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, pronto para acender uma paralisação geral de braços no país, nos dias 14 e 15 de março – movimento em torno do qual se uniram a CUT e a CGT. (Veja, 22/02/1989, p.85).

A resposta dos trabalhadores ao Plano Verão foi a realização de greve com a união das principais centrais sindicais do país, reivindicando melhorias reais aos trabalhadores. O governo, ao decretar seus planos econômicos não visualizava medidas para contribuir com os trabalhadores. Em reação a esta atitude, os trabalhadores utilizaram de sua maior arma de luta, a greve, para se imporem e conseguirem alguma vitória. A greve, que os trabalhadores estavam organizando em protesto ao Plano Verão, e suas consequências para a classe trabalhadora, segundo Jair Meneguelli, presidente da CUT, tinha tudo para dar certo, pois: “Os trabalhadores estão descontentes, e esse é o grande trunfo para o sucesso da greve” (Veja, 15/03/1989, p.36). Os líderes sindicais acreditavam que, por causa do descontentamento presente entre os trabalhadores, a greve geral poderia dar certo e ter bons resultados. A revista Veja via a greve com apreensão, tanto é que, na matéria, mostrou muito as tentativas do governo e dos empresários de entrarem em um acordo para que a greve geral não acontecesse. Porém, as greves surgiram pelo país mesmo com as tentativas de negociação e acordos com as lideranças sindicais. A realização da greve geral, que aconteceu nos dias 14 e 15 de março do ano de 1989 foi noticiada pela revista Veja, de forma pejorativa, pois a mesma afirmou que a greve geral não conseguiu parar todo o país.

Sobre a realização da greve geral do ano de 1989 e seu balanço, o historiador Gelsom Rozentino de Almeida afirmou que:

Mais uma vez, as perdas salariais decorrentes do plano motivaram a organização de uma greve geral, nos dias 14 e 15 de março, pela CUT, CGT e CSC (Corrente Sindical Classista), com o apoio dos partidos de esquerda e entidades do movimento popular. Adesão aos dois dias de paralisação foi um sucesso: esta foi a maior greve da história do país. Como em outras ocasiões, a ação dos piquetes e a repressão da polícia se voltavam para o setor de transportes e as manifestações de rua. Em quase todas as portas de empresas de ônibus, ocorreram piquetes e, em muitas delas, agressões de PMs e capangas das empresas à militância. (...) Nas avaliações do movimento, de novo a maior crítica era dirigida para a atuação dos meios de comunicação. A omissão e manipulação de fatos ocorreram de forma escandalosa nos telejornais da Globo (a mais citada), SBT, Manchete (a Bandeirantes não foi citada). (...)

Apesar dos apelos contrários à greve por parte do governo Sarney e empresários, das dúvidas lançadas pelos meios de comunicação e seus editoriais capciosos, a greve foi bem-sucedida. (ALMEIDA, 2011, p. 156-158)

De acordo com as colocações do historiador, pode-se perceber que a greve geral organizada pelos trabalhadores em 1989, teve sucesso, mesmo com a atuação violenta dos policiais. Outro elemento que deve ser destacado foi que o autor mencionou sobre a atuação dos meios de comunicação, na construção da imagem negativa da greve. Mas, mesmo assim, a greve aconteceu, para descontentamento da grande imprensa.

A preocupação em discutir a questão salarial ficou tão em voga, depois da greve geral que pode-se perceber, através da fala de um político, que afirmou: “(...) Será preciso definir mecanismos de reajustes salariais, única forma de nos prepararmos para o processo de descongelamento de preços”, (...) reconhece o deputado Vivaldo Barbosa, do PDT. (Veja, 22/03/1989, p.24). Os políticos reconheceram que não se poderia descartar as reivindicações dos trabalhadores, principalmente o reajuste salarial, pois só poderiam dar continuidade nas metas do Plano Verão se solucionassem as perdas salariais, o problema do “custo de vida”.

Em compensação, o presidente José Sarney aproveitou para desqualificar a intenção da greve geral, afirmando que: “Não houve greve, nem foi geral”, disse o presidente. “Ficou muito claro que essa greve foi uma greve política, eleitoral, para promover algumas lideranças que estão numa luta intestina de afirmação” (Veja, 22/03/1989, p.26). O presidente, quando não sentia seu governo ameaçado, aproveitava para descaracterizar as lutas travadas pelos trabalhadores e para criticar a intenção da greve que, segundo ele, era autopromoção das lideranças sindicais. O presidente José Sarney não mediu esforços para atacar e agredir verbalmente as centrais sindicais por organizarem greves e defendeu que existia uma distinção entre greve política e greve por fatores econômicos, os trabalhadores tinham que restringir suas lutas no campo econômico, como se realmente houvesse essa distinção.

Apesar das falas de desqualificação do presidente José Sarney, o governo decretou uma medida provisória para os reajustes salariais, por causa das perdas sofridas pela inflação durante o Plano Verão, mas os trabalhadores sindicalizados e filiados à CUT não gostaram muito da medida. Os trabalhadores das indústrias do ABC paulista e outras categorias entraram em greve reivindicando aumentos salariais reais. No entanto, dessa vez, o governo reagiu às greves com violência física, pois autorizou os policiais a acabarem com as greves nas fábricas e com as mobilizações nas ruas. A

revista *Veja*, ao noticiar sobre a ação dos policiais, mencionou em sua matéria que, por conta do confronto entre operários e policiais, 5 trabalhadores foram baleados e 17 policiais ficaram feridos. Ou seja, a revista tinha a intenção de mostrar que nesse confronto, não foram somente os trabalhadores que saíram feridos, mas também policiais.

Por conta do uso da violência, alguns trabalhadores que estavam em greve foram baleados. O presidente da CUT, Jair Meneguelli, ao ser intimado a depor na Polícia Federal, comentou sobre a atitude do governo de se utilizar da polícia, afirmando que: “O plano do governo é transformar a greve num delito” (*Veja*, 10/05/1989, p.70). Jair Meneguelli interpretou a ação do governo em mandar a polícia nos locais de greve, para alegar que as greves poderiam ser consideradas crimes. O governo, mais uma vez, deixou visível suas formas repressivas de lidar com manifestações organizadas pela classe trabalhadora, com o intuito de intimidar e mostrar a força que o governo tinha, através, é claro, do uso da violência (truculência).

Através das análises das matérias da revista *Veja*, com base na cobertura realizada pela revista em mostrar a relação entre governo e as organizações dos trabalhadores entre os anos 1985-1989, pode-se perceber que o governo tentou, de várias maneiras (Planos, decretos–leis, policiais, meios de comunicação), conter as greves e outros tipos de organizações da classe trabalhadora, até mesmo se utilizando do aparato repressivo, no caso os policiais, que estiveram presentes nas portas das empresas em dias de greve.

A revista *Veja*, em vários momentos, silenciou os fatos, principalmente aqueles que demonstravam organização e articulação da classe trabalhadora, pois a revista não tinha a intenção de mostrar as vitórias e nem o poder das centrais sindicais. Para contrapor o silenciamento da revista, utilizou-se a obra do autor Gelsom Rozentino de Almeida, que fez um trabalho sobre as organizações da classe trabalhadora PT e CUT durante a década de 1980.

O governo agiu de todas as formas possíveis, desde o uso da violência verbal até a física, para neutralizar o avanço das greves, e desmobilizar as formas de conscientização dos trabalhadores, que não eram sindicalizados, da importância e da força das greves, paralisações. Os embates e conflitos entre governo e as organizações da classe trabalhadora puderam demonstrar, em alguma medida, o grau de politização da classe trabalhadora na década de 1980. Outro elemento que observado com esta pesquisa, foi a existência de uma contradição quanto a questão de ser ou não

democrático, pois, quando o governo aprovava uma lei, isso era considerado um ato democrático. Porém, quando ocorriam greves pelo país, o governo usava da repressão para além da lei, e essa atitude não era considerada como algo não democrático. Então, fica a pergunta: que democracia era essa?

Com relação à cobertura feita pela revista Veja sobre as organizações e manifestações da classe trabalhadora entre os anos de 1985-1989, a mesma fez de tudo para criar um consenso em torno de uma imagem anti-CUT e anti-PT. Pode-se perceber, com a análise das matérias, que a revista Veja demonizou o PT por causa das várias greves organizadas pela CUT. A revista criou uma associação entre o PT e a CUT. Uma das justificativas possíveis para isso, deve-se ao crescimento que o partido estava passando e demonstrando naquele momento, e a identificação e confiança que muitos trabalhadores passaram a depositar no partido naquela época. O PT se denominava o partido dos trabalhadores que defendia pautas e bandeiras dos mesmos. E, Veja, tendo a dimensão do crescimento e credibilidade que o PT estava adquirindo, passou a demonizá-lo por causa da CUT para tentar enfraquecê-lo, pois, entre os anos de 1988 e 1989, haveria eleições diretas para prefeitos e presidente e o PT poderia ser uma ameaça aos partidos das frações da classe burguesa. Veja chegou ao ponto de publicar em suas matérias que a CUT e o PT eram os inimigos declarados do governo, pois essas organizações se colocaram em defesa dos direitos e bandeiras de luta da classe trabalhadora e contra as medidas, tais como: as leis e decretos anunciados pelo governo.

Veja dedicou alguns espaços de suas matérias para mostrar e alertar ao governo e aos empresários industriais a dimensão que a CUT e o PT estavam conquistando no país em meio aos trabalhadores. Mesmo quando a revista noticiou as greves organizadas pela CUT e com apoio do PT, fez de forma pejorativa e para alertar os empresários do “perigo” que representava a CUT para o andamento das práticas capitalistas.

3º CAPÍTULO

CLASSE EMPRESARIAL INDUSTRIAL NO BRASIL DURANTE OS ANOS 1985-1989

Neste capítulo, pretende-se dar continuidade na discussão sobre a cobertura que a revista *Veja* fez a respeito da atuação das organizações de classe (CUT, PT, FIESP e CNI) durante o período de 1985-1989. O foco da análise se restringiu a duas organizações empresariais industriais de grande peso e influência no país, que foram a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Confederação Nacional das Industriais (CNI). Estas duas organizações empresariais industriais, sempre estiveram envolvidas nas decisões políticas e econômicas tomadas pelo governo, mostrando dessa forma uma atuação muito forte nos rumos do país.

A discussão deste capítulo esteve restrita aos seguintes aspectos: analisar a partir do discurso da revista *Veja* como a mesma realizou a cobertura da atuação das organizações empresariais industriais, no caso a Fiesp e a CNI, buscando perceber se apenas “noticiou” ou colocou-se numa postura de diálogo e de tentar apontar caminhos para as políticas nacionais.

Focou-se também em analisar de que forma a revista realizou a cobertura sobre a relação das organizações empresariais industriais com o governo no período de 1985-1989, pois, neste período, houve encaminhamento de propostas feitas por políticos de centro direita e de direita, de colocar em prática o receituário neoliberal, como as privatizações das empresas estatais, para “solucionar” a crise econômica do país. O último elemento de análise presente neste capítulo foi averiguar, perceber, com qual ou quais interesses, a revista *Veja* realizou a cobertura sobre os embates, conflitos entre os empresários industriais e os trabalhadores, buscando perceber se a revista apenas narrou os conflitos ou se colocou em defesa de uma das partes envolvidas.

3.1 Exposição sobre a criação, surgimento e função da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Confederação Nacional das Indústrias (CNI)

As páginas a seguir trazem uma sucinta discussão sobre o surgimento e algumas características das instituições da fração burguesa empresarial industrial paulista e nacional, no caso, a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e a Confederação

Nacional das Indústrias (CNI). Esta discussão sobre as instituições se fez necessário, pois ao trabalhar com a revista Veja, nas matérias publicadas por essa revista, essas instituições estavam muito presentes.

As duas organizações que representaram as frações da classe burguesa empresarial industrial brasileira, escolhida para serem analisadas foram a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Confederação Nacional das Indústrias (CNI). A escolha se justifica pelo seguinte fato: os embates e conflitos averiguados na revista Veja se deram entre as organizações que representavam os empresários e industriais de São Paulo e a instituição nacional CNI, principalmente contra as centrais sindicais, no caso a CUT. Outro fator que fez com que a escolha se restringisse somente à FIESP e à CNI, é que as matérias publicadas pela revista Veja, ao mostrarem a cobrança dos industriais perante o governo, a voz autorizada pela revista sempre foi dos presidentes da FIESP e da CNI.

O autor Alvaro Bianchi despendeu um longo tempo e esforço para pesquisar e estudar a FIESP durante as décadas de 1980 e 1990. Foi com base na obra de Bianchi que foram realizados os apontamentos sobre a FIESP. Segundo o autor, a criação da Fiesp se deu:

A criação da Fiesp foi o resultado de importantes alterações na massa específica da indústria no conjunto da economia nacional e nas relações existentes entre o Estado, as classes dominantes, suas diferentes frações e classes subalternas no começo do século XX (BIANCHI, 2010, p.69).

Essa colocação se justifica, pois, a partir da década de 1920, os industriais paulistas passaram a se organizar em forma de Associação Comercial e procuravam defender e ampliar o setor industrial no Estado. Mas, na década de 1930, com a posse de Getúlio Vargas ao comando do país, houve uma centralização e verticalização das formas de organização, tanto patronais quanto dos trabalhadores. Essa mudança tinha como objetivo o maior controle do Estado sobre as formas de organização no país (BIANCHI, 2010).

Com essa verticalização dos sindicatos e organizações dos patrões e dos trabalhadores houve uma divisão por níveis das organizações, começando do municipal, passando para a instância Estadual e tendo como último nível a instância Nacional. Por conta desta medida que foi anunciada através de um decreto-lei durante o governo Getúlio Vargas, muitas organizações patronais se agilizaram para se enquadrarem no decreto-lei. No ano de 1931, houve a criação da Fiesp, segundo Alvaro Bianchi:

(...) Apenas dois meses depois da promulgação do novo decreto, o Centro alterava seus estatutos e se transformavam em Federação das Industriais do Estado de São Paulo (FIESP, 1934). A criação da Fiesp não foi apenas uma mudança de nome. Ela simbolizava o *aggiornamento* de uma concepção liberal que enfatizava exclusivamente a autonomia e a independência das organizações sindicais patronais e a adesão gradual a um corporativismo assimétrico e mitigado. (...) mas a Fiesp se constituía uma entidade mista com o objetivo de congregar “todas as indústrias e as associações da classe industrial existentes ou que venham a existir no Estado de São Paulo, com a forma sindical, promovendo oportunamente formação da Confederação Nacional da Indústria e Comércio” (FIESP (1934) apud, BIANCHI, 2010, p. 75).

Primeiramente, só para esclarecimento, quando Alvaro Bianchi mencionou centro, ele está se remetendo ao Ciesp (Centro de Indústrias do Estado de São Paulo), que não deixou de existir após o decreto no Governo Getúlio Vargas, mas que houve uma divisão entre o Ciesp e a Fiesp. As duas organizações passaram a atuar nas reivindicações dos industriais, mas em instâncias e níveis diferentes. Após a criação do sindicato patronal da Fiesp, na década de 1930, a Federação passou a estar presente nas decisões de cunho nacional, sendo uma das organizações patronais mais poderosas e importantes no país.

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) foi criada no ano de 1938, com o objetivo “constituída para fins de estudo, defesa e representação legal das categorias econômicas da indústria, no quadro da organização corporativa brasileira (CPDOC-2011)”. CNI, como colocou o verbete do CPDOC, foi uma confederação com o intuito de estudo, defesa e representação das indústrias a nível nacional, funcionou mais como um centro de pesquisa para elaboração de estudos que garantiam o “bom desempenho das indústrias na economia”.

Segundo o verbete do CPDOC, outros objetivos da CNI, a partir da década de 1970, passaram a ser: “aproximar as entidades de classe, de forma a atingir alto grau de representatividade do pensamento industrial brasileiro; definir a posição da indústria no contexto da nação, e situar a indústria frente aos órgãos do Estado (CPDOC, 2011).”

3.2 Classe Empresarial Industrial a partir da análise das matérias da revista Veja entre os anos de 1985-1989

Neste tópico da dissertação, são analisadas, a partir das matérias da revista *Veja*, algumas relações que envolveram a fração de classe burguesa empresarial industrial, no caso, a FIESP e a CNI durante os anos de 1985-1989.

3.2.1 Cobertura da revista *Veja* sobre a atuação da classe burguesa empresarial industrial entre os anos de 1985-1989

O objetivo deste tópico foi analisar e averiguar, através das matérias da revista, como ocorreu a cobertura de *Veja* sobre a atuação das organizações industriais, no caso, a FIESP e a CNI, no país, entre os anos de 1985-1989. O quadro das matérias selecionadas para construção deste tópico se encontra no anexo 8.

As principais matérias referentes à cobertura que a revista *Veja* realizou sobre a atuação das organizações empresariais industriais FIESP e a CNI entre os anos de 1985-1989, foram referentes à posse dos novos presidentes das organizações industriais e com relação às atitudes de muitos empresários industriais de concederem aumentos salariais para seus empregados. Com relação à concessão dos aumentos salariais realizados pelos empresários industriais, essa foi uma atitude tomada pelos mesmos como forma de conter as greves e os prejuízos causados pela paralisação das empresas.

Antes de apresentar a análise das matérias, fez-se necessária uma explicação sobre o período do recorte temporal, que se compreendeu entre os anos de 1985-1989. Porém, neste tópico, referente à cobertura realizada pela revista *Veja* sobre a atuação das organizações empresariais industriais, FIESP e a CNI, a análise das matérias começou a partir do ano de 1986, pois no ano de 1985, a revista não apresentou matérias que pudessem ajudar na averiguação do objetivo. Em partes, isso se justificou pelo fato de que, no ano de 1985, os embates que ganharam repercussão foram entre patrões, trabalhadores e governo, já que ocorreram muitas greves (conforme já foi discutido no capítulo anterior).

A matéria do dia 27 de agosto de 1986, presente na seção “empresário”, apresentou um pequeno texto sobre a posse do novo presidente da FIESP. Porém, a matéria tinha um caráter muito mais de propagandear as posições e concepções da organização empresarial industrial paulista, do que significaram as eleições da troca de presidente da federação. Em um trecho da matéria, o novo presidente da FIESP falou sobre quais as expectativas que depositavam no governo, dizendo que:

Amato chega ao comando da Fiesp com idéias formadas. Acha, por exemplo, que cabe ao governo, agora, assegurar ao empresariado

tranquilidade suficiente para investir. “O empresário, ainda está inibido para iniciar um investimento de longa maturação”, acredita. “Não só por causa do congelamento de preços mas também porque se percebe que há falta de infra-estrutura em vários setores, sobretudo o de energia elétrica”. (Veja, 27/08/1986)

Pode-se perceber que neste trecho, o presidente da Fiesp apresentou, através de sua fala, a relação existente do público-privado, ou seja, os empresários industriais paulistas esperavam do governo, que o mesmo despendesse recursos públicos para assegurar os empreendimentos dos industriais, de ordem particular/privado. Os investimentos/recursos para os setores privados eram retirados do dinheiro arrecadado dos impostos pagos pelos trabalhadores, que deveriam ser investidos nos setores de assistência pública. Os empresários industriais não tiravam do bolso recursos para investir em infra-estrutura, pois, desde o início do século XX, o governo assegurou isso para os empresários, por isso achavam que o governo tinha o dever de assegurar recursos para poderem continuar crescendo seus empreendimentos. No primeiro capítulo da dissertação, abordou-se, através das reflexões do historiador Cesar Junior¹³, sobre as responsabilidades que o estado assumiu no período da década de 1970, por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND). Segundo Cesar Junior, o governo militar ficou com a responsabilidade de investir e garantir a ampliação da infra-estrutura nas áreas de energia, de transporte e de comunicação, para as empresas privadas continuarem suas atividades. Essas áreas de infra-estrutura que ficaram sob responsabilidade do governo, eram áreas que não geravam lucros imediatos, os lucros eram baixíssimos e a longo prazo, por isso, os empresários industriais não quiseram investir nessas áreas. Isso mostrou que o governo sempre fez de tudo para garantir o andamento e o funcionamento das empresas privadas e, mesmo assim, nunca foi o suficiente para contentar os empresários industriais.

A revista Veja fez questão de apresentar o posicionamento de Mário Amato sobre o que esperavam do governo, os industriais paulistas, assim como, em outro trecho da matéria, a revista mais uma vez fez questão de mostrar a opinião do presidente da federação das indústrias do Estado de São Paulo, sobre as políticas econômicas do governo, afirmando que:

Amato, faz questão de dizer que não é a favor do descongelamento, “Existem algumas injustiças que precisam ser corrigidas nas tabelas do governo”, diz. “Mas ninguém em sã consciência pode pleitear o

¹³ CESAR JUNIOR, Gervásio. Op. Cit. P.88

descongelamento numa hora em que a economia está aquecida”.
(Veja, 27/08/1986)

Neste trecho, pode-se identificar que Mário Amato se colocou a favor das políticas econômicas do governo, como no caso, a questão do congelamento dos preços. Mas, o que a revista silenciou foi o porquê deste apoio. Os motivos pelos quais os industriais apoiaram o Plano Cruzado(nome da política econômica implantada no ano de 1986) foram: pois o plano econômico gerou uma demanda de produtos; o dinheiro ficou mais barato; os trabalhadores que não estavam organizados em sindicatos liderados pela CUT tiveram nesse período suas reposições salariais diminuídas; pois naquele ano aconteceriam as eleições para os políticos que fariam parte da Assembléia Nacional Constituinte, políticos que votariam nos artigos que compõe a Constituição, e também aconteceriam as eleições para presidentes das federações, sindicatos patronais em todo país. Ou seja, esse apoio expressado pelos empresários industriais foi uma jogada política (BIANCHI, 2010, p. 179).

Contudo o apoio expressado pela Fiesp ao Plano Cruzado, não se prolongou para o ano de 1987. Isso se justificou pelo fato de que já no mês de dezembro do ano de 1986, o Plano Cruzado não tinha mais apoio da classe trabalhadora e nem das frações da classe burguesa em geral. Por causa das medidas decretadas no final do ano de 1986, que remendou o Plano Cruzado, com o reajuste de vários preços de produtos sem, paralelo a isso, terem ocorrido correções dos salários, os índices de inflação voltaram a crescer muito, fora do controle do governo, gerando um caos para o país.

A configuração do ano de 1987 foi pautada pela volta das grandes greves organizadas pelos trabalhadores em prol da reposição salarial, já que os salários tinham sofrido uma desvalorização por causa da inflação. Os empresários, no ano de 1987, por conta deste cenário de luta e organização dos trabalhadores, vivenciaram, em alguns momentos, uma situação de encurralamento. Tanto é que, na matéria do dia 12 de agosto de 1987, Veja publicou uma matéria que mostrou a preocupação dos empresários com as greves e apresentou a “solução” encontrada pelos mesmos para prejudicar a organização de greves. Segundo a revista:

Na semana passada, com a dupla preocupação de tentar esvaziar a greve geral marcada para o dia 20 e aumentar as vendas ainda fracas, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo deu o mais forte empurrão para a generalização do pagamento antecipado do resíduo – enviou uma carta às empresas associadas, na qual recomenda a quem puder que pague desde já o que o decreto do ministro da Fazenda manda pagar a partir do fim do congelamento. “Assim como outros empresários, chegamos à conclusão de que não adianta reduzir a

inflação massacrando os funcionários”, argumenta Caetano Aliperti, diretor da Aliperti – uma tradicional indústria siderúrgica situada em São Paulo, com 1.400 empregados que se antecipou à recomendação da Fiesp. (Veja, 12/08/1987, p. 108).

De acordo com a análise do trecho acima, pode-se perceber que os empresários industriais de São Paulo estavam realmente encurralados, pois, além de terem aderido ao decreto do ministro da Fazenda sobre as reposições salariais, preocuparam-se em antecipar essa reposição, a intenção da revista ao mostrar a matéria, não foi essa e sim, de mostrar como os empresários são humanos, bondosos, têm consciência da situação de seus empregados. Porém, a verdadeira intenção dos empresários industriais paulistas de cederem e pagarem a reposição salarial era de tentar enfraquecer a greve geral e não terem suas indústrias paradas. A revista deu voz a um empresário industrial paulista na tentativa de mostrar como os empresários tinham sensibilidade e reconheciam o trabalho desempenhado pelo pessoal que trabalhava nas indústrias. A real intenção, que ficou silenciada, era de que os empresários estavam em sua situação desfavorável pelo grau de organização dos trabalhadores e que para não terem “prejuízos” acabaram cedendo e concordaram em pagar a reposição salarial.

Em outro trecho da matéria, a revista apresentou como os empresários industriais iriam bancar, ou melhor dizendo, iriam compensar a reposição salarial concedida aos trabalhadores, colocando que:

As empresas fazem exercícios matemáticos com o objetivo de **raspar nos cofres os maiores reajustes que podem ceder** nos menores prazos – mas, na maioria das vezes, com a intenção velada de repassar mais adiante tais ônus aos preços de seus produtos. (Veja, 12/08/1987, p. 108) (grifos meus)

No trecho acima, a revista, ao construir a frase, tinha a intenção de valorizar a atitude dos empresários industriais de concederem a reposição salarial aos trabalhadores. Tanto é que, observando as palavras grifadas, pode-se perceber que a revista supervalorizou a atitude dos empresários industriais, mostrando que os mesmos fizeram “sacrifícios”, quando utilizou as palavras “exercícios matemáticos”, para poderem conceder a reposição salarial. Porém, a própria revista terminou a frase dizendo como os empresários industriais iriam fazer para que não ficassem no “prejuízo”, iriam ter que aumentar o valor de seus produtos posteriormente. Assim como as greves eram preocupantes para os empresários industriais, outro assunto que os incomodou, bem como a outras frações da classe burguesa, foram os trabalhos na

Assembléia Nacional Constituinte (ANC). Os trabalhos, dentro da Assembléia Nacional Constituinte, ocorreram entre os anos de 1987-1988, com o objetivo de elaborarem uma nova Constituição para, finalmente, acabar com a Ditadura Militar. Para todas as frações da classe burguesa, a Assembléia Nacional Constituinte tinha um peso importantíssimo, pois poderia assegurar direitos que os beneficiassem em seus negócios. O autor René Dreifuss discutiu, em sua obra “O jogo da direita”, a luta, disputa, dentro da Assembléia Nacional Constituinte e mostrou a atuação das frações da classe burguesa para assegurarem direitos que os favorecessem. A atuação das frações da classe burguesa perpassou desde a questão dos lobby’s até o trabalho de convencimento dos políticos de votarem a favor dos seus interesses.

As organizações das frações da classe burguesa levaram muito a sério as votações na Assembléia Nacional Constituinte e, por conta disso, muitos políticos sentiram na pele as consequências da votação na ANC. Sobre este assunto, a revista Veja, no dia 21 de agosto de 1988, na Seção Radar, publicou uma nota com o seguinte título: “Empresários elaboram lista negra” (Veja, 21/08/1988, p. 45). Segundo as “informações” dadas na revista, a lista negra foi elaborada pelas:

Principais entidades empresariais paulistas, reunidas no “fórum informal”, preparam uma lista negra dos constituintes, seguindo ao pé da letra a popular máxima de que “é dando que se recebe”. Elaborada num computador da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Fiesp, a lista vai servir como subsídio para análise dos habituais pedidos de ajuda financeira de candidatos – e já começa a ser utilizada nestas eleições. (Veja, 21/08/1988, p. 45)

A revista, ao construir sua matéria, pautando-se na lista elaborada pela Fiesp sobre os políticos constituintes, disse descaradamente que a organização empresarial tinha força e poder para intimidar, ameaçar os políticos. Ou seja, a federação utilizou de autoritarismo e ameaça para com os políticos, pois assim, poderiam saber em quem confiar e recompensar com o favorecimento de verbas para o financiamento das campanhas eleitorais do ano de 1988. Essa política que a Fiesp utilizou, nos lembrou muito a questão do voto de cabresto, utilizado pelos coronéis no período da República no início do século XX.

Paralelo aos trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte para a construção da nova Constituição e as eleições municipais, o país continuava vivenciando um período de intensificação da crise econômica. O ano de 1989 iniciou com elevadíssimos índices de inflação, taxas altas de desemprego, falta de confiança no governo por parte dos

trabalhadores, aumento do número de greves pelo país e campanha para as eleições presidenciais através do voto direto.

Em meio a esse cenário tenso e do acirramento da luta e dos embates entre as classes sociais antagônicas, o empresariado industrial se colocou à disposição de atender aos trabalhadores. Por conta do número elevado de greves, muitos empresários industriais decidiram escutar e negociar com seus empregados para não terem suas empresas paradas.

A revista Veja, na matéria do dia 12 de julho de 1989, mostrou de forma positiva a concessão de reajustes nos salários dos trabalhadores, dizendo que:

as empresas privadas, que no início do ano também enfrentaram um surto de greves, contornando depois que pingaram aumentos de salários na conta de seus funcionários, muitos casos já estão concedendo reajustes ainda maiores que os previstos na nova lei. “Os empresários têm hoje mais consciência de que é necessário preservar o poder aquisitivo dos trabalhadores”, afirma o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mário Amato. “Além disso, **aumentou a pressão sindical no regime democrático, o que é bom**”, acrescentou. (Veja, 12/07/1989, p. 108, grifos meus)

Com base no trecho exposto acima, pode-se perceber que a revista comentou sobre as greves de forma pejorativa, pois a associou à uma epidemia. Outro elemento de reflexão foram as palavras grifadas, pois, analisando, percebe-se que Veja construiu a matéria, no sentido de apresentar como os empresários acabaram com as greves, a “solução” apontada pela revista foi a concessão dos aumentos salariais. Porém, Veja quando se pautou nesse sentido e intenção na construção da matéria, optou por silenciar que a concessão dos reajustes foram conseguidos através de lutas e embates dos trabalhadores versus patrões, não algo automático, como a revista tentou passar. A revista, nesta matéria, procurou valorizar a imagem dos empresários, ainda mais quando mencionou que os empresários teriam concedido aumentos salariais maiores que os previstos na lei. Veja terminou a matéria mostrando que os empresários industriais reconheceram a força e poder dos sindicatos dos trabalhadores.

Por causa da situação agravada pela crise econômica no Brasil, no ano de 1989, e, devido também à mobilização e à organização dos trabalhadores, a revista Veja, na matéria do dia 19 de julho de 1989, insistiu em reforçar uma imagem generosa dos empresários por terem concedido aumentos salariais. Segundo a revista:

Na quarta-feira, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e os sindicatos metalúrgicos da capital, Osasco e Guarulhos acertaram um acordo pelo qual os 500.000 operários que trabalham nas três cidades receberão um reajuste de 65%, distribuído da seguinte

maneira: 55% sobre o salário de julho e mais 6,45% sobre o salário de agosto. “Esse acordo nos dará um pouco de paz até o final do ano”, dizia na quinta-feira o empresário Aurélio Zanatta, coordenador do acerto pelo lado da Fiesp. “Se ele não tivesse sido feito, teríamos que administrar uma greve a cada dia”. O acordo também agradou os trabalhadores. “Foi um reajuste digno, disse Luiz Antônio de Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. (Veja, 19/07/1989, p. 91)

A partir do trecho acima, pode-se perceber que a revista deu continuidade na ideia de mostrar que os empresários estavam preocupados com “o bem estar de seus empregados”, pois estavam concedendo reajustes salariais. Mas, a revista, em alguma medida, tentou deixar em plano secundário o porquê dos reajustes salariais aos trabalhadores. Acrescentou que a questão dos reajustes serviu como uma prevenção às greves, ou seja, para evitá-las. Essa insistência da revista Veja em mostrar que os empresários industriais estavam fazendo acordos salariais com os trabalhadores, fez refletir sobre a preocupação que, naquele momento, as greves estavam representando para os empresários e também a questão da organização e mobilização dos trabalhadores. Será que, no ano de 1989, os empresários industriais e a revista estavam se sentindo encurralados pelos trabalhadores e suas formas de organização?

A revista Veja, na matéria do dia 23 de agosto de 1989, nas páginas amarelas, entrevistou Albano Franco, presidente da Confederação Nacional das Indústrias, CNI. A entrevista tinha como título: “*A voz dos patrões*”. Levando-se em conta as duas últimas matérias analisadas do ano de 1989, pode-se concluir que esta entrevista foi uma resposta em forma de intimidação dos empresários industriais aos trabalhadores, pois, mesmo com os reajustes salariais, ainda quem “mandava” eram os patrões.

A entrevista serviu, entre vários aspectos, para o presidente da CNI apresentar argumentos que mostrassem a influência política que possuem, como ficou claro no trecho:

A Fiesp tem força porque congrega, de fato, a maior parte do empresariado paulista. A CNI também tem força porque congrega o empresariado brasileiro. Portanto, quando a Fiesp ou a CNI falam ou reivindicam algo em nome do empresariado, são muito mais ouvidos do que qualquer empresário individualmente, por mais influente que seja. (Veja, 23/08/1989, p. 5)

Com base no trecho da entrevista acima, pode-se identificar a intenção de Albano Franco com suas colocações de mostrar que as organizações empresariais tinham influência no governo, pois conseguem algo quando reivindicam. Ficou

subentendido que a revista Veja, através da fala do presidente da CNI, quis intimidar os trabalhadores.

Albano Franco, em outro momento da entrevista, respondeu se, em uma mesa de negociação, quem costumava ceder mais eram os trabalhadores ou os empresários, comentou:

Aí depende. Quanto mais organizado é o sindicato dos trabalhadores, mais derrotas para os empresários. Nos setores menos organizados, são os empresários que levam vantagem. Em geral o que define a força de um lado ou do outro é a lei de mercado. (Veja, 23/08/1989, p. 6)

A partir da fala de Albano Franco, pode-se compreender que, mesmo a revista, através de suas colocações, querendo passar uma imagem de onipotência dos empresários industriais, não deixou, neste momento, de reconhecer a força das organizações dos trabalhadores. Albano Franco deixou em evidência que os empresários tinham força, principalmente se os sindicatos fossem fracos, mas, se fossem organizados e fortes, os embates aconteceriam em patamares equivalentes.

Albano Franco, em suas respostas, tentou mostrar que os empresários eram mais fortes que os trabalhadores, isso ficou mais evidente quando a revista Veja perguntou sobre a posição dele em relação às greves. Segundo Albano Franco:

Sou contra as greves políticas. Contra as greves reivindicatórias, não. As greves políticas incomodam não só os empresários, mas toda a população. Mas admito que as greves em geral, mesmo as greves reivindicatórias, ainda são vistas pelos empresários como um bicho de sete cabeças. Quando elas, ocorrem, recebo dezenas de telefonemas de empresários preocupados com a ação a ser tomada. **Não se pode mais tratar greve no porrete e, ao primeiro sinal de paralisação, chamar a polícia. A greve tem que ser encarada como ela é, apenas como uma greve, uma espécie de resfriado, e deve ser medicada com vitamina C e cama.** (Veja, 23/08/1989, p. 6 – Grifos meus)

Através da citação acima, pode-se concluir que o presidente da CNI fez uma dissociação entre política e economia, afirmando que os trabalhadores teriam que fazer greves de cunho econômico e não político, como se a política estivesse dissociada do aspecto econômico. Outro aspecto percebido foi que Albano afirmou que os empresários teriam que parar de ter medo de greve, passando a ideia de que os empresários eram mais fortes que os trabalhadores. O presidente da CNI, Albano Franco, compreendia a greve como sendo uma doença passageira e leve, que seria só tratar que passaria. Ficou subentendido que os patrões eram superiores aos trabalhadores. Albano Franco, em sua

resposta, parte grifada, assumiu que antes podia bater, a vontade, nos trabalhadores que faziam greve, mas que, neste momento, havia “mudanças”.

Com base nas análises das matérias, pode-se concluir brevemente que, a cobertura feita pela revista Veja sobre a atuação das organizações dos empresários industriais, foi no sentido de apresentá-las enquanto espaços com poder e força, mas que, mesmo assim, sempre estiveram dispostas às negociações com os trabalhadores. E que, existia um momento de indefinições políticas, por conta dos trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte para elaboração de uma nova Constituição, tinha as eleições presidenciais que levavam a um refluxo da repressão momentâneo, de acordo com as falas dos políticos que a revista Veja concedeu voz.

3.2.2 Relação entre as organizações empresariais industriais e o Governo

O objetivo deste tópico do texto foi analisar e averiguar, através das matérias selecionadas da revista Veja, qual era a relação que as organizações da fração burguesa empresarial industrial, Fiesp e CNI, construíram com o governo entre os anos de 1985-1989. As matérias selecionadas para construção deste tópico seguem no anexo 9.

É importante ressaltar que, neste tópico, a análise das matérias começaram a partir do ano de 1987, pois, nos anos de 1985 e 1986, a revista Veja não publicou matérias contemplando a relação entre Fiesp e CNI com o governo diretamente. As matérias presentes nestes anos estiveram mais focadas em mostrar os embates entre empresários industriais e trabalhadores.

As principais matérias encontradas na revista Veja, que demonstraram a relação entre as organizações das frações burguesas empresariais industriais, Fiesp e CNI, com o governo, foram pontuadas nos seguintes assuntos: políticas econômicas, déficit público.

Partiu-se do pressuposto de que, durante o ano de 1985, e, principalmente no ano de 1986, as organizações FIESP e CNI estiveram apoiando, ou melhor, foram coniventes com as políticas econômicas elaboradas pelo governo. Com relação ao ano de 1986, período no qual o governo decretou o Plano Cruzado, reforma econômica, a Fiesp e a CNI desempenharam grande apoio ao plano. Tanto é que, Alvaro Bianchi afirmou que: “O apoio empresarial estava em grande medida vinculado às expectativas de contenção da inflação e ao apoio popular que o plano havia despertado em seus primeiros momentos”, (BIANCHI, 2010, p. 178). Ou seja, a fração de classe burguesa

empresarial industrial apoiou o Plano Cruzado, com expectativas de contenção da inflação, diminuição do número de greves. Bem como de olho nas eleições no final do ano de 1986, tanto para os políticos que iriam participar dos trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte, quanto para governadores. Havia um jogo de interesses por trás desse apoio ao plano econômico do governo. Porém, essa aliança/apoio entre Fiesp e CNI com o governo, no início do ano de 1987, começou a ser arranhada por conta da “crise”, “fracasso” do Plano Cruzado.

A matéria do dia 14 de janeiro de 1987 apresentou as críticas que a equipe econômica do governo sofreu por causa das medidas que queriam adotar para “salvar” o Plano Cruzado, uma das medidas foi a questão do pacto social e do congelamento de preços. Sobre as críticas endereçadas ao governo, a revista publicou:

Na última segunda-feira, o presidente da CUT, Jair Meneguelli, enterrou as últimas esperanças do governo de que um pacto social pudesse lançar a paz sobre a área sindical. No dia seguinte, foi a vez de o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mário Amato, ameaçar o governo com uma **“desobediência civil e generalizada”** da parte dos empresários, caso o governo não suspenda um congelamento de preços que foi aceleradamente desmoralizado nos últimos trinta dias. (Veja, 14/01/1987, p. 20, grifos meus)

Prestando bem atenção nas palavras grifadas, pode-se perceber que o presidente da Fiesp ameaçou o governo, mas, detalhe, o presidente mencionou uma “desobediência civil”, isso foi uma cutucada e uma crítica às greves e paralisações dos trabalhadores, que, na visão dos empresários, não aconteciam de forma civilizada. Outro elemento importante para ser apontado, foi a pessoa que Veja deu voz para fazer ameaças ao governo frente ao descontentamento com relação ao congelamento dos preços, que foi, nada menos que Mário Amato, presidente da Fiesp e um grande empresário industrial.

Em outro trecho da matéria do dia 14 de janeiro de 1987, as organizações empresariais industriais pressionaram ainda mais o governo, dizendo que:

Funaro assistiu na semana passada a sete das mais expressivas entidades empresariais de São Paulo, lideradas pela Fiesp, com apoio dos bancos, da agricultura e do comércio, cobrarem de Sarney mudanças econômicas e dispararem pesadas críticas à sua orientação. “Sofremos desde a promulgação do Plano Cruzado a tentativa contínua de distorcer e levar à execração pública a imagem dos empresários, responsabilizando-os por erros e equívocos que não lhes cabem”, diz o documento enviado a Sarney. (...) Como uma metralhadora giratória, o documento dos empresários paulistas afirma que “o Estado está excessivamente comprometido com a sustentação de atividades obsoletas”, acusa o governo de tomar “medidas paliativas em vez de atos efetivos para a redução dos gastos públicos”,

censura as “discussões irracionais sobre moratória e as inquietantes divergências de postura manifestadas pelos próprios membros da administração”. Além disso, responsabiliza o governo pela ressurreição da “ciranda financeira”, pela explosão dos juros, pela “desestruturação da política agrícola” e vai por aí. (Veja, 14/01/1987, p. 22)

A revista *Veja*, neste trecho, silenciou o apoio que os empresários industriais dedicaram à implantação do Plano Cruzado, como já foi mencionado anteriormente, para apresentá-los como vítimas do mau sucesso desse plano econômico. A revista investiu em apresentar as formas elaboradas pelos empresários industriais e outras frações da burguesia brasileira, de pressionar/cobrar do governo novas posturas econômicas. Com relação a esse aspecto, mais uma vez a revista optou por não abordar em sua matéria que grande parte das causas da intensificação da chamada “ciranda financeira” dita pela revista, foram consequências dos investimentos e subsídios que o estado forneceu aos empresários industriais, através de isenção fiscal, empréstimos do BNDES para a expansão dos negócios, suporte para as exportações, investimento em obras de infraestrutura. Todas essas atividades, que ficaram sob responsabilidade do governo, para que os empresários industriais brasileiros pudessem desenvolver seus empreendimentos, não foram computados pelas organizações empresariais industriais como gastos em favorecimento dos mesmos. Nos meios de comunicação, os empresários industriais, assim como outras frações da classe burguesa, escancaram críticas às políticas econômicas do governo, mas, por trás disso tudo, dependem e sugam o que podem dos recursos públicos pagos pela classe trabalhadora.

Dando continuidade sobre esse assunto, do descontentamento propagandeado pelos meios de comunicação da grande imprensa, dos industriais com relação ao governo e suas políticas econômicas, o governo estava adotando, segundo os industriais, políticas econômicas no país para contornar/conter a alta da inflação que veio crescendo principalmente no final do ano de 1986 e continuando no início do ano de 1987.

Na matéria do dia 21 de janeiro de 1987, a revista *Veja*, na seção Economia e Negócios, publicou mais “fatos” sobre esse “mal estar” dos industriais com o governo. Segundo a revista:

Foi debaixo desse clima, que põe empresários e governo em campos cada vez mais afastados, que começou a ser costurada no meio da semana passada a ampliação de uma espécie de pacto político unindo lideranças empresariais de vários Estados. Elas já trabalham articuladas em São Paulo – e o primeiro fruto dessa união foi o documento da indústria, comércio, agricultura e bancos enviado a Sarney pedindo mudanças econômicas. (...) Guilherme Afif

Domingos, “O governo teme a união dos empresários, mas quanto mais nos ataca mais nos une”. (Veja, 21/01/1987, p.84)

O trecho acima, construído pela revista Veja, pareceu que tinha a intenção de ressaltar ainda mais as divergências entre industriais e governo. Novamente, a revista toca na questão do documento produzido pelos industriais, mas não o apresenta, porém, Alvaro Bianchi mostrou, em seu livro, um pouco sobre o conteúdo desse documento. Segundo Alvaro:

O texto começa com um lamento, lembrando o apoio dado pelo “setor produtivo” ao Plano Cruzado. As expectativas de uma estabilização da economia “que visa atender os anseios da sociedade de melhores condições de vida, *por via de desenvolvimento nacional com paz social*” haviam motivado esse apoio. Apesar das reservas à intervenção do Estado na economia promovida pelo governo, os empresários se diziam comprometidos com o plano. Passado quase um ano de vigência dessa política, o empresariado “sente que é chegado o momento de se pensar em um novo ordenamento do Programa de Estabilização Econômica, substituindo o regime da economia dirigida pelo da economia de mercado, a vontade burocrática pelo sistema da livre competição e da eficácia”. (AMATO et al., 1987, p. 4, Apud BIANCHI, 2010, p. 180).

O que se pode perceber ao tomar conhecimento de uma parte do documento elaborado pelos empresários, foi que, em nenhum momento, os empresários agiram com agressividade e se colocaram em lados opostos ao do governo, simplesmente sugeriram que se mudasse a política econômica e fizeram algumas observações sobre a política econômica adotada pelo governo no ano de 1986, o Plano Cruzado. Através desse documento, é possível perceber que havia realmente divergências entre os empresários e o governo, pois o congelamento de preços já não se sustentava mais.

Os empresários industriais participaram durante o primeiro mês de janeiro do ano de 1987, de discussões/reuniões lideradas pelo governo na tentativa de assinar um acordo, o pacto social, para que houvesse um equilíbrio na economia do país. Na matéria do dia 28 de janeiro de 1987, a revista publicou o resultado final das reuniões feitas entre empresários, sindicalistas da CGT e o governo para tentarem assinar o pacto social. Segundo Veja:

Incapazes de chegar a um entendimento a respeito de um restaurante para jantar depois que tiraram a fotografia, empresários e sindicalistas encerraram a temporada de encontros com um único consenso, que diz respeito aos ganhos permitidos pelas atividades promovidas no gabinete de Almir Pazzianotto. “Pura perda de tempo”, afirma Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Em vez de aparar arestas, as reuniões acabaram servindo para aumentar as dificuldades de um campo e de outro. Se os

empresários chegaram a Brasília insistindo na tecla de que os preços deveriam ser reajustados em 25%, os sindicalistas rebateram que seria necessário decretar um aumento de 43% nos salários e, na quinta-feira, Mário Amato achava que a reivindicação inicial das empresas era baixa demais. “Ou há um realinhamento imediato ou paramos São Paulo”, afirmou. São 130.000 empresas que vão parar de produzir, e tenho recebido inúmeros telegramas nos condenando por aceitar apenas 25% no realinhamento”. (Veja, 28/01/1987, p. 26)

A citação acima trouxe elementos de análise bem interessantes, o que chamou mais a atenção foi que a revista mostrou que existiam divergências entre empresários e o governo. Por causa dessas divergências, a revista deu voz a Mário Amato, presidente da Fiesp que ameaçou/pressionou/intimidou o governo para apresentar uma proposta de reajustes nos preços e alegou que, se isso não acontecesse, os empresários iriam parar. Os empresários industriais ligados à Fiesp, ao pressionarem o governo, tiveram a intenção também de mostrar que possuíam força e poder.

Os empresários industriais paulistas continuaram fazendo pressão ao governo devido à atitude do governo em permanecer com os preços congelados. De acordo com a revista Veja, na matéria do dia 11 de fevereiro de 1987, o presidente da Fiesp concedeu a seguinte declaração:

“Não dá mais para esperar”, protestou o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mário Amato. “A partir de quarta-feira as indústrias vão começar a parar de produzir”. Às advertências de Amato, recebidas no Planalto como um ultimato, se seguiu o gesto inédito do executivo-chefe da rede Mc Donald’s em São Paulo de fechar suas dezessete lanchonetes, promovendo um locaute contra os preços congelados. (Veja, 11/02/1987, p. 88)

A revista veio insistindo, através das falas de empresários industriais e representantes de organizações industriais, que os empresários estariam dispostos a parar as fábricas se o governo não se manifestasse. Por meio deste trecho, pode-se perceber que Veja quis mostrar como os empresários industriais paulistas tinham força e pressionavam mesmo.

Em outro trecho da matéria do dia 11 de fevereiro de 1987, a revista Veja demonstrou que os empresários industriais paulistas realmente tinham força e poder de pressão/intimidação sobre o governo, pois, segundo a revista:

O ministro da Fazenda chamou na última quarta-feira a Brasília sete das mais expressivas lideranças empresariais do país – de Mário Amato ao senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria – e deu a notícia que elas esperavam ouvir ao sair de seus Estados em jatinhos fretados. A partir daquela data um gordo lote de produtos estava com seus preços reajustados, outros

ficavam liberados e apenas uma centena continuaria tabelada pela Sunab, basicamente gêneros alimentícios e artigos de higiene e limpeza. (Veja, 11/02/1987, p. 88)

O trecho acima, construído pela revista Veja, mostrou que realmente os empresários industriais tinham poder de pressionar o governo, pois o governo cedeu em reajustar alguns preços. Porém, é importante perceber que, neste mesmo trecho, a revista, mencionou os produtos que ainda continuariam tabelados, entre eles estavam os produtos indispensáveis para a reprodução da força de trabalho, da classe trabalhadora. Ou seja, Veja fez questão de mostrar que, o governo não iria intensificar ainda mais a situação precária dos trabalhadores. Com isso, pode-se concluir que o governo concedeu as pressões do empresariado industrial, mas teve cautela nesse momento de não aumentar ainda mais as divergências com a classe trabalhadora, pois se houvessem reajustes nos preços dos produtos básicos de alimentação, o governo teria que enfrentar os protestos e pressões da classe trabalhadora.

Após a revista mostrar que o governo teria cedido à pressão dos empresários, Veja publicou, na mesma matéria, a fala de Mário Amato sobre a decisão do governo com relação ao congelamento dos preços afirmando que:

“As decisões sobre os preços foram fruto de uma deliberação exclusiva do governo”, esfriou Mário Amato, negando-se a admitir, sob qualquer circunstância, que fizera um ultimato ao governo e, menos ainda, que o governo tinha cedido a ele. (Veja, 11/02/1987, p. 89)

Este trecho foi muito intrigante, pois a revista, em outras matérias e em outros trechos desta mesma matéria, fez questão de ressaltar o poder de influência e intimidação que as organizações empresariais industriais tinham com o governo. Mas, nesse trecho, a questão aponta para um sentido oposto, como se o governo tivesse tomado a decisão de reajustar os preços dos produtos sem ter levado em consideração as pressões. Os empresários cobram, mas ganhando não quiseram comemorar na mídia sua vitória, será?

Mesmo com as decisões tomadas pelo governo com relação à política de congelamento de preços, nas quais foram concedidos os reajustes, isso tudo não foi suficiente para conter a fração da classe burguesa empresarial industrial. Pois, de acordo com a matéria da revista Veja do dia 01 de abril de 1987, os empresários industriais teriam organizado um churrasco e convidado o presidente Sarney. Segundo a revista:

A longa sessão do presidente com os empresários teve momentos de tensão. Um princípio de curto-circuito surgiu quando o industrial

Cláudio Bardella, influente na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, criticou uma das teses mais caras a Sarney e ao PMBD – o repúdio a um acordo com o Fundo Monetário Internacional. “Achamos que recorrer ao FMI não é nenhum crime”, sustentou. (Veja, 01/04/1987, p. 96)

A revista deu voz a industriais, para que os mesmos pudessem se posicionar frente à questão do FMI. Porém, dessa maneira, Veja silenciou e optou por não publicar nesta matéria que a decretação da moratória feita pelo governo aconteceu de forma técnica, ou seja, o governo simplesmente decretou a moratória temporariamente, até conseguir elaborar medidas que pudessem fazer com que o país pagasse a dívida externa. Outro elemento que fez com que o governo decretasse a moratória foi a questão de não ter recursos naquele momento para pagar a parcela da dívida externa (FORTUNATI, 1987). Neste trecho, a crítica feita pelos empresários industriais também veio no sentido de advertir o governo por ter decretado a moratória com a intenção de ganhar credibilidade perante a classe trabalhadora, já que o não pagamento da dívida externa para os trabalhadores ligados à CUT e ao PT sempre foi uma bandeira de luta.

Através da forma como a revista veio construindo a matéria do dia 01 de abril de 1987, pareceu que os empresários industriais brasileiros estavam insatisfeitos ainda com os rumos da política econômica adotada pelo governo, pois, de acordo com a revista, Mário Amato se manifestou durante o churrasco para fazer ponderações sobre o governo afirmando que:

Com os problemas de divisas que enfrentamos hoje, agravados pela dívida externa, é necessário dar liberdade à exportação através de um realismo cambial imediato”, pregou o presidente da Fiesp, Mário Amato, para quem existe hoje uma defasagem de 28% na cotação do cruzado ante o dólar. Amato sugeriu também a adoção pelo governo de uma lista de itens prioritários para a importação. Aqueles essenciais à industrialização receberiam um tratamento cambial privilegiado. (Veja, 01/04/1987, p. 98)

De acordo com a declaração do presidente da Fiesp, pode-se compreender que a revista Veja quis apresentar um encaminhamento para o governo, de como agir para atender aos empresários industriais, pois, de acordo com a fala de Mário Amato, o setor industrial tinha muita importância na economia do país e, devido a esse fator, necessitaria de maiores “privilégios”. Porém, Veja silenciou, ou melhor, fez a opção de não mostrar que o governo já vinha favorecendo, e muito, os empresários industriais, através dos incentivos fiscais e das concessões de financiamentos pelo BNDES. Ou seja, os empresários industriais nunca estiveram contentes e satisfeitos com o

atendimento e favorecimento que recebiam do governo, sempre exigiam mais e Veja reverbera isso.

Por meio das publicações apresentadas pela revista Veja, o que foi possível detectar é que os empresários brasileiros de vários ramos estavam observando atentamente as medidas econômicas decretadas pelo governo, como ficou perceptível na exposição da matéria publicada do dia 20 de maio de 1987. A matéria, segundo Veja, tinha a intenção de apresentar as novas regras para o reajuste dos preços, elaborado pelo ministro da fazenda Bresser Pereira, com vistas a diminuir os índices de inflação. Segundo a revista, as novas regras para remarcação/reajustes de preços, foram consequências da:

decisão veio um dia depois de Sarney ter declarado estar convencido de que “setores do empresariado brasileiro não têm cultura para viver um sistema de preços liberados” – tentando, assim, como já fizera na semana anterior, isentar sua administração de responsabilidade pela nova escalada da inflação. (Veja, 20/05/1987, p. 97)

A revista Veja, ao construir este texto, teve a intenção de esvaziar a discussão sobre as medidas econômicas do governo e concentrar a atenção em cima do impasse de que o governo estaria culpando de forma velada os empresários pelo aumento da inflação. Porém, a revista, na estruturação da matéria, fez questão de mostrar que o governo sempre colocou a culpa em outros setores para justificar o aumento da inflação. Neste trecho, pode-se averiguar que Veja tentou mais uma vez naturalizar as causas da inflação, alimentando um jogo de impasses e rixas entre governo e empresários sobre quem é que era responsável pela elevação da inflação. Ao transferir a discussão para um plano extremamente superficial e personalista, Veja silenciou as causas que fizeram com que a inflação surgisse. Tanto é que, no decorrer da matéria, a revista deu voz ao presidente da Fiesp, para responder às colocações feitas por Sarney, dizendo que: “Sem cultura é um governo que, ao persistir problemas, sai à cata de bodes expiatórios”, devolveu o industrial Mário Amato (Veja, 20/05/1987, p. 97). A revista, mais uma vez, deixou bem claro que sua intenção era de mostrar e aguçar a divergência entre empresários industriais e governo frente às medidas econômicas elaboradas pelo governo com o dito objetivo de diminuir a inflação, sem mencionar o que era a inflação.

Em outro trecho da mesma matéria, a revista se utilizou da fala de Albano Franco, presidente da CNI para mostrar ainda mais o descontentamento dos empresários industriais com as políticas econômicas elaboradas pelo governo. Segundo Veja:

Bresser ouviu críticas duras à política do governo. “Não há no mundo do negócio que possa ser rentável a ponto de permitir pagar juros reais de 30% a 35% ao ano”, disse em discurso o presidente da Confederação Nacional das Indústrias, senador peemedebista Albano Franco. “Tivemos agora mais uma variante do congelamento de preços. Fala-se também em indexar a moeda e até em perpetuar aquilo que era provisório, como é o caso dos empréstimos compulsórios”, afirmou noutro trecho, para em seguida reclamar definições: “Já estamos cansados de pedir uma política mais clara para um horizonte de, pelo menos, 24 meses”. Para o presidente da CNI, “produzir não é uma aventura de circunstâncias”, mas afora a “disposição de trabalhar”, acrescentou, “todo o resto constitui uma tenebrosa caixa-preta”. (Veja, 20/05/1987, p. 98-99).

Com este trecho da matéria, ficou bem claro que a revista *Veja* mudou o sentido de importância/relevância das notícias, fez questão de contemplar mais o descontentamento dos empresários industriais com o governo, do que falar sobre os reajustes de preços. Na verdade, a revista nesta matéria inteira, pelo que foi possível analisar, mostrou, por meio da fala dos representantes dos empresários industriais, que os mesmos queriam medidas que os fizessem lucrar mais. A briga velada e silenciada da revista se dava na questão do faturamento dos empresários industriais com a inflação, mas, para isso, era preciso que o governo não permanecesse com os preços dos produtos congelados e sim, que liberasse os reajustes.

O governo, durante este período, tentou de várias maneiras elaborar medidas econômicas que pudessem amenizar a crise econômica vivenciada pelo país, assim como, diminuir o descontentamento dos empresários industriais e amenizar os confrontos/embates organizados pela classe trabalhadora.

Como o governo já havia tentado concretizar planos econômicos que, em alguma medida, iriam interferir nos negócios dos empresários industriais e, como resposta, teve um bombardeio de “ameaças” publicadas pela grande imprensa. O jeito “encontrado” pelo governo foi arrochar ainda mais os salários dos trabalhadores. A desculpa para tal atitude do governo, como sempre, seria com o objetivo de amenizar os índices da inflação. A forma elaborada do discurso pelo governo, para comunicar como se processariam as “mudanças para diminuir os índices de inflação”, foi através da forma de reajustar os salários dos trabalhadores. Com relação a este assunto, a revista *Veja* publicou uma matéria, na qual deu voz aos representantes da Fiesp para se pronunciarem sobre a possibilidade de mudança na forma de reajustar/corrigir os salários da classe trabalhadora. Segundo *Veja*:

Na Fiesp, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, as opiniões estão divididas – tudo o que se resolveu, até agora, foi formar

um grupo de estudos para definir a posição dos empresários sobre o problema, o que deverá ocorrer dentro dos próximos sessenta dias. “Ninguém está contra a reposição salarial”, explica o diretor do departamento Jurídico da Fiesp, Daniel Sahagoff, coordenador do grupo de trabalho. “Os empresários só querem um sistema que não seja inflacionário e que não traga ainda mais dificuldades para a gestão das empresas”. (Veja, 24/02/1988, p. 101)

O trecho acima, apesar de tentar aparentar dúvidas entre os empresários sobre a questão da mudança na forma de reajustar os salários, como a revista queria dar a impressão, não conseguiu, pois as duas falas do representante da Fiesp deram indícios sobre quais eram as preocupações dos empresários. Ou seja, o que a Veja silenciou foi que os empresários e suas organizações estavam preocupados em saber se a nova fórmula de reajuste salarial proposta pelo governo iria ou não causar maiores despesas para os patrões.

Os empresários, na perspectiva abordada pela revista Veja, estariam como cães de guarda, ou seja, em cima do governo, observando todas as decisões elaboradas pela equipe econômica do governo. No final do ano de 1988, o governo estava tentando chegar a um acordo quanto a construção de um Pacto Social. O objetivo anunciado pelo governo para propor o Pacto Social era de que, com ele, iriam diminuir as greves, amenizar os conflitos entre patrões e empregados, diminuir os índices de inflação. O que ficava camuflada era a intenção do governo em ter uma folga para continuar a frente do governo, sem sofrer tanta pressão.

Paralelo às tentativas de negociação sobre o Pacto Social, o ministro da fazenda, Mailson da Nóbrega, também estava elaborando um pacote de reajuste fiscal, para controlar um pouco o arrombo nos cofres públicos. Na matéria do dia 02 de novembro de 1988, Veja apresentou o descontentamento das entidades empresariais com a notícia de um possível pacote fiscal, dizendo que:

Sexta-feira passada, reunidos na sede da Confederação Nacional das Indústrias no Rio de Janeiro, nove presidentes de confederações e federações nacionais da indústria, do comércio e da agricultura lançaram um documento com um tom de ultimato: ou o governo desiste do pacote, ou o pacto fica definitivamente inviabilizado. “Não concordamos”, afirmou o presidente em exercício da CNI, Luís Eulálio Vidigal Filho. No final da semana, ocorriam rumores de que a irritação dos empresários com Mailson o teria levado a pedir diretamente ao presidente Sarney sua substituição no ministério, juntamente com a de João Batista de Abreu, do Planejamento. (Veja, 02/11/1988, p. 101)

No trecho acima, pode-se perceber o valorização da revista Veja com relação às organizações das frações burguesas empresariais industriais, pois detalhou sobre a composição das organizações presente em uma reunião. Mas, o mais impressionante, neste trecho, foi a forma como a revista elaborou a construção do texto, para que ficasse presente e nítida a pressão e força que as organizações da fração burguesa empresarial industrial tinha naquele momento perante o governo. Mostrar a relação de poder que existia entre empresários industriais e governo.

As pressões, ultimatums realizados pelas organizações empresariais, perpassaram o início do ano de 1989, pois era um ano de grande importância para os rumos da conduta do país. No ano de 1989, ocorreriam as eleições diretas para presidente da república, foi um ano de intensificação das grandes greves organizadas pela classe trabalhadora, e pela implantação de mais um plano econômico, no caso, o Plano Verão.

De acordo com o historiador Gelsom Rozentino de Almeida, o Plano Verão, implantado no início do ano de 1989, caracterizou-se por ter mudado a moeda nacional, instituindo o Cruzado novo; pretendeu a redução dos servidores públicos através de cortes nos setores públicos juntamente com privatizações, aumento das taxas de juros, porém com a baixa credibilidade que o governo detinha naquele momento o plano econômico não teve apoio e nem conseguiu se sustentar (ALMEIDA, 2011, p. 82-83). Na matéria do dia 22 de fevereiro de 1989, os empresários industriais fizeram críticas ao Plano Verão. Segundo Veja:

No início da semana, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato, chegou a comparar o Plano Verão ao Bateau Mouche o barco que naufragou no Rio de Janeiro, no último rébellion, matando 55 pessoas. “Está entrando água pela privada”, completou Amato numa conversa reservada, transmitida pelo jornal O Estado de São Paulo. (Veja, 22/02/1989, p. 85)

A revista Veja, através do trecho acima, quis deixar bem claro o posicionamento dos empresários industriais frente ao plano econômico e o seu próprio posicionamento. Isso porque, deu voz ao presidente da Fiesp que fez colocações baixíssimas e rasteiras para se referir ao plano. Os empresários industriais já não estavam mais medindo esforços para desmoralizar o governo e suas políticas econômicas, foi essa a impressão que a revista quis passar com base neste trecho.

O ano de 1989 continuou sendo de grandes embates, pois o plano econômico, conhecido como Plano Verão, não estava dando certo. As dificuldades encontradas pelo governo de conseguir respaldo e apoio das classes sociais para com o plano eram

resultado da desconfiança que tinham nas propostas do governo. O governo tentava negociar com os empresários industriais e trabalhadores os reajustes salariais, pois, atrelado a esse reajuste salarial, o governo tentaria uma negociação para planejar o descongelamento dos preços, implantado juntamente com o Plano Verão. Porém, essa negociação se apresentou tensa e não estava satisfazendo os interesses dos empresários industriais.

A revista *Veja*, do dia 12 de abril de 1989, publicou uma matéria sobre a tentativa do governo de negociar os reajustes salariais. Com relação à posição dos empresários sobre a questão dos reajustes salariais, a revista mencionou que: “Na semana passada, o empresário Roberto Della Manna, diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, anunciou que os empresários se retirariam das negociações, por não concordarem com a proibição do repasse para os preços da reposição salarial (*Veja*, 12/04/1989, p.91)”. Ou seja, segundo a revista *Veja*, os empresários industriais não queriam sair no prejuízo, pois, se concedessem os reajustes salariais aos trabalhadores, iriam querer em troca o aumento dos seus produtos.

A revista *Veja* construiu essa matéria de forma a mostrar e garantir que os empresários tinham influência e poder sobre as decisões do governo, pois, em outro trecho da mesma matéria, a revista mostrou a atitude do presidente Sarney frente ao pronunciamento dos empresários, colocando que:

O presidente José Sarney reagiu em duas frentes. Por um lado, bateu duro. “O governo deverá dar uma reposição de 13%”, prometeu – acenando com um valor bem superior aos 7% admitidos pelos empresários. Por outro, usou a diplomacia, convidando o presidente da Confederação Nacional das Indústrias, senador Albano Franco, a viajar com ele para o Rio de Janeiro, na quarta-feira. “Precisamos encontrar uma solução negociada para os salários”, disse Sarney a Franco durante a viagem, convencendo-o a levar os empresários de volta as negociações. (*Veja*, 12/04/1989, p. 91)

A revista *Veja*, neste trecho, tinha a pretensão de dar continuidade na questão de fortalecer os embates/conflitos que existiam entre empresários industriais e o governo. Mas, ao fazer isso, *Veja* mostrou com mais ênfase a força/influência que os empresários tinham perante o governo e, por isso, muitas vezes, o governo acabava tendo que ceder às pressões dos empresários. A revista fez questão de mostrar que o presidente Sarney chamou o presidente da CNI para conversar, ou seja, chamou o presidente da organização industrial com maior peso do país.

Com a análise das matérias que compunham este tópico, foi possível concluir brevemente que as organizações empresariais industriais detinham um poder de

barganha muito forte frente ao governo e que, a revista supervalorizou isso. Outro elemento observado foi que a revista Veja insistiu tanto na questão de mostrar os embates/divergências entre os empresários e o governo, que silenciou em muitos casos, que os empresários, por mais poder/força que tinham, faziam seus escândalos na frente dos meios de comunicação, porém dependiam, e muito, dos recursos e financiamentos concedidos pelo governo para poderem expandir seus negócios.

3.2.3 Cobertura da revista Veja sobre as propostas de práticas neoliberais durante o período de 1985-1989

Durante os anos de 1985-1989, houve uma intensa cobrança por parte das frações da classe burguesa para que o governo realizasse medidas que diminuíssem o tamanho do Estado e seus gastos com a “máquina estatal” e com o funcionalismo público. Esses encaminhamentos propostos pela fração de classe burguesa vinham ao encontro das propostas do receituário neoliberal. Por conta do cenário vivenciado no país nesses anos, a análise das matérias da revista Veja sobre a cobertura das propostas neoliberais apresentadas como a “solução para a crise econômica brasileira”, fez-se necessária e de grande importância, para perceber se Veja esteve dialogando com os políticos e economistas que propuseram o receituário neoliberal para o governo.

É importante ressaltar que essas ditas cobranças propagandeadas pela grande imprensa brasileira, sobre a questão do tamanho e das despesas do estado e das empresas estatais, foram feitas com mais intensidade e agressividade a partir da década de 1990, período no qual aconteceram inúmeras privatizações no país com o consenso da maioria da população. Diga-se de passagem que, esse consenso foi forjado e criado através da disseminação nos meios de comunicação, no qual, passou-se a caracterizar as empresas estatais enquanto ineficientes, com um número alto de funcionários ociosos, empresas que só causavam despesas aos cofres públicos e não davam retorno financeiro para o governo. Para passar a impressão de que a privatização era um bom negócio e de que assim, os serviços seriam feitos com mais eficiência e com baixo custo, os meios de comunicação da grande imprensa divulgaram várias reportagens, mostrando as melhorias e ganhos que a “população” teria com as privatizações¹⁴ (BIONDI, 2003).

¹⁴ A historiadora Carla Luciana Silva também discutiu em seu livro sobre o papel que a revista Veja desempenhou na criação de consenso entre a população, para incentivar a privatização das empresas estatais no Brasil. Ver: SILVA, Carla Luciana. Op. Cit. Pgs. 49-111.

As matérias analisadas centraram suas atenções sobre questões como a insistência de políticos de direita cobrando do governo a diminuição do déficit público e sobre possíveis privatizações. As matérias referentes a estas questões perpassaram pelos anos de 1985-1989. O quadro com as matérias selecionadas para construção deste tópico encontra-se no anexo 10.

A matéria do dia 10 de abril de 1985 comentou sobre as medidas adotadas pelo governo na área econômica para reduzir despesas no orçamento do governo. Segundo Veja: “Sayad anunciou, com a aprovação de Sarney, um corte de 28,6 trilhões de cruzeiros nos gastos das companhias estatais (Veja, 10/04/1985, p. 84)”. Pode-se averiguar que a chamada “Nova República”, começou a sua gestão procurando reduzir gastos justamente com as empresas estatais, porque não sugeriu reduzir os investimentos que o governo fornecia para as empresas privadas, que em nada geravam retorno para as empresas. Com base neste trecho da matéria, pode-se concluir brevemente que a intenção do governo, naquele momento, era mostrar às frações da classe burguesa que o governo iria seguir o receituário do FMI, tentando reduzir os gastos e o orçamento com as empresas estatais, para não ter que afetar os investimentos destinados às empresas privadas.

Em outro trecho da matéria, Veja fez ponderações sobre o corte anunciado pelo governo dizendo que:

Em termos percentuais, o corte, a rigor, não é significativo – representa somente 12,5% do orçamento total das 314 companhias públicas listadas pela Secretaria de Controle das Empresas Estatais, a SeSi, e que são o principal foco do déficit. (...) Esta lista que inclui projetos há anos abandonados, como a Ferrovia do Aço em Minas Gerais, ou as centrais nucleares de Iguape I e II, em São Paulo, assim como a expansão da siderurgia de Açominas - recém inaugurada e ainda trabalhando com ampla folga de produção - , representa ao Tesouro, contudo, uma modesta economia de 527 bilhões de cruzeiros. Esse quadro, pintado muito mais por promessas de contenção do que por atitudes concretas de austeridades, não comove os empresários. (Veja, 10/04/1985, p. 85)

A revista Veja, com a publicação desta matéria, tinha por intenção clara mostrar que o governo não havia feito um corte significativo no orçamento das despesas com as empresas estatais, pois, de acordo com os dados fornecidos pela revista, havia muitas empresas e obras que intensificavam as despesas do governo, sem proporcionarem um retorno aos cofres públicos. Neste trecho, pode-se perceber que a revista se coloca contra os investimentos às estatais e as desqualifica.

Outro elemento de análise foi o fato da revista estar falando das empresas estatais e do corte no orçamento do governo e a revista ter terminado o trecho da matéria mostrando que os empresários não estavam contentes com o valor do corte proposto pelo governo. Um leigo no assunto não entenderia qual a relação e ligação entre empresários, governo, cortes no orçamento público, mas o que a revista queria indicar com essas ligações era que os cortes teriam que ser mais severos às despesas com as empresas estatais, para que houvesse mais recursos para serem investidos nas empresas privadas. Mas, essas informações a revista Veja silenciou, pois não era seu foco naquele momento e sim, criticar as atitudes do governo em propor cortes no orçamento público.

A revista Veja, na matéria do dia 14 de maio de 1986, fez cobranças ao governo sobre a questão das privatizações prometidas pelo governo. Segundo Veja:

Há uma lista de 47 estatais para serem vendidas, das quais doze deveriam ter seus processos concluídos no máximo em 120 dias. No dia 11 de abril, contudo, quando esses prazos já estavam estourados, chegou à Secretaria de Planejamento um pedido do ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castelo Branco, para que eles fossem prorrogados. O pedido foi aceito, apesar dos protestos do senador Virgílio Távora (PDS-CE), que estranhou o fato de o governo não ter enviado ao Congresso um novo decreto que estabelecesse novos prazos. “O governo está fazendo o que tanto condenou quando era oposição”, diz Virgílio. “É a mania de quem está no poder de esquecer obrigações previstas em lei”. (Veja, 14/05/1986, p. 99).

Neste trecho, ficou evidente o descontentamento da própria revista Veja e dos políticos que apoiavam as privatizações, pois as privatizações que deveriam ter ocorrido, não aconteceram. A revista fez questão de mostrar o descontentamento dos políticos de direita sobre o não cumprimento com o acordado pelo governo referente às privatizações, assim como, o fato do governo ter prorrogado o prazo para os processos de privatizações, utilizando-se do recurso de decretos leis. O interessante, nesse caso, foi como a revista que se colocou contra o recurso do decreto lei, quando esse não trazia benefícios, pois, quando aconteceu o decreto lei que implantou o Plano Cruzado, ninguém da grande imprensa e dos políticos de centro direita e da direita se colocou contra o plano econômico. Veja criticou e descaracterizou as atitudes do governo, quando era conveniente. A revista, através da fala do senador, referiu-se ao antigo regime, no caso a ditadura militar, para mostrar que a prática do decreto lei foi algo autoritário, porém, ao fazer isso, estava silenciando seu apoio à ditadura militar.

Veja terminou esta matéria criticando o número de funcionários públicos presente no governo, alegando que: “O governo federal emprega quase 1,8 milhão de pessoas, muitas das quais não têm função ou nunca são vistas no local de trabalho. Esta é a realidade cada vez mais distante da intenção” (Veja, 14/05/1986, p. 99). Mais uma vez, a intenção da revista, com estas colocações, foi desmoralizar o funcionalismo público e inferir que o pessoal que trabalhava nos setores públicos eram “parasitas” e “ineficientes”. A partir deste trecho, a revista abriu brecha para poder incentivar a privatização e colocar como prejuízo a manutenção do número de funcionários públicos para o governo. Levando em conta que, naquele momento, os funcionários públicos eram os mais sindicalizados e mais combativos nas lutas e organizações de greve (SILVA, 2009).

A partir do “fracasso” do Plano Cruzado, no início do ano de 1987, houve uma intensificação nas matérias publicadas pela revista Veja criticando o tamanho do governo¹⁵ e o alto custo dele para os “brasileiros”. A solução apresentada e colocada de variadas maneiras para esse problema, de acordo com o discurso da revista Veja, era incentivar a privatização e o corte do déficit público. Para exemplificar essas colocações, na matéria do dia 26 de agosto de 1987, nas páginas amarelas, Veja entrevistou o economista Pérsio Arida, que fez colocações sobre como tentar conter a inflação do país dizendo que: “Sem o controle do déficit público, a ameaça da inflação continuará presente”. (...) A sua solução: demitir funcionários públicos e enxugar o Estado. “Enquanto não se tomarem essas decisões, não há justificativa para aumentar impostos” (Veja, 26/08/1987, p. 5). Primeiramente, a revista Veja silenciou os motivos da existência da inflação e naturalizou a inflação, dizendo que a mesma era consequência somente dos gastos públicos, déficit público. A inflação, como já mencionado em outros momentos, foi resultado “da transferência de renda entre os agentes econômicos” (FORTUNATI, 1987, p. 86). Ou seja, quando aconteceu a desvalorização dos salários e o aumento dos produtos, o que ocorreu foi uma transferência de renda, pois, nesse processo, a classe trabalhadora saiu perdendo, porém

¹⁵ O trabalho de dissertação da historiadora MARINS, Priscila Marchini. **O liberalismo Político de Isto É no Processo da Assembléia Nacional Constituinte Brasileira nos anos de 1985-1988**; Dissertação de Mestrado em História pela UNIOESTE/MCR. Marechal Cândido Rondon-PR, 2009. Tendo como fonte a revista Isto É entre os anos de 1985-1988, também constatou em algumas matérias, que a revista defendeu como proposta de encaminhamento para o governo a diminuição da presença do Estado na economia do país. Através desse outro trabalho, pode-se afirmar que, no período de 1985-1989, alguns meios de comunicação da grande imprensa brasileira estavam publicando encaminhamentos de aspecto neoliberal para que o governo pudesse sair da crise econômica. Ou seja, a imprensa tentou criar consenso sobre a necessidade de uma diminuição da presença do Estado na economia.

algumas frações da classe burguesa saíram ganhando. A inflação faz parte do sistema capitalista monopolista. Esses esclarecimentos sobre a inflação a revista não mencionou e fez questão de silenciar e de nem colocar como pauta de discussão, pois a sua intenção foi de criar um consenso de que era preciso diminuir os gastos do estado e de que era isso que causava os elevados índices da inflação no país.

Em outro trecho da entrevista, quando Veja perguntou como cortar as despesas do governo e se deveria demitir funcionários, Pêrsio Arida respondeu que:

Argui-se com freqüência que a demissão de funcionários, que incham e oneram a máquina administrativa muito mais nos Estados que na União, provocaria um problema social. O que não se percebe é que o custo desse pessoal, em boa parte ocioso e desnecessário, é financiado pelo imposto inflacionário, cuja fatura é paga pelos trabalhadores do setor privado. Eu me pergunto: por que o trabalhador do setor privado deve sustentar o trabalhador ocioso do setor público? Não há nenhuma justificativa. (Veja, 26/08/1987, p.6)

Veja no trecho acima, utilizando-se da fala do economista Pêrsio Arida, sustentou sua colocação de que o funcionalismo no Brasil era o causador de uma parte das despesas do governo e que existia muito funcionário sem função no governo, que gerava despesas. A revista até entrou em discussão de valores, que o trabalhador do setor privado pagava o salário do trabalhador do setor público, que isso não era justo, já que havia muito funcionário ocioso. Com esses tipos de argumentos, a revista quis sustentar que a solução para a economia do país seria a privatização e a demissão/corte dos funcionários públicos ditos como ociosos, dando voz a políticos de dentro da equipe do governo para cobrar mais firmeza ao projeto.

Na matéria do dia 25 de maio de 1988, a revista Veja fez questão de apresentar algumas medidas tomadas pelo governo com o objetivo de cortar gastos públicos. Segundo Veja: O novo programa, para começar, propõe estímulos ao processo de privatização. (...) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, por exemplo, já privatizou doze empresas que eram, na origem, privadas e depois passaram às mãos do Estado (Veja, 25/05/1988, 97). A revista mostrou que, até mesmo órgãos do governo, estavam apoiando e realizando privatizações. Interessante observar que um órgão como o BNDES, que na sua origem foi criado para fornecer investimentos para as indústrias e empresas desenvolverem tecnologia e poderem expandir suas produções, estivesse realizando privatizações. De acordo com BIONDI (2003), o BNDES, durante a década de 1990, foi um dos grandes responsáveis pelos financiamentos a empresas e companhias que compraram as empresas estatais

brasileiras. Com isso, pode-se perceber que o BNDES já demonstrava qual seria sua função dentro do governo.

O ano de 1988 também foi marcado pelos trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte (ANC), local em que foram votados vários projetos. Este trabalho realizado para construir a Nova Carta Constitucional foi palco de muitos enfrentamentos e da luta de classes. A classe trabalhadora batalhou para ter e conseguir alguns direitos. Porém, a direita não gostou de presenciar o pacote de direitos trabalhistas votados na ANC. A revista publicou uma matéria na qual mostrou que, até o governo, colocou-se preocupado com a plataforma de direitos aprovada aos trabalhadores. Segundo a revista:

Se estiverem corretas as estimativas mais exageradas do governo, que calcularam um rombo de 5 trilhões de cruzados nas suas contas para pagar os benefícios criados pela Constituinte, o déficit público deve dobrar assim que a nova Carta, estiver pronta – passa dos atuais 5,5% do Produto Interno Bruto para quase 10%, o que representa um endividamento realmente capaz de inviabilizar qualquer planejamento econômico. (...) em qualquer dos casos, o governo deve começar a pensar em cortar despesas supérfluas, como as criadas com a Ferrovia Norte-Sul, ou as que têm com uma fileira de estatais deficitárias e inviáveis. (Veja, 27/07/1988, p. 36)

A revista fez questão de desprezar a conquista da classe trabalhadora, mostrando os direitos conquistados como sendo algo prejudicial às contas do governo. Ao fazer isso, Veja quis depositar ônus que os direitos trabalhistas iriam causar ao governo, por causa do tamanho do corpo de funcionários públicos que existia no país. Mas, a revista se utilizou dos direitos trabalhistas como bode expiatório, pois, o que causava as maiores despesas do governo, não era o número de funcionários públicos e sim, os altos investimentos e subsídios que o governo fornecia aos empresários industriais, para que os mesmos pudessem aumentar seus lucros. Veja ainda finalizou a matéria propondo como solução ao governo que começasse a fazer corte em gastos desde já, além de apontar onde deveriam ocorrer os cortes. Uma das soluções que ficou explicitada entre linhas, foi a questão da privatização.

Dando continuidade nas matérias da revista Veja, quando não apresentou como solução ao governo a privatização, como forma de diminuir os gastos do Estado, a revista não deixou de fazer/levantar muitas críticas às medidas econômicas elaboradas pelo governo. Na matéria do dia 02 de novembro de 1988, a revista apresentou as medidas planejadas pelo governo, com objetivo de conter a situação econômica do país. De acordo com a revista:

Mailson anunciou que, independentemente da aprovação dos interlocutores do pacto social, nada menos que sessenta técnicos dos ministérios da área econômica estavam trabalhando para concluir esta semana um pacote de medidas a ser submetido ao presidente e depois enviado ao Congresso. Os objetivos são dois: aumentar a arrecadação e, pela trilionésima vez, tentar cortes no orçamento de 1989 para reduzir o déficit público. Difícil dizer qual ladainha é mais velha: se a do controle do déficit ou do pacto social. (Veja, 02/11/1988, p. 100)

No trecho acima, pode-se perceber que a revista, ao publicar a matéria, quis mostrar que a equipe econômica do governo sabia fazer muitas promessas, mas não havia se manifestado até o momento. A revista criticou as propostas do governo, mesmo que elas tenham vindo ao encontro das soluções apresentadas por Veja, no caso, o corte de despesas públicas.

No ano de 1989, o governo decretou mais um plano econômico, chamado de Plano Verão, que foi implantado pelo governo para conseguir amenizar a situação econômica do país. Na matéria do dia 22 de fevereiro de 1989, a revista aproveitou para se utilizar da fala de um político para poder criticar o governo e para propor encaminhamentos. Segundo Veja:

No Congresso, a grande maioria dos parlamentares, da direita à esquerda, reconhecia a necessidade de cortar gastos da máquina estatal, mesmo que à custa da extinção de alguns ministérios, mas pessoalmente poucos parlamentares queriam ver o desaparecimento dessas repartições. Como se considerava desagradável defender em público a manutenção dessas pastas – quando o país inteiro quer ver o Estado menor e cobra providências nesse sentido -, os parlamentares preferiram ausentar-se do plenário e evitar o constrangimento. (...) “O Congresso Nacional é o único poder da República que ainda não entendeu direito que o Estado faliu”, critica o senador Roberto Campos (PDS-MT). “Se o Estado está falido, tem-se de cortar ministérios, privatizar empresas e cortar pessoal”, acrescentou. (Veja, 22/02/1989, p. 86)

A revista tentou apresentar que os políticos de dentro do governo sabiam da situação do Estado, mas que, não tinha coragem de votar em proposta de corte das despesas públicas. Porém, a revista se utilizou da fala de um político de direita que, além de se mostrar favorável aos cortes nos orçamentos públicos, deu encaminhamentos para o pessoal do governo da área econômica, propondo a privatização. Ou seja, a revista veio, ao longo deste tópico, mostrando, de variadas maneiras, que a proposta mais “prudente” era a privatização, para assim, o governo ter assegurado os cortes e a redução das despesas.

Pode-se concluir neste tópico que a revista Veja, ao publicar matérias, reforçou a ideia de que, para o país amenizar/controlar a crise econômica, era preciso “tomar decisões drásticas” sobre os gastos públicos. Como solução apresentada, em mais de uma matéria, a revista enfatizou a importância da privatização das empresas estatais. Para criar um consenso em torno da privatização, a revista, em algumas matérias, construiu de forma negativa, pejorativa, a imagem das empresas estatais, mostrando que elas não geravam lucros ao governo, com isso, a revista deixou claro que a melhor medida a ser tomada era a da privatização. No entanto, para isso se consolidar, era preciso eleger um governo afinado com esses propósitos, esse seria o grande embate dos anos 1990.

3.2.4 Cobertura da revista Veja sobre os embates, conflitos entre os patrões e os trabalhadores durante os anos de 1985-1989

Neste tópico, as análises se concentraram em perceber, averiguar, com quais interesses e objetivos a revista Veja “noticiou” os embates, conflitos e lutas entre os trabalhadores e os patrões. Se possível, compreender em favor de quem a Veja esteve nesses conflitos e embates. O recorte temporal da análise compreendeu os anos de 1985-1989.

Ao analisar as revistas, observou-se que havia matérias que explicitavam bem os conflitos/lutas entre as classes sociais. Foi com base nesta prerrogativa que foi feita a seleção das matérias. O quadro com as matérias selecionadas para construção deste tópico segue no anexo 11.

A matéria do dia 10 de abril de 1985 mostrou as greves que estavam acontecendo intensamente no estado de São Paulo, organizadas pelos trabalhadores metalúrgicos em sua maioria que reivindicavam reajustes salariais e a redução da jornada de trabalho, que era de 48 para 40 horas semanais. Segundo a revista, as negociações entre trabalhadores e empresários haviam tomado o seguinte rumo:

Oficialmente, as negociações entre São Bernardo e a FIESP estão encerradas desde a manhã de terça-feira passada, após o fracasso de uma reunião na FIESP, proposta pelos próprios trabalhadores – e que pretendia ser secreta. “Informalmente, os canais continuam abertos”, saiu dizendo Roberto Della Manna, coordenador do grupo que negocia em nome dos industriais – o chamado Grupo 14 da FIESP. Um dos canais que continuaram abertos, prosaico porém eficiente, foi o telefone. Já no dia seguinte à malsucedida reunião voltava a fazer uso dele o industrial Walter Sacca, também do Grupo 14. Sacca ligou para

o sindicato de São Bernardo indagando quais eram os pontos que os trabalhadores consideram inegociáveis. A partir daí, a FIESP faria uma contraproposta. Do outro lado da linha, o líder do grupo negociador de São Bernardo, Vicente de Paulo da Silva, respondeu que os operários querem oficializar os reajustes trimestrais de salário. E que, sobretudo, não abrem mão da redução da jornada de trabalho, de 48 horas semanais para 40 – ponto de honra da mobilização deste ano. (Veja, 10/04/1985, 43)

Pode-se perceber que a revista, em sua matéria, quis mostrar que, nos embates entre os empresários e os trabalhadores, os empresários se colocaram em plena disposição de negociação, indo atrás para saber as demandas dos trabalhadores. O que a revista silenciou em sua matéria, foi que, se os empresários se colocaram em disposição para negociação, foi pelo fato dos trabalhadores, nesse momento, estarem muito organizados e com poder grande de negociação. Outro motivo que levou os empresários a se disponibilizarem em negociar, foi o fato de suas empresas estarem paradas, sem produzir e de terem se sentido pressionados, pois as greves estavam recebendo adesão de outros trabalhadores de cidades vizinhas. Os empresários estavam com receio da duração das greves, mas essas informações foram obscurecidas pela revista.

Dando continuidade nas análises sobre os conflitos entre trabalhadores versus patrões, o ano de 1985 foi marcado por muitas e grandes greves em todos os setores que percorreu o país inteiro. As pautas/bandeiras de greves eram no sentido de melhorarem as condições de trabalho, reajustes salariais causados pelos aumentos dos preços dos produtos e pelos índices de inflação, diminuição na jornada de trabalho, entre outras bandeiras específicas de cada categoria.

A revista *Veja*, no dia 24 de abril de 1985, publicou uma matéria na qual comunicou que os metalúrgicos do ABC paulista se encontravam em greve e que não haviam chegado ainda em um acordo com seus patrões. A revista comentou como se procedeu à greve dizendo que:

fábricas situadas no ABC de São Paulo marcaram a primeira semana de greve dos metalúrgicos da região, a maior entre uma série que pipocou em outros pontos do Estado. No final da semana, fracassadas as tentativas de acordo entre lideranças sindicais e o Grupo 14 da FIESP e com cerca de 90% dos seus trabalhadores decididos a permanecerem de braços cruzados, a indústria automobilística fazia as contas e calculava que deixava de faturar, até então, 670 bilhões de cruzeiros. Essa cifra não era o único fator de aborrecimento entre os empresários. Causou-lhes profundo desagrado, na noite de quinta-feira, a decisão do Tribunal Regional do Trabalho de não considerar ilegal o movimento. (Veja, 24/04/1985, p. 85)

Com base no trecho acima, ficou perceptível que a revista Veja, mesmo tendo feito algumas considerações pequenas sobre o movimento de greve organizado pelos trabalhadores, deu maior destaque para os empresários industriais que não estavam conformados com os prejuízos. A revista tinha a intenção de mostrar somente o lado dos empresários, que já obtinham um prejuízo de 670 bilhões de cruzeiros e mais, fez questão de mostrar que o Tribunal Regional do Trabalho decretou a greve legal, o que não contentou os empresários. Ou seja, a revista, além de ter silenciado que a greve organizada por trabalhadores, mesmo dentro da chamada “nova República”, ainda era considerada como algo ilegal, pois dependia da decisão do Tribunal Regional do Trabalho para ter legalidade, mas, mesmo com este, empecilho os trabalhadores organizaram as greves. Outro elemento percebido com esta análise foi que, quando algum órgão do governo ficava do lado dos trabalhadores, isso significava para os empresários industriais, assim como para outras frações da classe burguesa, um desrespeito e uma afronta.

Em outro trecho da mesma matéria, a revista mencionou a posição dos dois lados, ou seja, tanto dos trabalhadores quanto dos empresários, sobre a questão da diminuição da jornada de trabalho. Segundo Veja:

Atualmente, a jornada oscila entre 45 e 48 horas por semana e, com a redução, os sindicalistas acreditam que se criarão 20.000 novos empregos na região. Os empresários rebatem dizendo que essa conta é **pura fantasia** e sustentam que as fábricas, sobretudo as pequenas e médias, não poderiam suportar, hoje, uma redução da carga horária. Nessa luta os metalúrgicos do ABC ganharão a companhia, a partir desta terça-feira, de seus colegas da capital. Cerca de 2.000 trabalhadores reunidos na noite de quarta-feira passada na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que conta com 60.000 associados, decidiram deflagrar uma greve pela redução da jornada para 40 horas semanais. (Veja, 24/04/1985, p.85, grifos meus)

Apesar da revista Veja ter apresentado as versões dos dois lados envolvidos na questão da diminuição ou não da jornada de trabalho, só apresentou a versão dos trabalhadores para poder expor em cima dessa versão a opinião dos empresários. A revista se referiu “por meio da opinião dos empresários” que o número de vagas que a redução da jornada de trabalho proporcionaria não passava de uma fantasia, ou seja, que esse resultado não existia, pois não passava de uma ilusão. Veja se utilizou das colocações dos empresários sobre o assunto da redução da jornada de trabalho, para atacar os trabalhadores e mostrar como eles eram “fantasiosos”.

Porém, mesmo com essas colocações feitas pela revista, o movimento dos trabalhadores em greve, do ABC paulista, conseguiu agregar mais sindicatos, pois mostrou mesmo, a contra gosto da revista, que a bandeira de luta sobre a redução da jornada de trabalho era algo almejado pelos metalúrgicos.

Por mais que a construção da matéria do dia 24 de abril de 1985 tenha sido feita no sentido de enfatizar muito mais o lado dos empresários, a revista, em alguns momentos, teve que ceder e publicou a fala do presidente da CUT sobre a questão da capacidade das indústrias concederem a redução da jornada de trabalho proposta pelos trabalhadores em greve. Isso aconteceu em grande medida pelo fato do poder e da força que as greves dos trabalhadores nesse momento representavam no cenário nacional. Segundo Veja:

Na sexta-feira, Jair Meneguelli se dizia convicto do progressivo escasseamento das argumentações dos empresários para não aceitar a jornada de 40 horas. “Até agora eles vinham alegando que o grande problema era em relação às pequenas e médias empresas, incapazes supostamente de agüentar a redução”, afirmava Meneguelli. Em defesa de sua argumentação, Meneguelli invocou o fato de que, até o final de semana passada, **21 empresas de pequeno e médio portes** situadas em São Bernardo **havam firmado acordo** em separado com os respectivos sindicatos – e **todos os acordos contemplavam a questão da jornada**. Della Manna acha tais precedentes francamente condenáveis. “**Temos que exigir dos industriais a mesma unidade dos operários parados**”, diz. (Veja, 24/04/1985, p. 86, grifos meus)

As colocações feitas por Jair Meneguelli rebateram as “desculpas” ditas pelos empresários, para não concordarem com a redução da jornada. Pois, de acordo com o presidente da CUT, pequenas e médias empresas da cidade de São Bernardo teriam concordado com a redução da jornada de trabalho, isso serviu para mostrar que os empresários na verdade não queria era colaborar com os trabalhadores e, para isso, inventaram “muitos problemas”. Ou seja, patrão não entra em acordo com seus trabalhadores, desde que seja pressionado de todas as maneiras e não tenha como recorrer. Outro elemento de análise interessante no trecho acima foi que o empresário que teve voz e espaço concedido pela revista reconheceu a unidade dos trabalhadores, e quis exigir que os empresários tivessem a mesma unidade enquanto as atitudes e acordos com os trabalhadores. Já que não concordou e nem aprovou as atitudes de alguns empresários.

A revista Veja deu continuidade em sua edição seguinte, sobre os assuntos correspondentes à questão dos reajustes salariais e sobre a redução da jornada de

trabalho. Na matéria do dia 01 de maio de 1985, a revista deu voz aos empresários, que se queixavam, dizendo que:

“Sabemos que qualquer repasse é inflacionário”, pondera Vidigal. “Mas, se não nos for permitido esse recurso de forma equilibrada, vamos ficar por não sei quanto tempo medindo forças com os metalúrgicos. E, daqui a pouco, quem vai pagar a conta é o país.” É esse também o raciocínio do industrial Roberto Della Manna, coordenador do chamado Grupo 14, encarregado de tocar as negociações com os operários. “Sem a margem de manobra dos repasses, não temos condições de negociar”, diz. “As circunstâncias é que nos tornam duros no momento”. (Veja, 01/05/1985, p. 100)

Os empresários, segundo a revista, estariam ainda levantando empecilhos para não aceitarem as propostas dos trabalhadores com relação à redução da jornada de trabalho e aos reajustes salariais. A revista deu voz aos representantes dos empresários, para que os mesmo pudessem expor seus argumentos e também para fazerem ameaças quanto às negociações com os trabalhadores. O que ficou perceptível foi que os empresários estavam tentando ganhar algo em troca da concessão dos reajustes salariais, como no caso, a permissão para repassarem reajustes aos preços, pois, segundo os mesmos, os acordos com os trabalhadores iriam lhes render despesas que precisariam ser repostas. Mas, sabe-se que toda essa argumentação anunciada pelos empresários foi só uma encenação, pois eles não queriam conceder nenhum reajuste salarial aos trabalhadores, não queriam perder a briga.

Em respostas a esse impasse sobre a concessão ou não dos empresários aos trabalhadores, dos reajustes salariais e da diminuição da jornada de trabalho, as greves se espalharam pelo país, muitas cidades tiveram várias categorias em greve. Em alguns casos, houve resposta dos empresários, como mostrou a revista Veja na matéria do dia 08 de maio de 1985, dizendo que:

O medo aos prejuízos tem precipitado acordos sobretudo na área da indústria metalúrgica paulista. No final da semana, um balanço do movimento indicava que, em Santo André, acordos entre empresários e grevistas haviam devolvido ao trabalho 23.300 operários, contra os 3.100 ainda de braços cruzados. Em São José dos Campos, entendimentos do gênero permitiam o retorno às fábricas de 21.000 operários – 13.000 permaneciam em greve. Em quase todos os acordos, pelo menos umas das reivindicações básicas – aumento salarial, reajuste trimestral e redução das horas de trabalho – fora atendida. (Veja, 08/05/1985, p. 42, grifos meus)

A revista teve que admitir o poder de pressão e de negociação que as organizações dos trabalhadores, principalmente os sindicatos, possuíam naquele momento. Outro fator que favoreceu a mobilização e organização dos trabalhadores era

a situação vivenciada por todos os trabalhadores, descaso do governo, aumentos dos preços dos produtos alimentícios, precariedade nos bairros onde moravam, condições precárias de trabalho, entre outros fatores que eram mais específicos. Devido a esse poder de pressão dos trabalhadores, como a própria revista publicou, muitos empresários para não quererem ver suas empresas paradas por muitos dias, resolveram negociar em cima das bandeiras de luta dos trabalhadores. Pode-se inferir que, para Veja ter publicado esta matéria, ela deve ter se sentido encurralada pela organização dos trabalhadores.

Mesmo com a adesão de alguns empresários em conceder as reivindicações proposta pelos trabalhadores, houve alguns empresários, principalmente os que eram associados a FIESP, que se mantiveram firmes em sua decisão de negociar com os trabalhadores só depois de um acordo com o governo, frente à remarcação dos preços, como ficou explícito através do trecho:

“Os empresários não são os vilões da história”, afirma Roberto Della Manna, diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). “Se temos uma posição dura e radical, os empregados e o governo também têm”. Os empresários, na verdade, não acham inviável atender a algumas reivindicações dos sindicatos. A indústria automobilística, por exemplo, admitiria conceder aumentos salariais razoáveis – desde que o governo permitisse repassar a diferença aos preços dos produtos. (Veja, 08/05/1985, p. 42-43)

Com base no trecho acima, pode-se averiguar que a revista Veja concedeu voz aos empresários da FIESP, no sentido de se defenderem e poderem “explicar”, do porquê da não concessão das bandeiras de luta dos trabalhadores. Mas, o que a revista silenciou foi que os empresários estavam arrumando empecilhos para concederem as reivindicações e assim, poderem vencer os trabalhadores em greve pelo cansaço, sem concederem nada.

O ano de 1986 foi marcado pela implantação do plano econômico denominado de Plano Cruzado, que obteve a adesão e apoio dos meios de comunicação da grande imprensa, assim como, o apoio das organizações empresariais, tais como, a FIESP e a CNI. Devido a todo este respaldo, foi se construindo consenso em torno do Plano Cruzado e de seus benefícios aos trabalhadores e para todo o país. Uma das consequências desta adesão ao Plano Cruzado foi que as greves nesse período diminuíram drasticamente, as manifestações e organizações realizadas por trabalhadores sofreram baixa, pois o governo conseguiu, neste momento, desarticular os trabalhadores sindicalizados e organizados. Esta desarticulação também foi causada, porque, num

primeiro momento, os trabalhadores sentiram e viram alguns ganhos com o Plano Cruzado, mas, no decorrer do ano de 1986, mais precisamente nos últimos meses, o plano começou a dar sinais de falência.

O ano de 1987 foi marcado então pelo descontentamento dos trabalhadores assim como das frações da classe burguesa empresarial industrial que apoiou o Plano Cruzado e que o viu fracassar. Com o dito “fracasso” do Plano Cruzado, o início do ano de 1987 foi marcado pela elevação dos índices da inflação, pela volta de greves organizadas e do descontentamento dos trabalhadores perante as políticas econômicas decretadas pela equipe econômica.

Na matéria do dia 1 de abril de 1987, a revista publicou algumas informações sobre a greve nacional organizada pelos bancários, dizendo que:

Uma bem-sucedida greve nacional dos bancários, capaz de paralisar tanto as 129 agências de grandes capitais, como Salvador, quanto os cinco únicos estabelecimentos de Pomerode, a 170 quilômetros de Florianópolis. (...) Os 750.000 bancários do país surpreenderam suas próprias lideranças, que não esperavam um movimento tão vigoroso, deixaram os banqueiros desprevenidos e abriram um novo flanco nas costelas do governo. “A greve é mesmo total”, admitiu o ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil, na tarde de quarta-feira. Os bancários, que cruzaram os braços por um aumento real de 100% nos salários. (...) “Em vez de falar em recuperar o Plano Cruzado, o governo deveria se preocupar em restaurar o nível salarial da nossa categoria”, afirma Luís Gushiken, presidente licenciado do sindicato de São Paulo, constituinte pelo PT. “Em cima desses números, não há acordo possível”, diz Antônio de Pádua da Rocha Diniz, presidente da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban). (Veja, 01/04/1987, p. 24)

A revista quis mostrar que a greve dos bancários era mesmo nacional, pois havia paralisado todo país e a própria adesão dos bancários foi geral, levando-se em conta o número divulgado de 750.000. O que a revista silenciou nesta matéria foi que a greve geral dos bancários só se concretizou devido às suas organizações sindicais, pois eles eram uma das categorias, naquele momento do país, com maior nível de organização, depois é claro, dos metalúrgicos. Veja fez questão de mostrar as colocações do presidente do sindicato dos bancários de São Paulo e do presidente da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) sobre a greve, averiguando as falas de ambos, pode-se notar as divergências, conflitos existentes e o impasse posto. Os donos de bancos não aceitavam a reivindicação de aumentos salariais proposta pelos bancários.

Os movimentos de greve organizados foram ganhando força novamente ao longo dos anos de 1987, 1988 e 1989, pois a situação econômica do país ainda era prejudicial aos trabalhadores. Os trabalhadores tinham seus salários corroídos por causa da inflação

todos os meses e os patrões brigavam até quando podiam para não terem que pagar os reajustes salariais. Por conta desta situação, as greves no Brasil voltaram a ser constantes todos os meses do ano, como no ano de 1985.

Na matéria do dia 08 de março de 1989, a revista publicou uma matéria que falava sobre os impasses entre patrões e empregados por conta dos valores dos reajustes salariais. Segundo Veja:

Ameaças mais concretas pipocavam da série de greves que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo promovia em fábricas da cidade. As greves eram um protesto ao fato de a Fiesp ter cancelado várias cláusulas de reposição salarial acertadas em novembro do ano passado, alegando que elas tinham perdido a validade diante das regras do Plano Verão. “Não vou negociar. Essas greves são uma provocação pessoal”, trovejava o empresário Mário Amato, presidente da Fiesp e proprietário da Hosltein Kappert, uma das empresas paralisadas. (Veja, 08/03/1989, p. 85)

No trecho acima, pode-se averiguar que a revista explicou o porquê da não concessão dos empresários associados à Fiesp dos reajustes salariais, como se isso fosse mais importante do que as greves que foram organizadas pelos trabalhadores. Desta forma, ficou perceptível que a intenção da revista neste trecho não era falar sobre as greves e dos trabalhadores, mas sim, dar espaço para que os empresários pudessem se explicar/defender do porquê de não estarem dispostos a negociar.

A revista, ainda para tentar livrar a barra dos empresários, e eles não ficarem com pose de maus, mencionou em outra parte do texto a atitude de Mário Amato para com os seus empregados, que estavam em greve por causa dos reajustes salariais. De acordo com a revista: “Amato acabou cedendo e deu um reajuste de 11%” (Veja, 08/03/1989, p. 85). Veja fez questão de afirmar que o empresário Mário Amato, deu um reajuste de 11%, ou seja, a revista distorceu as informações para valorizar a atitude do empresário, mas o empresário não deu e sim, pagou o que era de direito acordado pelo governo e os próprios empresários, para os trabalhadores. O empresário Mário Amato, não fez nenhuma generosidade aos trabalhadores e sim, cumpriu com seu dever. Através deste trecho, pode-se afirmar realmente que a revista manipulou as informações e as usava, nesse momento, de forma que favorecesse os empresários industriais e não os trabalhadores.

Veja, mesmo publicando matérias que mostrassem as greves, formas de organização e mobilização dos trabalhadores, fez questão de descaracterizá-las e, as vezes, de mudar o foco de importância, atribuindo mais espaço e importância para as organizações empresariais explicarem suas atitudes. Neste sentido, a matéria publicada

no dia 22 de março de 1989 dedicou várias páginas para mencionar sobre a greve geral organizada pela CUT e pela CGT que havia ocorrido no dia 15 de março de 1989 que, por sinal, teve grande adesão dos trabalhadores. Porém, a revista procurou desprezar a mobilização gerada pela greve geral e centrar suas atenções nos seguintes fatos:

A greve ocorreu onde existem sindicatos fortes e categorias mobilizadas. Muitos assalariados pegaram carona na paralisação nacional para batalhar por suas reivindicações, como aconteceu com os operários da indústria têxtil de Blumenau, que não faziam greve há 100 anos. (...) Depois da greve, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Fiesp, abandonou sua postura de proibir o pagamento das perdas salariais do Plano Verão e aceita fechar negócios em torno de reajustes de 10%. (Veja, 22/03/1989, p. 30)

Um primeiro elemento que chamou atenção foi a forma como a revista se dirigiu à greve geral de cunho nacional, alegando que só em lugares com sindicatos fortes que realmente teriam acontecido as greves, e que todas as outras categorias que aderiram a greve foi somente para conseguirem aumentos salariais. Desta forma, a revista desqualificou a greve geral que teve adesão de muitos trabalhadores pelo país a fora, essa forma de apresentar a greve serviu também para diminuir a importância e relevância que a greve teve realmente. Outro elemento interessante observado foi o fato da revista mostrar a “disposição” da Fiesp em conceder as perdas salariais que só ocorreu por causa do fim da greve. Ou seja, será que realmente a greve geral não teve grandes resultados e adesões? Pois, para os empresários cederem sem argumentar e sem esperar, foi porque se sentiram acucados e encurralados. Isso mostra que, nos embates de classes, a classe trabalhadora teve sim, muito poder de luta e conquista.

Ao analisar as matérias selecionadas para este tópico, percebe-se que a revista Veja, por muitas vezes, tentou beneficiar, na construção dos textos, os empresários, pois mudava o foco de importância das notícias para dar espaço e voz aos representantes dos empresários industriais. Mas, mesmo agindo desta maneira, a revista Veja não conseguiu de forma alguma esconder os conflitos e embates entre os trabalhadores e os empresários industriais. Tanto é que, em algumas matérias, a revista, por pressão e até mesmo por estar em uma situação desconfortável (encurralada), noticiou as mobilizações e as formas de organização e de embates dos trabalhadores e suas conquistas.

Veja se posicionou neste tópico a favor dos empresários industriais, e chega-se a essa conclusão por causa dos elementos apresentados acima que foram observados, averiguados e constatados após as análises das matérias.

CONCLUSÃO

A pesquisa mostrou e reafirmou que o período da década de 1980 no Brasil foi marcado pela intensificação da luta de classes, como alguns autores já haviam constatado anteriormente, como por exemplo, Virginia Fontes¹⁶. Havia, nesse momento, a disputa entre dois projetos sociais, o projeto em defesa e permanência do sistema capitalista encabeçado pelas instituições, organizações, partidos, meios de comunicação da grande imprensa, ligados todas às frações da classe burguesa, versus o projeto em oposição à exploração e intensificação da expansão do sistema capitalista e em defesa ao sistema socialista que era encabeçado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), pelo Partido dos Trabalhadores (PT), pelo Movimento dos Sem Terras (MST) e pelos demais movimentos sociais.

Chama-se a atenção para estas constatações sobre o período da década de 1980 que foram feitas acima, pois neste momento foi vivenciada mais intensamente e escancaradamente a existência das contradições sociais, geradas pelos modos de produção capitalista, ou seja, a luta de classes emergiu, porque foi noticiada pelos meios de comunicação da grande imprensa. Mesmo existindo uma seleção das “informações e notícias” a serem publicadas nos meios de comunicação, e que essa seleção faz parte da visão de mundo dos donos dos jornais, revistas e emissoras de televisão, os meios de comunicação não conseguiram silenciar, nem camuflar os conflitos, embates entre as classes sociais no país durante a década de 1980. A revista Veja, fazendo parte deste universo dos meios de comunicação da grande imprensa brasileira, publicou, em suas matérias entre os anos de 1985-1989, os conflitos, impasses, entre patrões e trabalhadores, bem como entre governo e trabalhadores.

Feita essa pequena exposição sobre o período do recorte da pesquisa, passa-se para as demais conclusões obtidas com o trabalho de análise, investigação das matérias e editoriais da revista Veja.

Com a construção do primeiro capítulo foi possível chegar à conclusão de que o período de transição da ditadura militar para a chamada “Nova República”, foi marcado por muitas permanências, tais como: a Constituição do período da Ditadura Militar, a ilegalidade da greve, a truculência militar, a repressão aos movimentos e manifestações

¹⁶ FONTES, Virginia. Op. Cit. Pags. 215-254.

sociais e a legalidade do presidente da república em elaborar e implantar decretos-lei sem ter que passar por votação no Congresso. O período da ditadura militar foi marcado também pelo aprofundamento do arrocho salarial da classe trabalhadora, ocasionando assim, uma situação de extrema miséria entre os trabalhadores. Como resposta a esta situação, muitos trabalhadores se colocaram em protesto às condições desumanas em que viviam, passaram a enfrentar a ditadura e intensificaram as formas de luta contra a ditadura e contra as condições de trabalho. Com base nestas constatações, percebe-se que os anos de 1985-1989 foram marcados pelo resquício do entulho autoritário da ditadura militar (só acabando em alguns aspectos com a promulgação da nova Constituição no ano de 1988), pelo agravamento da crise econômica e como destes fatores, o acirramento da luta de classes.

Estas constatações sobre o período entre os anos de 1985-1989 serviram para compreender a atitude da revista *Veja* com as medidas e planos econômicos implantados pelo governo Sarney. Ao analisar as matérias e editoriais que contemplaram as políticas econômicas implantadas no Brasil entre os anos de 1985-1989, percebeu-se que a revista *Veja* se colocou em uma posição de cobrar, vigiar, as atitudes do governo, em certos momentos apoiou o governo, mas em outros, colocou-se em oposição ao mesmo. Esta variação de posições da revista *Veja* frente ao governo, se deu por causa das consequências da implantação dos planos econômicos para a fração da classe burguesa empresarial industrial, no caso estudado, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Entre os anos de 1985-1986, *Veja* foi construindo, em suas matérias, um consenso em torno do apoio ao governo e de suas propostas de planos econômicos, tanto é que, a revista apoiou, e muito, o Plano Cruzado (1986).

Porém, com o fracasso do Plano Cruzado no final de 1986, a partir do ano de 1987, a revista *Veja*, assim como os empresários industriais e suas organizações, deixaram de apoiar o governo, pois as consequências da crise econômica os afetaram e o governo não conseguia elaborar outro plano econômico que ganhasse o apoio novamente dos empresários industriais. Tanto é que, entre os anos de 1987-1989, a revista *Veja* silenciou o apoio que havia feito ao governo Sarney entre os anos de 1985-1986 e foi construindo, ao longo de suas matérias, consenso em torno de que era preciso o governo reduzir o tamanho da “máquina estatal” e privatizar as empresas estatais, para que assim, o governo diminuísse as despesas com gastos públicos. *Veja* foi alertando e denunciando em suas matérias, com a ajuda das frações da classe burguesa empresarial

industrial, que as empresas estatais só davam despesas aos cofres públicos, que era preciso privatizá-las, pois assim, os serviços seriam melhor desenvolvidos por empresas privadas. Ou seja, Veja, dessa maneira, propôs encaminhamentos ao governo, afirmando que a privatização e a diminuição da “máquina estatal” eram a única solução para a crise econômica do país.

Com relação à cobertura feita pela revista Veja sobre as organizações da classe trabalhadora, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), o que se pode concluir com a análise das matérias, que se concentraram no segundo capítulo desta dissertação, foi de que a revista, ao noticiar sobre as manifestações e organizações dos trabalhadores, muitas vezes distorceu as informações, quando não as silenciou. A CUT e o PT foram caracterizados de forma pejorativa, negativa, desqualificada, através do discurso de Veja, pois a mesma construiu um clima anti-CUT e anti-PT, por causa das greves organizadas pelos mesmos em resposta à situação econômica pela qual o país estava passando e pelas consequências disto aos trabalhadores (que por sinal eram os mais prejudicados). Ou seja, Veja não concordava e, por isso, criticava a CUT e o PT, por eles defenderem os trabalhadores e abrirem confrontos com os empresários e se colocarem contra as práticas de intensificação da exploração do sistema capitalista e contra a reestruturação produtiva, que estava sendo implantada. Os trabalhadores entraram em confronto com seus patrões reivindicando as seguintes bandeiras de luta: aumento real dos salários, redução da jornada de trabalho, direito à greve e melhores refeições nas empresas. A pressão feita pelos trabalhadores foi tão grande que, mesmo a revista Veja sendo contra as manifestações dos trabalhadores e criando uma imagem negativa, perigosa de suas organizações CUT e PT, teve que reconhecer a força de mobilização e organização dos trabalhadores. Isto, pois, a revista Veja noticiou, em muitas de suas matérias, a realização das greves organizadas pela CUT. Com isso, conseguiu-se responder a hipótese de que a CUT e o PT agiram entre os anos de 1985-1989 como aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora, já que, as instituições organizaram e deram direção de encaminhamentos às lutas dos trabalhadores e interferiram nas políticas econômicas do país.

A revista Veja se colocou na função de aparelho privado de hegemonia, haja vista que, em vários momentos da pesquisa, pode-se perceber que, ao longo dos anos de 1985-1989, a revista propôs encaminhamentos (diminuição dos gastos públicos, privatização) para os rumos do país, juntamente com as organizações da fração burguesa empresarial industrial, no caso a FIESP e a CNI. Assim como, também fez

alertas aos empresários industriais sobre a força e a expansão das organizações da classe trabalhadora CUT e PT frente à realização das greves.

Veja se colocou em uma posição de defesa dos interesses dos empresários industriais no período de 1985-1989, como ficou claro quando a revista passou a cobrar atitudes do governo: cortes nos orçamentos do Estado e liberação do aumento dos preços dos produtos. A revista concedeu voz e utilizou-se das falas de políticos e empresários dos partidos de direita, que compartilhavam da mesma visão e posição frente aos assuntos.

As organizações de classe da fração burguesa empresarial industrial, FIESP e CNI, agiram também enquanto aparelhos privados de hegemonia durante o período pesquisado, pois a revista Veja fez questão de mostrar a articulação e o poder de barganha que essas organizações possuíam frente às decisões do governo e como conseguiam fazer pressão no governo, para conseguirem benefícios. A revista fez questão principalmente de supervalorizar a força e interferência da FIESP e da CNI nas questões políticas e econômicas. No terceiro capítulo da dissertação, isso ficou mais evidente com a análise das matérias, nas quais, Veja, em vários momentos, foi tentando construir a imagem positiva e de poder dos empresários industriais no país.

Finaliza-se esta pesquisa confirmando que houve e deixando isso muito nítido, de que a história é feita através da luta de classes. Ao analisar a luta de classes entre os anos de 1985-1989, a partir do olhar da revista Veja, percebe-se que a mesma tomou partido em defesa dos empresários industriais, tentando mostrá-los mais fortes do que os trabalhadores. Porém, isto não foi suficiente para silenciar os conflitos, embates, que estavam postos naquele momento e a força que os trabalhadores detinham, haja vista que, em muitos embates, os empresários tiveram que ceder diante das reivindicações dos trabalhadores, pois não tinham como disputar com a força e a organização dos mesmos.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO:

Artigos:

DIAS, Edmundo Fernandes. **“Reestruturação produtiva”**: forma atual da luta de classes. Outubro, São Paulo, nº 3, p.45-52, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico**. *En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9.

RAUTENBERG, Edina. **A revista Veja e os grupos guerrilheiros no Brasil (1968/1972)**. Revista História e Luta de Classes: Militares e Luta de Classes, Ano 6, Edição nº 10, novembro de 2010.

SILVA, Carla Luciana. **A Carta ao Leitor de Veja: um estudo histórico sobre editoriais**. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v.32, n.I, p. 89-107, jan./jun. 2009

SOUZA, Ulysses Alves. **A História Secreta de Veja**. Revista Imprensa. Ano II nº 13 setembro, 1988.

Livros:

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino. **História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BIANCHI, Alvaro. **Um Ministério dos Industriais: A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. – (Coleção Brasil Urgente)

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. **Estado e economia em tempo de crise: política industrial e transição política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1997.

DÓRIA, Palmério. **Honoráveis Bandidos: um retrato do Brasil na era Sarney**. São Paulo: Geração Editorial, 2009.

DREIFUSS, René. **O Jogo da Direita**. Petrópolis 3ª edição, 1989.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?**- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital – Imperialismo**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

FORTUNATI, José. **A estratégia do engodo: Do cruzado ao Pacto Social**. Porto Alegre-RS: Tchê, Editora Ltda, 1987.

GIANNOTTI, Vito & NETO, Sebastião Lopes. **CUT: Por Dentro e Por Fora**, Petrópolis, Vozes, 1990.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere. Vol.3**. 4ª Edição Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

HERNANDES, Nilton. **A revista Veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica**. Salvador: Edufba, Maceió, Edufal, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001

KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. São Paulo: Editora Brasil Debate, 1982.

MACIEL, David. **Argamassa da Ordem: da ditadura militar á Nova República (1974 – 1985)**. São Paulo: Xamã , 2004

MENDONÇA, Sonia Regina. **A industrialização brasileira**. São Paulo, Moderna, 1995.

MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MORAIS, Reginaldo. **Pacto Social: Da negociação ao Pacote.** Editora: L & PM. Porto Alegre – RS, 1986.

NEVES, Lúcia Wanderley. **A nova pedagogia da hegemonia.** São Paulo: Xamã, 2005.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980.** Paz e Terra, 1988

SARDENBERG, Carlos Alberto. **AVENTURA E AGONIA: nos bastidores do cruzado.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SINGER, Paul. **Os impasses econômicos da Nova República.** In: **Nova República: um balanço.**Org. Flavio Koutzii. Editora: L & PM editores Ltda. São Paulo, 1986.

SILVA, Carla Luciana. **Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 – 2002).** Cascavel: Edunioeste, 2009. Coleção Tempos Históricos, vol. 7

Teses e Dissertações e TCC:

CESAR JUNIOR, Gervásio. **REVISTA VISÃO: CONSTRUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E DIFUSÃO DO PROJETO NEOLIBERAL NO BRASIL NA DÉCADA DE 1970.** Dissertação de Mestrado em História pela UNIOESTE/MCR. Marechal Cândido Rondon-PR, 2011.

MACIEL, David. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990).** Tese de Doutorado em História, Goiânia, UFG, 2008.

MARINS, Priscila Marchini. **O liberalismo Político de Isto É no Processo da Assembléia Nacional Constituinte Brasileira nos anos de 1985-1988;** Dissertação de Mestrado em História pela UNIOESTE/MCR. Marechal Cândido Rondon-PR, 2009

RAUTENBERG, Edina. **A revista Veja e as empresas da construção civil (1968-1978).** Dissertação de Mestrado em História pela UNIOESTE/MCR. Mal.Cândido Rondon-PR, 2011.

SILVA, Carla Luciana. **Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)**. Tese de Doutorado em História, Niterói, UFF, 2005.

TOSTES, Suzane Conceição Pantolfi. **“A luta da classe trabalhadora no processo da Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988) na revista Veja”**. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, Trabalho de Conclusão de Curso, 2009.

Verbetes do dicionário do CPDOC:

Dados sobre Almir Pazzianotto.

<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx> consultado no dia 25/02/2011.

Dados sobre a CNI

<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx> consultado no dia 25/02/2011.

CPDOC – consulta sobre Roberto Gusmão.

<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>. consultado no dia 31/03/2011

CPDOC – consulta sobre Valter Barelli

<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx> consultado no dia 20/12/2011.

CPDOC – consulta sobre Dilson Funaro

<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>. consultado no dia 31/03/11.

CPDOC – consulta sobre Octávio Gouveia de Bulhões

<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx> Consultado no dia 15/01/2012.

FONTES

Site da revista Veja on-line que consultamos para pesquisa e para imprimirmos as matérias entre março de 1985 até dezembro de 1989.

<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

ANEXOS

ANEXO 1

Quadro com as matérias selecionadas e utilizadas na construção da cobertura feita pela revista Veja com os planos econômicos implantados pelo governo entre os anos de 1985-1989, no capítulo 1 da dissertação.

DATA	EDIÇÃO	SEÇÃO	TÍTULO
22/05/1985	Nº 872	BRASIL	Fraturas expostas
29/05/1985	Nº 873	Carta ao Leitor	Carta ao Leitor
05/06/1985	Nº 874	Carta ao Leitor	Carta ao Leitor
29/01/1986	Nº 908	Carta ao Leitor	Carta ao Leitor
05/03/1986	Nº 913	Carta ao Leitor	Carta ao Leitor
12/03/1986	Nº 914	Carta ao Leitor	Carta ao Leitor
07/01/1987	Nº 957	Entrevista	O governo matou o Cruzado.
14/01/1987	Nº 958	Carta ao Leitor	Carta ao Leitor
11/02/1987	Nº 962	Carta ao Leitor	Carta ao Leitor
25/02/1987	Nº 964	Carta ao Leitor	Carta ao Leitor
10/06/1987	Nº 979	Carta ao Leitor	Carta ao Leitor
17/06/1987	Nº 980	Carta ao Leitor	Carta ao Leitor
29/07/1987	Nº 986	Entrevista	Só congelar não basta.
02/09/1987	Nº 991	Economia e Negócios	Coreografia de salão
02/12/1987	Nº1004	Carta ao Leitor	Carta ao Leitor
25/05/1988	Nº 21	Carta ao Leitor	Carta ao Leitor
25/05/1988	Nº 21	Economia e Negócios	Uma volta a política da realidade
29/06/1988	Nº 26	Carta ao Leitor	Carta ao Leitor
17/08/1988	Nº 33	Carta ao Leitor	Carta ao Leitor
24/08/1988	Nº 34	Carta ao Leitor	Carta ao Leitor
31/08/1988	Nº 35	Carta ao Leitor	Carta ao Leitor

07/09/1988	Nº 36	Brasil	A Carta dos poderes de um povo
------------	-------	--------	--------------------------------

ANEXO 2

Trajatória da vida profissional de Roberto Gusmão

Roberto Gusmão, que ocupou o cargo de Ministro da Indústria e do Comércio durante a gestão do presidente José Sarney, formou-se em Direito pela Universidade de Minas Gerais na década de 1950, ainda na década de 1950, mais precisamente no ano de 1957 fez o curso da Escola Superior de Guerra (ESG) patrocinado pela USP e no mesmo ano tornou-se delegado regional do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado de São Paulo (Ipase). No ano de 1983 Roberto Gusmão assumiu a presidência do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (Badesp) nomeado pelo governador Franco Montoro, do PMDB, Roberto Gusmão também se tornou membro do Conselho de Administração do Banco do Estado de São Paulo S.A (Banespa). Já no ano de 1984, Roberto Gusmão tornou-se chefe do Gabinete Civil do Governo de São Paulo e no ano seguinte 1985 tornou-se Ministro da Indústria e do Comércio até o ano de 1986. Filiando-se a essa legenda trabalhista, em setembro de 1986 foi eleito primeiro vice-presidente nacional do partido, mas, antes do pleito, afastou-se da campanha de Antônio Ermírio de Moraes. Em dezembro seguinte tornou-se presidente nacional do PTB. Em 1987, retirou-se da vida pública e retornou às suas atividades na direção da Cervejaria Antártica Niger S.A. Casou-se com Ivan Tarsis d' Afonseca Gusmão, com quem teve quatro filhos.

Marcelo Costa

FONTES: CARVALHO, E. *Petróleo*; POERNER, A. *Poder*; *Jornal da Tarde* (15/9/79); *Estado de São Paulo* (25/2 e 15/7/84, 13/3, 29/5, 5, 13, 26 e 31/7, 4, 6, 7, 8, 14, 15 e 22/8, 28/11 e 17/12/85, 4/2, 19/3 e 2/4/86); *Folha de São Paulo* (29/2/84, 15/5, 25/6, 5, 6, 7, 9, 14, 18 e 19/8 e 14/9/85, 24/1, 4 e 9/2, 6 e 26/4, 22/9 e 15/11/86); *Globo* (12 e 19/3, 5/5, 31/7, 6, 8, 13, 14, 16 e 26/8 e 1/9/85, 4/2 e 18/12/86); INF. BIOG.; *Jornal do Brasil* (26 e 28/2/84, 7, 16, 20 e 21/3, 19/5, 5 e 31/7, 4, 6, 7, 16, 20 e 22/8, 5/9 e 29/11/85, 16/1 e 4/2/86); *Última Hora* (17/6/60); *Veja* (7/10/87, 10/8/88).

ANEXO 3

Trajatória da vida profissional de Almir Pazzianotto

Almir Pazzianotto que ocupou o cargo de Ministro do Trabalho durante o período de 1985 até setembro de 1988, se formou em Ciências Jurídicas pela Unicamp em 1960, especializado na área trabalhista. Almir Pazzianotto atuou como advogado de vários sindicatos de trabalhadores na região de São Paulo. Na década de 1970 assumiu cargos políticos, como em 1974 elegendo-se deputado estadual pelo estado de São Paulo pelo MDB, conseguindo a reeleição no ano de 1978. No ano de 1979, com o fim do bipartidarismo Almir Pazzianotto, filiou-se no ano de 1980 ao PMDB. Em 1983 Almir Pazzianotto assumiu a Secretaria das Relações do Trabalho do estado de São Paulo, durante o período de gestão de Franco Montoro. No ano de 1985 Almir Pazzianotto foi convidado por Tancredo Neves a assumir o cargo de Ministro do Trabalho, o qual exerceu até setembro de 1988.

André Faria Couto

FONTES: CURRIC. BIOG.; *Estado de S. Paulo* (10/12/86, 25/12/87, 28/8/88); FESESP; *Folha de S. Paulo* (21/9/86, 25/6, 18/8, 16/9, 25/10/87, 23/2, 8/9/88,); *Globo* (13/6/87, 15/4/88,); *IstoÉ* (7/6/78, 21 e 28/3/79, 19/3 e 23/4/80, 6, 13 e 27/3 e 5/6/85); *Jornal do Brasil* (13/3/87, 14/1/88); *Nosso Século*; *Veja* (13 e 27/4/83, 23/5/84, 27/2, 8/5, 27/11/85, 5, 19 e 26/2, 5, 19 e 26/3, 2 e 9/4, 7/5, 14/5, 9 e 30/7/86); <http://www.fesesp.org.br/fesesp/noticias/14.html> acesso em 23/11/09; <http://www.pazzianotto.com.br/fire/apresentacao.asp> acesso em 23/11/09.

ANEXO 4

Trajatória da vida profissional de Dilson Funaro

Dilson Funaro, que ocupou o cargo de Ministro da Fazenda durante o período de agosto de 1985 até abril de 1987, se formou em Engenharia pela Universidade Mackenzie no ano de 1956. Passou a ocupar cargos importantes no final da década de 1950. No ano de 1958 tornou-se diretor do Departamento de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Ainda na década de 1950, comprou quatro pequenas empresas e formou a Companhia Brasileira de Peças Industriais (Cobrapi), já no ano de 1967 fundiu suas empresas com a Trol S.A. Indústria e Comércio, indústria de plásticos e brinquedos. No final da década de 1960, Dilson Funaro passou a assumir cargos políticos, como a Secretaria de Planejamento, na gestão

de Abreu Sodré frente a prefeitura no ano de 1969. Já no ano de 1970 Dilson Funaro assumiu a Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo, ainda no ano de 1970 integrou a Delegação Brasileira à reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI). No ano de 1977 o empresário Dilson Funaro assumiu a direção da FIESP, no ano de 1980 passou a integrar o Conselho Superior de Economia da FIESP. No início da “Nova República” Dilson Funaro assumiu a presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no mesmo ano, no mês de agosto, foi convidado pelo presidente José Sarney a assumir o Ministério da Fazenda, no qual permaneceu até abril de 1987.

Mônica da Silva Meneses

FONTES: *Estado de S. Paulo* (13/8, 6 e 18/9/85, 28 e 29/1, 15/2, 25/3, 24/8, 18/10, 14, 25 e 27/11 e 18/12/86, 22 e 28/3/87 e 12/4/88); *Folha de S. Paulo* (18 e 28/8, 19 e 30/9, 5 e 9/10, 28/11, 3 e 14/12/85, 9 e 11/1, 14 e 21/2, 6/3, 9/4, 28/5, 28/8, 27 e 29/9, 5 e 18/10; 11, 25, 27 e 28/11/86, 12 e 26/1, 21/3, 4/4 e 26/8/87, 9, 10 e 12/7/88, 14/4/89); *Globo* (13/3, 28/8, 1/9 e 17/12/85, 15, 18/1, 17/2, 10/4, 24/8, 15 e 27/9, 10, 12 e 14/10, 9, 14 e 25/11, 4 e 16/12/86, 21/2, 3 e 28/4/87, 30/3/88 e 13, 14/4/89); *Jornal do Brasil* (25/7, 27/8, 8/10, 10/11 e 14/12/85, 26/1, 29/3, 10/4, 22/6, 27/7, 19/9, 5/10 e 9/12/86, 6/1, 12/2, 26 e 31/3, 13/4 e 3/5/87 e 18/9/89); *Veja* (8/8/79, 15/1, 19/3 e 7/5/86, 25/3, 1/4, 6/5 e 17/6/87 e 16/3/88).

ANEXO 5

Trajetória da vida profissional de Octávio Gouveia Bulhões

Otávio Gouveia de Bulhões nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 7 de janeiro de 1906, filho de Godofredo de Bulhões e de Otávia Gouveia de Bulhões. Seu tio-avô pelo lado paterno, Leopoldo Bulhões, foi ministro da Fazenda dos governos de Rodrigues Alves (1902-1906) e de Nilo Peçanha (1909-1910).

Ingressou no Ministério da Fazenda em 1926, trabalhando na Diretoria Geral do Imposto de Renda. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1930. Concluiu o doutorado nessa mesma escola e fez um curso de especialização em economia em Washington. Em 1939 tornou-se chefe da seção de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda. Em janeiro de 1943 tornou-se assessor técnico desse órgão, cujas funções incluíam desde o controle de

preços até o da produção e venda de produtos. A amplitude das funções do novo órgão conferiu-lhe grande poder de intervenção e coordenação das atividades econômicas.

Em 1945 tornou-se membro da Comissão de Investimentos do Ministério da Fazenda, cargo que ocuparia até 1948, e em 1946 foi designado membro do conselho técnico do Departamento Nacional de Previdência Social. Nesse mesmo ano, participou como delegado do Brasil da sessão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) para a implantação do FMI. Suas relações com o FMI seriam estreitas: a partir de 1953 participaria sistematicamente das reuniões anuais da entidade, em 1954 seria seu vice-governador e em 1964, na qualidade de ministro, governador. Ainda em 1947 foi delegado do Brasil à Convenção de Estudos de Investimentos, em Nova Iorque (EUA).

Em 1950 passou a integrar, até 1954, o Conselho Nacional de Economia (CNE), criado no ano anterior para funcionar como órgão consultivo da Presidência da República, embora não estivesse subordinado a ela.

Durante todo o governo Kubitschek, Bulhões integrou o CNE e, em 1958, participou, ao lado do ministro da Fazenda, Lucas Lopes, do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Roberto Campos, e de outros diretores de órgãos governamentais, da Consultoria Técnica Consultec, que tinha por finalidade elaborar projetos de investimento.

Em 11 de abril, o Congresso ratificou a escolha feita pelas forças armadas, elegendo para a presidência da República o general Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército e um dos principais articuladores do movimento de 31 de março. Assumindo o governo quatro dias depois, Castelo Branco iniciou a formação de um novo ministério, decidindo manter Bulhões na Fazenda.

A elaboração e a execução da política econômica do governo Castelo foram confiadas a Bulhões e a Roberto Campos, que assumiu o Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, criado em 11 de maio. Concluído em julho, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) tinha como objetivo principal combater a inflação.

Na condição de presidente do Ibre continuou a opinar sobre os rumos da economia, interferindo tanto na formação de gerações de economistas como criticando ou fazendo sugestões às políticas econômicas postas em prática pelos governos que se sucederam no âmbito federal. Foi assim que, em agosto de 1985, propôs ao governo do presidente José Sarney (1985-1990) que a única maneira de conter o crescimento da

inflação seria o imediato controle do déficit público, o que implicaria eliminar todos os subsídios, o controle da emissão de moeda e a redução dos encargos financeiros e despesas das empresas estatais. Em janeiro de 1986, afirmou que a inflação cairia se o governo quisesse, bastando que as autoridades deixassem de corrigir previamente os orçamentos públicos com base numa projeção de inflação futura. Segundo Bulhões, com essa prática o próprio governo sancionava as expectativas inflacionárias ao aplicar a correção monetária projetada sobre orçamentos públicos.

No mês seguinte, foi implantado, pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, o Plano de Estabilização Econômica, que se popularizou como Plano Cruzado por instituir uma reforma monetária que transformou o cruzeiro, decrescido de três zeros, em cruzado. Ele extinguiu a correção monetária, além de acabar com os reajustes automáticos e diários no câmbio, tendo o dólar seu valor fixado em 13,84 cruzados. Bulhões parabenizou os esforços do governo em eliminar a correção monetária e por consequência a contenção do crescimento da dívida pública. Afirmou a necessidade do fim imediato de todos os subsídios para o sucesso do plano, embora tal medida provocasse num primeiro momento o reajuste de preços de alguns produtos. Em junho, Bulhões, já desesperançado com os rumos do plano econômico, afirmava que o Plano Cruzado atacara apenas os efeitos da inflação e da desvalorização da moeda, sem se ocupar das verdadeiras causas da inflação.

Em novembro de 1988, quando a inflação já havia voltado a crescer, Bulhões sugeriu uma política fiscal e monetária que cortasse os três zeros do cruzado, combinado-a com a suspensão automática da emissão de novos títulos pela Secretaria do Tesouro Nacional. Criticando a indexação da economia, afirmou que a correção monetária fora um instrumento imaginado para períodos de queda inflacionária — era para ser uma correção anual, e não para ser praticada diariamente, pois funcionaria como realimentadora da inflação.

Às vésperas do anúncio do Plano Verão, baixado em janeiro de 1989 por Maílson da Nóbrega, último ministro da Fazenda do governo Sarney, Bulhões defendeu a desindexação total da economia, com o fim da correção monetária, e a imediata recomposição das perdas salariais, salientando que qualquer congelamento de salário ou de preços seria desastroso para o país, podendo levá-lo à hiperinflação. Na prática, o plano econômico de Maílson, baseado num novo congelamento de preços e salários, determinou a reposição mensal da inflação e a instituição do cruzado novo no lugar do cruzado, cuja cotação foi estabelecida em paridade com o dólar americano. Foram ainda

sancionadas a extinção da correção monetária e a diminuição nos prazos de crédito para a compra de automóveis e eletrodomésticos. A economia foi desindexada e manteve-se a política de juros altos.

Em fevereiro de 1989 foi lançado o Movimento de Convergência Democrática, reunindo personalidades de projeção nacional com o objetivo de influir na sucessão presidencial. Bulhões presidiu o movimento, que tinha entre seus signatários os ex-ministros Mário Henrique Simonsen e Ernâni Galveas, o ex-presidente do Banco Central Afonso Pastore e a escritora Raquel de Queirós. Enquanto presidente dessa agremiação, defendeu a antecipação da posse do novo presidente da República para janeiro de 1990, como maneira de impedir que a economia saísse de controle. Em sua avaliação existiam modificações urgentes a serem feitas no texto constitucional, principalmente no tocante aos repasses da receita tributária para estados e municípios.

Cid Benjamin/Vilma Keller

FONTES: ALMEIDA, J. *Reforma*; BANDEIRA, L. *Presença*; BLUME, N. *Pressure*; BULHÕES, O. *Margem*; CAFÉ FILHO, J. *Sindicato*; CONFERÊNCIA NAC. CLASSES PRODUTORAS. *Carta*; CONF. NAC. COMÉRCIO. 20; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORRESP. BANCO CENTRAL; CORRESP. CONF. NAC. COMÉRCIO; CORTÉS, C. *Homens*; COSTA, M. *Cronologia; Desenv. e Conjuntura; Encic. Mirador*; ENTREV. BIOG.; FIECHTER, G. *Regime; Globo* (14/10/90); INST. NAC. LIVRO. *Índice; Jornal do Brasil* (8, 18, 24, 30/7, 28/8 e 28/ 11/76, 24/3/77, 11/1/78); MELO, J. *Reflexões*; MIN. FAZ. *Ministros*; OLIVEIRA, F. *Reformas; Panfleto* (9/54); QUADROS, J. *História*; RICHARD NETO, G. *Bancos*; SILVA, H. *História*; SKIDMORE, T. *Brasil*; SOARES, E. *Instituições*; VIANA FILHO, L. *Governo; Visão* (11/3/74); VÍTOR, M. *Cinco*; YOUNG, J. *Brasil*.

ANEXO 6

Quadro com as matérias selecionadas e utilizadas na construção da cobertura feita pela revista *Veja* sobre atuação das organizações dos trabalhadores, no caso o PT e a CUT, no capítulo 2 da dissertação.

DATA	EDIÇÃO	SEÇÃO	TÍTULO
17/04/1985	864	SÃO PAULO	Prova de resistência
08/05/1985	870	BRASIL	A febre paralisante
08/05/1985	870	BRASIL	Quem é quem na greve
13/11/1985	897	ECONOMIA	Guerra de siglas
18/11/1985	898	SINDICATO	O rugido das fábricas
25/12/1985	899	BRASIL	A estrela do partido
23/07/1986	933	BRASIL	Inimigos do Governo
17/12/1986	954	CARTA AO LEITOR	Movimentação dos sindicatos
17/12/1986	954	BRASIL	A miragem desfeita
19/08/1987	989	SINDICATOS	Na última hora
26/08/1987	990	BRASIL	Uma greve lição
23/11/1988	47	BRASIL	Do xadrez para o poder..
17/05/1989	19	PT	Causa e efeito
08/11/1989	44	SINDICATOS	Trunfo sindical

ANEXO 7

Quadro com as matérias selecionadas e utilizadas na construção da cobertura feita pela revista Veja sobre a relação do governo Sarney com as organizações que representavam os trabalhadores, no caso, CUT e o PT.

DATA	EDIÇÃO	SEÇÃO	TÍTULO
13/03/1985	862	ENTREVISTA	Greve não me mete medo
17/04/1985	867	SÃO PAULO	Prova de resistência
05/03/1986	913	ENTREVISTA	O governo é do Sarney
09/04/1986	918	BRASIL	Acaba o estado de graça
07/05/1986	922	SINDICATOS	Trilhos congelados
23/07/1986	932	BRASIL	Inimigos do governo.
30/07/1986	934	SINDICALISMO	A cartada do governo
17/12/1986	954	BRASIL	A miragem desfeita
07/01/1987	957	PACTO SOCIAL	O labirinto da trégua
01/04/1987	969	BRASIL	Dinheiro congelado
02/11/1988	44	ECONOMIA	Um pacto empacotado
09/11/1988	45	BRASIL	O que deu no pacto
22/02/1989	8	ECONOMIA	Cantando na

			chuva
15/03/1989	11	SINDICATOS	Greve geral III
22/03/1989	12	BRASIL	O X do problema
10/05/1989	18	BRASIL	O fogo da baderna

ANEXO 8

Quadro com as matérias selecionadas e utilizadas na construção da cobertura feita pela revista Veja sobre a atuação das organizações industriais, no caso, a FIESP e a CNI, no país entre os anos de 1985-1989.

DATA	EDIÇÃO	SEÇÃO	TÍTULO
27/08/1986	938	EMPRESÁRIOS	Voto e Poder
12/08/1987	988	ECONOMIA	Dinheiro na mão
21/09/1988	38	RADAR	Empresários elaboram lista negra.
12/07/1989	27	TRABALHO	Bolsos protegidos
19/07/1989	28	SALÁRIOS	Um tiro na lei
23/08/1989	33	ENTREVISTA	A voz dos patrões

ANEXO 9

Quadro com as matérias selecionadas e utilizadas na construção da cobertura feita pela revista Veja de qual era a relação que as organizações da fração burguesa empresarial industrial, Fiesp e CNI, construíram com o governo entre os anos de 1985-1989.

DATA	EDIÇÃO	SEÇÃO	TÍTULO
14/01/1987	958	BRASIL	A pane do cruzado
21/01/1987	959	ECONOMIA	Confronto aberto
28/01/1987	960	SINDICATOS	O pacto de ninguém
11/02/1987	961	ECONOMIA	Governo congelado
01/04/1987	969	EMPRESÁRIOS	Ecos do

			Churrasco
20/05/1987	976	ECONOMIA	Medo das Alturas
24/02/1988	8	ECONOMIA	Na linha do tiro
02/11/1988	44	ECONOMIA	O pacto empacotado
22/02/1989	8	ECONOMIA	Cantando na chuva
12/04/1989	15	PLANO VERÃO	Corrida contra o tempo

ANEXO 10

Quadro com as matérias selecionadas e utilizadas na construção da cobertura feita pela revista Veja sobre as propostas neoliberais apresentadas como a “solução para a crise econômica brasileira”.

DATA	EDIÇÃO	SEÇÃO	TÍTULO
10/07/1985	879	ECONOMIA	Tesoura sem fio
14/05/1986	923	ESTATAIS	Passos lentos
26/08/1987	990	ENTREVISTA	Não existem mágicas
25/05/1988	21	ECONOMIA	Uma volta à política da realidade
27/07/1988	30	BRASIL	Matemática confusa
02/11/1988	44	ECONOMIA	O pacto empacotado
22/02/1989	8	ECONOMIA	Cantando na chuva

ANEXO 11

Quadro com as matérias selecionadas e utilizadas na construção da cobertura feita pela revista Veja sobre os embates, conflitos entre os patrões e os trabalhadores durante os anos de 1985-1989.

DATA	EDIÇÃO	SEÇÃO	TÍTULO
10/04/1985	866	SINDICATOS	A trégua do coração
24/04/1985	868	Greve	De braços cruzados
01/05/1985	869	ECONOMIA	Respeito ao luto
08/05/1985	870	BRASIL	A febre paralisante

01/04/1987	969	BRASIL	Dinheiro congelado
08/03/1989	10	ECONOMIA	Mailson tem insônia
22/03/1989	12	BRASIL	O X do problema